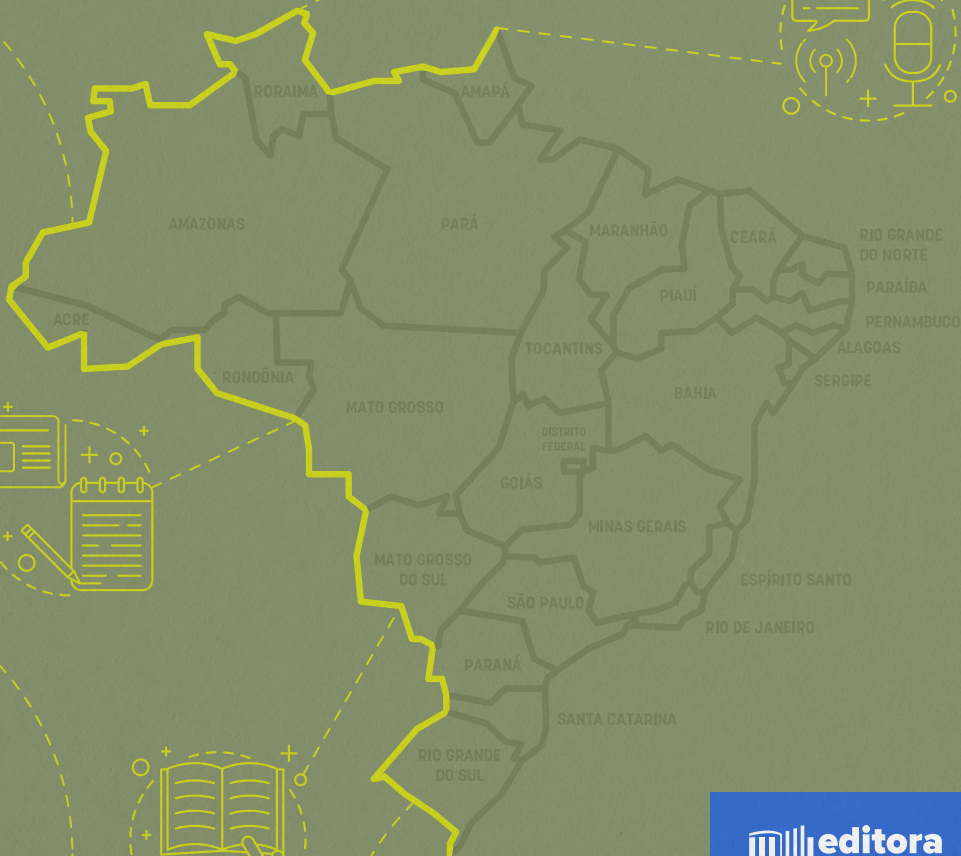
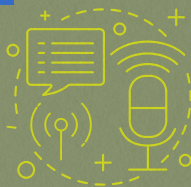


ORGANIZADORES  
Daniela Cristiane Ota  
Marcos Paulo da Silva

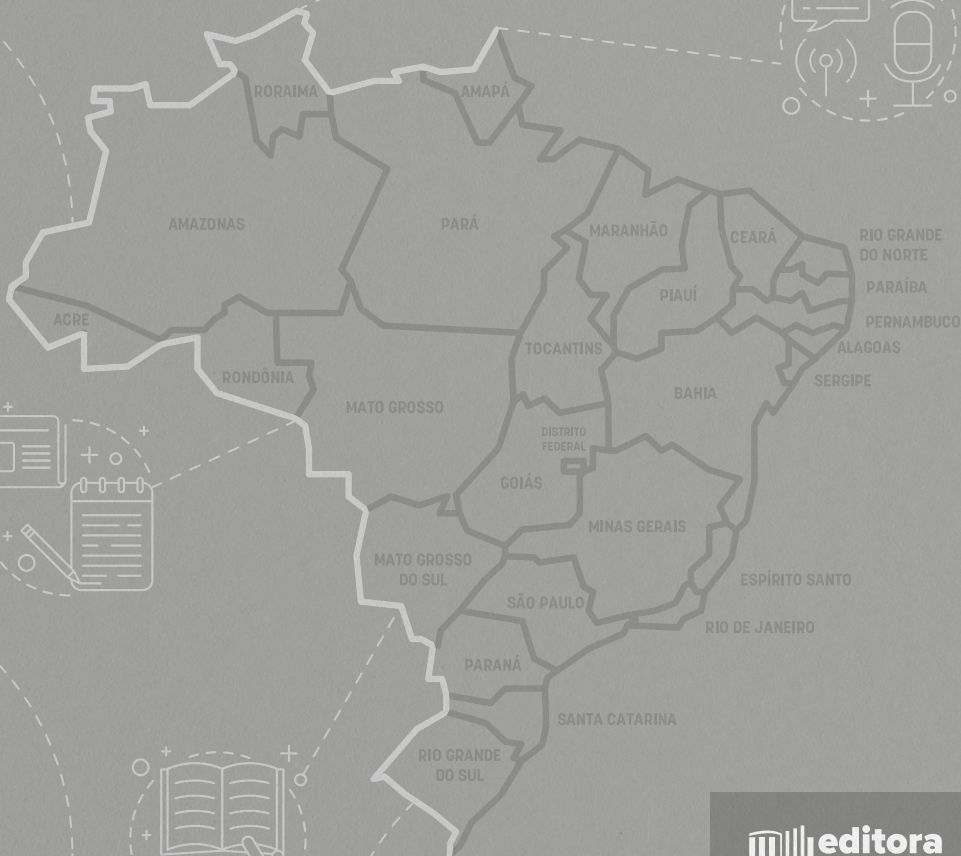
# FRONTEIRAS CULTURAIS E PRÁTICAS COMUNICATIVAS



editora  
UFMS

ORGANIZADORES  
Daniela Cristiane Ota  
Marcos Paulo da Silva

# FRONTEIRAS CULTURAIS E PRÁTICAS COMUNICATIVAS



 editora  
UFMS

**Reitor**

Marcelo Augusto Santos Turine

**Vice-Reitora**

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

**Obra aprovada pelo**

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS  
RESOLUÇÃO Nº 176-COED/AGECOM/UFMS.  
DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023.

**Conselho Editorial**

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (presidente)

Adriane Angélica Farias Santos Lopes de Queiroz

Andrés Batista Cheung

Alessandra Regina Borgo

Delasnieve Miranda Daspert de Souza

Elizabete Aparecida Marques

Fabio Oliveira Roque

Maria Lígia Rodrigues Macedo

William Teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

---

Fronteiras culturais e práticas comunicativas [recurso eletrônico] / organizadores: Daniela Cristiane Ota, Marcos Paulo da Silva. -- Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2023.  
338 p. : il. (algumas color.).

Dados de acesso: <https://repositorio.ufms.br>  
Inclui bibliografias.  
ISBN 978-65-86943-89-4

1. Comunicação e cultura. 2. Comunicação – Aspectos sociais. 3. Relações culturais. I. Ota, Daniela Cristiane. II. Silva, Marcos Paulo da.

---

CDD (23) 302.2

Bibliotecário responsável: Jaziel V. Dorneles – CRB 1/2.592

ORGANIZADORES  
**Daniela Cristiane Ota**  
**Marcos Paulo da Silva**

# **FRONTEIRAS CULTURAIS E PRÁTICAS COMUNICATIVAS**

Campo Grande - MS  
2023



© **dos autores:**

Daniela Cristiane Ota  
Marcos Paulo da Silva

**1ª edição: 2023**

**Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica**

TIS Publicidade e Propaganda

**Revisão**

A revisão linguística e ortográfica  
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

**Direitos exclusivos para esta edição**



**Secretaria da Editora UFMS - SEDIT/AGECOM/UFMS**

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário  
Campo Grande - MS, 79070-900  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Fone: (67) 3345-7203  
e-mail: [sedit.agecom@ufms.br](mailto:sedit.agecom@ufms.br)

**Editora associada à**



**ISBN: 978-65-86943-89-4**

**Versão digital: fevereiro de 2023**



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais. [br.creativecommons.org](http://br.creativecommons.org)

## **AGRADECIMENTO**

Este livro foi realizado com suporte da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), por meio do Edital AGEKOM 04/2021 - Publica UFMS, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMS). Destaca-se o agradecimento às instituições pela possibilidade de tornar o projeto deste livro uma realidade. Registra-se ainda o agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e da Chamada CNPq 16/2020 – Bolsas no País e no Exterior.

# INTRODUÇÃO

## **OLHARES (SEM FRONTEIRAS) PARA AS FRONTEIRAS**

Daniela Cristiane Ota  
Marcos Paulo da Silva

O Brasil é um país continental, com muitas assimetrias e acentuados desequilíbrios entre as regiões. Tem a terceira maior fronteira terrestre do mundo, ficando atrás nesse quesito apenas de China e Rússia. Na América do Sul, o país faz fronteira com dez dos doze países existentes; somente Chile e Equador não fazem divisa com o Brasil. Esses dados já expressam a importância que as divisas territoriais tiveram e ainda têm na construção da dimensão histórica, geográfica, política, social e cultural do país.

As fronteiras brasileiras do Sul, do Centro-Oeste e do Norte representam um espaço de intercâmbio cotidiano que extrapola a questão da nacionalidade. O filósofo e linguista Tzvetan Todorov explica como se dá esta dinâmica, uma vez que nas regiões de fronteira o conjunto de características e/ou de representações simbólicas que distingue uma nação de outra é diferente, pois o outro não é um desconhecido. Ao contrário, a alteridade faz parte do seu espaço social. A fronteira une mais do que separa as populações e, portanto, a diversidade de temas que esse território permite abordar se constitui um rico e complexo material que serve de referência, inclusive, para a gestão pública e tem recebido mais espaço nos estudos e grupos de pesquisa no Brasil, nas áreas da Comunicação e do Jornalismo.

Nesse contexto, desvela-se o livro *“Fronteiras culturais e práticas comunicativas”*, coletânea que pretende preencher parte da lacuna de

sistematização de estudos voltados ao tema das relações fronteiriças no Brasil em interface com o universo comunicacional. A obra reúne 13 capítulos de 20 autores de universidades localizadas do Sul ao Norte do país e na América Latina, casos de Venezuela e México.

O pesquisador mexicano Raúl Fuentes Navarro, da Universidade de Guadalajara, abre o livro com o capítulo *“Comunicação e fronteiras: geografias e espaços simbólicos das práticas comunicativas na América Latina”*, transcrição inédita da conferência proferida em novembro de 2020, a convite do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na abertura do 29o. Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS). As reflexões de Fuentes Navarro provocam um debate fundamental sobre o pensamento comunicacional na América Latina, território marcado pelos intercâmbios culturais e trocas simbólicas nas fronteiras entre os diferentes países.

Na sequência, a primeira parte do livro é denominada *“Fronteiras: Aspectos históricos, geográficos e culturais”* e apresenta um panorama interdisciplinar – com contribuições da Geografia, da Sociologia, da História e da Música, entre outras áreas – sobre o próprio conceito de “fronteira” e sobre a configuração de algumas das principais fronteiras brasileiras pensadas não apenas como territórios, mas também como espaços geossimbólicos.

Nesse horizonte, os pesquisadores André Pasti, da Universidade Federal do ABC (UFABC), e Wagner Nabarro, da Universidade de São Paulo (USP), apresentam uma proposta de diálogo interdisciplinar da Geografia com as Ciências da Comunicação, discutindo o território usado como instância para interpretar as relações entre a comunicação e a fronteira e explicitando como as práticas comunicativas podem se relacionar com o estabelecimento dessa entidade espacial. Por sua vez, Paulo Celso Silva, da Universidade de Sorocaba (UNISO), apresenta uma



reflexão sobre o tema das fronteiras com embasamento nas propostas dos pensadores Milton Santos e Henri Lefebvre sobre os conceitos de território, cidade e, em especial, território vivido, aproximando a discussão das ideias dos sociólogos Zygmunt Bauman e José de Souza Martins.

O pesquisador venezuelano Adrián Padilla Fernández, da Universidade Nacional Experimental Simón Rodríguez, e professor visitante na Universidade Federal de Roraima (UFRR), trabalha em seu capítulo uma reflexão sobre a fronteira do extremo norte do Brasil, especificamente o território roraimense, que em tempos recentes tem sido o cenário de passagem de várias ondas migratórias entre os países do continente. No coração da territorialidade amazônica, o texto situa os processos que constituem “lugares usados” (de vida, interações, solidariedade e resistência) na sua relação com o mundo globalitário, nos termos de Milton Santos, focando-se no contexto da migração.

Também da Universidade Federal de Roraima (UFRR), o historiador Reginaldo Gomes de Oliveira apresenta uma visão histórica desde o século XV da constituição da chamada Amazônia Caribenha, região na qual as terras e populações indígenas tornaram-se com o passar dos séculos propriedade dos distintos colonizadores. O capítulo discute aspectos desse processo sociocultural, histórico e de fronteiras amazônicas na região da ilha da Guiana, temática ainda pouco explorada nos estudos mais amplos sobre o tema no Brasil.

Contribuindo para a interdisciplinaridade da obra, o músico Evandro Higa, docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), volta-se à porção Centro-Oeste do mapa e propõe uma reflexão sobre a construção de uma prática musical sul-mato-grossense, que, conectada com a música do Paraguai e da Argentina, tem como pano de fundo a temática das fronteiras nacionais. O texto apresenta como corpus analítico músicas que carregam diversas categorizações genéricas, considerando a complexidade do processo de constituição

desses gêneros musicais na música popular massiva, seus processos de apropriação, hibridização e resignificação, o constante atravessamento das fronteiras estéticas e sua relação com a construção das identidades regionais e nacionais.

Já a segunda parte da coletânea, denominada “*Fronteiras: práticas comunicativas e midiáticas*”, é devotada às interlocuções possíveis entre o complexo universo das fronteiras brasileiras e as práticas comunicativas peculiares desse locus.

Os pesquisadores Karla Maria Müller e Gesial Rocha de Araújo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Jandré Corrêa Batista, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), abrem a seção com um capítulo sobre o espaço fronteiro de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, e Rivera, no Uruguai, analisando as particularidades do periódico *A Plateia*, com circulação na localidade. Os autores se propõem a compreender como a mídia impressa local noticia em suas capas as práticas socioculturais em curso na fronteira internacional, em um período de dificuldades devido à pandemia da Covid-19.

Em seguida, a pesquisadora Roberta Brandalise, em uma guinada antropológica, revisita em 2021, uma década depois de seu estudo original, as fronteiras do Brasil com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai, identificando como os meios de comunicação digital e em rede têm sido incorporados ao cotidiano da região e são utilizados para interpretar as relações entre os respectivos países a partir de uma questão em comum: a atuação do presidente brasileiro Jair Bolsonaro nas condições materiais da geopolítica da América do Sul. De sua parte, Vera Lucia Spacil Raddatz, pesquisadora do projeto Unbral Fronteiras (UFRGS), também se debruça sobre a fronteira Sul do país, percorrendo alguns dos principais pontos de interação com os países vizinhos – Paraguai, Argentina e Uruguai –, com foco nas três emissoras pioneiras do rádio AM nas fronteiras Livramento-Rivera, Uruguiana-Libres e Foz do Iguaçu-Ciudad

del Este-Puerto Iguazu. Por meio de entrevistas, radioescuta e pesquisa nos sites e redes sociais das rádios *Cultura*, de Livramento, *Charrua*, de Uruguaiana, e *Cultura*, de Foz do Iguazu, o capítulo revisita as emissoras vinte anos depois de uma primeira pesquisa realizada em 2000. O intuito é perceber se nesta programação há preocupação com a questão da fronteira e como se constitui o rádio de fronteira no Sul do Brasil.

Do Centro-Oeste, a pesquisadora Daniela Cristiane Ota, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), realiza uma reflexão sobre a constituição sociocultural das fronteiras do Brasil com Paraguai e Bolívia, caracterizadas como lugares de intenso intercâmbio político, social, cultural e histórico. Falar deste território fronteiriço (muitas vezes constituído sem qualquer delimitação ou barreira geográfica) é uma tarefa complexa, pois ao mesmo tempo que apresenta uma dimensão multicultural, plural e fortes laços integrativos entre a comunidade, também é reconhecido como uma área violenta, marcada pela atuação do narcotráfico. O capítulo ainda constrói seu fio condutor com apontamentos sobre a mídia radiofônica na região. Também da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o pesquisador Marcos Paulo da Silva apresenta resultados de um estudo sobre as características das notícias e a percepção de noticiabilidade em um recorte regional peculiar: a região de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, cidade localizada na fronteira com a Bolívia. Para a aplicação de conceitos caros às Teorias do Jornalismo neste recorte regionalizado, o estudo vale-se de uma combinação entre análise de conteúdo, entrevistas semiestruturadas e exercícios de *gatekeeping*.

Fechando o olhar para o Centro-Oeste, os pesquisadores Cristóvão Domingos Almeida, Alessandro Mateus Fellipe e Eunice Ramos, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), discorrem sobre o fluxo migratório dos venezuelanos para compreender como eles agem para sobreviver em Cuiabá, capital estadual, cidade que recebeu um grande

fluxo de imigrantes a partir de 2017. Com ausência de moradia e acesso ao mundo do trabalho, os imigrantes encontram nas ruas movimentadas da cidade um local para se apresentar e tornar visível a luta em prol da sobrevivência. Foco da pesquisa, as dinâmicas de vida e as estratégias comunicacionais enfrentadas pelos venezuelanos que residem no município são cercadas de dificuldades, processos de exclusões e preconceitos.

Por fim, Gersika do Nascimento Bezerra, Vângela Maria Isidoro de Moraes e José Luiz Pereira de Moraes, pesquisadores da Universidade Federal de Roraima (UFRR), lançam luz sobre a experiência do projeto *Somos Migrantes*, que busca incentivar pelas redes sociais digitais a produção e a circulação de outras narrativas sobre os imigrantes e refugiados em Roraima. Apoiada na desconstrução das fronteiras no ciberespaço, o projeto se estrutura sobre dois eixos principais: a ampliação de uma rede de apoio como forma de combate à xenofobia e a co-criação de conteúdos pelos próprios imigrantes. Embasam a análise tanto os estudos empíricos do projeto *Somos Migrantes* quanto o levantamento bibliográfico sobre a cobertura e a recepção jornalística local, o midiativismo e a comunicação como um direito fundamental de cidadania.

O livro *“Fronteiras culturais e práticas comunicativas”* constitui-se, assim, uma construção coletiva que lança luz sobre aspectos importantes do tema no Brasil. Evidentemente, escolhas são necessárias em um projeto deste porte, pois não é possível contemplar apenas nos limites de um livro todas as peculiaridades das diversas fronteiras do país, tampouco a riqueza de aportes teóricos e metodológicos para a temática (outras obras, portanto, devem se somar a esta na tentativa de preenchimento dessas lacunas).

Buscou-se, por outro lado, contemplar a interdisciplinaridade e a pluralidade regional com o convite a pesquisadores de todas as regiões brasileiras. Dessa forma, no conjunto de seus 13 capítulos, mesmo sem qualquer pretensão de esgotar o debate, a coletânea apresenta um

quadro bastante complexo e multifacetado, calcado na integração regional, na solidariedade acadêmica e, especialmente, na interdisciplinaridade, muito embora com atenção especial ao campo comunicacional, mergulhando com o devido fôlego nessa temática tão cara às pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCOM/UFMS), local onde a obra foi pensada e gestada.

Boa leitura!

## **APRESENTAÇÃO**

# **COMUNICAÇÃO E FRONTEIRAS: GEOGRAFIAS E ESPAÇOS SIMBÓLICOS DAS PRÁTICAS COMUNICATIVAS NA AMÉRICA LATINA<sup>1</sup>**

Raúl Fuentes Navarro

Saúdo os dirigentes e associados da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), com a minha gratidão pelo honroso convite para proferir esta conferência inaugural de sua 29ª. Reunião Anual. Saúdo e agradeço também os professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com agradáveis lembranças da minha estada em Campo Grande em outubro de 2015, quando ministrei o seminário intitulado “Epistemologia da comunicação e mediações do local: heurísticas socioculturais”, no âmbito do Programa de Cooperação Acadêmica PROCAD/CAPES “Comunicação e mediações em contextos regionais: usos midiáticos, culturas e linguagens”.

O livro “Entre Comunicação e Mediações: visões teóricas e empíricas”, organizado por Eneus Trindade, Juciano Lacerda e Mario Luiz Fernandes e publicado em 2019<sup>2</sup>, contém textos que foram insumos ou produtos desse projeto, inclusive um de minha autoria, cujo conteúdo

---

<sup>1</sup> Conferência de abertura do 29º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), realizada no dia 24 de novembro de 2020, com organização do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Registra-se os agradecimentos ao autor e à Diretoria da COMPÓS pela disponibilização do texto. Tradução de Marcos Paulo da Silva.

<sup>2</sup> Ver: Trindade, Lacerda, Fernandes (2019).

não repetirei hoje. Não é que eu considere uma má prática acadêmica a autorreferência a obras passadas que podem preservar sua relevância e sobre as quais é necessário insistir em ampliar suas articulações e, sobretudo, o debate crítico. Normalmente faço isso e não escondo: sistematicamente torno isso explícito. A razão para não repetir, por outro lado, é que acredito que devemos repensar muitas de nossas abordagens para a problematização de nossos ambientes comunicativos, embora não todas, entre elas a consideração das dimensões de tempo e espaço como coordenadas de toda interação humana.

Principalmente nos últimos meses, devido à pandemia que temos sofrido em todo o mundo e a outros eventos, aos processos de erosão a que nosso campo acadêmico esteve submetido por cinco ou mais anos, e que requerem cada vez mais atenção à reflexão epistemológica, tem-se sobreposto uma extraordinária exacerbação de profundos e generalizados problemas éticos e políticos, que emergem associados a todos os aspectos da existência contemporânea por estratégias e práticas de comunicação reforçadas por fatores mais determinantes do que os tecnológicos, embora, evidentemente, também por eles.

Atrevo-me, inclusive, a questionar se a comunicação se distanciou de nossa capacidade de entendê-la e de controlá-la, isto é, se podemos continuar a aspirar a mediar o conhecimento social e a prática da comunicação como especialistas. Acredito que esse seja também um motivo para não repetir o que foi por mim afirmado em novembro de 2002 como o único palestrante estrangeiro no III Seminário Interprogramas da COMPÓS, quando a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo comemorou trinta anos de sua pós-graduação com uma ampla reflexão da comunidade acadêmica brasileira sobre a Epistemologia da Comunicação. A única exceção que faria, neste caso, é sobre o fato de que, para mim, o conceito de comunicação como “produção social de sentido”, central para aquela exposição, continua a ter o maior valor heurístico hoje (FUENTES NAVARRO, 2003).

Apresento, então, nesta conferência, uma sequência de perguntas, em três escalas distintas, que proponho para a reflexão e a ponderação científica crítica. Adoto como ponto de partida a premissa do sociólogo norte-americano Andrew Abbott (2004, p.3) de que “toda ciência é uma conversa entre rigor e imaginação: o que uma propõe, a outra avalia, e cada avaliação conduz a novas propostas”, todas dentro da comunidade de especialistas, por sua vez inserida num determinado contexto histórico-social, neste caso o mais exigente em muitas décadas em nível de contribuição das Ciências da Comunicação.

Para desenvolver o tema que os organizadores do Encontro me propuseram, “Comunicação e fronteiras: geografias e espaços simbólicos das práticas comunicativas na América Latina”, adoto uma racionalidade analógica e começo por evocar uma figura imaginária: a dos trópicos, a localizar alguns processos físicos e ecológicos que influenciam os ambientes globais, regionais e locais, que por sua vez determinam os contextos socioculturais das práticas de comunicação. Outra figura imaginária, a das fronteiras, opera nesses contextos e práticas como uma trama simbólica cada vez mais rígida e arbitrária, não só entre países e entidades sociopolíticas, mas também entre formações de outra natureza, como as disciplinas científicas. Por fim, focalizarei minha atenção no campo da produção e da renovação do conhecimento, sobretudo nos principais núcleos de seu arcabouço institucional, como os programas de pós-graduação e as associações acadêmicas, que também são figuras imaginárias, como as aludidas anteriormente, o que não implica que não exerçam influências efetivas e determinantes na construção mediada da realidade social. Em suma, proponho essas figuras imaginárias como recursos comunicacionais privilegiados no exercício do poder, e que por isso constituem um objeto prioritário do maior rigor crítico e analítico com que podemos abordá-las (COLDRY; HEPP, 2017).



O termo “trópico”, lembra-nos o Wikipedia<sup>3</sup>, vem do latim, e anteriormente do grego, e significa “volta”. As tradições ancestrais imaginavam duas asas, talvez manipuladas por deuses, que impulsionavam a translação da Terra em torno do Sol, sem marcar um plano perpendicular ao eixo de rotação do planeta. Os trópicos correspondem precisamente aos limites da inclinação do eixo da Terra, nas latitudes Norte e Sul próximas aos paralelos correspondentes de 23°26'. Eles são chamados por referências astrológicas, tornando-se posteriormente astronômicos, Trópico de Câncer, no hemisfério norte, e Trópico de Capricórnio, no hemisfério sul. Guadalajara, onde moro, fica um pouco ao sul do primeiro e Campo Grande um pouco ao norte do segundo, aproximadamente equidistante do equador e dos extremos da região intertropical do mundo, onde habitam pouco mais de 40% da população humana.

Deve-se notar, porém, que “os trópicos podem se estender além dos paralelos de Câncer e de Capricórnio” e, portanto, “a península da Flórida fica nos subtropicais, mas hospeda muitas espécies características dos trópicos do novo mundo”, bem como “o meio e os vales mais baixos do rio Paraná são subtropicais, mas fazem parte da região biogeográfica neotropical que inclui a Patagônia e outras regiões do sul do continente”. O Wikipedia explica com suficiente clareza que “as linhas dos trópicos constituem um conceito geométrico”, enquanto a latitude é apenas um dos fatores que modificam os conceitos, puramente geográficos, por exemplo, do clima, que se referem a processos naturais, e que eles não são uniformes ou constantes.

Por outro lado, o site da National Geographic<sup>4</sup> destaca que “54% das reservas mundiais de água renovável se encontram na região intertropical”, e – o que é mais relevante para o nosso argumento – também

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Tr%C3%B3pico>. Acesso em: 15 out. 2020.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.ngenespanol.com/traveler/en-que-region-del-mundo-habita-la-mayor-parte-de-la-diversidad-biologica/>. Acesso em: 15 out. 2020.

80% da diversidade biológica e “uma grande parte da diversidade linguística e cultural”. Ou seja, não é preciso muita suspeita para entender que nas condições gerais da incerteza natural se desenvolvem as estruturas biológicas, sociais e históricas da incerteza humana, que tendem, por sua vez, normalmente, à diversificação. O universo circundante é, sem dúvida, incerto, complexo e diverso em todos os seus níveis de existência.

Até agora, porém, há pouco que surpreenda ou contradiga o conhecimento comum, comunicado abertamente em sites da Internet. Obviamente, contudo, as ciências naturais e sociais têm questionado e desenvolvido conhecimentos mais rigorosos e transcendentais por meio de pesquisas especializadas, que em muitos aspectos dizem respeito a países como México e Brasil, cujos territórios estão localizados, em grande parte, naquela região intertropical, da qual tantas coisas dependem. Um bom exemplo é o da circulação geral da atmosfera, que regula climas, chuvas e ventos e promove a diversidade da vida no planeta, por meio dos modelos que a meteorologia chama de “células de Hadley, Ferrel e polares”<sup>5</sup>.

Sem dúvidas, apesar da incerteza, esses ciclos de pressão e temperatura relacionam muito intimamente a vegetação densa e úmida das florestas tropicais com a aridez tórrida dos desertos subtropicais e a condensação fria nos polos. Por isso, o que acontece nos trópicos determina em grande medida, de formas muito complexas, o clima no resto do planeta. Basta mencionar aqui a importância para o equilíbrio climático global da Amazônia, a maior parte localizada em território brasileiro; ou a poluição dos oceanos, sem jurisdição de nenhum Estado em particular, mas com indubitável responsabilidade de todos aqueles que permitem que neles sejam despejados resíduos não biodegradáveis.

---

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www7.uc.cl/sw\\_educ/contam/atm/atm25.htm](http://www7.uc.cl/sw_educ/contam/atm/atm25.htm); <http://blog.meteoclim.com/la-circulacion-general-atmosferica-ii>. Acesso em: 15 out. 2020.

Em termos muito gerais e simples, não há razão para acreditar que as ciências naturais sejam exatas, tampouco que seus postulados sejam imutáveis; mas é bem verdade que a intervenção humana sobre os equilíbrios naturais, e seus limites, gera dinâmicas de dependência recíproca que sem considerá-las não se pode compreender os objetos de referência para as ciências sociais e culturais, incluindo a comunicação. Mais ainda, que os fenômenos socioculturais quase sempre vão além de suas origens locais, e aparecem muitas vezes como enigmas em contextos aparentemente separados, no espaço-tempo mundial.

A geografia e outras ciências humanas têm amplamente assumido e demonstrado que a “complexidade” e a recorrência de alguns planos da realidade sobre outros que podem ser distinguidos para uma melhor compreensão de seus processos constitutivos, requerem sistemas de conceitos e de métodos de pesquisa articulados e flexíveis, bem como disposição para superar o que há alguns anos lamentava o sociólogo Gilberto Giménez (2005): “a ignorância recíproca que ainda existe – especialmente no México – entre antropólogos e sociólogos, por um lado, e geógrafos, por outro”, condição que pode ser reconhecida também, é claro, em outros lugares e entre os praticantes de outras ciências sociais, incluindo estudos de comunicação e cultura.

Sabemos bem que a história das disciplinas, e especialmente algumas versões interessadas dela, não pode ser reconstruída apenas com linhas retas e contínuas. Seguindo o ilustre geógrafo brasileiro Milton Santos, temos que reconhecer que “o mundo é um só. Se é visto de um certo prisma, para uma determinada disciplina, ou para todas as disciplinas, os materiais constituintes são os mesmos” (MOREIRA *et al.*, 2019, p. 12), embora em outro plano, e por razões associadas à institucionalização da academia, cada vez mais movimentos multidisciplinares e interdisciplinares têm sido essenciais, e suas articulações inevitáveis.

Tempo e espaço são coordenadas de toda interação humana, como apontamos antes, seguindo a teoria da estruturação de Anthony Giddens (1984), e daí se entende que as regiões socioculturais são concebidas como “a expressão espacial, em um dado momento, de um determinado processo histórico”, nas palavras de Guillermo Bonfil Batalla, e que são construções resultantes “da intervenção de poderes econômicos, políticos ou culturais do presente ou do passado”, segundo Gilberto Giménez (2007, p. 110). Em outras palavras, “regiões socioculturais” são categorias analógicas que servem para definir e analisar os fatores de estruturação da existência humana em um determinado território. Este termo é mais frequentemente utilizado para denominar espaços e processos intra ou subnacionais, mas também é usado em referência a agrupamentos territoriais supranacionais, especialmente quando é concebido como um referente de identidade, embora, claro, não seja homogêneo. Pode ser interessante e útil, nesse sentido, uma definição de 1992 do historiador Erick Van Young, para quem,

A região seria um espaço geográfico mais amplo que uma localidade, mas menor que o correspondente a um estado-nação, cujos limites seriam determinados pelo alcance efetivo de certos sistemas cujas partes interagem em maior medida entre si do que com os sistemas externos... Por um lado, as suas fronteiras não têm de ser impenetráveis e, por outro, não é necessário que essas fronteiras coincidam com as divisões políticas ou administrativas mais facilmente identificáveis, ou mesmo com características topográficas. (VAN YOUNG, 1992, p.3).

Nem será necessário tentar fazer qualquer referência acadêmica às fronteiras nacionais ou regionais brasileiras, porque aqui se sabe, tanto na cultura acadêmica quanto no cotidiano, muito mais do que posso investigar, localizado nos outros trópicos. Vou apenas enfatizar que nenhum país americano faz fronteira com tantos outros como o Brasil; seu território é circundado por Uruguai, Argentina, Paraguai,

Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, dez dos doze países sul-americanos, já que apenas Chile e Equador não fazem fronteira territorial com o Brasil.

O que isso significa em termos de diversidade de regiões socioculturais dentro e ao redor do território brasileiro, explica a grande riqueza de variáveis de uma identidade latino-americana genérica associada a diferentes condições de intercâmbio e influência mútua que devemos teoricamente reconhecer. As fronteiras entre as regiões socioculturais costumam ser espaços densos de intersecção que promovem processos de hibridização que, segundo Néstor García Canclini (1997, p. 112), “não constituem uma simples mistura de estruturas ou práticas sociais discretas e puras que existiam separadamente, e quando combinadas geram novas estruturas e novas práticas”. A comunicação é, obviamente, a forma essencial dessa interação, onde se realiza como “produção social de sentido” e não como mera troca de mensagens.

Numa perspectiva espacial mais ampla, embora conceitualmente semelhante, as fronteiras no continente americano marcam não só as origens da conquista colonial e da distribuição de territórios entre potências, mas também múltiplos conflitos mais recentes, alguns deles dolorosamente atuais. A migração de multidões tem sido constante e tem mostrado que, de fato, as fronteiras não são impenetráveis, apesar dos esforços para materializá-las, para despojá-las de seu caráter imaginário e transformá-las em barreiras físicas, embora não menos simbólicas. Talvez o caso mais notável na América seja o da fronteira entre o México e os Estados Unidos, que se estende por mais de três mil quilômetros, ao longo da qual acontecem os episódios mais intensos e dramáticos, muitas vezes violentos, de hibridização e sincretismo cultural, que se manifestam, em ambos os lados do muro, a grandes distâncias da fronteira.

É evidente que, além da diversidade de identidades e culturas em interação, as fronteiras também expõem claramente as desigualdades en-

tre as populações e as condições de vida, o acesso ao desenvolvimento humano e aos direitos universais. As fronteiras não são igualmente permeáveis ao tráfego em um sentido como no outro; ao invés disso, a simetria é uma condição excepcional. E a expansão da pandemia do coronavírus que afeta o mundo inteiro é mais do que uma evidência eloquente dessa permeabilidade assimétrica. Muito rapidamente, sobretudo devido ao tráfego aéreo internacional, a infecção ultrapassou as fronteiras nacionais, cujo fechamento administrativo não a impediu em nenhum país. Da mesma forma, as fronteiras entre os indivíduos, na escala mais curta e direta de contágio, sejam elas barreiras físicas, como máscaras ou práticas de higiene e distanciamento interpessoal, não parecem ter sido suficientemente rígidas e impermeáveis em qualquer lugar.

No entanto, as curvas de impacto e os padrões de propagação do vírus em diferentes populações apresentam divergências notáveis, que nem a biologia ou a imunologia, ou mesmo a demografia, conseguem explicar por si mesmas. Infelizmente, nem Brasil, México, Peru, Colômbia ou Argentina, com diferentes políticas e estratégias de contenção, têm conseguido estabelecer fronteiras eficientes contra a invasão do vírus, embora seja verdade que também não tenham conseguido outros países pouco semelhantes aos latino-americanos, como Grã-Bretanha, França, Espanha, Irã... ou os Estados Unidos. Esses dez países, aliás, são os que apresentaram maior taxa de óbitos por infecção por coronavírus por 100.000 habitantes até o final de outubro de 2020, e é fato que as taxas de Peru, Brasil, Espanha e México são proporcionalmente maiores que a dos Estados Unidos, país com maior mortalidade em números absolutos (RAMOS, 2020)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Dados da Universidade Johns Hopkins em 19 de outubro de 2020, divulgados em uma reportagem da BBC redigida por Marcela Ramos, pesquisadora assistente da Universidade de Glasgow, na Escócia: “Coronavirus: ¿por qué América Latina es la región con más muertes en el mundo?”. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-54597871>. Acesso em: 19 out. 2020.

Entre as respostas que podem ser formuladas por ora sobre a pergunta “por que a América Latina é a região com mais mortes no mundo em razão da pandemia?”, para além, evidentemente, das estratégias de saúde deficientes e inoportunas para a contenção dos surtos de contágio, considera-se decisivo, em citação textual da reportagem da BBC, que “uma boa comunicação e coordenação otimiza a tomada de decisões e dá mais legitimidade à autoridade e às estratégias implementadas” (RAMOS, 2020), o que obviamente não tem acontecido na região. O historiador e jornalista mexicano Héctor Aguilar Camín (2020) destacou recentemente em sua coluna diária, enfaticamente, que “o próprio vírus não foi responsável por tantas mortes. Os verdadeiros responsáveis são os governos. Em um sentido amplo, também suas sociedades indisciplinadas. Mas a verdadeira responsável pelas mortes tem sido a estratégia antipandêmica de cada país, e isso foi estabelecido pelos governos”.

Além disso, o impacto econômico desigual que as estratégias pandêmicas e antipandêmicas infligiram a setores e regiões não pode ser reduzido a um único fator, tampouco o notável aumento da violência doméstica ou o aumento do número de pessoas desaparecidas ou enterradas clandestinamente, ou dos crimes impunes durante esse período, entre muitas outras dimensões trágicas concomitantes à pandemia no México e em outros países. Por outro lado, será necessário discutir porque esse fator de “boa comunicação e coordenação” é tão decisivo e em que consiste uma responsabilidade governamental, mas antes gostaria de me referir à figura imaginária da América Latina como uma região sociocultural multi ou supranacional.

Durante a segunda metade do século passado, o historiador mexicano Edmundo O’Gorman (1977) propôs a tese de que a América não foi descoberta, mas “inventada”, de modo que a chave para sua compreensão não está na identidade, mas em seu sentido histórico, isto é, a chave não está no passado, mas no futuro, e não está na geografia ou na história,

mas na comunicação, eu acrescentaria. O'Gorman (1977, p. 152) apontou que “a América, na verdade, foi inventada sob a modalidade física de ‘continente’ e sob a modalidade histórica de ‘novo mundo’”. Surgiu, então, como uma entidade física dada, já feita e inalterável, e como uma entidade moral dotada da possibilidade de se realizar na ordem do ser histórico”.

Rechaçar a ideia de que o mundo era uma ilha com três partes (Europa, Ásia e África) foi uma contribuição principalmente ibérica; descartar que o modelo europeu foi o ápice da civilização, foi uma contribuição anglo-saxônica; e juntas essas são as duas “libertações” nas quais “se constrói a grandeza da invenção da América, a dupla etapa, decisiva e irreversível, no cumprimento do programa ecumênico da Cultura do Ocidente” (O'GORMAN, 1977, p. 159). Para O'Gorman (1977), em suma, o conservadorismo colonial, e não o “ocidental”, foi o principal inimigo da realização histórica da América (MORA SILVA, 2018, p. 209).

Esta tese abre uma perspectiva orientada para o futuro como vetor de sentido e, portanto, permite incorporar a comunicação em nosso quadro de interpretação como um “fator constitutivo e não superestrutural do social”, como postulado por Antonio Pasquali (1963, p.47) mais de meio século atrás, para contrapor esse conceito a uma visão instrumental, típica da redução da comunicação à difusão da mídia.

De outra parte, a persistência em políticas que buscam resgatar uma única suposta identidade latino-americana primitiva, representada pelos povos originários, como se todos compartilhassem a mesma história e identidade anteriores à “invenção da América”, e a sobrepô-la ante ao “colonialismo ocidental”, pode estar por trás das dificuldades seculares que têm impedido o avanço de múltiplos projetos de integração latino-americana, desde o período da independência no início do século XIX até iniciativas mais recentes. Já referindo-se ao contexto de “globalização” e a suas crises, o cientista político alemão Peter Birle (2018, p. 247-269) explicou muito recentemente que:



A cooperação regional na América Latina e no Caribe aumentou significativamente nos últimos 25 anos, levando ao surgimento de uma variedade de novos mecanismos bilaterais e multilaterais de cooperação e integração. Embora não tenha havido uma integração política em sentido estrito, a situação atual difere fundamentalmente daqueles tempos em que as relações intra-latino-americanas eram caracterizadas por percepções e rivalidades recíprocas de ameaças e governos militares e prevalecia a doutrina da segurança nacional. Hoje, apesar das profundas divergências e assimetrias, existe um desejo fundamental de cooperação regional em muitas áreas políticas. Isso não deve ser esquecido, apesar de todas as críticas legítimas ao estado atual do regionalismo latino-americano.

Aliás, no campo das relações internacionais se faz uma distinção entre “regionalismo” e “regionalização”. Regionalismo é entendido como “um processo liderado principalmente por estados e seus governos para construir e sustentar instituições e organizações regionais formais”, enquanto a regionalização “se refere principalmente a atividades transnacionais ascendentes de atores não estatais, como grupos de interesse, movimentos sociais, empresas e organizações não governamentais” (BIRLE, 2018, p. 248). A regionalização, assim entendida, é “mais um componente ou capítulo da globalização” (KACOWITZ, 2008, p. 116), contexto em que, segundo o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2020, p.323), uma espécie de “vida no limite” ou “na fronteira” está implícita para muitos, e a biopolítica acaba por deslocar rapidamente doutrinas e regimes até recentemente considerados válidos ou pelo menos como modelos socioculturais aos quais dever-se-ia aspirar.

Até agora, pode-se considerar que algumas premissas contextuais e referenciais necessárias para identificar e discutir as tendências mais recentes e aparentemente universais no desenvolvimento

de estratégias e práticas de comunicação, o que no início desta conferência chamei de “a extraordinária exacerbação de problemas éticos e políticos profundos e generalizados”, permanecem inescapavelmente imbricadas em dinâmicas históricas como a regionalização, ou seja, em movimentos de reconhecimento de projetos sociais não regulados em termos governamentais. Acredito que seja responsabilidade central da pesquisa universitária e dos programas de pós-graduação em Comunicação formular de forma mais precisa possível como interpretar e intervir, e não apenas uma ou outra das tarefas, naquele sistema que poderia ser chamado de “espiral”, já não a do silêncio, como a hipótese clássica de Elizabeth Noelle-Newmann (1995) sobre a opinião pública, mas a da “estridência fugaz”.

Enquanto a primeira “espiral” foi baseada na suposição de que a mídia de massa, ou sua transmissão social, foi ou é a fonte mais importante de informação para os indivíduos regularem suas opiniões no sentido da aprovação social mais provável em seu ambiente, e assim evitar o isolamento, parece que agora prevalece a tendência de deslocar essa importância pela influência das redes telemáticas ou das redes sociais, que não incluem no seu quadro institucional um corpo editorial que seja responsável pela informação que é divulgada e pela avaliação de seus referentes ou de seus propósitos, ou dos projetos sociais por trás de suas campanhas, mas que provavelmente por isso se mostraram mais imediatamente manipuláveis e instrumentalizadas do que nunca.

Pode ser por isso que tantos projetos políticos populistas no mundo, e principalmente aqueles que conseguiram assumir governos, contam com estratégias de limitação, fragmentação, descontextualização, estridência e emocionalismo para reduzir a “carga” informativa e aumentar a exploração das crenças em sua propaganda, mas também em sua comunicação institucional. A utilização de meios de comunicação e de plataformas como *Facebook*, *Twitter* ou *Instagram* comple-

mentam esta estratégia com um recurso intensivo à desqualificação, mentira, insulto ou desinformação, multiplicados e mobilizados nas redes através de agentes humanos ou artificiais. Prevalece a antítese da comunicação como prática conversacional, embora obviamente não conduza à observação analítica ou à ação social correta que requeira objetivos como a prevenção e o combate à pandemia ou a participação democrática na tomada de decisões.

Quando George Orwell descreveu na década de 1940 a operação do “Ministério da Verdade” de 1984, ou quando Anthony Burgess, na década de 1960, apontou a terapia “Ludovico” de Laranja Mecânica como um programa político, eles desenvolveram literariamente figuras imaginárias que foram claramente superadas por realizações práticas, rigorosamente analisadas criticamente, mas ainda insuficientemente explicadas e valorizadas. É especialmente importante considerar os processos determinantes da concentração econômico-industrial que hoje reduzem os agentes dominantes globalmente a não mais que quatro consórcios: *Google*, *Facebook*, *Amazon* e *Apple*, todos com origem nos Estados Unidos, embora, por serem transnacionais, apresentem natureza que excede sua própria lógica a qualquer soberania nacional.

O contexto sócio-comunicacional que tem sido reconhecido, na última década, sob termos como “mídiatização” ou “ecologia das novas mídias”, não implica simplesmente o surgimento de novas mídias, ou de novos dispositivos de mediação, mas por meio deles remete à individualização dos acessos à geração, circulação e apropriação de propostas de sentido sobre praticamente qualquer aspecto ou dimensão da existência. Trata-se de uma verdadeira “revolução tecnológica”, no sentido histórico-cultural, pois estende a segmentos cada vez maiores da população mundial os usos sociais dos recursos expressivos e interpretativos, embora naturalmente não de forma homogênea ou equilibrada. Mas resta saber se essa expansão pode ser identificada com “democratiza-

ção”. Tudo parece indicar que não, pois pelo menos no sentido em que Raymond Williams (2000, p. 98) o considerou em suas Palavras-chave, o termo “democracia” pode facilmente deslizar para a “demagogia”, especialmente nas práticas predominantes de partidos, da mídia e de outros agentes políticos contemporâneos. Outra história é o destino que em muito pouco tempo abalou as análises entusiásticas de autores influentes como Manuel Castells (2009; 2012; 2018) sobre os movimentos sociais e seu uso “revolucionário” das chamadas “novas mídias”, ou mesmo da “autocomunicação de massa”.

Em síntese, em contextos sociais nos quais os impactos e estímulos emocionais mais imediatos são apreciados e por vezes superestimados quanto à sua eficácia, a comunicação pública tornou-se efetivamente o espaço privilegiado para a construção e o exercício do poder, o que aparentemente dotou o campo de estudo da comunicação de relevância sem precedentes. Para o pesquisador dinamarquês Stig Hjarvard (2012, p. 27-34), entre outros, “nosso campo de pesquisa passou da periferia para o centro da academia”, embora sua institucionalização e seu significado possam estar em risco justamente por essa midiaticização da cultura e da sociedade. Tais riscos advêm de várias condições simultâneas, principalmente da articulação entre fragmentação, instrumentalização e interdisciplina, uma vez que “muitos subcampos foram desenvolvidos em resposta ao surgimento de determinadas tecnologias da mídia, predominantemente envolvidas na pesquisa aplicada” (HJARVARD, 2012, p. 31), em detrimento da pesquisa básica, crítica e pós-disciplinar da comunicação.

Do ponto de vista da análise do campo acadêmico, deve-se destacar que já em 2012, ao analisar tendências em nível internacional, alguns observadores presumiram “que as ciências sociais logo entrariam em uma era pós-disciplinar” (UNESCO, 2012), modalidade de organização acadêmica que venho explorando desde pelo menos 1994, acom-

panhando autores como Immanuel Wallerstein (1998), Louis Menand (2010) e, mais recentemente, Muniz Sodré (2014) ou Silvio Waisbord (2019). A proposta, que parece muito adequada aos estudos da comunicação, implica fundamentalmente que a pesquisa seja desenhada, executada e avaliada com base em “problemas situados de conhecimento” e não em premissas e protocolos teórico-metodológicos disciplinares tradicionais, que necessariamente resultarão em troca.

Esta mudança de perspectiva está relacionada com a possibilidade de uma nova integração das ciências naturais e sociais, entre elas, dos estudos da comunicação, e pode significar que o conhecimento será cada vez mais orientado para “comunidades epistêmicas integradas” (UNESCO, 2012, p. 197) cujo interesse é a solução de problemas contextuais, reconhecidos pela sua multidimensionalidade e complexidade. Em outras palavras, voltando à fórmula de Abbott, a pós-disciplinaridade pode criar uma lógica sistemática adequada para enfatizar a imaginação e o rigor, uma tarefa crítica que por sua própria natureza deveria ser vivida nas universidades.

A universidade não é, em nenhum sentido, uma entidade social que pode ser isolada de seu entorno histórico, nem de suas dimensões econômicas, políticas ou culturais. Mas também não pode ser apenas um reflexo ou uma extensão instrumental das realidades sociais. Não faria sentido cultivar o conhecimento existente para simplesmente reproduzi-lo, sem a possibilidade de alterar seu valor de mercado, ou de influenciar a própria estrutura de mercado. E esse princípio poderia ser considerado ainda mais válido no que se refere à formação profissional do que à pesquisa universitária.

Utopicamente talvez, nos programas de pós-graduação, além de se obter um diploma por meio da redação de uma tese, é imprescindível estimular o estudante a ampliar o horizonte e fortalecer sua própria posição diante dele, desaprender muitas práticas rotinizadas e irracionais

adquiridas na vida ou mesmo na universidade em si, e substituí-las por esquemas mais avançados de aquisição, organização e aplicação do conhecimento. É preciso também reformular os termos de responsabilidade assumidos, e uma forma estratégica de fazer tudo isso é enfatizar o exercício da capacidade de ouvir os outros, de avaliar com toda precisão as possibilidades de colaboração entre pares, pois as de confronto competitivo se manifestam sozinhas com mais facilidade.

Por fim, faz-se preciso evitar o risco de confundir compromisso ou relevância social com consistência e rigor acadêmico. O trabalho universitário exige manter os dois imperativos em tensão, não substituindo um pelo outro, como tem acontecido com muita frequência: há “militantes” de causas sociais e habitantes “de torres de marfim”, e não se deve seguir irrefletidamente o exemplo de um ou de outro.

Diante da crescente abundância de causas sociais no entorno e até mesmo no interior das próprias universidades, é necessário insistir na necessidade de cultivar o rigor acadêmico, a responsabilidade profissional e o conhecimento fundamentado e argumentado, principalmente nos programas de pós-graduação onde convivem acadêmicos e estudantes de várias formações e com vários interesses de desenvolvimento futuro. Devemos insistir na reflexividade, na capacidade de se observar criticamente, na medida em que a lógica produtivista dos indicadores parece impor a rapidez e a superficialidade. Devemos insistir no rigor, na medida em que a cultura da opinião imediata prevalece sobre a cultura do pensamento profundo. A ênfase deve ser colocada na formação geral na medida em que aumenta a pressão por uma especialização sem fundamentação. E, acima de tudo, é necessário reforçar a capacidade coletiva de imaginar alternativas: explicações e consequências alternativas às práticas comunicacionais e políticas atuais.

Muito obrigado.

## REFERÊNCIAS

ABBOTT, Andrew. **Methods of Discovery**: Heuristics for the Social Sciences. New York & London: W.W. Norton, 2004.

AGUILAR CAMÍN, Héctor. **Nuestros muertos**. Em Milenio Diario, 2 de novembro de 2020, p.3. Disponível em: <https://www.milenio.com/opinion/hector-aguilar-camin/dia-con-dia/nuestros-muertos>. Acesso em: 02 nov. 2020.

BIRLE, Peter. Cooperación e integración regional en América Latina: entre la globalización y la regionalización. In: SERBIN, Andrés (ed.), **América Latina y El Caribe Frente a Un Nuevo Orden Mundial**: Poder, Globalización y Respuestas Regionales, Buenos Aires: Icaria Editorial/ Ediciones CRIES, 2018, p.247-269.

CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. New York: Oxford University Press, 2009.

CASTELLS, Manuel. **Networks of outrage and hope**: Social movements in the Internet Age. Cambridge UK: Polity Press, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Rupture**: The Crisis of Liberal Democracy. Cambridge UK: Polity Press, 2018.

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **The mediated construction of reality**. Cambridge UK: Polity Press, 2017.

FUENTES NAVARRO, Raúl. La producción social de sentido sobre la producción social de sentido: hacia la construcción de un marco epistemológico para los estudios de la comunicación. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003, p.15-40.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas y estrategias comunicacionales.** Estudios sobre las Culturas Contemporáneas. Época II, Vol. III, Núm. 5, 1997.

GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society:** Outline of the Theory of Structuration. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1984.

GIMÉNEZ, Gilberto. **Territorio, cultura e identidades: la región sociocultural.** Estudios sobre la cultura y las identidades sociales. Guadalajara: ITESO/CONACULTA, 2007.

GIMÉNEZ, Gilberto. **Territorio e identidad.** Breve introducción a la geografía cultural. Trayectorias, Vol. VII No. 17, 2005, p. 8-24.

HAESBAERT, Rogério. **Vivir en el límite:** Territorio y multi/transterritorialidad en tiempos de inseguridad y contención. México: Siglo XXI Editores, 2020 (Edición de Kindle).

HJARVARD, Stig. **Doing the Right Thing.** Media and Communication Studies in a Mediatized World. Nordicom Review, Supplement, v. 33, n. 1, 2012, p. 27-34.

KACOWITZ, Arie. **América Latina en el mundo:** globalización, regionalización y fragmentación. Nueva Sociedad. N. 124, 2008.

MENAND, Louis. **The Marketplace of Ideas:** Reform and Resistance in the American University. New York: W.W. Norton & Company, 2010.

MORA SILVA, Julimar del Carmen. **Utopias and dystopias of our History:** Historiographical approximation to 'the Latin American' in the Mexican social thought of the 20th century (Edmundo O'Gorman, Guillermo Bonfil Batalla and Leopoldo Zea). História da Historiografia, v. 11, n. 28, 2018.



MOREIRA, Sonia Virgínia *et al.* **10 anos: o percurso do grupo de pesquisa Geografias da Comunicação no Brasil.** São Paulo: Intercom, 2019.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio.** Opinión pública: nuestra piel social. Barcelona: Paidós, 1995.

O GORMAN, Edmundo. **La invención de América.** Investigación acerca de la estructura histórica del nuevo mundo y del sentido de su devenir. 2.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

PASQUALI, Antonio. **Comunicación y Cultura de Masas.** Caracas: Monte Ávila, 1963.

RAMOS, Marcela. **Coronavirus: ¿por qué América Latina es la región con más muertes en el mundo?.** BBC, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-54597871>. Acesso em: 19 out. 2020.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum.** Notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

TRINDADE, Eneus, LACERDA, Juciano, FERNANDES, Mario Luiz (Orgs). **Entre Comunicação e Mediações: visões teóricas e empíricas.** São Paulo: ECA-USP; Campina Grande: Editora da UEPB, 2019.

UNESCO. **Informe sobre las Ciencias Sociales en el mundo.** Las brechas del conocimiento. México: UNESCO/ISSC/Foro Consultivo Científico y Tecnológico/COMECOSO, 2012.

VAN YOUNG, Eric (ed.). **Mexico's Regions.** San Diego, University of California: Center for United States Mexican Studies, 1992.

WAISBORD, Silvio. **Communication: A Post-Discipline.** Cambridge UK: Polity Press, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar las Ciencias Sociales**. México: Siglo XXI/ CIICH UNAM, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **Palabras Clave**. Un vocabulario de la Cultura y la Sociedad. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

# SUMÁRIO

<b>Parte 1 – Fronteiras: Aspectos históricos, geográficos e culturais</b> .....	36
<b>Capítulo 1 – Fronteira e o território usado: contribuições da Geografia aos estudos de comunicação</b>	
Wagner Nabarro e André Pasti .....	37
<b>Capítulo 2 – Territórios vividos e fronteiras na (in)segurança da Globalização: diálogos na busca de um futuro possível</b>	
Paulo Celso da Silva .....	60
<b>Capítulo 3 – Fronteira, migração e poder simbólico</b>	
Adrián Padilla Fernández .....	79
<b>Capítulo 4 – Amazônia Caribenha: Processos Históricos e Relações de Fronteira</b>	
Reginaldo Gomes de Oliveira .....	105
<b>Capítulo 5 – As marcas das fronteiras na música de Mato Grosso do Sul</b>	
Evandro Rodrigues Higa .....	131

<b>Parte 2 – Fronteiras: práticas comunicativas e midiáticas.....</b>	<b>151</b>
<b>Capítulo 6 – Mídia e Fronteiras: análise das práticas socioculturais fronteiriças presentes nas capas do jornal impresso A Plateia, de Santana do Livramento-Rivera</b>	
Karla Maria Müller, Jandré Corrêa Batista e Gesiel Rocha de Araújo.....	152
<b>Capítulo 7 – O Brasil pensado pela fronteira sul</b>	
Roberta Brandalise .....	179
<b>Capítulo 8 – Um Olhar sobre o Rádio na Fronteira Sul do Brasil com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai</b>	
Vera Lucia Spacil Raddatz .....	204
<b>Capítulo 9 – Fronteira sul-mato-grossense: identidade cultural e apontamentos sobre a mídia radiofônica</b>	
Daniela Cristiane Ota .....	227
<b>Capítulo 10 – Noticiabilidade em um contexto de fronteira: características e percepção das notícias entre jornalistas, assessores de imprensa e leitores em Corumbá (MS)</b>	
Marcos Paulo da Silva.....	257
<b>Capítulo 11 – Comunicação, Fronteira e Processo Migratório: os Venezuelanos em Cuiabá</b>	
Cristóvão Domingos Almeida, Alessandro Mateus Fellipe e Eunice Ramos .....	288
<b>Capítulo 12 – O projeto <i>Somos Migrantes</i> e a co-criação comunicativa de imigrantes venezuelanos em Roraima</b>	
Gersika do Nascimento Bezerra, Vângela Maria Isidoro de Moraes e José Luiz Pereira de Moraes.....	316

## **PARTE 1 – FRONTEIRAS: ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E CULTURAIS**

# FRONTEIRA E O TERRITÓRIO USADO: CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA AOS ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO

Wagner Nabarro

André Pasti

## Introdução

A fronteira é um conceito derivado do conceito de território (BENEDETTI, 2014), bastante caro à Geografia na medida em que associa o espaço geográfico às diversas instâncias sociais, ao poder, à cultura, à economia. Pensar o espaço e seu papel ativo na construção das sociedades tem colocado à Geografia, como campo disciplinar, o desafio de pensar as diversas dimensões da vida social, estabelecendo com as demais áreas do saber reflexões conjuntas que permitam, ao mesmo tempo em que se avança no desenvolvimento de conceitos, entender como considerações espaciais podem contribuir para estruturar novos raciocínios. Dentro dessa perspectiva, o campo de debates em torno das Geografias da Comunicação vem avançando em discussões como o dos espaços fronteiriços e das fronteiras, conceitos geográficos que permitem trazer a dimensão espacial às diversas reflexões sobre a comunicação na sociedade.

Dentro das contribuições presentes neste livro, que associam a noção de fronteira às práticas comunicacionais e abrem novos caminhos para a pesquisa e para o desenvolvimento de novas práticas, propomos o território usado como instância para interpretar as relações entre a comunicação e a fronteira, explicitando como as práticas comunicativas podem se relacionar com o estabelecimento dessa entidade espacial. Pensar a fronteira é, nesse sentido, uma maneira de pensar a sociedade em seu uso do território.

Procuramos dar ênfase ao entendimento do território usado, enquanto um sinônimo de espaço geográfico (SANTOS, 1994), portanto quadro da vida social e fundamento para a reflexão sobre as fronteiras. Entendido por Milton Santos como híbrido entre materialidades e ações sociais, o espaço geográfico compreende o movimento, os usos e projetos, e baseia-se na indissociabilidade dos sistemas de objetos e sistemas de ações. Os diferentes sentidos para o debate teórico sobre as fronteiras encontram, no território usado, grande potência para a análise das dinâmicas comunicacionais.

Desse modo, o presente capítulo está organizado da seguinte forma: buscaremos, primeiramente, discutir como a fronteira evoluiu, no pensamento geográfico, de uma noção geométrica para um elemento espacial integrado ao uso do território. Em seguida, analisamos limites e problemas no pensamento sobre a fronteira a partir das transformações socioespaciais que acompanham as tecnologias da informação e da comunicação. Apresentamos, então, quatro abordagens sobre as fronteiras que potencializam as reflexões sobre comunicação e território. Por fim, propomos uma reflexão sobre os diferentes usos do território nas práticas de comunicação por meio dessas abordagens.

### **Fronteiras: do geometrismo ao uso do território**

A fronteira, como noção, está associada à ideia de “frente” – a parte frontal de um território, de um campo do saber, de uma área em expansão, de uma campanha militar. Sobretudo associa-se historicamente à divisão entre territórios nacionais, resultado da incorporação da noção como conceito geográfico e político, principalmente após a formação do sistema moderno de Estados-nação estabelecido no século XVII com a paz de Vestfália, a partir da qual progressivamente se estabelecem limites territoriais para todo o mundo.

Esse reconhecimento foi fruto do período renascentista que marcou a fronteira como instrumento para representação simbólica da apropriação do espaço territorial, o que esteve associado ao avanço das ciências matemáticas, geométricas, astronômicas e cartográficas (FERRARI, 2014). Logo, as fronteiras passam a ser não apenas representadas, mas projetadas (MARTIN, 1997, p. 36) e, com isso, Estados passam a traçar, por meio de conflitos ou de acordos, linhas divisórias entre si, o que exige um conhecimento métrico do espaço e um sistema de coordenadas que permitam, com precisão, explicitar até que ponto se estendem os domínios de cada um. A partir dessas linhas, o território se organiza, e Lia Machado (2005) propõe que além dessa geometria, pensando a partir do caso brasileiro, é possível falar de uma faixa de fronteira – porção de território definida juridicamente como relativa àquele limite – e zona de fronteira – um espaço de interações, ampliado conforme as possibilidades de circulação, material e informacional.

Duas ideias fundamentais para a compreensão do conceito atual de fronteira são o *limite* e o *poder*. A fronteira política, afinal, representa um limite que comunica a extensão do poder sobre um território. Conforme Cataia (2007, p. 5), “são formas assumidas pelos limites que, cristalizados no território, são a expressão da relação que o homem mantém com os outros homens por meio do território”, criando compartimentações cuja explicação inclui variáveis culturais, sociais, econômicas e espaciais. É possível dizer que a fronteira surge como “reconhecimento espacial da presença do outro (...) e a necessidade de uma nitidez maior nesse reconhecimento espacial do outro fez com que o caráter político da fronteira adquirisse uma nova forma, mais rígida e exata: o limite” (GOMES, 2014, p. 260).

A concepção de fronteira é, portanto, um debate amplo. Como observado em síntese realizada por Cataia (2008, p. 16), a fronteira pode ser considerada como órgão do Estado (como propunha F. Rat-



zel), uma região de expansão (K. Haushofer), um limite da organização do espaço (H. Isnard), uma descontinuidade política (M. Foucher) ou mesmo uma zona camuflada em linha (C. Raffestin). Por vezes é encarada como zona de pressão entre dois poderes, que, por meio de conflitos, estabelecem até onde cada um deles consegue chegar. Porém, nem sempre resulta de pressão, como pontua Gottmann (2007), podendo ser resultado de simples acordo convencional. Afinal de contas, como aponta esse autor, a circulação representa a possibilidade de mudança nos limites e, conforme cada vez mais acelerada, faz com que os lugares não sejam estáveis. Fronteiras, assim, estariam sempre sendo redefinidas, bem como a relação que indivíduos estabelecem com elas.

No mundo contemporâneo, marcado pela organização em redes que buscam se mundializar, são as fronteiras que limitam, por vezes, seu funcionamento, estabelecendo uma permanente tensão. Conforme Milton Santos (2009, p. 265), “as fronteiras são um fato econômico, financeiro, fiscal, diplomático, militar, além de político” e, tal como sejam, ao passo que são muitas vezes atravessadas e desrespeitadas pelas redes, acabam por balizá-las já que sua força vem de múltiplas variáveis e não podem, por isso, serem simplesmente ignoradas.

Consideramos, como María Laura Silveira (2006, p. 89), que a extensão é historicamente produzida, fruto de um processo lógico, sendo, portanto, possível abordá-la de diferentes formas, incluindo, conforme sugestão da autora, a partir das variáveis determinantes no período, configuradas no espaço das redes. Fluxos de informação, assim, tornam-se relevantes também para a compreensão das relações fronteiriças estabelecidas. Assim, ao passo que sistemas técnicos e informacionais permitem impor um uso do território munido de cada vez maior racionalidade instrumental (SANTOS, 2009, p. 221), as fronteiras constituem parte desse uso, em interação com tais sistemas, baseando-se neles, por vezes, e antagonizando-os, por outras.

Se as fronteiras são inicialmente ligadas ao mundo da natureza, depois tornam-se construções políticas – “problemas cotidianos que, com a passagem dos séculos e a persistente busca de conceitos que revelassem as formas fixas, inspiraram um vocabulário forte do saber geográfico” (SILVEIRA, 2006, p. 82). Seu traçado ou sua disputa demonstram, assim, perspectivas de poderes e intencionalidades entre os agentes envolvidos, sendo importantes não apenas para um contexto externo às regiões ou territórios, mas também para aquele interno. Conforme “outorgam coerência e integridade, clausura ou coesão, continuidade ou conformação” (BENEDETTI, 2018, p. 317), as fronteiras não constituem apenas divisão, sendo também elementos que compõem a configuração territorial, participando na própria integração do território (CATAIA, 2008, p. 18).

Identificando três propriedades espaciais para as fronteiras, Benedetti (2018, p. 311) elenca que para entidades espaciais maiores (como regiões) é possível tratar de sua configuração ou coesão; separação ou disjunção; e relação ou conjunção. Por isso, considera que é possível, ao modo do processo de regionalização, identificar uma fronteira (*bordering*): um “esforço estratégico e contínuo de criação de diferenças no espaço com o estabelecimento de fronteiras”. A fronteira é, nessa medida, associada ao surgimento ou à transformação de regiões em ambos os lados, ajudando a defini-las e redefini-las, tanto em suas relações externas como também internas.

Para analisá-las, portanto, Cataia (2008) sugere duas matrizes de uso do território: uma referida ao uso hegemônico (objeto do Estado e das grandes empresas) e outra ao uso subalterno (objeto de movimentos sociais e grupos de resistência e contestação). Isso porque todos os agentes de cada lado da fronteira, bem como aqueles que estão mesmo em seu limite preciso, estabelecem distintas relações conforme o modo como o território é usado por eles. Trazemos de Gottmann (2012) a

ideia de que, se para uns o território é usado como recurso, para outros serve de abrigo, e daí as distintas abordagens, representações, simbolismos e disputas que se estabelecem em torno desses limites traçados.

Pensar a fronteira a partir do território usado é, portanto, uma maneira de considerar não apenas a clássica abordagem política a partir da tensão entre os Estados, mas lançar vistas às demais relações que se estabelecem em torno das fronteiras e aos diversos indivíduos e agentes sociais que têm nelas um ponto de referência, como benefício ou prejuízo. São usos que, muitas vezes, conflitam entre si e que colaboram para contestar permanentemente o estabelecimento desses limites que, longe de serem naturais, sempre atendem mais ou menos a algum propósito, fornecendo, assim, a dinamicidade da fronteira, como forma e como conceito.

### **As novas tecnologias da comunicação e pontos de atenção no debate sobre fronteiras**

A análise das fronteiras a partir do território usado permite superar alguns equívocos de leituras aespaciais sobre as dinâmicas comunicacionais. O desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação e as transformações decorrentes devem ser lidas levando em consideração as dinâmicas territoriais: trata-se de uma busca pelo conteúdo do território. Conforme Silveira (2004, p. 90), é “a funcionalização dos eventos no lugar que produz uma forma, um arranjo, um tamanho do acontecer”, considerando que, “no instante seguinte, outra função cria outra forma e, por conseguinte, outros limites”. Conforme a autora, muda a extensão do fenômeno porque muda a constituição do território, com outros objetos e outras normas convergindo para criar novos arranjos.

É fundamental interpretar as tecnologias a partir da compreensão do fenômeno técnico, isto é, da técnica entendida em sua totalidade, inseparável da política (SANTOS, 2009). Leituras espaciais das inovações técnicas na comunicação, sem considerar o fenômeno técnico, acompanharam a ascensão de ideias-força e discursos como os de “aldeia global”, “fim das fronteiras” e “fim dos territórios” baseados na difusão e apropriação, seletiva, das novas tecnologias. É fundamental retomar o tema para entender alguns dos desafios do debate sobre fronteiras.

Nos anos 1970 e 1980, a organização da comunicação global acompanhou a ascensão do debate por uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC). Esse debate, baseado em uma análise geográfica da comunicação, problematizou os fluxos informacionais desiguais entre países centrais do capitalismo e os países não-alinhados, tendo importante incidência na Unesco (RODRIGUEZ, 2012). Nessa instituição, o relatório final da comissão sobre o tema, chamado “Um mundo e muitas vozes” e conhecido como Relatório MacBride, propôs a realização de uma série de políticas que pudessem combater as desigualdades herdadas da capacidade de comunicar dos diferentes territórios. No entanto, o boicote dos Estados Unidos à Unesco em função desse relatório e o advento da Internet acompanharam um deslocamento do debate público sobre comunicação — que permitiu a retomada de outra ideia-força: a aldeia global, de Marshall McLuhan (BALDESSAR, 2005).

A noção de “aldeia global” foi cunhada com base na afirmação de que o progresso tecnológico teria reduzido o planeta à situação de uma aldeia (MCLUHAN, 1974, p. 174). Para McLuhan, os meios eletrônicos de comunicação “contraem o mundo, reduzindo-o às proporções de uma aldeia ou tribo onde tudo acontece a toda gente ao mesmo tempo: todos estão a par de — e, portanto, participam em — tudo o

que está acontecendo, no minuto em que acontece” (CARPENTER; MCLUHAN, 1980, p. 16). Elaborada em uma análise ainda centrada na televisão, a noção ganhou força no debate público com o estabelecimento das redes globais de informação. Para Milton Santos (2000, p. 40-41), a possibilidade de comunicação instantânea “permitiu que fosse cunhada essa expressão, quando, na verdade, ao contrário do que se dá nas verdadeiras aldeias, é frequentemente mais fácil comunicar com quem está longe do que com o vizinho”. Além disso, para o autor, “quando essa comunicação se faz, na realidade, ela se dá com a intermediação de objetos. A informação sobre o que acontece não vem da interação entre pessoas, mas do que é veiculado pela mídia” – com seus interesses associados. A concentração desse poder comunicacional segue sendo um dado dos nossos territórios e os diversos outros negócios dos donos da mídia os impulsionam a articular agendas de interesses cruzados, como aponta a pesquisa Media Ownership Monitor Latin America (REPORTEROS SIN FRONTERAS, 2019).

Na aldeia de McLuhan entraria, ele admite, apenas quem detém a tecnologia e desfruta dela (BALDESSAR, 2005). Daí entendermos, com Santos (2000, p. 41), essa aldeia global e o mundo “sem fronteiras” para a comunicação como mitos, que apregoam “a realização do sonho de um mundo só, já que, pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiros, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo de séculos houvessem sido todas esgarçadas”. Ainda para este autor,

Fala-se [...] em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. *Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de ho-*

*mogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal.* (SANTOS, 2000, p. 18-19, grifo nosso).

Essas reflexões nos permitem o questionamento sobre quais agentes e lugares reúnem as condições para se apropriar, efetivamente, do controle dessas novas tecnologias da comunicação — já que “a ideologia de um mundo só e da aldeia global considera o tempo real como um patrimônio coletivo da humanidade” (SANTOS, 2000, p. 28). As possibilidades de apropriação dessas técnicas têm se concentrado ainda mais, com a conformação de monopólios digitais (VALENTE, 2019) e “o surgimento e a rápida expansão de corporações que se apoiam em plataformas, aplicativos e algoritmos, fato que tem modificado as formas de organização das relações socioespaciais” (TOZI, 2020, p. 488).

Cabe contrapor, assim, o entendimento de que a globalização acompanha um abandono das fronteiras, como adotado por alguns discursos – debatidos em Cataia (2007). Como afirma Santos (2000, p. 42, grifo nosso), fala-se “de uma humanidade desterritorializada, uma de suas características sendo o *desfalecimento das fronteiras como imperativo da globalização*”. O autor ressalta que as fronteiras mudaram de significação, mas afirma que elas “nunca estiveram tão vivas, na medida em que o próprio exercício das atividades globalizadas não prescinde de uma ação governamental capaz de torná-las efetivas dentro do território”.

Torna-se necessário, assim, diferenciar os fluxos diante da porosidade seletiva das fronteiras. Conforme Cataia (2007), uma fronteira pode até não ter mais eficácia frente às ondas eletromagnéticas dos fluxos informacionais e financeiros, mas ainda “representam o dentro e o fora quando se trata das mercadorias, das pessoas e da política”. Na mesma direção, Santos (2000) afirma que as fronteiras se torna-

ram porosas para o dinheiro e para a informação, uma abertura sempre seletiva, que se dá em contextos desiguais de controle das dimensões políticas e técnicas das redes, com regulações diversas, implicando relações de poder e políticas públicas que consideram os limites herdados e refazem permanentemente os conteúdos dos territórios.

Nesse sentido, propomos como um caminho mais potente de análise a consideração da comunicação e da fronteira a partir de quatro abordagens: a fronteira como limite de alcance da circulação; a fronteira como zona de interação, nos fluxos de espaços transfronteiriços; a fronteira como informação, a ser incorporada e usada pelo Estado, indivíduos ou instituições; e a fronteira como espaço da dialética entre a circulação interna e externa.

### **Comunicação, circulação de informações e abordagens da fronteira**

A primeira abordagem trataria a fronteira como um limite de alcance da circulação. Partimos do pressuposto, com Haesbaert (2016, p. 6), de que controlar e delimitar o espaço implica também, de alguma forma, controlar e impor limites ao tempo. Esses limites da circulação estão mediados pelo controle das redes. Para Haesbaert (2016), os limites são componentes indissociáveis das fronteiras – enquanto “o limite trabalha obrigatoriamente com alguma ideia de fixação”, a fronteira envolveria “a concepção de movimento e transformação do espaço”. É essencial desvendar o estabelecimento desses limites por meio de normas, regulações, apropriações técnicas e controles verticais das redes.

Refletir sobre as fronteiras como limites implica em um reconhecimento das dinâmicas verticais e horizontais que marcam a organização do espaço no atual período (SANTOS, 2009). Ao estudar as dinâmicas fronteiriças entre países africanos, Antonio Gomes (2014)

contrapõe as dinâmicas fronteiriças mais horizontais – relacionadas ao movimento de populações, que embora divididas a partir de um processo de delimitação territorial, seguiram em relação e por vezes até alavancaram suas trocas; e por outro lado, dinâmicas mais verticais, relacionadas sobretudo aos sistemas técnicos de transporte, que evidenciam que, embora o limite não seja impeditivo das trocas entre países, a falta de sistemas adequados que o atravessassem por vezes as prejudica. Assim sendo, explicita a dinâmica complexa que une as populações de cada lado de uma fronteira, envolvendo o propósito de sua divisão, o acesso a recursos técnicos e informacionais, as relações sociais existentes antes e depois da delimitação, entre outros.

Uma segunda abordagem seria da fronteira como zona de interação, analisando os *espaços fronteiriços*. Benedetti (2014, p. 43, tradução nossa) afirma que

a fronteira pode ser entendida como um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de objetos e ações. [...] Nesta linha, o espaço fronteiriço constitui uma noção genérica, que inclui às fronteiras adjacentes, de cada um dos territórios justapostos, que se articulam de alguma maneira e que engendram uma nova entidade, bipartite ou tripartite. A fronteira de cada território surge como ação de um ou reação frente ao outro; é espelho e reflexo da vizinha. Os componentes básicos de um espaço fronteiriço são o limite internacional e as duas fronteiras adjacentes. Territórios interiores de governo, territórios produtivos transfronteiriços, lugares de fronteira e caminhos são outros dos tantos elementos que participam na configuração do espaço fronteiriço como sistema.

Trata-se, pois, de reconhecer o espaço fronteiriço, tendo a comunicação como um elemento fundamental de suas dinâmicas territoriais, já que a troca está no centro das interações e articulações dos lados da fronteira. Jansson e Falkheimer (2006) já chamavam a atenção



para a falta de estudos sobre o papel da mídia de massas em contextos transfronteiriços ou sobre a criação de novos espaços e comunidades através das fronteiras nacionais.

Em terceiro lugar, poderíamos tratar a própria fronteira como uma informação, a ser incorporada e usada pelo Estado, indivíduos ou instituições. Enquanto informação, a fronteira é, para Raffestin (1993), indispensável às ações sociais. Conforme Cataia (2007), retomando a noção de forma-conteúdo de Milton Santos, poderíamos reconhecer o caráter informacional das fronteiras – a fronteira porta uma ação social e, justamente por isso, condiciona a sociedade que a criou; a fronteira seria “uma concreção da vida social que se realiza por meio de sua cristalização” (CATAIA, 2007, p. 7). Para este autor, “a fronteira é informação porque são os homens, as sociedades que lhe atribuem essa função. Delega-se às fronteiras o papel de informar – para controlar – ao conjunto da sociedade o que pertence e o que não pertence a um dado espaço” (CATAIA, 2007, p. 8). Este autor lembra, por fim, que a fronteira permanece como informação, podendo, ainda, incorporar e transmitir novas informações e ordens.

Por último, propomos a abordagem da fronteira como espaço marcado pela dialética entre a circulação interna e externa. Para Milton Santos, o processo de evolução da totalidade do espaço supõe um confronto entre fatores externos e internos (SANTOS, 2012, p. 103). Podemos considerar, como Santos (2012, p. 104-105), que o interno é aquilo tudo que “num momento dado, já está presente num lugar determinado”, variáveis que têm a mesma dimensão do lugar, enquanto o externo é aquilo cuja sede é fora do lugar, tendo uma escala de ação, portanto, maior do que ele. Todo lugar tem, portanto, variáveis internas e externas, sendo que estas últimas se internalizam, incorporando-se logo à escala local. Isso não se dá de maneira arbitrária, mas é resultado de uma combinação que articula variáveis internas e externas. Assim, a eficácia do fator externo varia conforme os valores internos dos luga-

res, que se diferenciam por sua resistência e determinam “as modalidades do impacto sobre a organização preexistente”. A comunicação é um vetor fundamental das dinâmicas do interno e do externo dos lugares, e as fronteiras se refazem permanentemente nessas articulações dialéticas, com sínteses em movimento, entre forças internas e externas. Articulando essas abordagens, é possível discutir a fronteira e os usos do território.

### **Comunicação e papel da fronteira no uso do território**

Se o uso do território é, como vimos, balizado pela fronteira como elemento integrador e dissociador do espaço geográfico, nos compete refletir sobre as relações sociais estabelecidas entre diferentes agentes na medida em que o território é por eles usado, colocando a fronteira e a comunicação como elementos chave.

O primeiro agente a ser levado em conta é justamente aquele capaz e responsável por legitimar a fronteira. A partir de seu aparato jurídico-normativo, o Estado representa o traçado da fronteira conforme acordado com os demais territórios, somando a isso as eventuais disputas, tensões e litígios. Nessa perspectiva, Raffestin (1993, p. 167-169) identifica algumas funções da fronteira para o Estado: a demarcação permite o exercício de funções legais, de controle e fiscais. A primeira está associada à delimitação de uma “área no interior da qual prevalece um conjunto de instituições jurídicas e normas que regulamentam a existência e as atividades de uma sociedade política”. A segunda e a terceira, por sua vez, estão associadas, respectivamente, ao controle e inspeção da circulação – de bens, homens e informações – e à circunscrição fiscal que permite instrumentalizar uma política econômica – e que é tanto menos atuante quanto mais liberalizadas as trocas.

A definição legal é um fundamento da fronteira e as políticas direcionadas aos espaços em disputa são exemplares. Em áreas de fronteira,

especialmente aqueles cuja extensão encontra-se em litígio, fazer circular informações, estabelecer uma comunicação governamental, por vezes mesmo a definição do idioma oficial a partir do qual é autorizado o ator de comunicar-se, pode representar um importante trunfo político. Observamos que, para Raffestin (1993, p. 39), o Estado “só abre certas vias de comunicação e traça certas fronteiras” para “ver” o melhor possível, recortando o espaço em malhas mais ou menos cerradas. Daí a importância estratégica que têm certos traçados, bem como a ação de empurrá-los ou questioná-los com vistas à expansão do território ou região.

A relação das zonas próximas à fronteira com a política dos Estados é importante, tanto mais quanto maior for sua tensão. Assim, nas faixas de fronteira, Müller *et al* (2010) apontam que se impõem o internacional e o local, mas também o nacional na medida em que a distância dos centros de poder e de decisão política e econômica é quase sempre uma queixa. Em estudo sobre a faixa de fronteira do sul brasileiro, Silveira e Adamczuk (2004) apontam que as fronteiras brasileiras são testemunho histórico da vulnerabilidade às políticas de fronteiras nacionais, especialmente tendo em conta a experiência comunicacional como elemento de referência para a sociedade em geral, especialmente nos aspectos inerentes à globalização.

Uma determinada política de comunicação pode beneficiar meios que se encontrem em áreas mais centrais de um país e marginalizar as áreas de fronteira, ou pode promover ativamente fluxos informacionais nas zonas de fronteiras por mais distantes que sejam, até mesmo fortalecendo as trocas transfronteiriças<sup>1</sup>. Em áreas de fronteira como aquelas da região norte do território brasileiro, por exemplo, a

---

<sup>1</sup> Como exemplo de política de comunicação nesse sentido, caberia importante menção ao programa Mercosul Audiovisual (CANEDO; LOIOLA; PAUWELS, 2015), que criou condições para um audiovisual de fronteira no espaço fronteiriço que engloba Argentina, Paraguai e Brasil, potencializadas posteriormente pelo programa federal argentino Polos Audiovisuais Tecnológicos (PASTI, 2021).

presença estatal se faz fundamental em grandes porções fronteiriças nas quais há pouca presença de redes técnicas e um baixo nível de urbanização. Considerar que dentro do escopo das ações governamentais pode se encaixar a prática comunicativa é uma forma de pensar a comunicação a partir desses usos do território. Afinal, estar na periferia, para Santos (2007a, p. 118), é dispor de menos meios efetivos para atingir as fontes do poder, dos quais se está insuficientemente informado, e por isso a distância geográfica é duplicada pela distância política. Esse é o caso de muitas áreas de fronteira especialmente em territórios bastante extensos como é o brasileiro. A seletividade espacial, inclusive da informação, pode levar a um desfavorecimento das populações periféricas.

Temos então a relação dos empreendimentos econômicos com as fronteiras, de empresas que, em seu espaço corporativo, buscam por vezes desdenhar e por vezes se aproveitar da segregação e delimitação estabelecidas. A fronteira, nesse sentido, pode tanto se mostrar como obstáculo quanto como oportunidade – a delimitação fiscal, por exemplo, pode favorecer a circulação apenas de produtos elaborados internamente no país, conferindo vantagem competitiva à indústria ou à agricultura nacional. Nesse sentido, também a comunicação deve ser levada em conta: os sistemas técnicos que permitem à informação fluir podem ser passíveis de controle em maior ou menor grau, bem como os incentivos econômicos podem determinar quais atividades comunicativas poderão ter maior sucesso.

Ao passo que o espectro eletromagnético que permite a transmissão de sinais de rádio e televisão tradicionalmente são regulados pelos Estados e distribuídos conforme disposições constitucionais mais ou menos liberais, as redes de internet têm uma regulação muito mais complexa e disputada, uma regulação híbrida (ANTAS JÚNIOR, 2005) bastante discutida na escala internacional, que envolve, para além dos

Estados nacionais, uma série de agentes privados que, ao mesmo tempo em que advogam por sua especialidade técnica na elaboração das regras da rede, buscam ter representados seus interesses perante elas. Assim, na medida em que muitas das atividades corporativas de comunicação se organizam em redes, também devemos considerar que, conforme Raffestin (1993, p. 156), “a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura comunicação. É uma rede de disjunção”, e uma mesma rede pode permitir a comunicação para a qual foi concebida, mas impedir outras, sendo ela uma imagem do poder ou dos atores dominantes.

Nesse sentido, a relação interno-externo de que tratamos anteriormente mostra-se fundamental para uma abordagem da prática da comunicação em relação às fronteiras. Conforme a fronteira é, para os Estados, também a extensão de sua regulação – inclusive a comunicacional – para as empresas é a extensão na qual determinadas regras devem ser observadas. Assim, a fronteira pode ser, para um grupo de comunicação, um espaço da censura, o limite a partir do qual determinados conteúdos não podem ser circulados. Por outro lado, podem ser o espaço a partir do qual lhe é garantido o direito de comunicar, um direito que se estende desde a garantia da concessão de um veículo midiático até a viabilização econômica de uma atividade comunicativa.

Atingir todos os pontos do território, para grupos de comunicação que se pretendam nacionais ou mesmo internacionais, pode ser uma meta e um desafio. Munhoz (2013), por exemplo, trata da solidariedade organizacional estabelecida pelas emissoras afiliadas que embasa a rede de televisão Globo, que exige a atuação conjunta de grande número de agentes para abranger uma extensão tão grande, demandando inclusive acordos com poderes públicos locais. Em outra abordagem, associada diretamente à fronteira, Raddatz (2009) evidencia como a comunicação por rádio pode ser um elemento integrador transfronteiriço, desde que devidamente considerada econômica, cul-

tural e politicamente. Müller et al (2010) trazem uma discussão sobre a comunicação nas faixas de fronteira, apontando por meio de pesquisas nas fronteiras do Rio Grande do Sul (Brasil com Uruguai e com Argentina) e em Mato Grosso do Sul (Brasil com Paraguai e com Bolívia) que, embora comumente incluam expressões que demonstram mescla cultural ou apresentem versões bilíngues, nem sempre isso é feito de maneira organizada ou ideal para uma comunicação efetiva.

Finalmente, os indivíduos, que veem no território a possibilidade de atender suas necessidades, desde sua sobrevivência cotidiana até seu direito de se comunicar. A fronteira pode ser, para eles, tanto um obstáculo – às migrações, por exemplo – quanto um elemento de integração, quando esta o permite – o contato com nações ou regiões vizinhas, as trocas informacionais e econômicas estabelecidas, a luta por questões comuns.

Ainda que alienados das formas de comunicação hegemônicas que atravessam fronteiras, indivíduos podem recorrer, especialmente pela viabilização econômica e técnica de novas maneiras de se comunicar, a formas alternativas de comunicação, por vezes baseadas nas relações horizontais estabelecidas no território – as quais Milton Santos (2009) identifica como horizontalidades. Movimentos sociais têm, por exemplo, muito a ganhar se, uma vez observado que a fronteira é estabelecida enquanto intencionalidade muitas vezes arbitrária com respeito às relações sociais das populações, considerarem a construção de pautas comuns, dinâmicas similares ou objetivos compartilhados, que podem reunir agentes de ambos os lados dos limites traçados.

Como transfronteiriço, Benedetti (2018, p. 324) identifica um movimento no qual se caminha em direção à borda da região vizinha, em direção de atravessá-la. Um movimento, na medida em que a fronteira é uma parada. Enquanto agentes da circulação, as populações estão sempre a desafiar as fronteiras e, a partir da perspectiva do uso que

se faz do território, pode-se pensar em relações transfronteiriças mesmo no sentido do cotidiano, pensando, como Santos (2009), no sentido de um espaço banal, o qual transcende as redes, mas também as malhas políticas. Um espaço no qual a comunicação se dá sem necessariamente respeitar ao comando hegemônico, portanto nem sempre tendo a fronteira como um obstáculo, mas como um contato com o outro, com aquele que é separado ou fragmentado, com o qual se podem estabelecer frutíferas trocas políticas, econômicas e culturais.

Assim, a fronteira pode ser pensada como um “lugar onde é possível a criação do novo” (HUERTAS, 2007, p. 91). Um espaço diferenciado se a pensamos a partir de suas dinamicidades, “por uma perspectiva de lugar feito por sujeitos, que têm seu cotidiano pautado por uma peculiaridade territorial” (MÜLLER; LEOBETH, 2017, p. 74). Afinal, nos lugares, diz Santos, “cooperação e conflito são a base da vida em comum” (2009, p. 322), justamente pelo cotidiano compartilhado entre pessoas, firmas e instituições, cada qual com ação própria e vida social em comum.

Para isso, podemos refletir sobre uma perspectiva de comunicação a partir dos fluxos de informação ascendentes, como coloca Silva (2010, p. 2), que seriam aqueles associados a “dinamismos mais arraigados ao lugar, ao dilema da sobrevivência, da resistência e da reprodução”, a partir sobretudo da “troca efetiva de informações fundadas no cotidiano compartilhado”, isto é, uma comunicação ascendente (PASTI, 2018). Conforme Santos (2007b, p. 82), é possível considerar que, nesse sentido, formas espaciais vindas do passado podem ser reabilitadas pela simples atribuição de novas finalidades; trata-se de reconstruir o espaço para que não seja veículo de desigualdades sociais, e da sociedade para que não as preserve. Fronteiras não precisam, assim, representar desigualdades, fragmentações e isolamentos, mas serem repensadas a partir do que representam para as populações no uso cotidiano do território.

## REFERÊNCIAS

ADAMCZUK, Lindamir Ester; SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. Indústrias culturais e faixa de fronteira no Brasil Meridional. **Mercator**, v. 3, n. 5, 2004. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/133>. Acesso em: 21 out. 2021.

ANTAS JÚNIOR, Ricardo Mendes. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. 1. ed. São Paulo: Fapesp, 2005.

BALDESSAR, Maria José. Nem McLuhan, nem McBride: e agora? In: III SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE PESQUISA DA COMUNICAÇÃO, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005.

BENEDETTI, Alejandro. Chaves para pensar sobre fronteiras a partir de uma perspectiva geográfica. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 22, n. 2, São Paulo, 2018 p. 309–328. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/133707>. Acesso em: 20 out. 2021.

BENEDETTI, Alejandro. Los espacios fronterizos binacionales del sur sudamericano en perspectiva comparada. **Revista GeoPantanal**, v. 8, n. 15, Corumbá, 2014, p. 37–62. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/274>. Acesso em 20 out. 2021.

CANEDO, Daniela; LOIOLA, Elisabeth; PAUWELS, Caroline. Recam e a política cinematográfica do Mercosul: promoção da integração regional e da diversidade cultural? **Políticas Culturais em Revista**, v. 1, n. 8, Salvador, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/13462>. Acesso em: 20 out. 2021.

CARPENTER, Edmund; MCLUHAN, Marshall. **Revolução na Comunicação**. São Paulo: Zahar, 1980.

CATAIA, Márcio. A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios. **Scripta Nova**, v. 11, n. 245, Barcelona, 2007. Disponível: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24521.htm>. Acesso em: 20 out. 2021.



CATAIA, Márcio. Fronteiras: territórios em conflitos. **Geografia em questão**, v. 3, n. 1, Cascavel (PR), 2010. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4296>. Acesso em: 20 out. 2021.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. **Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 10, Marechal Rondon (PR), 2014. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161>. Acesso em: 20 out. 2021.

GOMES, Antonio. Formação e dinâmicas das fronteiras no território moçambicano. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 4, n. 2, Campinas, 2014, p. 259–284. Disponível em: <https://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/165>. Acesso em: 20 out. 2021.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, Campinas, 2012, p. 523–545. Disponível em: <https://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86/0>. Acesso em: 20 out. 2021.

GOTTMANN, Jean. **La politique des États et leur géographie**. Paris: Éditions du CTHS, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Limites no espaço-tempo: a retomada de um debate. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, n. 1, Brasília, 2016, p. 5–20. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/27>. Acesso em: 20 out. 2021.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da fachada atlântica ao âmago da hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola**. 2007. 332f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, 2007.

JANSSON, André; FALKHEIMER, Jesper. Towards a geography of communication. In: FALKHEIMER, Jesper; JANSSON, André (Org.). **Geographies of Communication**. Goteborg: Nordicom, 2006.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Conti-nente em chamas. Globalização e território na América Latina**, p. 243–284. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1997.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação: como extensões do homem**. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

MÜLLER, Karla Maria *et al.* Comunicação e Integração Latino-Americana: a participação da mídia local na construção da cultura e da identidade fronteiriça. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 12, n. 2, São Leopoldo, 2010, p. 116–125. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/index.php/fronteiras/article/view/4673>. Acesso em: 20 out. 2021.

MÜLLER, Karla Maria; LEOBETH, Thaís. Mídia e fronteiras: abordagens do Campo das Ciências da Comunicação nos primeiros anos do século XXI. **Cadernos de estudos culturais**, v. 9, n. 18, Campo Grance, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/5681>. Acesso em: 21 out. 2021.

MUNHOZ, Eliane Regina. Rede Globo de televisão no território brasileiro: sistema de emissoras afiliadas. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 17, n. 2, São Paulo, 2013, p. 261–281. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74948>. Acesso em: 20 out. 2021.

PASTI, André. **Mídia, território e comunicação ascendente: políticas e disputas para a democratização da comunicação na Argentina**. 2018. 305f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11022019-121054>. Acesso em: 21 out. 2021.

PASTI, André. Voces locales en el audiovisual argentino: la regionalización de la comunicación en el Programa Polos Audiovisuales Tecnológicos. **Estudios Socioterritoriales. Revista de Geografía**, n. 29, Buenos Aires, 2021, p. 01–23. Disponível em: <https://ojs2.fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/estudios-socioterritoriales/article/view/953>. Acesso em: 20 out. 2021.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. **Rádio de fronteira: da cultura local ao espaço global**. 2009. 187f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15868>. Acesso em: 21 out. 2021.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- REPORTEROS SIN FRONTERAS. **Media Ownership Monitor Latin America** - Panorama Regional América Latina, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://latin-america.mom-rsf.org/es/>. Acesso em: 21 dez. 2019.
- RODRIGUEZ, Gustavo Gonzalez. New scenarios for the Right to Communicate in Latin America. In: FRAU-MEIGS, Divina *et al.* (Org.). **From NWICO to WSIS - 30 years of communication geopolitics**: actors and flows, structures and divides. Bristol (UK): Intellect, 2012.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2012a.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 2012b.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 2007a.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1994.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2007b.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- SILVA, Adriana Bernardes da. Círculos de informações e novas dinâmicas do território brasileiro. XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010.
- SILVEIRA, María Laura. Escala geográfica: da ação ao império. **Terra Livre**, v. 2, n. 23, São Paulo, 2004, p. 87–96. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/195>. Acesso em: 20 out. 2021.
- SILVEIRA, María Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 10, n. 2, São Paulo, 2006, p. 81–91.

TOZI, Fabio. Da nuvem ao território nacional: uma periodização das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 24, n. 3, São Paulo, 2020, p. 487–507. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/168573>. Acesso em: 20 out. 2021.

VALENTE, Jonas. **Tecnologia, informação e poder**: das plataformas online aos monopólios digitais. 2019. 399 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

# TERRITÓRIOS VIVIDOS E FRONTEIRAS NA (IN) SEGURANÇA DA GLOBALIZAÇÃO: DIÁLOGOS NA BUSCA DE UM FUTURO POSSÍVEL

Paulo Celso da Silva

## Espaço... a fronteira final

*Espaço... A fronteira final... Estas são as viagens da nave estelar Enterprise, em sua missão de cinco anos para explorar novos mundos, para pesquisar novas vidas, novas civilizações...Audaciosamente indo aonde nenhum homem jamais esteve!*

Na série televisiva *Star Trek* (Jornada nas Estrelas, para a TV brasileira) a entrada dos capítulos informava aos espectadores/tripulantes que a nave Enterprise saía em busca de novas fronteiras, com uma proposta de intercâmbio cultural, mas sem intervenção nos níveis sociais, tecnológicos das civilizações as quais teriam contato. Avançar em busca de novas civilizações, ultrapassando barreiras e dificuldades desvendando e descobrindo novos conhecimentos era algo positivo para a tripulação do capitão James T. Kirk e seu oficial comandante Spock.

Outra ficção, agora musical-teatral com Fausto Fawcett e os Robôs Efêmeros, nos conta a história do super gueto de capitalismo exacerbado de Copacabana. Seus moradores vivem a vertigem audiovisual proporcionada por telões em “um território, paralelo à Sarney e à Teófilo Moreira, um vácuo financeiro e industrial dominado por gigantescas empresas transnacionais, gigantescas empresas armamentistas brasileiras” (FAWCETT, 1989).

A leitura que a arte possibilita da questão fronteiriça, não esconde a problemática que está em sua essência: as fronteiras estão postas para diferenciar grupos, pessoas, nações, civilizações e nunca para uni-las.

Este capítulo reflete o tema das fronteiras tendo como embasamento as propostas de Milton Santos quando trata do conceito de território e, em especial, do território vivido, aquele de todos, das empresas hegemônicas e das pessoas em geral. Em consonância, propomos um diálogo do geógrafo com o sociólogo Zygmunt Bauman em sua conferência “Novas Fronteiras e valores Universais”, proferida no Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona (CCCCB), em 22 de março de 2004. Completa o diálogo José de Souza Martins, que reforça a fronteira como o *locus* demarcatório das diferenças e, no limite, de identidades excludentes que se sobrevaloram com relação aos que estão “do lado de lá”.

A fronteira final, se existir, está para ser desbravada. Inclusive, podemos nos perguntar acerca dessa possibilidade de existir um final, ainda que seja difícil saber se será feliz. Em certo momento d’uma Estação no Inferno, Rimbaud (2021, p.119) vai afirmar que “o relógio da vida parou há pouco. Não estou mais no mundo. – A teologia é séria, o inferno está certamente *embaixo* – e o céu nas alturas. – Êxtase, pesadelo, sono num ninho em chamas”; e também temos assim uma existência fronteiriça e demarcada em três territórios possíveis para o homem: céu – Terra – inferno. Demarcados, demarcáveis na existência de cada conforme os limiares de cada momento, somente na transformação seremos capazes de produzir visões para além de fronteiras físicas e sociais.

## **Espaço = Território usado/vivido**

A primeira questão que se coloca é de definir o território. Tomando por ponto de partida as propostas de Milton Santos, ele afirmava que o espaço é “o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (1996, p. 19) sendo a configuração territorial uma das categorias internas em que, por exemplo, paisagem, divisão territorial do trabalho, espaço produzido seriam outras.

Mas o conceito de espaço em processos de globalização requer uma outra leitura; e o próprio Santos (2000a, p. 2) vai considerá-lo “não como sinônimo de apenas território, mas como território usado, e este é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas”. Podemos, por extensão, considerar que o território usado é também o meio técnico, científico e informacional uma vez que nestes territórios tão heterogêneos de vivências, a comunicação pode ou não ser imediata, ficando o meio interligado com a hegemonia ou não dos atores que nele participam, assim como a transformação de territórios em hegemônicos pelos usos que deles são feitos. Ou seja, não apenas as pessoas, grupos, empresas são hegemônicos, mas o território também, como ator que é, ou como Santos (2004, p. 116) afirmava constantemente, o território guarda um “estatuto ontológico e epistemológico próprio”, daí a importância e o relevo de seus estudos e considerações em todas as áreas do conhecimento.

Para Santos, esse território vivido em processos de globalização nos faz viver e refletir acerca de três momentos que caracterizam o contemporâneo em que a globalização é vivida como fábula, como perversidade e como possibilidade. Estes momentos não são hierárquicos e nem excludentes, ao contrário, a todo momento temos mostras cotidianas da fábula em nossos aparatos tecnológicos com mensagens, notícias, fotos e registros globais, locais de interesse da mídia internacional, interesses apenas pessoais, mas que nos trazem o sentimento

de pertença em algo maior que está acontecendo naquele instante com todos. A fábula do acontecer instantâneo informacional via mídias móveis substitui, muitas vezes, o acontecer solidário: melhor fotografar o roubo ou acidente que ajudar a vítima...

Dialogando com Santos<sup>1</sup>, podemos indicar aqui, também a perspectiva de Henri Lefebvre, o qual apresenta uma caracterização do espaço em três momentos: a) espaço concebido, b) espaço percebido e c) espaço vivido. Sendo o primeiro o espaço de quem detém o poder econômico, financeiro e ainda, daqueles que planejam o espaço e o avaliam para cima ou para baixo por suas representações (bairro perigoso, bairro rico, área de mansões, por exemplo). O segundo, é vivido e percebido por todos em suas práticas diárias e necessárias, o filósofo francês vai posicioná-lo entre os espaços concebido e vivido. Uma vez que o espaço vivido é o da representação, vive-se por meio e transpassado por imagens, símbolos, ícones que indicam o quê e como viver o espaço, com a ressalva de que neste espaço também estão alguns artistas e aqueles que o descrevem (filósofos, escritores). O primeiro é o espaço dos dominadores, o terceiro é o espaço dos dominados; e é neste que as possibilidades de modificação e apropriação de símbolos e signos não verbais ocorrem (LEFEBVRE, 2006, p. 40).

Ainda devemos implicar nessas duas propostas teóricas, a riqueza e a importância do cotidiano pois, se o cotidiano é o reino da alienação e da repetição de gestos e atitudes é também a possibilidade que os autores indicam para a superação do consumidor rumo ao cidadão. Santos (2004, p. 121-122) vai dizer “rumo à geografia cidadã” e não apenas aos pobres, chegando inclusive a pensar a possibilidade de uma geografia indígena, hoje cada dia mais necessária, e Lefebvre vai cunhar o direito à cidade, inclusive como título de uma de suas obras mais conhecidas pelo meio acadêmico e político.

---

<sup>1</sup> Para uma análise mais detalhada desse diálogo, ver: Legroux e Morcuende (2021).



Ainda que Santos e Lefebvre não falem em fronteira, no sentido de divisão territorial comumente utilizado, está implícito em suas reflexões acerca da cidade e do urbano, para ficar em dois temas, as mais variadas formas originadas do termo *limes*, ou seja, que pode ser entendido, ao mesmo tempo, como as estradas para atingir os territórios ou como uma linha fronteiriça<sup>2</sup>. Dessa forma, para ambos os autores, nas sociedades capitalistas, o *limes* pode se apresentar tanto como uma barreira imposta para evitar que os não proprietários adentrem, é o caso clássico dos condomínios horizontais ou os muros que separam a propriedade privada da pública (casa x rua), mas também encontramos *limes* nos locais de consumo, que segregam ou discriminam seja pela indumentária ou pela aparência física das pessoas.

Convivemos com *limes*, com as quais criamos e recriamos socialmente maneiras de justificar a necessidade de sua existência, por vezes pela segurança, outras tantas pela insegurança que a diferença imprime nos grupos e o sentimento de perda da liberdade. Exatamente, nesse ponto, Bauman nos oferece possibilidades para ampliar as reflexões.

### **Novas Fronteiras = valores Universais**

Em conferência no Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, em 22 de março de 2004, durante o ciclo “Fronteiras”, Bauman (2006, p. 5) inicia sua fala com a máxima “Muitas culturas, uma humanidade” enquanto uma ótima possibilidade para refletir e abordar o mundo líquido atual. “‘Muitas culturas é uma realidade’. ‘Uma Humanidade’ é um destino, um propósito, uma tarefa ideal”. E finaliza seu raciocínio afirmando que o passado são as “‘Muitas Culturas’ e o futuro ‘uma Humanidade’”.

---

<sup>2</sup> O termo *limes* tem origem no latim e representava a linha imaginária e/ou artificial do Império romano. Ver verbete *limes*: <https://www.treccani.it/enciclopedia/tag/limes/>

Mais do que um jogo de palavras, o que Bauman nos sugere é a emersão da diversidade como um fato a ser considerado pelas pessoas; aqui a emersão guarda suas concepções de vir à tona e do reaparecer de um astro após eclipsado pela sombra ou ingerência de outro, no caso a necessária unidade do gênero humano. Por extensão, o sociólogo nos faz rever a fronteira como um elemento invisível dessa equação entre diversidade cultural e unicidade do gênero humano: “a fronteira é aquilo que separa e agora conecta culturas” (BAUMAN, 2006, p. 6).

Entretanto, os contemporâneos desenvolveram uma obsessão por fronteiras, por demarcações que nos diferenciem dos demais, mesmo sabendo que todos somos diferentes sendo uma só humanidade. Ainda assim, criamos ou imaginamos seu traçado e isso resulta mais diferenças e separação na unicidade do gênero. Já posta, a fronteira não consegue se sustentar por si só e criamos justificativas, teorias para elas. Mas, essa obsessão também decorre de uma situação de interesse geral para relacionarmos às propostas anteriores apresentadas do território vivido:

Em poucas palavras, podíamos dizer que a nossa obsessão atual com as fronteiras provém do fato de já não acreditarmos em nossas esperanças, do fato de que tentamos urgentemente encontrar soluções locais para problemas produzidos globalmente, todavia estas soluções não existem e nem podem ser encontradas. Somente pode haver soluções globais para problemas globais. Porém, estas soluções globais, estão fora de nosso alcance. Todas as ferramentas de ação coletiva criadas historicamente são locais: não transcendem as fronteiras do estado-nação. Não temos nenhuma ferramenta eficaz de ação coletiva acima deste nível. A questão, porém, é que o poder real, o poder de fazer coisas e de fazê-las fazer desapareceu das instituições locais. (BAUMAN, 2006, p. 8).

Como o território vivido é o de todos, homens e empresas, hegemônicos e não hegemônicos, e o fato de que empresas globais não tem compromisso moral com o território, se apropriando das partes que possam gerar lucros, usando e abandonando esse território conforme necessidades e decisões vindas de fora e sem importar com as implicações sociais de suas ações, a proposta de Bauman pode ser reunida às de Santos e de Lefebvre quando acrescenta que, nos estados-nação europeus, seu foco de análise, poder e política foram divorciados, isso implica reconhecer uma política local sem poder e um poder global sem política, no sentido de não representar interesses coletivos, mas apenas os interesses corporativos diretos.

O território vivido comandado desde fora pelo poder financeiro global não possibilita a utilização de ferramentas globais, uma vez que elas são postas apenas para solucionar crises do capital global. Pressionados pelas demandas de insegurança social, medo do desconhecido, as soluções locais, políticas e econômicas visam atender e trazer resultados para situações das quais não tem controle e pouco dominam. O problema humanitário criado na fronteira entre a Polônia e a Bielorrússia, quando da chegada de migrantes vindos principalmente do oriente médio em setembro 2021, levou o primeiro-ministro polonês Mateusz Morawiecki a estabelecer por 30 dias o Estado de emergência, solução que não acontecia desde o período comunista no país. Aqueles que não são residentes na Polónia estão proibidos de entrar, isso inclui os jornalistas e os meios de comunicação (STRACQUADANIO, 2021).

As palavras do presidente polonês possibilitam visualizar a relação global-local abordada anteriormente:

De acordo com o governo polonês, Aljaksandr Ryhoravič Lukašënka [presidente da Bielorrússia desde 1994] está travando uma “guerra híbrida”, empurrando os migrantes vindos principalmente do Oriente Médio, para cruzar a fronteira de 400 km

que separa a Polónia da Bielorrússia para pressionar a Europa e obter o fim das sanções. Só em agosto, teriam havido mais de 3 mil tentativas de cruzar – relata o guarda de fronteira polonês – contra cerca de 120 ao longo de 2020. “Houve um aumento nas tentativas de cruzar a fronteira, especialmente em agosto – diz Kalina Czwarnóg, membro do conselho de administração da Ocalenie Fundacja, uma organização que lida com refugiados e migrantes – mas 3 mil não é um número grande para pressionar a UE”. Mas não apenas afegãos, também sírios, iraquianos, congoleses, camaroneses. “Os que estão na fronteira são pessoas que chegaram legalmente à Bielorrússia, que estão fugindo de vários países e que muitas vezes nem sabem que chegaram à Polónia”, explica Piotr Skzypczak, da associação para a proteção dos direitos humanos Homo Faber, confirmando a participação da Bielorrússia. (STRACQUADANIO, 2021).

Na perspectiva dos 32 migrantes afegãos que estavam na fronteira a 65 dias, cercados por policiais armados e bloqueados por arame farpado, a situação e a percepção do território vivido eram outras: “Tendo fugido dos Talibãs e sido espancado por traficantes, a Europa não me deixará morrer aqui” (PEROSINO, 2021).

Para compreender sentimentos e ações contraditórias que envolvem o encontro com o Outro, Bauman vai indicar dois pares de conceitos que se complementam: *proteophilia-proteophobia* e *mixophilia-mixophobia*. Vale dizer aqui que ele pensa os conceitos no âmbito das cidades e do urbano, entretanto, como veremos adiante, para o tema das fronteiras também são passíveis de utilização.

Explica o autor que o prefixo “proto” se refere ao mito de Proteu a quem os antigos poetas atribuíam a capacidade de transformar, conforme sua vontade, sua identidade e seu aspecto, e assim ficou conhecido pela posteridade como “símbolo da mudança rápida, drástica

e radical. O termo *proteophilia* sugere amor, desígnio e prazer pela mudança” (BAUMAN, 2006, p. 17). Entretanto, tanta mudança, alteração, transformação tem como consequência exatamente o contrário do desejado, a *proteophobia*, que é a frequente sensação de ameaça e perigo por não ter mais domínio de nada, inclusive territorial, uma vez que não favorece a rotina e a cotidianidade, o seu viver diário. O estresse e a ansiedade podem resultar desse processo.

Para o prefixo “mixo”, com o sentido de mistura, a proposta de Bauman caminha na mesma direção: *mixophilia* como uma situação de misturar-se com pessoas estranhas e ter o sentimento agradável da novidade, da descoberta de novos sentidos para situações e palavras e, *mixophobia* como a sensação de pânico de estar imerso em uma multidão de “anônimos”, de pessoas as quais não se pode reconhecer. É como o turista que se mantém nos roteiros, “itinerários restritos e perfeitamente protegidos já pensados para os turistas. Não se mistura com a população local. Se você se encontra com pessoas locais, são, na maioria das vezes, camareiros, limpadoras do hotel e comerciantes de bazar” (BAUMAN, 2006, p. 19).

No fundo, o que está em jogo são os valores, difíceis de conciliar, de liberdade e segurança. A história nos dá mostra de pessoas e grupos que renunciaram sua liberdade em troca de segurança, de um ‘inimigo’ real ou imaginário. A Alemanha nazista pode ser um momento desses em que os judeus foram eleitos inimigos do povo e a ameaça deveria ser exterminada para garantir a continuidade do povo alemão “verdadeiro”. Evidentemente que nem todo alemão esteve de acordo com as regras impostas, mas elas tinham, para a ideologia nazista, o objetivo de assegurar o bem-estar do país. Mas, também na Polônia, a proposta de que os que estão do lado de lá sejam os inimigos da liberdade e segurança dos locais é reconhecível não apenas pelo país, mas pela Comunidade Europeia.

## **Limes, Liberdade, Segurança – Tríade da fronteira do Humano**

A constatação de que a fronteira é ‘fronteira do humano’ nos vêm de José de Souza Martins em seu estudo, de várias décadas, com a questão das chamadas frentes pioneiras, expansão de fronteira agrícola e outros nomes para o avanço do capitalismo no campo brasileiro. Não é o caso de apresentarmos seu estudo, este pode ser verificado na obra “Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano” (1997); aqui utilizaremos suas reflexões mais gerais para o tema em consonância com o que estamos tratando embasados em Lefebvre, Santos e Bauman.

Definindo primeiramente que a fronteira “é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos chamados civilizados que se situam ‘do lado de cá’, um cenário de intolerância, ambição e morte”, “fronteira é, na verdade, um ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos” (MARTINS, 1997, p. 12), temos, com essa definição, um ingrediente a mais para a proposta que seguimos desenvolvendo. Mas, antes, avancemos mais na definição de fronteira que o sociólogo paulista nos oferece:

A fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, *fronteira da História* e da historicidade do homem, E, sobretudo, fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjugando e explora. ... É na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico... Longe de ser o território do novo e da inovação, a fronteira

se revela, nestes estudos, o território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores, cujas consequências não se limitam a seus protagonistas imediatos (MARTINS, 1997, p. 13-16).

Temos um ingrediente a mais para pensar a fronteira: a morte.

Retomando o ponto indicado anteriormente, acerca das decisões locais para tentar resolver problemas globais e o exemplo utilizado da experiência de 2021 na fronteira Polônia-Bielorrússia, o noticiário também informava que “depois de alguns dias, a organização informou que três pessoas foram encontradas mortas na fronteira, do lado polonês. A notícia – explica Ocalenie em nota – veio do guarda de fronteira, que não deu mais detalhes” (STRACQUADANIO, 2021).

A morte demarca a *limes* do capitalismo mundial, seja como estrada para chegar aos territórios, seja na linha fronteira. As cercas de arame que separam, nesse momento, um do outro, é a fronteira do humano. Parece que as fronteiras dos humanos são sempre cortantes e tingidas à sangue; e a globalização afiou e amolou ainda mais o corte das cercas, simbólicas e/ou físicas. Todo estranho é um inimigo que vem disputar e ameaçar nossa segurança, tolhendo nossa liberdade de deslocamento e consumo. Portanto, é melhor agir com rapidez para extirpar esse corpo, ainda que humano, do nosso meio, para que ele volte a ser seguro; nas palavras de Bauman, a mixofobia.

A imagem abaixo, enquanto representação da violência e da dureza do aço afiado e amolado que assegura os consumidores e segrega os cidadãos, a chaira – aquele instrumento que alinha rapidamente o fio da sua faca para que volte a fazer cortes com precisão e facilidade – constitui, ao mesmo tempo, os processos da globalização e as construções simbólicas que os meios promovem.

**Figura 1 – Moderno modernismo.**



Autor: Felipe Cidade, 2021.

Na figura 2, um questionamento à própria existência de fronteiras e documentação que nos separa e nos legaliza para um mundo globalizado. A instalação contava com passaportes de todos os países que são reconhecidos internacionalmente. Cada um desses documentos individualiza e registra aqueles que tem condições físicas, psicológicas para partir, seja por turismo ou mesmo definitivamente em busca de algum futuro.

Não ter o documento também é uma forma que os mais pobres encontraram de tentar adentrar na fábula da globalização. Africanos em barcas rústicas e sem segurança, que o espanhol chama de “pateras<sup>3</sup>” tentam chegar as costas da Espanha, Itália ou Grécia pelo Mar

<sup>3</sup> Interessante citar que a palavra “patera” também tem o sentido de: Utensílio usado pelos romanos em sacrifícios, com formato semelhante a uma tigela muito baixa, sem borda distinta do corpo e sem alças (daí a diminuta patela, daí a panela italiana). Como forma e como uso a patera, portanto, corresponde ao *φιάλη* dos gregos. Verbetes Patera. Disponível em: [https://www.treccani.it/enciclopedia/patera\\_%28Enciclopedia-Italiana%29/](https://www.treccani.it/enciclopedia/patera_%28Enciclopedia-Italiana%29/) Acesso em: 17 out. 2021.



Mediterrâneo e quando socorridos, principalmente pela Cruz Vermelha e ONGs, não trazem documentos e dizem não entender a língua dos socorristas como forma de conseguir chegar ao continente. Geralmente são identificados e posteriormente deportados aos seus países de origem.

**Figura 2 – Instalação Nem Amendo-o Nem deixando-o.**

Nem amando-o, nem deixando-o

---

Felipe Cidade

Curadoria Cássia Pérez

UNISO - Sorocaba, SP  
Abertura: 07/11/2016



Programa de Pós-graduação em  
Comunicação e Cultura



Autor: Felipe Cidade, 2016. Fonte: PPGCOM/UNISO.

Nessa situação, a tríade da fronteira humana – *Limes*, Liberdade, Segurança – pode ser lida em conjunto com a dialética da tríade lefebvriana do percebido-vivido-concebido, (lembrando sempre que utilizamos a proposta de Santos de que espaço e território vivido são sinônimos), uma vez que essa tríade é produtora, mas também influenciada pelo cotidiano. Produzir é criar e, portanto, quando os jornalistas são proibidos de atravessar fronteiras físicas, como no caso da Polônia de outubro de 2021, o simbólico de suas produções perdem ou deixam entrever e deixam de antever processos que configuram e constroem a materialidade: “A notícia – explica Ocalenie em nota – veio do guarda de fronteira, que não deu mais detalhes”, relata a jornalista Agnese Stracquadanio (2021).

Uma *limes* é criada para o público externo à Polônia e, internamente, a população fica dividida entre o acolhimento e o repúdio, assim como pessoas de outros países. A questão dos refugiados, criadas por interesses globais em seus territórios de origem, dependem de um esforço também global para encontrar uma solução.

A fronteira do humano não tem o mesmo valor, ou os mesmos valores para todos os territórios. A fábula da globalização com a aldeia global não conseguiu essa façanha no plano material, pois “o centro do mundo está em todo lugar. O mundo é o que se vê de onde se está” (TENDLER, 2006), afirmou inúmeras vezes Milton Santos. Entretanto, dialeticamente, o mesmo mundo visto do seu lugar, quando não se está mais nele, ou se está em trânsito rumo ao desconhecido, seja por força de políticas opressoras das guerras ou fugindo da escassez programada pela concentração de renda, produtos, alimentos, privilégios, revela o desumano também como parte do território vivido.

## Fronteira – Uma prospectiva

A fronteira final, se existir, está para ser desbravada. Para Milton Santos, o futuro era uma tendência, porque sua ação está no presente, mas sua aspiração é o futuro (SANTOS, 2000b, p. 159), portanto, permanente construção.

O presente que se mostra diariamente resulta de ações, escolhas e projetos feitos para um período distinto do que atualmente vivemos, que é o período técnico-científico informacional, no qual técnica, ciência e informação são estruturadoras do espaço, graças a grande interação entre eles, pois os objetos técnicos também são informacionais: “As possibilidades técnicas e organizacionais, de transferir à distância produtos e ordens, faz com que essas especializações produtivas sejam solidárias no nível mundial” (SANTOS, 1996, p. 190-191). Quando atores hegemônicos aspiravam o atual presente, as transformações aconteciam em escala menor e com mais lentidão.

Nos países que eram chamados de periféricos e hoje com alguns setores econômicos engajados no mercado global enquanto outros lutam para atingir o mercado local, as prioridades não são a extinção de fronteiras sociais, econômicas e físicas, ao contrário. Elites nacionais, desejosas de participar de grupos de oito, cinco ou mesmo de vinte países em um universo de quase duas centenas de países, aceitam que o papel de seu país ou de sua empresa na divisão internacional seja a destruição e a morte de cidadãos. Para Santos (2007, p. 103), nem mesmo podemos falar em cidadãos brasileiros, porque eles não existem:

No Brasil e no Terceiro Mundo não se criou um cidadão, enquanto o Primeiro Mundo o preparou desde o Iluminismo. O cidadão é a mistura do homem público e do homem privado; nós não temos nenhum dos dois. A classe média foi, na Europa, o sustentáculo da democracia. No Brasil a classe média

não quer direitos, quer privilégios. A situação é diferente – não dá para comparar porque não chegamos ao estágio cidadão, que atingiremos através de muitas dores e muitos embates.

Dessa forma, atendendo ao capital global de práticas conservadoras ou tecnologicamente atrasadas, o Brasil, por exemplo, presta-se a comprar e a produzir agrotóxicos proibidos em outros países para uso na agricultura de exportação, o que resulta na compra, pelos países europeus, entre outros, de produtos primários contaminados por resíduos. Não percebem as elites nacionais que eles não pertencem aos grupos seletos que imaginam, quando não mais interessarem ao capital serão substituídos, esta é a perversidade diária da globalização excludente. Essa perversidade cotidiana na escala global se faz sentir na escala local travestidas de falta de segurança e de liberdade, criando e recriando fronteiras, como já dito anteriormente.

Retomando os pontos e propostas aqui apresentados, a leitora e o leitor já perceberam que o tema das fronteiras, sejam elas físicas, simbólicas ou imaginadas, passa pela consideração do papel de que as pessoas ocupam no processo de globalização. Já se passaram décadas desde a primeira vez que foi afirmado que as pessoas, enquanto as maiores riquezas, deveriam ser potencializadas nas relações, porque isso criaria a riqueza. Quando questionado, em entrevista para Gilberto Gil, se o “grande capital do futuro é gente, Milton Santos respondeu diretamente: ‘Eu creio que é isso mesmo: gente’” (2007, p. 127).

Aliada à essa opção pela gente, pelas pessoas, José de Souza Martins também reforça a necessidade de engajamento e participação de maneira efetiva, pois “é impossível desvendar os segredos mais profundos da situação de fronteira, sua dimensão sociológica mais densa e significativa com os instrumentos habituais da investigação sociológica reduzidos à ficção da neutralidade ética e da indiferença profissional e fingida do pesquisador” (MARTINS, 1997, p. 16).

Alinhavando com os demais temas, os pares conceituais *de Bauman, proteophilia-proteophobia e mixophilia-mixophobia*, indicam que “onde existe mais segregação, onde mais uniforme é o entorno, menos capazes são os seus habitantes de enfrentar-se com a realidade das diferenças humanas. É um círculo vicioso, nem mais nem menos” (BAUMAN, 2006, p. 23). O futuro como tendência é uma construção de que depende todos os atores envolvidos no território vivido, não apenas os hegemônicos, mas de TODOS.

*2021. escrito na esperança da Pós-normalidade, na qual este período da nossa experiência humana, com seus traços característicos no curso do cotidiano, não são mais reconhecíveis como determinantes.*

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Noves fronteres i Valors Universals** / New Frontiers And Universal Values. (Català/English) Col·lecció CCCB Breus, 4, Barcelona, 2006.

FAWCETT, Fausto. Silvia Pfeiffer. [vinil] **Império dos Sentidos**, WEA, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice B. Pereira e Sérgio Martins (Primeira versão disponível na internet: início – fev. 2006). [Sl.:s.n.], 2006.

LEGROUX, Jean e MORCUENDE, Alejandro. Henri Lefebvre e Milton Santos de mãos dadas: pensando os espaços de luta e resistência no capitalismo em crise. In: OLIVEIRA NETO, Adolfo *et al.* (orgs.). **Aprendizagem territorial, educação e resistências no campo e na cidade**. Belém: UFPA, 2021, p. 127-148.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

PEROSINO, Monica. **Polonia-Bielorussia, la frontiera della vergogna** (audio artigo). Disponível para assinantes em: <https://www.lastampa.it/topnews/primopiano/2021/10/02/news/polonia-bielorussia-la-frontiera-della-vergogna-1.40763756> . Acesso em: 12 out. 2021.

RIMBAUD, Arthur. Uma estação no inferno. In: AGOSTINHO, Larissa Drigo. **Desejos ingovernáveis: Rimbaud e a Coluna de Paris + nova tradução**. Uma estação no inferno de Arthur Rimbaud. São Paulo: N-1 edições, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**. Técnica e tempo razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **O papel ativo da geografia**. Um manifesto. XII Encontro Nacional de Geógrafos – Florianópolis, julho de 2000a.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000b.

SANTOS, Milton. **Testamento Intelectual**. Entrevistado por Jesus de Paula Assis; colaboração de Maria Encarnação Sposito. São Paulo: UNESP, 2004.

SANTOS, Milton. **Encontros**. Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2007.

STRACQUADANIO, Agnese. Polonia, i 3 km 'blindati' al confine con la Bielorussia dove i migranti muoiono per il freddo. L'Ue punisce Minsk: "Favorisce il traffico". **Giornale il fatto quotidiano**, Roma/Itália, 30 set. 2021.. Disponível em: <https://www.ilfattoquotidiano.it/2021/09/30/polonia-i-3-km-blindati-al-confine-con-la-bielorussia-dove-i-migranti-muoiono-per-il-freddo-lue-punisce-minsk-favorisce-il-traffico/6327922/> . Acesso em: 14 out. 2021

TENDLER, Silvio. **Encontro com Milton Santos** – O mundo global visto do lado de cá. [DVD] Rio de Janeiro: Caliban Produções, 2006.

VERBETE PATERA. Treccani [online]. [s.d.] Disponível em: [https://www.treccani.it/enciclopedia/patera\\_%28Enciclopedia-Italiana%29/](https://www.treccani.it/enciclopedia/patera_%28Enciclopedia-Italiana%29/). Acesso em: 17 out. 2021.

# FRONTEIRA, MIGRAÇÃO E PODER SIMBÓLICO

Adrián Padilla Fernández

*Desde la frontera entraba un fuerte  
olor de comida mexicana, imparable.  
—¡Son las tortitas de tuétano poblanas!  
—exclamó con júbilo Dionisio “Baco” Rangel—.  
¡Quinientos gramos de tuétano!  
¡Dos chiles anchos! ¡Huele! ¡Cilantro!  
¡Huele a cilantro! ¡Vamos a México,  
vamos a la frontera, vamos, mi hermano, llega  
desnudo como naciste, regresa encuerado  
de la tierra que lo tiene todo  
a la tierra que no tiene nada!*

Carlos Fuentes (1995)

## Introdução

As lógicas do pensamento hegemônico contribuem para fortalecimento de uma ideia, no senso comum, de que as fronteiras são aquelas margens, aquelas bordas do território do Estado-nação, aquele limiar, onde os acontecimentos distantes podem ser de pouca importância para a sociedade nacional, ou que só têm a importância que as crises lhe conferem. Porém, significativas construções teóricas no campo das ciências sociais (SANTOS, 1978; HARVEY, 2000; BECKER, 1990), entre outras, desde uma perspectiva crítica, tem debatido profundamente sobre essa temática, sublinhando as dinâmicas socioculturais que constituem os espaços em suas diferentes escalas.

No extremo norte do Brasil, localiza-se o estado de Roraima que, em sua condição de tríplice fronteira (República Federativa de



Brasil, República Cooperativa de Guiana e República Bolivariana da Venezuela), é um território que tem registrado em sua história recente importantes ondas migratórias. Entre essas mobilidades se destaca a migração venezuelana dos últimos cinco anos. Desde o campo dos estudos migratórios, entendemos a complexidade deste fenômeno social, definido por Sayad (1998) como completo pela abrangência das suas implicações, e focamos nosso interesse na construção midiática deste processo e dos sujeitos migrantes, a qual está marcada por uma forte violência simbólica (BOURDIEU, 1989).

### **Para debater sobre fronteira**

Ao se propor uma reflexão sobre fronteira como referente espacial, geográfico, territorial, entre outras possibilidades, vêm à tona diversas visões que nutrem a ideia do “espaço vazio” que, no caso do território amazônico, faz parte de um mito oficial amplamente difundido em alguns períodos, constituindo-se em válvula de escape a conflitos sociais, em áreas densamente povoadas ou como campo aberto para investimentos de capitais e desenvolvimento de grandes obras. Por outro lado, deparamo-nos no campo das ciências sociais com leituras que entendem essa espacialidade como social e política, como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de novas realidades e sob a pressão de importantes fatores geopolíticos (BECKER, 1990). Outros, como Milton Santos, entendem que essa territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os seres humanos têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana. Afirma o geógrafo baiano que o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Para Milton Santos (2005), o território nacional é o espaço de todos, abrigo de todos. Propõe que o “espaço geográfico” (sinônimo de “território usado”) seja compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, e assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo presente.

Por sua parte, Harvey (2005) afirma que o Estado tem papel fundamental, também, na produção do espaço, já que este (o espaço) é uma dimensão importante para a reprodução do capital, seja para garantir a circulação das mercadorias ou para fazer os ajustes espaciais que permitam a renovação da acumulação, tanto pela expansão de novos mercados como na organização espacial interna. Ao voltar para a fronteira amazônica, Bertha Becker (1990) afirma que esse território só pode ser compreendido a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global do pós-Segunda Guerra Mundial. Considera a autora que nesse período “o capitalismo atua no espaço planetário, mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo agentes primordiais na produção do novo espaço (BECKER, 1990, p. 11).

A socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui (2013) considera que a noção de território tem uma dimensão de autopoiese do espaço, de criar espaços que são reconhecidos como espaços habitados, como espaços de convivência, como marcas da relação entre os humanos e natureza:

(...) A noção de território é mais uma semiopraxis de território do que uma concepção nominalista ou política ou de fronteira. (...) É um espaço produtivo, mas ao mesmo tempo um espaço de autogoverno, é um espaço em que a vida se reproduz através de um pacto tácito entre a humanidade e todo o mundo inanimado<sup>1</sup>.

Esse território usado que nos propõe Milton Santos, no caso da fronteira amazônica, está constituído por espaços habitados pelas interações socioculturais de grupos humanos na sua relação com outros elementos vitais. Nesse contexto, a ideia da Rivera Cusicanqui (2013) nos remite à resistência dos movimentos sociais e povos originários que nestes territórios, em diferentes momentos históricos, confrontaram-se com as ações hegemônicas de ordenamento territorial para atender às lógicas de grupos de poder e à imposição de um modelo capitalista de desenvolvimento.

### **Construção de espaço fronteiriço no extremo norte**

No extremo norte do Brasil, localiza-se o estado de Roraima, que em sua condição de tríplice fronteira (República Federativa do Brasil, República Cooperativa de Guiana e República Bolivariana da Venezuela), é um território que historicamente se tem configurado com diversas ondas migratórias internas e internacionais.

Segundo Diniz (2008), o impulso do desenvolvimento no território aconteceu no período de 1964 a 1985. Lembra que nessa época o governo militar tinha como estratégia de desenvolvimento a ocupação

---

<sup>1</sup> Original em espanhol: “La noción de territorio es más una semiopraxis de territorio que una concepción nominalista o política o basada en fronteras. (...) Es un espacio productivo, pero a la vez un espacio de autogobierno, es un espacio en que se reproduce la vida a través de un pacto tácito entre humanidad y todo el mundo inanimado”.

da Amazônia, principalmente o fortalecimento das regiões de fronteiras, com a finalidade de proporcionar a integração nacional. Neste período deu-se a abertura e conclusão de várias rodovias federais na Amazônia com o propósito de colonização da região, entre estas estavam a BR-174 (Boa Vista-Manaus), BR-210 (Perimetral Norte), BR-401 (Boa Vista/Bonfim-Bonfim/Normandia). Estas rodovias estimularam o surgimento de novos municípios e fomentaram o processo de migração para Roraima, principalmente de nordestinos. Em 1988, com a promulgação da Constituição, o território federal de Roraima foi elevado à categoria de estado membro da federação.

Com uma leitura de mais longo folego, a pesquisadora Ana Lia Farias Vale (2006) reconhece que nesse espaço geográfico havia um equilíbrio tribal territorial na base da força de grupos indígenas e de suas preferências de sítios e difusões pré-colombianas, como makuxis, yanomamis, taurepangs, wai-wais, etc. Sem que essas territorialidades fossem apagadas totalmente, difundiram-se com a chegada dos europeus as territorialidades lusa, hispânica e holandesa/britânica, configurando novos recortes de domínio territorial e demográfico-étnico.

No contexto amazônico, Roraima compartilha vários atributos e problemas com a região, incluindo o padrão de desenvolvimento, programas de colonização, investimentos maciços em infraestrutura, competição por recursos naturais, processos de intervenção no território gerando destruição da cobertura vegetal natural e conflitos entre vários grupos sociais. Este espaço geográfico se manteve esparsamente povoado por séculos. A partir da década de 1970, Roraima passou a experimentar forte crescimento populacional. A população que era ligeiramente superior a 28.000 habitantes em 1960, chegou a 40.885 em 1970. Esse crescimento intensificou-se nas décadas seguintes, fazendo com que o Estado contabilizasse 324.397 habitantes em 2000, distribuídos de maneira assimétrica entre os seus 15 municípios; já para o 2021

a população estimada é de 652.713. Tal concentração dá-se nas sedes municipais localizadas ao longo da malha viária que cobre o estado, com destaque para as cidades de Boa Vista, Caracaraí, Iracema e Mucajaí, onde se concentra a maioria da população (DINIZ,2008).

A região amazônica teve um impacto migratório significativo em vários momentos, com um destaque relevante para os ciclos de exploração da borracha. Os lugares de origem se localizam fundamentalmente nos estados do Nordeste, sobretudo Ceará e Maranhão. Essas vinculações históricas se mantiveram no tempo e podem explicar os fluxos migratórios ligando Fortaleza e São Luiz à Roraima. Por outro lado, vale destacar as fortes vinculações de Roraima e sua relação de dependência com as metrópoles da região Norte, sobretudo em relação à Manaus. Deve-se lembrar que, até a década de 1940, a área hoje conhecida como Estado de Roraima, pertencia ao Estado do Amazonas, logo, sob influência direta de Manaus. Tais fatores históricos explicam, pelo menos parcialmente, os intensos fluxos entre as metrópoles do Norte e Roraima.

Nesta territorialidade amazônica podemos nos referir a diversos processos que constituem os lugares usados (de vida, interações, solidariedade e resistência) na sua relação com o mundo globalitário, no dizer de Milton Santos, porém focamos nosso olhar e reflexões em um fenômeno social considerado como completo pelo sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1998), pelas suas complexas implicações: a migração. Dentro dessa complexidade chama nossa atenção as percepções e representações geradas com a mediação das narrativas midiáticas caracterizadas pela sua força de poder simbólico.

Em tempos recentes, o território roraimense tem sido o cenário da passagem de diversas ondas migratórias que fazem parte da mobilidade humana que, por diversas razões, desloca-se entre os países do continente. Em alguns estudos, destaca-se que, embora nos processos

migratórios os países de destino, de forma predominante, continuam sendo os que estão no norte global, é significativo o aumento do número de migrantes que se mobiliza entre os países do sul global. Segundo um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado em 17 de setembro de 2019, o número de migrantes no mundo chegou a 272 milhões em 2019. Isso significa que são “51 milhões a mais que em 2010, a maioria deles abrigados na Europa (82 milhões) e América do Norte (59 milhões), de acordo com o relatório atualmente, os migrantes representam 3,5% da população mundial, contra 2,8 por cento no ano 2000” (FERNANDEZ, 2020, p.18).

Cabe destacar que esses deslocamentos populacionais que também ocorrem entre os países do Sul Global, em nosso caso entre os países da América Latina, trazem à tona temáticas como a diversidade cultural e a interculturalidade, refletidas em diferentes dimensões (educação, comunicação, entre outras), o que efetivamente pode problematizar as formas de estigmatização e exclusão que são marcantes nos modos de perceber o fenômeno migratório e nas formas de interagir com os migrantes. Em uma tentativa de explicação para essa mobilidade entre os países da região, em outro texto nos debruçamos sobre as particularidades de alguns fatos que caracterizam esses deslocamentos (FERNANDEZ, 2020, p. 21):

Destacam-se as assimetrias socioeconômicas geradas pelas dinâmicas do capitalismo globalizado com seus ciclos de crises se refletindo nas economias dos países latino-americanos, além de problemáticas políticas que criam situações de instabilidade. Só para nos referir a alguns deles poderíamos indicar: a) os quadros crônicos de crises políticas, econômicas e humanitárias combinado com efeitos de desastres naturais que marcam os fluxos migratórios haitianos; b) os processos de confrontação política, com conflitos de caráter bélico, por mais de 5 décadas na Colômbia que

tem gerado um significativo descolamento humano tanto internamente como fora de suas fronteiras nacionais; e, c) no caso da Venezuela localiza-se em um contexto de confrontação geopolítica, onde se pode destacar um projeto político progressista não alinhado às diretrizes políticas do governo dos Estados Unidos, e um bloqueio econômico e financeiro declarado abertamente pelo governo estadunidense desde o ano 2015. Nesse marco de dificuldades socioeconômicas tem tido lugar uma onda migratória de grandes proporções, jamais acontecida nesse país andino-caribenho-amazônico.

### **Roraima e a onda migratória venezuelana**

No estado de Roraima, percebe-se uma territorialidade que foi configurando-se por significativas ondas migratórias, tanto pelos deslocamentos internos marcados por diversos fatos históricos, sobretudo a partir da década dos anos 1960 do século XX, quanto pela mobilidade humana advinda de territórios além das fronteiras internacionais. Assim, registram-se nesta região a presença de cubanos, guianeses, colombianos e venezuelanos. Porém, é necessário fazer um destaque para a migração venezuelana pelo seu crescimento vertiginoso nos últimos cinco anos (2021). Segundo Alves e Jarochinski (2017), o número de ingressos de migrantes em 2016 resultou num saldo de 9.683. Em 2017, até 26 de setembro, o saldo alavancou para 21.983, um acréscimo de mais de 100% em relação ao ano anterior, em apenas nove meses. Essa tendência no aumento migratório se manteve até março de 2021, quando foram fechadas as fronteiras no contexto pandêmico gerado pela Covid19.

O fator migratório é configurador da atual realidade do estado de Roraima, especialmente no município de Pacaraima, na fronteira com

a Venezuela, e na cidade capital, Boa Vista. Perante o impacto desses deslocamentos, destaca-se a presença de organizações internacionais que atendem o tema migratório, como a Organização Internacional das Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, vinculadas à ONU; o Serviço Jesuíta para as migrações, Caritas, da igreja católica, e outras organizações não-governamentais. Nesse contexto, o governo federal implementou uma força-tarefa humanitária, a Operação Acolhida, com intuito de organizar o fluxo migratório no país. O trabalho consiste em atender estes migrantes em Pacaraima, na fronteira, regularizar a documentação, abrigá-los redistribuí-los, por meio da interiorização, a outros estados do país. Além disso, organizaram-se, sob o controle do exército, em vários espaços da cidade, instalações para funcionar como refúgio para os migrantes em condições de maior vulnerabilidade.

Essa onda migratória está configurada tanto por sujeitos que utilizam o território brasileiro como ponte para chegar a seus destinos em outros países (principalmente Argentina e Chile), quanto pelos que ficam no Brasil para solicitar visto de residência e os que pedem ser acolhidos como refugiados segundo os protocolos internacionais e as normativas vigentes sobre migrações<sup>2</sup>. Em dezembro de 2020, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio do departamento de Migração da Secretaria Nacional de Justiça (Demig/Senajus), apresentou dados atualizados no seu relatório anual, o “Refúgio em Números”, o qual mostra que, entre 2011 e 2019, 239.706 pessoas solicitaram refúgio no país. Neste período, o reconhecimento da condição de refúgio concentrou-se nas seguintes nacionalidades: venezuelana (20.935 solicitações), síria (3.768 solicitações) e congoleza (1.209 solicitações). Em 2019, 82.520 pessoas solicitaram refúgio no país. Desses, 31.966 foram reconhecidos. Neste mesmo ano, o Comitê

---

<sup>2</sup> Lei de Migração (n<sup>o</sup> 13.445/2017).



Nacional para os Refugiados (Conare) do MJSP apreciou um total de 28.133 processos de solicitação de refúgio de pessoas de nacionalidade venezuelana, sendo 20.902 destes processos deferidos<sup>3</sup>.

Entendemos que o fenômeno migratório se configura além dos dados estatísticos. Os sujeitos que se deslocam nas ondas migratórias, mobilizam nas suas travessias complexas e multidimensionais realidades com implicações econômicas, políticas e socioculturais que, com o desenvolvimento técnico-comunicacional, geram dinâmicas perceptivas e construções simbólicas. No caso de Roraima, sobretudo em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela e porta de entrada dos migrantes, e em Boa Vista, capital do estado e lugar de recepção do maior número de população deslocada, podemos afirmar que para pensar na construção dos espaços sociais nestes territórios deve-se levar em conta a presença significativa desta comunidade migrante. Após cinco anos de atividade migratória constante e crescente de cidadãos e cidadãs vindos e vindas da Venezuela, nota-se a presença desses sujeitos migrantes nas mais diversas atividades, dimensões e situações que permitem interações socioculturais. Além das ações de atendimento aos mais vulneráveis, tanto fora como dentro dos refúgios, diversas organizações não-governamentais, estruturas religiosas de atenção aos migrantes (Caritas, SJM) e até universitárias<sup>4</sup> desenvolvem múltiplas atividades dar conta da realidade migratória na sociedade roraimense.

Por outro lado, a xenofobia e rejeição com relação aos migrantes também se faz presente neste contexto. Trata-se de fatos que podemos

---

<sup>3</sup> Para detalhes, ver: <https://www.acnur.org/portugues/2020/12/18/relatorio-do-mjssp-apresenta-dados-ineditos-sobre-refugio-e-migracao-no-brasil/>

<sup>4</sup> O Projeto de Extensão Somos Migrantes, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), coordenado pela Profa. Dra. Vângela de Moraes, do curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFRR), é uma ação informativa para migrantes e populações em trânsito. Almeja ser um espaço para divulgação de ações conjuntas sobre a realidade migratória em Roraima.

constatar no dia-a-dia, que nutrem um senso comum onde se pensa que todos os problemas da sociedade roraimense se devem aos migrantes que demandam serviços públicos (saúde, educação, etc.), que ocupam os lugares de trabalho dos nacionais, que representam uma ameaça, que participam de atividades criminosas, entre tantas outras problemáticas. Esse tipo de discurso não é exclusivo da sociedade roraimense e nos remete a toda uma discussão teórica sobre alteridade, outredade, diversidade cultural e interculturalidade. Em outro texto, dialogamos como o argentino Carlos Skliar (2007) quando reflete sobre como a entrada da categoria diversidade no campo discursivo da ordem fez com que sua mera menção a tornasse uma virtude democrática, política, cultural e pedagógica, impossível de ser colocada sob suspeita:

No entanto, sua posição nos discursos de ordem não apenas determina uma linearidade com a qual a palavra diversidade se refere a categorias como raça, etnia, sexualidade, geração, religião, mas também sua remissão à mera existência do outro, ditar que existe diversidade, o que demonstra uma ideia de diversidade segundo a qual “a diversidade são os outros, ele e eles”. Assim, o “eu” e o “nós” mantêm novamente para si o privilégio da palavra e do olhar. São “ele/eles”, os diversos, os estranhos, que se identificam como detentores de condições que são nomeadas e acentuadas como “diversidade”. (FERNANDEZ, 2020, p. 24).

Tzvetan Todorov (2010), ao caracterizar a sociedade contemporânea, destaca o que chama de “reviravolta tecnológica” que atingiu numerosos domínios criando mutações no consumo simbólico com palavras e imagens que incrementaram as relações entre as pessoas e a circulação de produtos padronizados. Nesse contexto se incrementa o deslocamento humano e sublinha que “os habitantes dos países ricos dirigem-se aos países pobres para desenvolver seus negócios e passar seus períodos de lazer; por sua vez, os originários dos países pobres

tentam chegar aos países ricos à procura de trabalho” (TODOROV, 2010, p.11). Esses processos migratórios marcantes têm diversificado suas rotas com um aumento significativo dos deslocamentos sul-sul como registrados pelos relatórios da ONU, embora os destinos para os países do norte global continuem a ser predominantes. Nesse cenário de mobilidade humana em escala planetária, o teórico franco-búlgaro retoma uma antiga dicotomia histórica que tem atravessado o percurso da humanidade: barbárie/civilização. Ao se referir ao termo bárbaro, destaca uma tensão entre os dois sentidos possíveis: o relativo (estrangeiro incapaz de compreender a língua) e o absoluto (estrangeiro cruel), que tendo sua origem na antiguidade europeia retorna com força a partir do século XV, época das grandes navegações que trouxeram aos europeus a territórios onde tiveram lugar processos de conquista e colonização com significativas marcas de barbárie. Ao colocar seu olhar sobre este tema à luz da experiência histórica e localizado na contemporaneidade, explica que:

A barbárie resulta de uma característica do ser humano; aparentemente, seria ilusório esperar que, um dia, ela possa ser definitivamente eliminada. Portanto, para nós, a barbárie não corresponde a um período histórico específico da história da humanidade, antiga ou moderna, nem a qualquer população que ocupasse uma região particular do planeta: ela está em nós, assim como nos outros; nenhum povo, nem indivíduo, está imunizado contra a possibilidade de executar atos bárbaros. O homem pré-histórico que mata o semelhante da gruta vizinha. Caim que assassina Abel, o tirano contemporâneo que tortura seus adversários – todos participam do instinto de barbárie, a do sentimento de rivalidade e índole assassina que nos leva a recusar aos outros o direito de acesso às alegrias e aos bens que são objeto de nosso desejo. (TODOROV, 2010, p.32).

Esse olhar do outro – migrante – com preconceito, com medo, como uma ameaça, nutre-se de diversas narrativas com variadas mediações, que vão desde os discursos no cotidiano até os mais institucionais e/ou estruturantes, como os discursos das dinâmicas políticas. Por exemplo, em outubro de 2020, durante a campanha eleitoral, o Ministério Público Federal em Roraima (MPF-RR) abriu uma investigação para apurar supostos crimes de xenofobia veiculadas em propagandas de candidatos à Prefeitura de Boa Vista. Foram os casos de Gerlane Baccarin (PP), que teria divulgado material impresso com a proposta “Imigração – Vamos limitar os atendimentos na saúde e vagas nas escolas para os imigrantes”, e de Antônio Carlos Nicoletti (PSL), com mensagens radiofônicas nas quais oferecia que “na minha gestão municipal, venezuelano não terá privilégio”<sup>5</sup>. Esses discursos de um setor da classe política roraimense se sustentam na suposta ideia de que com a chegada da onda migratória venezuelana há um colapso nos serviços públicos e se registra um aumento na criminalidade. Em programas radiofônicos das emissoras locais é comum escutar expressões preconceituosas e xenofobas ao se referir à comunidade de migrantes venezuelanos/venezuelanas que está presente neste território.

### **Migração e violência simbólica**

Em contextos migratórios se ativam dinâmicas de construção simbólica que tendem a representar o sujeito migrante como sendo parte dos problemas mais graves da sociedade onde se encontra inserido ou está tentando chegar. Nessa dimensão, os discursos transmidiáticos têm um papel significativo pela força que possuem na configuração

---

<sup>5</sup> Para detalhes, ver: <https://g1.globo.com/rr/roraima/eleicoes/2020/noticia/2020/10/19/mpf-abre-investigacao-por-suspeita-de-xenofobia-em-declaracoes-de-candidatos-a-prefeitura-de-boa-vista.ghtml>

dos imaginários sociais. As narrativas midiáticas sobre os processos migratórios contemporâneos, estudada por autores como Cogo (2012) e Van Dijk (2008), entre outros e outras, caracteriza-se pela construção de discursos que podem ser definidos como violentos na medida que seu peso está na criminalização dos sujeitos migrantes. Trata-se de narrativas desenvolvidas com marcas semânticas referidas à intolerância, à violência, ao desemprego, à invasão, à morte, a naufrágios, a acidentes, ao isolamento, ao preconceito, à pobreza, à condenação, à inspeção, à deportação, à expulsão, ao tráfico ou à detenção. Além da produção jornalística, chama-se atenção para outros produtos culturais, como filmes e seriados, com ênfase na criminalização das migrações contemporâneas quando os imigrantes são denominados ilegais, clandestinos, irregulares, refugiados, deportados. Essas construções simbólicas fortalecem a imagem do estrangeiro como uma ameaça que bate na nossa porta, nas palavras de Bauman (2016). Nessas argumentações se negligenciam os fatores que motivam os deslocamentos populacionais nos países de origem, os contextos geopolíticos e econômicos não aparecem. A socióloga Saskia Sassen (2016), ao referir-se ao capitalismo no século XXI, chamado por ela de capitalismo avançado, o define como um sistema de expulsão, pois os desvalidos serão expulsos do seu espaço de vida, como vem acontecendo no Sul Global, com o aumento de pessoas deslocadas por motivos de guerras ou porque suas casas se tornaram local de operações de mineração, ou estão sob terra morta, entre outros fatos. Na passagem do keynesianismo para a era global, que teve seu início na década dos anos 1970, do século XX, as privatizações, desregulamentações e explorações são as principais formas para se concretizar a lógica das expulsões.

Um movimento migratório que deixou marcas midiáticas que podem ser interessantes para nossas reflexões é o deslocamento de brasileiros para Europa, principalmente para Portugal, no início dos anos 2000. Segundo Assis, Silva e Frederico (2016), ao longo das produ-

ções da mídia brasileira e portuguesa, pode-se observar um aumento da difusão de notícias sobre essa onda migratória. Destacam que esses migrantes chegam à Europa fugindo da crise norte-americana e da dificuldade de entrada naquele país. No entanto, a partir de 2008 há uma intensificação da crise econômica na Europa, que atinge Portugal, Espanha e Itália de maneira significativa, o que leva os jornais a abordarem a migração como problema. Tendo em vista isso, é perceptível nas reportagens que abordam as/os migrantes e a migração que, se num primeiro momento há uma posituação desse movimento, há ao mesmo tempo a construção de representações que vinculam o/a migrante, principalmente as/os brasileiras/os e os oriundos de países da África, ao aumento da criminalidade no país de chegada.

Para fazer a leitura das narrativas midiáticas sobre migração/migrantes, a pesquisadora Denise Cogo (2004) trabalha com matrizes culturais, as quais entende como referentes e processos que ocorrem através do entrelaçamento, da interação, da combinação e das disputas envolvendo uma variedade de repertórios e experiências identitárias derivadas do étnico, rural, urbano, de gênero, geracional, etc., constitutivo de sujeitos situados socioculturalmente. Explica que essas matrizes culturais são compreendidas tanto a partir de sua materialização em “produtos” – os textos midiáticos nas migrações coletadas na amostra da mídia –, como de suas incidências nos contextos em que são geradas essas textualidades, ou seja, nos processos de produção de notícias sobre migrações, em que uma multiplicidade de atores sociais está envolvida. Tal mecanismo colabora para um tipo de construção de significados no caso da migração, focada na associação entre o crime e o local de origem dos migrantes.

Ao consultar a bibliografia sobre a análise do discurso sobre a temática das migrações (VAN DIJK, 2003), pode-se ver como nessas construções discursivas se alude à presença de mecanismos de ênfase

se e sustentação de tópicos que são repetitivos, ou que mostram uma frequência significativa. Entre eles se destacam o uso das metáforas sobre avalanches, jogos de números e hiperbolizações que ajudam a criar uma sensação de ameaça e de crescentes problemas em relação à entrada de migrantes, ou à sua presença e atuação nas sociedades de destino. Para o linguista holandês, o discurso dominante sobre a migração é um discurso público controlado pelas elites da política, da mídia, da educação e da ciência.

Si el racismo no es innato, sino que se aprende, y si el discurso público es la fuente primaria de la formación de actitudes e ideologías xenófobas y racistas en la sociedad, eso implica que son nuestras élites las que son las primeras responsables. Debido a que lo mismo se aplica al antirracismo a lingüistas, analistas del discurso y de la comunicación y científicos sociales, todos tenemos la obligación moral de resistir al racismo con análisis críticos de esas prácticas discursivas que construyen y legitiman la dominación étnica en España y en Europa – obviamente en solidaridad y cooperación con grupos y organizaciones de inmigrantes. (VAN DIJK, 2008, p.14).

Na dimensão comunicacional, especificamente na ambiência midiática no estado de Roraima, o tratamento à temática migratória, que nos últimos cinco anos tem como protagonistas a venezuelanos/venezuelanas, nota-se que as narrativas são construídas a partir de matrizes que favorecem uma configuração da representação do fenômeno migratório e dos sujeitos migrantes como fatores negativos de ameaça e insegurança. Além disso, a falta de contextualização não contribui para uma compreensão aprofundada das razões que geram ou motivam esses descolamentos. Lembramos que o poder simbólico, neste caso da mídia, é fundamental para a estruturação da percepção do real-social e dos imaginários sociais, tal como é entendido por Pierre Bourdieu (1989). Nesse sentido, o sociólogo francês explica que os sistemas sim-

bólicos, como instrumentos de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque eles são estruturados:

O poder simbólico é um poder de construção de realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa que torna possível a concordância entre as inteligências”. (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Ao se tratar da questão migratória, esse poder simbólico da mídia pode refletir como violência simbólica na medida em que se vai padronizando como um discurso preconceituoso e xenófobo que transita por noticiários, reportagens e até a ficção em filmes e seriados onde se constrói a imagem de um inimigo ameaçante, sempre localizado em um universo semântico que remete ao perigo, ao caos e à criminalidade.

Em Boa Vista, capital do estado, as construções dessas narrativas midiáticas ocorrem nos noticiários e em programas, sobretudo, das emissoras de rádio<sup>6</sup> e no jornal *Folha de Boa Vista*<sup>7</sup>, com suas versões impressa e digital. Pesquisadoras e pesquisadores preocupados com essas problemáticas têm realizado – e continuam a realizar – investigações com essas fontes de referências na tentativa de compreender as complexidades desse fenômeno social com todo seu peso simbólico.

---

<sup>6</sup> Em Boa Vista, estão no ar as emissoras 93 FM; Monte Roraima FM 107.9 MHz; Rádio Folha 100.3 MHz; Rádio Folha 94.7 MHz; Rádio Senado 98.3 MHz; e Rádio Universitária 95.9 MHz.

<sup>7</sup> A *Folha de Boa Vista* é um jornal diário da cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. Jornal impresso do então Território Federal, foi fundado em 21 de outubro de 1983, sendo, portanto, o mais antigo jornal ativo no estado. Conta com versão online denominada *FolhaWeb*.



## UFRR e a construção de conhecimentos sobre a questão migratória

A Universidade Federal de Roraima (UFRR), como espaço universitário, é um território fértil para se preocupar e se ocupar de dinâmicas vinculadas à realidade migratória. Assim, desenvolvem-se projetos de extensão como o *Somos Migrantes* e se tomam decisões como a resolução para o ingresso de imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio, que foi aprovada em julho de 2018 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRR, com a ideia de preencher as vagas ociosas e permitir que essa população deslocada tivesse a oportunidade de ser inserida nas dimensões do mundo do trabalho. Essa tentativa de ação afirmativa foi contestada pelo MPF, com uma decisão de primeira instância da juíza da 4ª Vara, Luiza Farias da Silva Mendonça, que entendeu haver “discriminação reversa injustificável” na seleção. Segundo a magistrada, a maneira como a seleção dos estudantes ocorreria, com aplicação de prova com 10 questões de conhecimentos específicos e redação em língua portuguesa, seria desproporcional se levado em consideração o vestibular comum da UFRR<sup>8</sup>.

Nesta universidade pública funciona o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR), curso *stricto sensu* de Mestrado em Sociedade e Fronteiras, que tem como objetivos: desenvolver o estudo e a pesquisa sobre a sociedade e as fronteiras, em geral, e da região Amazônica, em especial. Além disso, neste programa funciona o Grupo de Estudo Interdisciplinar Fronteiras (GEIFRON/UFRR), formado por pesquisadores e pesquisadoras da UFRR e de outras instituições que, vindos de diversas áreas do conhecimento, têm, preferencialmente, como objeto de pesquisa a fronteira em suas mais diferentes concepções e abordagens teóricas, seja do ponto de vista dos processos sociais, seja do ponto de vista dos processos simbólicos.

---

<sup>8</sup> Para detalhes, ver: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/11/30/justica-termina-suspensao-de-seletivo-para-refugiados-e-imigrantes-na-ufrr.ghtml>

Neste contexto acadêmico, têm lugar diversos eventos e processos nos quais o tema migratório tem uma centralidade que lhe outorga o momento histórico que vivemos. Destaca-se entre as publicações recentes, “Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica”, organizado por Márcia Maria de Oliveira e Maria das Graças Santos Dias; “Mobilidade Humana na Pan-Amazônia – implicações teóricas e experiências empíricas”, organizado por Marília Lima Pimentel Cotinguiba, Márcia Maria de Oliveira, Rosana Baeninger, Geraldo Castro Cotinguiba, Francilene dos Santos Rodrigues, Sidney Antonio da Silva e Weidila Nink Dias, e o volume V da coletânea “Sociedade e Fronteiras: Dilemas Sociais contemporâneos: estratégias resistências”, organizado por Maria Luiza Fernandes, Ana Lúcia de Sousa e Alfredo Ferreira de Souza. Todos os livros foram publicados pela Editora da UFRR, em 2020.

Entre as produções relacionadas com pesquisas sobre a problemática da migração e suas construções simbólicas, pode-se indicar o XVIII Encontro do Programa de Iniciação Científica em Ciências Humanas, realizado em 2018, onde foi apresentado o trabalho intitulado “Violência e Imigração na *Folha Web*: uma análise das reportagens do ano 2017 e 2018”, da discente Amanda Vitória, sob a orientação da docente-pesquisadora Francilene dos Santos Rodríguez. Nesta pesquisa documental, que utilizou como unidade de análise reportagens publicadas no jornal online nos anos 2017 e 2018, conclui-se que:

Os dados indicam a parcialidade da *Folha Web*, principalmente ao ressaltar a nacionalidade venezuelana e relativizar a nacionalidade brasileira, mesmo quando alguns elementos indicavam que o autor do crime/delito não era venezuelano. A *Folha* contribui, assim, para disseminar um discurso anti-imigração, ao mesmo tempo fortalece um de que são os venezuelanos os únicos responsáveis pelo aumento do índice de violência no estado (VITÓRIA; RODRIGUES, 2018).

Outro trabalho de destaque nas dinâmicas de pesquisa e produção de conhecimentos sobre migração e mídia é a dissertação de mestrado intitulada “Representações sociais, mídia e violência: a ‘construção’ do Migrante e da migração venezuelana em Roraima por meio dos Websites da *Folha de Boa Vista* e *Folha de S. Paulo*”, realizada por Daniele Monteiro Mota, sob a orientação de Francilene dos Santos Rodrigues, e defendida em abril de 2019. Destaca-se nesta dissertação que os jornais descrevem a migração com expressões caóticas e precárias para justificar os deslocamentos para o Estado de Roraima e colocam a figura do migrante como um sujeito que veio e vive em constantes condições adversas, numa situação extremamente frágil ligada a ilícitos e temáticas de ordem marginal, como drogas, criminalidade, prostituição. Assim mesmo, indica que:

A quantidade de expressões que representam a migração como um fenômeno expansivo é intensa. A migração é abordada como fuga, forçada, irregular, supõe a invasão de território brasileiro e apresentam o termo descontrole para a definição da migração em que a representação da quantidade gira em torno de “milhares” e “centenas”, mas como visto, os números são acrescidos com intuito de causar impacto aos leitores. Com relação aos migrantes, os jornais os colocam como invasores, migrantes econômicos, estrangeiros, ilegais, irregulares, famintos, desafortunados, fúgitivos, refugiados. (MOTA, 2019, p 125).

Afirma a autora que os sentidos construídos pelos jornais se ancoram na ideia de preconceitos, xenofobia e estigmas. Por um lado, o migrante é apresentado como alguém que está fora de seu país, fora da “normalidade”. E, por outro, afirma-se que está invadindo um território desconhecido culturalmente, que nas perspectivas dos jornais vivem em condições de fragilidade e vulnerabilidade social, o que propicia ter comportamentos indesejáveis à sociedade como práticas mar-

ginalizadas. Além disso, as reportagens dos jornais *Folha de Boa Vista* e *Folha de S. Paulo* induziram a perceber que dentro da sociedade existem critérios de normalização que estratificam pessoas e grupos embasados pela rejeição das diferenças e pelo medo do “outro” que lhe é estranho.

Neste texto acadêmico chama a atenção as manifestações dos leitores/comentaristas que no site dos jornais apresentam inconformismo diante da presença dos migrantes em Roraima. Nos textos, denota-se a procura pela culpabilização na questão migratória. Alguns culpam os próprios venezuelanos por terem escolhidos seus representantes, outros culpam o governo brasileiro pela aproximação ideológica em determinados momentos da história política do Brasil. Também há os que culpam o estado pela ajuda dada aos migrantes, os que culpam a falta de segurança na fronteira, pois permite a livre entrada do fluxo em Roraima e, finalmente, os que culpam a falta de políticas públicas capazes de reprimir e deportar os migrantes (MOTA, 2019).

### **Algumas considerações (ainda não finais) na rota da travessia migratória**

A mobilidade humana como processo complexo é uma das forças configuradoras das sociedades presentes no percurso histórico da humanidade. Por isso, em diversos campos do conhecimento, a temática sobre as migrações tem gerado significativas reflexões que permitem o debate e a compreensão de fatos que são marcantes na contemporaneidade do terceiro milênio trazendo à tona a crise estrutural de um modelo civilizatório. Ainda problematizamos: Quais são as características desses deslocamentos? Quais as suas implicações para os sujeitos migrantes? Nos contextos das democracias contemporâneas, quais são os impactos nos direitos desses grupos humanos que se deslocam nas ondas migratórias sul-norte e sul-sul? Desde que lugar e

com quais marcas textuais se constroem as narrativas que falam desses processos e desses sujeitos?

A comunicação midiática se tem redimensionado com o desenvolvimento das tecnologias eletrônicas e digitais. Nas dinâmicas de consumo e produção simbólica que acontecem nas realidades virtuais, marcantes na contemporaneidade, apagam-se e configuram-se diversos direitos de uma cidadania que se desloca de algumas territorialidades a outras. Por outra parte, é importante sublinhar que a interatividade comunicativa que permite as tecnologias digitais pode ser uma condição favorável para que os sujeitos dos processos migratórios se apropriem de ferramentas tecnológicas para desenvolver outras narrativas que não só contextualizem as travessias que acontecem no sentido sul-norte global e sul-sul global com as suas implicações, mas que também fortaleçam as redes de cidadãos em deslocamento, os quais precisam defender seus direitos fundamentais e cobrar dos Estados-nação o cumprimento das leis e acordos que regulamentam as migrações internacionais. Assim, destacam-se no contexto migratório o uso de plataformas digitais ou de redes sociais eletrônicas como *Facebook* ou *Whatsapp* para a troca de informações de interesse entre os migrantes e para se comunicar com os familiares e amigos que ficaram no país de origem. Por exemplo, o grupo de *Whatsapp* “*Rumbo a Argentina*”, que desde 2017 serve a migrantes venezuelanos que se deslocam para esse país do sul do continente, compartilha informações sobre o trânsito pelo território brasileiro, dicas de viagem, aprendizados das experiências, documentação necessária e até oportunidades de emprego ou opções de moradia na chegada a Buenos Aires. Também podemos indicar a experiência da *Rádio Orinoco*, projeto criado e pensado para propagar, através das ondas sonoras, outras versões sobre a migração venezuelana para o Brasil, que apresentem a integração como um caminho possível, se trilhado sob valores como empatia e solidariedade. Lançado em outubro de 2019, o programa Rádio Orinoco é transmitido sema-

nalmente na *FM Monte Roraima* (107,9 MHz) e na *Rede de Notícias da Amazônia* (RNA) e veiculado simultaneamente em 20 rádios da região Amazônica, além de acesso livre na plataforma *Spotify*. O projeto comunicacional bilíngue (português e espanhol) é iniciativa da Caritas Diocesana. Finalmente, poder-se-ia afirmar que esses tipos de experiências contribuem para a consolidação de uma cidadania comunicativa que visibiliza os sujeitos migrantes e o seu direito a ter direitos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Laís Azeredo; JAROCHINSKI SILVA, João Carlos. Categorização, exclusão e criminalização das migrações internacionais. **Revista interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 5, Bauru, 2017, p. 111-126. Disponível em : [www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/469](http://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/469).

ASSIS, Gláucia Oliveira, SILVA, Leonardo Matheus da e FREDERICO, Manoela Salvador. **Mídia e migração**: uma análise da (in)visibilidade dos migrantes brasileiros na Europa. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Digital do 6º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Ponta Grossa: Alcar Sul, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Extraños llamando a la puerta**. Barcelona: Paidós, 2016.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

COGO, Denise. **Mídia, migração e interculturalidade**. São Leopoldo: Unisinos/CNPq/Fapergs, 2004 (Relatório de pesquisa vol. I e II).

COGO, Denise. **Latino-americanos em diáspora**: usos de mídias e cidadania das migrações transnacionais. Rio de Janeiro: Tróbia, 2012.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Etnicidad estratégica, nación y colonialismo en América Latina**. In: IV Congreso Internacional sobre Dinámicas de inclusión y exclusión en América Latina. Guadalajara, México, setembro de 2013. Disponível em: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/alter-nativa/article/view/9444>. Acesso em: 30 de set.2022.

DINIZ, Alexandre Magno Alves. Fluxos migratórios e formação da. Rede urbana de Roraima. In: **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 33, n. 2, p. 269-287, mai./ago, 2008.

FERNÁNDEZ, Adrián Padilla. Interculturalidade, Mídia e Migração na América Latina. In: OLIVEIRA, Márcia Maria de; DIAS, Maria das Graças Santos (Orgs.). **Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica**. Editora da UFRR, Boa Vista, 2020.

FUENTES, Carlos. **La frontera de cristal** (novela en nueve cuentos). México: Alfaguara, 1995.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Annablume, São Paulo, 2005.

MOTA, Daniele Monteiro. **Representações sociais, mídia e violência: a 'construção' do Migrante e da migração venezuelana em Roraima por meio dos Websites da Folha de Boa Vista e Folha de S. Paulo**. 30 de agosto de 2019. 184f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras). Universidade Federal de Roraima. Roraima. 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. OSAL: Observatorio Social de América Latina. Ano 6, n. 16 (jun), Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SASSEN, Saskia. **Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global**. Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração**. São Paulo: Editora USP, 1998.

SKLIAR, C. **La pretensión de la diversidad o la diversidad pretenciosa**. In: Anais da I Jornadas Nacionales de Investigación Educativa, Mendoza, 2007. Disponível em: <https://educacion.uncuyo.edu.ar/upload/skliar-pretensiondiversidadodiversidadpretenciosa.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros**. Petrópolis: Vozes, 2010.

VALE, Ana Lia Farias. Imigração de nordestinos para Roraima. **Dossiê Migração**. IEA. São Paulo: USP. V. 20, n. 57, 2006. Disponível em: [www.revistas.usp.br/eav/article/view/10160/11746](http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10160/11746)



VAN DIJK, Teun A. Escribir y hablar la inmigración. In: LIROLA, María Martínez (ed.) **Inmigración, Discurso y Medios de Comunicación**. Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert. Alicante, 2008.

VAN DIJK, Teun A. **Racismo y discurso de las élites**. Barcelona: Gedisa, 2003.

VITÓRIA, Amanda; RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Violência e Imigração na Folha Web: uma análise das reportagens do ano 2017 e 2018** [pôster]. In: XVIII Encontro do Programa de Iniciação Científica em Ciências Humanas. Roraima: Universidade Federal de Roraima, 2018.

# AMAZÔNIA CARIBENHA: PROCESSOS HISTÓRICOS E RELAÇÕES DE FRONTEIRA

Reginaldo Gomes de Oliveira

## Introdução

Esta pesquisa histórica tem como tema a ilha Amazônia Caribenha, seus processos históricos e suas relações de fronteira. Esclarecemos que a referida ilha é todo o território da antiga ilha da Guiana<sup>1</sup>, localizada na região Norte da América do Sul. Nesse contexto sul-americano, as fronteiras da ilha Amazônia Caribenha são limitadas no Atlântico Norte (Mar do Caribe) pelo litoral entre a margem direita do delta do rio Orinoco (Venezuela) até a margem esquerda do delta do rio Amazonas (Brasil), com limites no interior pela margem esquerda do rio Amazonas e do rio Negro, e pelo canal do Cassiquiare (Brasil/Venezuela) e a margem direita do rio Orinoco. O litoral amazônico caribenho foi descoberto por Cristóvão Colombo em 1498, durante sua Terceira Viagem ao Novo Mundo, quando identificou no litoral os rios Essequibo e Orinoco durante viagem para a ilha de Trinidad.

A região foi denominada Costa Selvagem pela expedição de Colombo. Para Colombo e sua tripulação, os selvagens eram os senhores do litoral e do delta dos rios descobertos. Durante o século XVI, o litoral pantanoso, habitado pelos indígenas da Costa Selvagem, foi sendo modificado pelo navegador do reino espanhol. Eram navegadores que prestavam serviços ao rei Carlos V da Espanha, com autorização para manter contato com os povos indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak, tomar nota sobre os produtos comerciais e elaborar relatórios

---

<sup>1</sup> Guiana, termo emprestado da língua indígena Arawak. Significa “Terra de Muitas Águas” ou “Terra de Muitos Rios” (OLIVEIRA, 2006; 2008).

acerca dos saberes indígenas no que diz respeito a fauna, flora e geografia da região. Foi nesse encontro entre europeus e indígenas que o nome Guiana substituiu o termo Costa Selvagem, ampliando-se sua fronteira do litoral para o interior, conforme o conhecimento dos rios que circundam a ilha da Guiana, com afluentes indicando caminhos para o interior. A Figura 1 mostra a Amazônia Caribenha no fim do século XVI como território espanhol.

**Figura 1 – Mapa da Amazônia no século XVI com destaque para a ilha da Guiana**



Fonte: Mapa elaborado por Jodocus Hondius em 1599, disponível no Arquivo Público de Amsterdam. Cedido por Lodewijk Hulsman em 2008.

O mapa holandês elaborado pelo cartógrafo Hondius, que buscou informações no relatório da expedição de Walter Raleigh (1594)

e de Lawrence Keymis (1596), revelou o rio Orinoco no litoral. Mostra-se o rio Orinoco com distintas conexões fluviais para o interior e para a área andina, sendo o rio mais importante do contexto amazônico no século XVI. Nesse mapa o litoral interiorano exibiu o rio Amazonas, quase desconhecido e delimitando uma fronteira da ilha. O rio Amazonas na posição do misterioso caminho para o interior ou terras andinas, conhecido como grande rio, que era habitado pelas guerreiras Amazonas, citadas pela expedição de Francisco de Orellana (1541-1542). Nesse período, Portugal fazia parte do reino espanhol governado por Felipe II, que decretou o fim do reino de Portugal com a denominada União Ibérica (1580-1640), causada por uma crise dinástica em Portugal (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014; GOSLINGA, 1971; OLIVEIRA, 2008; 2011; 2020; OLIVEIRA; CAVLAK, 2020).

O conhecimento, a elaboração histórica e cartográfica dessa região do litoral amazônico caribenho, no Atlântico Norte, e também em direção ao interior da ilha, estimulou o sonho de enriquecimento fácil com a divulgação do lendário El Dorado. O rei Carlos V da Espanha autorizou várias expedições pelo rio Orinoco em busca do caminho do El Dorado. Autorizações que tiveram continuação com o rei espanhol, Felipe II, filho de Carlos V. Nesse contexto de exploração espanhola, os ricos comerciantes dos Países Baixos, que foram unificados ao reino espanhol por Carlos V em 1517, eram autorizados a realizar comércio e exploração na ilha da Guiana, considerada terra da Espanha pelo Tratado de Tordesilhas (1494), que definiu as primeiras fronteiras no Novo Mundo, entre espanhóis e portugueses.

O presente estudo aborda temas da Amazônia Colonial até o início do século XX, quando as fronteiras entre o Brasil e os outros países amazônicos caribenhos foram estabelecidas com os marcos fronteiraicos. Estudos arqueológicos e antropológicos, porém, têm revelado um dinamismo sociocultural na região desde os tempos pré-históricos,

marcando espaços fronteiriços com características singulares nessa região (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014; GALLOIS, 2005; HULSMAN; CRUZ, 2016). O dinamismo sociocultural, histórico e geopolítico da região amazônica caribenha, portanto, tem despertado interesse em várias áreas do conhecimento. Nesse aspecto, nosso capítulo aborda essa construção histórico-cultural e geográfica das fronteiras do Brasil na referida região amazônica.

A pesquisa é de natureza bibliográfica, de fontes neerlandesas e brasileiras, trabalhadas por nós do grupo de estudos vinculado ao Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (Nupepa) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). São estudos ampliados com análises feitas com base teórica no pensamento decolonial ou pós-colonial, que apontou para uma revisão histórica da região amazônica em questão, que foi construída pela historiografia de visão eurocêntrica.

Para compreendermos essas outras possibilidades de análise histórica, foi necessário o apoio teórico-metodológico dos autores Mignolo (2003, 2007, 2017), Reis e Andrade (2018). Esses autores apontaram para outros fundamentos de análise do processo de construção histórica e suas fronteiras amazônicas. São autores que deram significativas contribuições teórico-metodológicas para ampliarmos o debate histórico regional, com conteúdo que complementa a produção historiográfica amazônica e, ao mesmo tempo, provoca outro posicionamento na elaboração histórica regional no século XXI.

O território amazônico caribenho e suas fronteiras é um espaço em que nós próprios estamos participando e habitando nele, que aparece como um desafio ao nosso conhecimento quando pensamos na relação histórico-cultural com os vizinhos de língua espanhola, inglesa, holandesa e francesa, sem contar com os distintos povos indígenas, que compartilham esse território. Uma extensão de terras da Amazônia Caribenha que conhecemos por meio de investigação siste-

matizada, de um saber que não é absoluto e se apresenta dentro de uma verdade aproximada, a que Miriam Cardoso (1978, p. 72) denominou de “sistematização das ideias e o real”. Nesse sentido, podemos dizer que a sistematização de saberes, que mostrou um movimento dinâmico de relações antagônicas em suas fronteiras, está alicerçada nos papéis desempenhados pelos grupos sociais diferenciados, como os povos indígenas e membros das sociedades nacionais amazônicas caribenhas.

De modo geral, o estudo do processo histórico e as relações de fronteira na Amazônia Caribenha implica, também, a necessidade de reinterpretarmos esses vários entendimentos teórico-metodológicos já apontados, para termos um pouco mais de clareza na construção histórica das fronteiras do Brasil com os quatro países vizinhos amazônicos caribenhos: Venezuela, Guiana, Suriname e Departamento Ultramarino da França. Nessa perspectiva Vigevani, Veiga e Mariano (1994, p. 46) dizem: “[...] será necessário, ainda, um esforço para identificar os elementos comuns entre as populações fronteiriças e as demais.” Pois, nessa concepção, não temos um processo colonizador e relações fronteiriças construídas historicamente de um único modo ou única interpretação, mas diferentes interpretações que envolveram os distintos sujeitos socioculturais e jurídicos para a defesa territorial e as demarcações das fronteiras nacionais de cada país nessa citada região.

Assim exposto, nossa reflexão neste capítulo divide-se em duas partes. A primeira parte se dedica ao período colonial, entre os séculos XVII e XVIII. Essa fase colonial espanhola, com apoio das Províncias Unidas dos Países Baixos, mostrou a dificuldade do reino espanhol em povoar e defender seu extenso território amazônico, que foi conquistado por outras potências da Europa, delimitando novas fronteiras na região. Na segunda parte, faremos uma abordagem sobre o século XIX e início do XX, momento das independências nas Américas e Caribe, com definições das fronteiras entre o Brasil e os países vizinhos amazônicos caribenhos.

## **Amazônia Caribenha: os europeus, os povos indígenas e o processo histórico nos séculos XVII e XVIII**

O litoral amazônico caribenho, com seus diversos caminhos fluviais e terrestres, que partem da costa para o interior localizado nas terras dos rios Branco, Negro e Amazonas, foi uma região de múltiplas vivências entre europeus e povos indígenas, com tensões sociais, culturais e das trocas comerciais, mas vivenciou também alguns momentos de paz. Os povos indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak tinham o conhecimento dos caminhos entre o litoral e o interior, com fronteiras socioculturais marcadas pela rede de trocas comerciais que se estendiam entre as ilhas do Mar do Caribe e o litoral amazônico caribenho, prolongando-se para a planície amazônica até os Andes. Como exemplo, o povo Paraviana dominava o comércio na região do rio Branco intermediado por outros grupos indígenas, que comercializavam no litoral amazônico caribenho. Os Paravianas tinham parceria no comércio com os índios Manao habitantes do rio Negro, que estendiam as relações de comércio com o povo Omágua do Alto Solimões.

No fim do século XVI e por todo o século XVII, essas fronteiras socioculturais e de relações comerciais dos povos indígenas foram transformadas e interpretadas conforme o sistema geopolítico da Europa Renascentista. Foi um projeto do rei Carlos V da Espanha, que contou com os serviços de navegadores exploradores, governantes locais e missionários católicos, que paulatinamente povoaram a Amazônia Caribenha em nome da Espanha. Nesse projeto de conquista e ocupação da região, os europeus não respeitaram o traçado territorial das populações indígenas, que dividiam entre si a terra amazônica, obedecendo a suas antigas tradições de deslocamento territorial, organização sociocultural e comercial (OLIVEIRA, 2003; 2011; 2020).

Nesse sentido, eram autorizadas diferentes expedições exploradoras e, entre elas, a de povoamento europeu na Amazônia Cari-

benha. Para essa ação colonizadora, os povos indígenas e suas terras foram incorporados como propriedade do rei espanhol. Tal região amazônica passou a ser disputada também por britânicos, neerlandeses, franceses e portugueses, que desejavam desfrutar também as rotas de comércio no Atlântico Norte. No século XVII, a República Neerlandesa dominava as rotas comerciais do Atlântico por meio da Companhia Holandesa das Índias Orientais e a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais ficou com o gerenciamento dos negócios entre Europa, Caribe e América. Esclarecemos que a República Neerlandesa<sup>2</sup> era o resultado da unificação das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos espanhóis, que aproveitaram um intervalo da Guerra dos 80 Anos e fundaram a referida República em 1581 (OLIVEIRA, 2014; 2020; OLIVEIRA; HULSMAN, 2017).

Nesse cenário amazônico caribenho em disputa, o colonizador europeu que conseguisse entrar pelo litoral em direção ao interior da ilha necessitaria do apoio de um bom guia indígena. Havia uma enorme dificuldade de viajar pelos rios de difícil navegação ou caminhar pelas trilhas terrestres de conexão com os rios em direção ao interior. Sem conhecer os caminhos fluviais e terrestres, era difícil para o europeu cruzar a muralha formada pelas serras Pacaraima, que delimitam fronteiras indígenas nas terras ao Norte do rio Rupununi (Guiana) e do rio Branco (Brasil), seguindo em direção ao rio Orinoco pelas savanas (Venezuela), ou para os rios Rupununi e Branco, ou para os rios Negro e Amazonas. No conjunto das serras Pacaraima encontra-se o

---

<sup>2</sup> As Dezesete Províncias Unidas dos Países Baixos foram unificadas ao reino da Espanha por Carlos V em 1517, que decretou normas de respeito aos súditos católicos e protestantes. Dez províncias eram católicas e sete eram protestantes. Quando o rei Felipe II assumiu o governo da Espanha, não aceitou súdito protestante e impôs o processo de Inquisição aos súditos das Sete Províncias. Descontentes, os súditos protestantes desencadearam uma Guerra de Independência da Espanha, que foi denominada de Guerra dos 80 Anos (1568-1648).



majestoso Monte Roraima<sup>3</sup>, considerado a morada do deus mitológico indígena Makunaima (termo emprestado dos povos Karíb). Para os povos indígenas, são terras do denominado Circum-Roraima, habitadas e divididas em fronteiras socioculturais pelos povos Pemon, Taurepang, Ingarikó, Makuxi, Patamona, Akawaio, Wapichana, Ato-rai entre outras famílias indígenas.

Na mesma linha de pensamento, na região Sul dos rios Branco (Brasil), Rupununi (Guiana), estão as muralhas formadas pelas serras Acaraí e Tumucumaque, que também delimitam territórios indígenas dos povos Karíb e Arawak. São áreas de savanas, serras e florestas, com rios de difícil navegação por causa das variadas cachoeiras, que desenhavam os espaços e fixam as fronteiras socioculturais dos Wapichana, Ato-rai e Wai Wai, como exemplo. Todo esse conjunto de serras, florestas e savanas (ou lavrados) é conhecido também como territórios do Planalto das Guianas. Hoje, essas terras da fronteira Sul da ilha da Guiana fazem parte da região Sul do Suriname com o Norte do Brasil e Sul da França (Departamento Ultramar) com o Norte do Brasil que, no passado colonial, dificultou a entrada do colonizador pela margem esquerda dos rios Amazonas e Negro.

Os acontecimentos históricos vinculados às guerras europeias no século XVII possibilitaram ao rei espanhol Felipe III repensar as fronteiras nas imensas terras da América espanhola. O envolvimento da Espanha na Guerra dos 80 Anos (1568-1648) e na Guerra dos 30 Anos (1618-1648) não favorecia o rei espanhol controlar e defender as terras no Caribe e na América. Para essa ação, ele contava com o apoio

---

<sup>3</sup> Lugar da morada de Makunaima. Para os povos indígenas do tronco linguístico Karíb, como também para os povos Arawak, Makunaima, está presente nas lendas e rituais mitológicos que narram a criação da região e de todas as coisas existentes nela. O brasileiro Mário de Andrade tomou conhecimento sobre a lenda de Makunaima e publicou a novela Macunaima por volta de 1928 (OLIVEIRA, 1991).

dos súditos portugueses unificados ao reino da Espanha, com relações nem sempre amigáveis.

Assim, em 1621, o rei Felipe III criou um Estado separado do Brasil e denominou de Estado Independente do Maranhão, com sede em São Luís, para proteção do território amazônico espanhol. O Estado do Maranhão tinha sua extensão territorial formada pelos atuais estados do Piauí, do Maranhão, de Mato Grosso e os estados do Norte do Brasil, com fronteiras indefinidas para o interior, localizadas nos Andes. Os portugueses foram convocados para governar e defender o Estado do Maranhão em nome da Espanha. O plano de usar o povo português na conquista e ocupação do Norte da América do Sul foi pensado por Felipe II, quando anexou Portugal ao reino da Espanha (União Ibérica, 1580-1640), extinguindo as fronteiras Ibéricas na América, em favor do reino espanhol.

Tal projeto espanhol dos reis filipinos iniciou-se com a autorização do rei da Espanha para os portugueses ocuparem e defenderem a margem direita do delta do rio Amazonas em 1616. Momento da construção do Forte do Presépio (hoje, cidade de Belém), na tentativa de impedir a entrada no rio Amazonas dos europeus inimigos da Espanha. Em 1637, ao dar continuidade ao referido projeto espanhol, o rei Felipe IV criou a Capitania do Cabo Norte (Capitania Hereditária), localizada na margem esquerda do delta do rio Amazonas e designou a administração ao governador do Estado do Maranhão, Bento Maciel Parente, em São Luís. Foi nesse contexto geopolítico amazônico que o rei Felipe IV autorizou a viagem do português Pedro Teixeira (1637-1639) para exploração e reconhecimento da região do rio Amazonas, desde o delta até os Andes. O rei espanhol precisava de informações corretas sobre os territórios explorados pelo comércio dos neerlandeses ou holandeses (HULSMAN, 2013; OLIVEIRA, 2003; OLIVEIRA; HULSMAN, 2017).

Porém, em 1648 foi celebrado o fim da Guerra dos 80 Anos e da Guerra dos 30 Anos, com a assinatura do Tratado de Westphalia, que deu paz às nações católicas e protestantes, e o Tratado de Münster, que reconheceu a independência da República Neerlandesa. O tratado de Münster foi o primeiro reconhecimento oficial da Espanha na delimitação de fronteiras na América do Sul e no Caribe, que tinham sido determinadas pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Em 1648, o referido tratado reconheceu a República Neerlandesa como proprietária de todos os assentamentos e terras utilizadas nas trocas comerciais com os povos indígenas na ilha da Guiana (OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA; HULSMAN, 2017).

Por todo o século XVII e início do XVIII, os burgueses mercadores da República Neerlandesa, por meio da Companhia das Índias Ocidentais, foram ampliando a rede de comércio e desenvolvendo um lento processo de povoamento e construção de postos de guarnição militar ou fortalezas no interior dos rios e no litoral da Guiana. No entanto, os esforços dos neerlandeses não eram bem-sucedidos, pois os povos indígenas continuavam controlando a região e envolvendo-se em guerras europeias na Amazônia Caribenha. Os povos indígenas Karíb ou Arawak alinhavam-se ora aos espanhóis, ora aos portugueses, ora aos franceses, ora aos britânicos contra os neerlandeses. Esses embates armados entre povos europeus contra os neerlandeses incapacitaram o funcionamento do projeto neerlandês de segurança das fronteiras no litoral e no interior, que era marcado pela margem esquerda dos rios Amazonas e Negro, pois a margem direita dos mencionados rios era a fronteira com o Estado do Maranhão (1621-1654)<sup>4</sup>,

---

<sup>4</sup> Entre 1640 e 1668, com a Guerra da Restauração do reino de Portugal, os embates armados entre espanhóis e portugueses eram também pela posse dos territórios na Amazônia. No contexto da guerra, os portugueses que governavam em São Luís e Belém tornaram-se aliados do reino de Portugal e renomearam o Estado do Maranhão, criado pelo rei espanhol Felipe III em 1621, para o Estado Independente do Maranhão e Grão-Pará em 1654 (OLIVEIRA, 2020).

que estava sendo disputado por espanhóis e portugueses na Guerra da Restauração (1640-1668). A Figura 2 mostra o mapa da ilha da Guiana no século XVIII.

**Figura 2 – Mapa da ilha da Guiana elaborado por Hartsinck em 1770**



Fonte: Cortesia de Bijzondere, Coleções da Biblioteca da Universiteit van Amsterdam.

Nesse mapa holandês de Hartsinck identificamos o litoral circundante da ilha demarcado por quatro colônias europeias, que denominaram suas propriedades de Guiana Espanhola, delimitada pela margem direita do rio Orinoco; Guiana Holandesa, delimitada pelo litoral Atlântico Norte, desde as terras próximas ao delta do rio Essequibo (Guiana-Venezuela) até as terras próximas ao delta do rio Maroni (Suriname-França); a Guiana Francesa, com a fronteira Oeste dividindo com a Guiana Neerlandesa (Holandesa) e a fronteira Leste com a Guiana Portuguesa. A Guiana Portuguesa estava localizada no rio Oiapoque até a margem esquerda do delta do rio Amazonas, seguindo para o interior com fronteiras delimitadas pela margem esquerda dos rios

Amazonas e Negro. De acordo com o referido mapa, as fronteiras no interior da ilha eram indefinidas ou desconhecidas pelos colonizadores europeus.

No século XVIII, a Amazônia e o Caribe viram sua base econômica, sociocultural e territorial indígena ser outra vez modificada pelos conhecimentos científicos e tecnologias de tendência iluminista europeia. A literatura histórica descreveu as relações socioculturais e econômicas dos neerlandeses em suas colônias na Guiana e nas ilhas do Mar Caribe com certa consolidação e bons lucros econômicos. Foi o momento da chegada do grande contingente de escravos africanos e também indígenas para o trabalho forçado nas colônias agrícolas e de gado. Houve ainda o aumento da população europeia no povoamento da região (GOSLINGA, 1971; THOMPSON, 1987; VAN GRAVESANDE, 1967; OLIVEIRA, 2020; OLIVEIRA; CAVLAK, 2020).

Por volta de 1738, o governo neerlandês da colônia do rio Essequibo, Laurens Storm van Gravesande, enviou o alemão Nicholas Horstman, que prestava serviços na referida colônia, para explorar e marcar limites neerlandeses no interior da Guiana; ou seja, na região dos rios Rupununi e Branco, que tinham supostas fronteiras com espanhóis e portugueses delimitadas pelos rios Negro e Amazonas. Por volta de 1740, Nicholas Horstman desapareceu misteriosamente na região interiorana da Guiana. O governador van Gravesande, sem o apoio de Horstman, viu o fracasso do projeto neerlandês, que era a posse da mencionada região interiorana. Contudo, com a assinatura do Tratado de Madri (1750), portugueses e espanhóis chegaram a um acordo sobre as terras amazônicas e sua população indígena como propriedade nacional.

Em 1750, com o falecimento do rei D. João V, Portugal passou a ser governado pelo rei D. José I, contando com o auxílio do ministro Marquês de Pombal. Durante a Guerra da Restauração de Portugal

(1640-1668), com a disputa entre portugueses e espanhóis pelo Estado do Maranhão, os portugueses, sediados em São Luís e Belém, denominaram de Estado do Maranhão e Grão-Pará (1654), com sede governamental ora em São Luís, ora em Belém. Em 1751, com a política pombalina para o referido Estado Independente do Brasil, renomeou para Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede provisória nas duas capitais. As fronteiras do estado português amazônico seriam definidas com a Espanha, conforme o princípio de direito internacional *Uti Possidetis* (Tratado de Madri, 1750). Nessa perspectiva de extensão territorial portuguesa, por Carta Régia do rei D. José I, criou-se a Capitania de São José do Rio Negro (1755), oficializando a presença de Portugal no interior da Guiana. Para consolidar a Amazônia portuguesa, o Marquês de Pombal indicou seu meio-irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para governar o imenso território do estado do Grão-Pará e Maranhão (OLIVEIRA, 2003; 2020; OLIVEIRA; CAVLAK, 2020).

Em 1772, Marquês de Pombal modificou as fronteiras internas da Amazônia portuguesa e dividiu a região em dois estados independentes: o Estado do Maranhão e Piauí com sede em São Luís; o Estado do Grão-Pará e Rio Negro com sede em Belém. Dedicou-se, também, aos territórios da Guiana (Guiana Portuguesa), com projeto de construção de fortes no litoral (Amapá) e no interior (rio Branco ou Roraima). Toda esta região amazônica portuguesa estava subordinada ao governo em Lisboa, e não ao Brasil, com sede no Rio de Janeiro.

No entanto, a tentativa de negociação para definir as fronteiras portuguesas, com as outras nações europeias presentes na região, não chegava a um acordo. Entre 1777 e 1783, os franceses da capital Caiena (Guiana Francesa) disputavam com os portugueses as terras do rio Oiapoque até a margem esquerda do delta do rio Amazonas. No interior dos rios Negro e Amazonas, os espanhóis e portugueses também

disputavam territórios enquanto os neerlandeses, no litoral amazônico caribenho, tentavam manter as fronteiras das colônias estabilizadas. Os neerlandeses, todavia, vivenciaram embates armados com espanhóis, franceses e ingleses, que desejavam conquistar terras e povos indígenas em prol de seus reinos europeus. Nesse caso, em todos os eventos de lutas armadas, para ocupar e definir o território amazônico, os europeus contavam com o apoio dos povos indígenas Karíb ou Arawak (CRUZ; HULSMAN; OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2011; 2020).

### **Amazônia Caribenha: as transformações históricas no século XIX e início do XX**

No início do século XIX, os eventos revolucionários e de guerras vividos na Europa, América e Caribe trouxeram outras mudanças na demarcação de fronteiras da Amazônia Caribenha. A Independência dos Estados Unidos da América (1776), a Revolução Francesa (1789-1799) e as Guerras Napoleônicas (1803-1815) provocaram o desejo de independência colonial no Caribe e na América do Sul. Transcorria o mês de dezembro de 1807 quando o imperador francês Napoleão Bonaparte invadiu a Espanha e Portugal, ampliando o território francês na Europa.

Com apoio militar e financeiro da Inglaterra, a família real portuguesa fugiu de Lisboa para sua colônia na América. Em março de 1808, o Príncipe Regente D. João, acompanhado da corte portuguesa, chegou ao Rio de Janeiro. Nesse período, a América portuguesa era composta por quatro estados independentes: Brasil, com sede no Rio de Janeiro; Maranhão e Piauí, com sede em São Luís; Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém; Guiana Portuguesa, com dois fortes administrados por Belém: Forte de São José de Macapá (no litoral) e Forte de São Joaquim do Rio Branco (no interior).

Em 1809, com auxílio dos portugueses de Pernambuco, Maranhão, Grão-Pará e da Inglaterra, o Príncipe Regente D. João invadiu e ocupou a Guiana Francesa. Em seguida, D. João instalou o governo português na capital Caiena, e nesse ato político e militar ampliou a fronteira da Guiana Portuguesa, que foi estendida até a fronteira com a Guiana Holandesa. No entanto, era grande a instabilidade política e militar na região amazônica portuguesa. Além das disputas territoriais entre portugueses e os outros europeus, a pobreza e desigualdades socioculturais marcavam o território do Grão-Pará e Rio Negro, com extensão para o território da Guiana Portuguesa.

Havia descontentamento entre a elite portuguesa e a brasileira que governava a região amazônica; tinham divergências sobre as normas estabelecidas no Rio de Janeiro pelo Príncipe Regente D. João. Além disso, em 1815, D. João unificou a colônia e criou um país denominado de Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves (1815-1821), com sede no Rio de Janeiro. Essa ação política do Príncipe Regente provocou outros descontentamentos na região amazônica portuguesa, cuja elite política não desejava a unificação com o reino português de D. João VI (OLIVEIRA, 2020).

Ao fim das Guerras Napoleônicas, foi instalado na Áustria o Congresso de Viena (1814-1815) para elaborar tratados e acordos de reorganização territorial e política na Europa, Caribe e América. A cidade de Viena recebeu diferentes representantes das nações aliadas: Áustria, Inglaterra, Prússia e Rússia. Os Tratados de Paz assinados no Congresso de Viena trouxeram radicais mudanças territoriais na Europa e suas colônias. O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, governado pelo rei D. João VI, não teve participação por ser um reino exilado na colônia americana-portuguesa. Contudo, os assuntos referentes ao reino português foram debatidos pelos representantes e diplomatas. Após as discussões, os representantes do referido Congresso

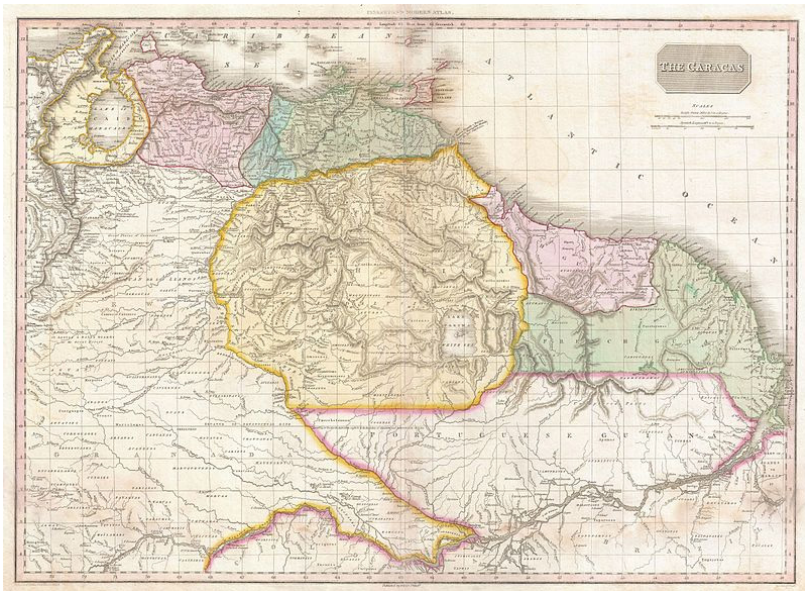


decidiram sobre a devolução do território português na Europa ao rei D. João VI. Nesse caso, decidiram também sobre a devolução da Guiana Francesa por D. João VI à França. Entre as negociações diplomáticas, firmou-se o acordo de casamento da arquiduquesa da Áustria, princesa Maria Leopoldina, com o príncipe português D. Pedro (OLIVEIRA, 2020).

As ações decididas pelos diplomatas no Congresso de Viena para o território da Amazônia Caribenha incitaram novos conflitos armados para ocupação e delimitação das fronteiras envolvendo terras nos rios Orinoco, Essequibo, Berbice, Suriname, Oiapoque, Amazonas, Negro, Branco e Rupununi. As novas nações independentes na Amazônia tinham terras litorâneas mais ou menos definidas, mas os territórios interioranos eram desconhecidos. Outra questão relacionava-se com a posse dos povos indígenas, considerados propriedades de cada nação amazônica, mas esses povos viviam em constantes deslocamentos entre os territórios conquistados. Essa movimentação dos povos indígenas dificultou sua identificação como propriedade, fortalecendo o sentimento nacional nas diferentes famílias indígenas, que tinham relações de parentesco e intercultural pelos laços linguísticos Karíb ou Arawak.

Portugueses e espanhóis na Amazônia tornaram-se mais agressivos na defesa e ocupação das terras e posse dos indígenas contra os ingleses, holandeses e franceses, que desejavam ampliar suas fronteiras na Amazônia Caribenha. Nesse sentido, ao tomar posse em 1817 da Guiana Francesa, os franceses iniciaram uma disputa pela demarcação da fronteira entre França e Portugal na região da Guiana. A Figura 3 revela as propostas das colônias europeias na ilha da Guiana.

**Figura 3 – Mapa do Nordeste da América do Sul, com destaque para a ilha da Guiana ou Amazônia Caribenha em 1818**



Fonte: Atualizado por John Pinkerton em 1818, Filadélfia, Estados Unidos<sup>5</sup>.

No mapa, Pinkerton revelou interessantes detalhes territoriais no interior da Guiana, com indicações das fronteiras reivindicadas pela Guiana Espanhola (Venezuela), com território interiorano até a margem esquerda do alto rio Branco. A Guiana Neerlandesa (Holandesa), com suas quatro Colônias: Essequibo, Demerara, Berbice e Suriname, ocupando o território do litoral. A Guiana Francesa com extensão do litoral até a margem esquerda do delta do rio Amazonas e para o interior até a margem direita do alto rio Branco. A Guiana Portuguesa ocupando a região Sul da ilha da Guiana, com fronteiras marcadas no baixo rio Branco e pelas margens esquerdas dos rios Amazonas e Negro,

<sup>5</sup> Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:1818\\_Pinkerton\\_Map\\_of\\_Northeastern\\_South\\_America\\_\(Venezuela,\\_Guyana,\\_Surinam\).-\\_Geographicus.\\_-\\_Caracas-pinkerton-1818.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:1818_Pinkerton_Map_of_Northeastern_South_America_(Venezuela,_Guyana,_Surinam).-_Geographicus._-_Caracas-pinkerton-1818.jpg). Disponível em: 05 out 2022.

pois a margem direita dos referidos rios era a Fronteira do Grão-Pará e Rio Negro. No entanto, havia a reivindicação das fronteiras espanholas amazônicas como nações independentes do reino da Espanha, acirrando as tensões de ocupação da terra e domínio sobre os povos indígenas, transformados em súditos das novas nações amazônicas e caribenhas.

Assim, o mapa de Pinkerton teve um avanço em relação aos mapas anteriores por reunir distintos relatos dos viajantes, desde o século XVI ao início do XIX, além de informações dos missionários e povos indígenas para detalhar as fronteiras no interior da ilha, que não tinham sido identificadas pelos cartógrafos anteriores. Contudo, durante o Congresso de Viena (1814-1815), as três colônias neerlandesas do Essequibo, Demerara e Berbice foram entregues ao Reino Britânico, que, em 1831, unificou as três colônias neerlandesas e estabeleceu o território como Guiana Britânica (1831-1966). A República Neerlandesa foi declarada independente da França Napoleônica pelo citado Congresso, e suas Sete Províncias Unificadas se tornaram países independentes, como a Bélgica e a Holanda, por exemplo. Nessa ação de independência neerlandesa, a Holanda reorganizou seu território europeu e tomou posse da Colônia do Suriname, renomeada como Guiana Holandesa, que conquistou independência em 1975, com o nome de República do Suriname (OLIVEIRA, 2011; 2014; 2020).

No contexto de mudanças no século XIX, o Mar do Caribe e a região sul-americana viveram um intenso processo de independência. Os vice-reinos da Espanha revoltaram-se e não aceitaram as ordens francesas instaladas em Madri após a tomada do trono do rei Fernando VII pelo imperador francês Napoleão Bonaparte. No embate armado e na instabilidade política, a guerra de independência espanhola na América e Caribe foi liderada por uma elite crioula, que era movida pelo ideário de liberdade, incorporando diferentes setores sociais e econômicos na conquista de independência. Esse pensamento alimentava

também a híbrida sociedade portuguesa na Amazônia, que dificultou a incorporação da Amazônia portuguesa ao Reino Unido de D. João VI ou ao Brasil Monárquico de D. Pedro I, com distintas manifestações de descontentamentos. A mais importante foi a Revolta da Cabanagem (1835-1840), derrotada por D. Pedro II, que reestruturou o território do Grão-Pará e Rio Negro ao instituir a Província Imperial do Pará, com incorporação do litoral da Guiana (Amapá) e a Província Imperial do Amazonas, com incorporação do interior da Guiana – Rio Branco ou Roraima (OLIVEIRA, 2020).

Nessa perspectiva podemos dizer que esses conflitos entre europeus e povos indígenas na Amazônia Caribenha revelaram distintos caminhos de resistência, com pontuais interesses na definição das fronteiras e sugestões fortalecedoras da ideia de nação independente amazônica. Na elaboração da configuração territorial dos novos países amazônicos, porém, todos os povos indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak, entre outras famílias indígenas, tornaram-se propriedade dos diferentes colonizadores europeus. A Guiana Espanhola tornou-se parte da República da Venezuela, que conquistou independência em 1811, enquanto a Guiana Portuguesa tornou-se parte do Brasil Monárquico, com independência de Portugal em 1822 (BURGARDT, 2010; OLIVEIRA, 2008, 2020). A Figura 4 mostra um mapa da ilha da Amazônia Caribenha no século XIX.

**Figura 4 – Mapa da ilha da Guiana ou Amazônia Caribenha com destaque para as cinco colônias europeias no século XIX**



Fonte: Guiana, 2011. Atualização geopolítica regional de Reginaldo Oliveira e Maximiliano Valente em 2011.

Esse mapa evidencia a ocupação das cinco colônias e suas fronteiras na ilha Amazônia Caribenha, que foram delimitadas pelo Congresso de Viena no século XIX. Assim, tivemos a Guiana Espanhola (Venezuela), Guiana Britânica (Guyana), Guiana Holandesa (Suriname), Guiana Francesa (Departamento Ultramarino da França)<sup>6</sup> e a Guiana Portuguesa (Amapá, Roraima e parte dos estados do Pará e Amazonas). Com a independência do Brasil e da Venezuela, a literatura e cartografia do século XX deram destaque apenas às três colônias europeias no litoral da Guiana, que se tornaram mais conhe-

<sup>6</sup> A Guiana Francesa foi a única colônia que não conquistou independência. Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a França reorganizou seus territórios europeus e incorporou suas terras no Caribe e na Amazônia como Departamento Ultramarino da França em 1946.

cidas: Britânica, Holandesa e Francesa. O desmembramento territorial da Guiana contribuiu para o desaparecimento da figura da ilha na cartografia, que se tornou visível com nossos estudos e a denominação da ilha Amazônia Caribenha (OLIVEIRA, 2006; 2008; 2020).

Em meados do século XIX, o Brasil Monárquico e o Reino Britânico iniciaram uma discussão diplomática e jurídica para definir suas fronteiras amazônicas, mas não chegaram a um acordo. Frequentemente, as duas nações enviavam tropas militares para seus reivindicados territórios entre os rios Rupununi, Pirara, Tacutu e Branco, aumentando as tensões e os conflitos com os povos indígenas, que ofereciam seus serviços para os britânicos e para os luso-brasileiros ao mesmo tempo. Porém, em 1858, D. Pedro II autorizou a Província Imperial do Amazonas a estabelecer a Freguesia Nossa Senhora do Carmo no rio Branco, com a finalidade de fortalecer a presença e o apoio luso-brasileiro na região interiorana da Guiana. Esse embate foi denominado de A Questão do Pirara (1829-1904), que se estendeu até o início do século XX, quando foi assinado o laudo de arbitragem elaborado pelo rei italiano Vittorio Emanuel III em 1904, definindo a fronteira entre os britânicos e os brasileiros (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2008).

As fronteiras amazônicas do Brasil com a Bolívia, o Peru, a Colômbia, a Venezuela, a Holanda e a França foram negociadas também no século XIX e estenderam-se até o início do século XX, quando estabeleceram por meio das comissões mistas a colocação dos marcos definindo os territórios fronteiriços. Como exemplo, a Holanda desconhecia o território interiorano de sua colônia amazônica e, após 1850, começou a negociação diplomática com o imperador brasileiro D. Pedro II para definição de suas fronteiras. As negociações fronteiriças entre Brasil e França para definir os marcos nas fronteiras amazônicas também estavam em negociação na segunda metade do século XIX.

As comissões mistas dos países envolvidos na delimitação das fronteiras amazônicas trabalharam no sentido de definir um divisor de águas entre a bacia Amazônica e o Atlântico, mas tal definição do divisor de águas não era uma missão de fácil solução. Como exemplo, na região Sul das Guianas Britânica, Holandesa e Francesa com o Norte do Brasil, lugar de imensas muralhas formadas por serras e florestas, não era revelada com clareza a bacia hidrográfica. Eram regiões marcadas por trilhas terrestres indígenas que faziam conexões com os rios de difícil navegação, por conta das pedras e cachoeiras. Os diplomatas e membros das comissões mistas discutiram a existência das trilhas terrestres indígenas como pontos de referência fronteiriça entre o Norte do Brasil e o Sul das três Guianas (HULSMAN, 2014).

Sem acordo entre os países amazônicos, a definição das fronteiras na Amazônia Caribenha, resolveu-se por laudos de arbitragem internacional, com assinatura do Brasil e a França, em 1900, e do Brasil com a Holanda, em 1906. No entanto, as comissões mistas continuaram os trabalhos para definir o lugar de colocação dos marcos fronteiriços. Já mencionamos que os relatórios das referidas comissões descreviam a dificuldade geográfica de definição hidrográfica no Planalto da Guiana. O conceito de divisor de águas nesse referido território não poderia ser empregado pela situação montanhosa, de floresta e savana que o terreno apresenta. Essa ação das comissões mistas só foi finalizada durante o Brasil do Estado Novo, no governo do presidente Getúlio Vargas, na década de 1930.

### **Considerações finais**

A historiografia das fronteiras na Amazônia Caribenha, ou terras da ilha da Guiana, que foram colonizadas pelos espanhóis desde o século XVI, foi praticamente esquecida na literatura histórica do

Brasil. Para esta breve reinterpretação histórica das fronteiras nessa singular região da América do Sul, foram necessárias as contribuições teórico-metodológicas da literatura neerlandesa e brasileira, além dos documentos relacionados com os assuntos diplomáticos, bem como os relatórios dos viajantes e suas expedições exploratórias e das relações comerciais dos neerlandeses, que percorreram as fronteiras socioculturais das populações indígenas amazônicas e caribenhas.

Populações indígenas do tronco linguístico Karíb e Arawak que ainda estão presentes na referida região em pleno século XXI, com deslocamentos entre as fronteiras dos estados nacionais amazônicos caribenhos, como o Brasil, Venezuela, Guiana, Suriname e França (Departamento Ultramar). Nesse sentido, este capítulo abordou o complexo tema das fronteiras do Brasil com os países amazônicos caribenhos. É um tema que necessita de maiores estudos, mas nossa abordagem histórica trouxe ao debate outra visão teórica da construção histórica regional, que nem sempre é contemplada na historiografia brasileira sobre fronteiras amazônicas.

Concordamos que há muitas lacunas nesta temática fronteiriça, porém nosso estudo é uma primeira tentativa de retomar à História das Fronteiras Amazônicas e perceber que os conflitos territoriais e socioculturais parecem ter sido uma constante ao longo dos últimos séculos (XVIII, XIX, XX e XXI). No entanto, são fronteiras com vivências de cooperação amistosa internacional e local entre os grupos das sociedades nacionais e dos povos indígenas.



## REFERÊNCIAS

BURGARDT, Victor Hugo Veppo. Nação e identidade cultural: uma história de contato na fronteira Brasil/Venezuela. In: PINHEIRO, Luís Balkar S. P. (Org.). **Fronteiras do Tempo**. Revista de Estudos Amazônicos, Dossiê Fronteiras Amazônicas, Manaus, v. 1, n. 1, p. 29-58, jan./dez. 2010.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento**: Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CRUZ, Maria Odileiz Sousa; HULSMAN, Lodewijk; OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. **A brief political history of the Guiana**: from Tordesillas to Vienna. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2014.

GALLOIS, Dominique Tilkin (Org.). **Redes e relações nas Guianas**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2005.

GOSLINGA, Cornelis. **The Dutch in the Caribbean and on the Wild Coast 1580-1680**. Gainesville: The University of Florida Press, 1971.

GUIANA: **caminhos da reportagem. Brasil e Guyana reportagem histórica**. Tradução: Fábio Cavalcante. [S. l., s. n.], 2011. 1 vídeo (10:30min). Publicado pela TV Brasil/TV Universitária. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6WILY7J-r5k>. Acesso em: 26 set. 2019.

HULSMAN, Lodewijk. **O impacto da política europeia nas Guianas**. Texto Curso de Extensão pelo Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (Nupepa/UFRR). Boa Vista, RR, 2013.

HULSMAN, Lodewijk. Rotas da Guiana: a fronteira entre o Suriname e o Brasil. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; JUBITHANA-FERNAND, Andrea Idelga (Org.). **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Suriname**. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2014. p. 35-56.

HULSMAN, Lodewijk; CRUZ, Maria Odileiz Sousa. **Fazenda e trabalho na Amazônia, mão de obra nas Guianas**: o caso de Berbice, 1726-1736. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2016.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamentos liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina:** la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. In: **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, PR, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. **Roraima, Amazônia de Makunaima e o ensino de música.** 1991. 197 f. Dissertação (Mestrado em Música). Conservatório Brasileiro de Música, Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. **A herança dos descaminhos na formação do estado de Roraima.** 2003. 378 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Notas sobre os holandeses na Amazônia no período colonial. In: **Revista Textos & Debates.** Boa Vista, RR: EdUFRR, n. 11, p. 81-97, jul./dez., 2006.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. O rio Branco no contexto da Amazônia Caribenha: aspectos da colonização europeia entre os séculos XVI e XVIII. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende; MOREIRA, Felipe Kern (Org.). **As relações internacionais na fronteira norte do Brasil.** Coletânea de Estudos. Boa Vista: EdUFRR, 2008. p. 137-167.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. A presença holandesa na Amazônia Caribenha entre os séculos XVI e XVII: da Costa Selvagem ao rio Branco. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; IFILL, Mellissa (Org.). **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guayana.** Boa Vista, RR: EdUFRR, 2011. p. 19-43.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Amazônia Caribenha: a regionalização, os caminhos históricos e culturais. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; JUBITHANA-FERNAND, Andrea Idelga (Org.). **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Suriname.** Boa Vista, RR: EdUFRR, 2014. p. 13-33.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. **Amazônia Caribenha**: processos históricos e os desdobramentos socioculturais e geopolíticos na ilha da Guiana. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2020.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; MAGALHÃES; Maria das Graças Dias. A questão do Pirara: Roraima. In: **Revista Textos & Debates**, Dossiê Guianas, Boa Vista, RR, n. 14, p. 103-117, jan./jun, 2008.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; HULSMAN, Lodewijk. Escravidão indígena na Amazônia Caribenha. In: **Revista Olhares Amazônicos**. Boa Vista, RR, v. 5, n.1, jan./jun., 2017. p. 912-929.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; CAVLAK, Iuri. Relações Internacionais na Guiana Brasileira: a consolidação portuguesa em Roraima e no Amapá. In: LYRA JÚNIOR, Américo Alves e MARTINS, Rodrigo Perla (Org.). **Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: história e historiografia**. Boa Vista-RR: EdUFRR, 2020, p. 41-80.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. In: **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá/Paraná: EDUEM, n. 2, mar. 2018.

THOMPSON, Alvin O. **Colonialism and underdevelopment in Guyana, 1580-1803**. Bridgetown/Barbados: Carib Research & Publications, 1987.

VAN GRAVESANDE, Laurens Storm. **The rise of British Guiana**. Nendeln, Liechtenstein: Kraus Reprint, 1967.

VIGEVANI, Tullo; VEIGA, João Paulo; MARIANO, Karina Lilia. Realismo versus globalismo nas relações internacionais. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo/SP: CEDEC, n. 34, 1994.

# AS MARCAS DAS FRONTEIRAS NA MÚSICA DE MATO GROSSO DO SUL<sup>1</sup>

Evandro Rodrigues Higa

Em 1999, o premiado cantautor uruguaio Jorge Drexler (nascido em: Montevideo, 1964) lançou seu quinto álbum com a faixa-título “Frontera”<sup>2</sup>, e logo nos primeiros versos dessa canção, que mistura referências de gêneros musicais uruguaiois como a milonga, a murga e o candombe, afirma que: “Yo no sé de dónde soy, mi casa está en la frontera. Y las fronteras se mueven, como las banderas”. Como um dos mais importantes artistas latino-americanos, Drexler enfatiza a artificialidade das fronteiras nacionais como traços delimitadores de jurisdições de Estado, que no âmbito das identidades locais fronteiriças não encontra muito sentido. Habitar a fronteira é como ocupar um território fluído, um entre-lugar que, dependendo da ocasião, pode estar conectado a um lado ou outro do marco geográfico, configurando uma cultura singular e miscigenada.

No contexto da música popular latino-americana, o estudo de gêneros musicais que transitam entre estados-nação vizinhos e contíguos, separados por uma geopolítica vulnerável ao jogo de identidades e de cultura, revela a complexidade do objeto, das práticas e das ações envolvidas. Os conflitos identitários e culturais são constantemente negociados e colocados à prova nos campos de luta simbólica, pois “as comunidades migrantes trazem as marcas da diáspora, da ‘hibridização’ e da *différance* em sua própria constituição” (HALL, 2009, p.79).

---

<sup>1</sup> As discussões presentes neste capítulo são originárias de uma pesquisa mais abrangente. Para mais detalhes ver: Higa (2010).

<sup>2</sup> Para detalhes, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=nA4jPF8VsTs>

Ao abordarmos o tema das fronteiras, é preciso entender que, além do marco geopolítico – materializado em uma linha imaginária –, também no campo simbólico imaginamos nações que se diferenciam a partir da defesa do que se entende como sendo suas “identidades”, geralmente apoiados em concepções essencialistas e naturalizantes, legitimadas pelas grandes narrativas oficiais e pelos mitos de origem. Entretanto, é preciso pensarmos as identidades nacionais como construções sociais e históricas que, mediadas pelos intelectuais – e suas interpretações –, se materializam através de diversos sistemas de representações, em que a arte e a língua impressa ocupam uma posição central.

Em “A Invenção do Cotidiano 1. Artes de Fazer”, Michel de Certeau (2012, p.194) discorre sobre as fronteiras utilizando a bela e poética metáfora dos corpos que se encontram:

Assim, na noite de sua ilimitação, corpos só se distinguem onde os “toques” de sua luta amorosa ou guerreira se inscrevem sobre eles. Paradoxo da fronteira: criados por contatos, os pontos de diferenciação entre dois corpos são também pontos comuns. A junção e a disjunção são aí indissociáveis. Dos corpos em contato, qual deles possui a fronteira que os distingue? Nem um nem o outro. Então, ninguém?

Na sequência, Certeau (2012, p. 195) afirma que, a rigor, a fronteira “é como um vácuo, símbolo narrativo de intercâmbios e encontros” e, em sua materialidade (que pode ser uma cerca, uma rua ou um rio), não pertencem, de fato, a ninguém.

Considerando a fronteira como um território simbólico, um espaço em que as identidades são praticadas e os encontros tornam possível a descoberta do “outro”, este capítulo propõe duas reflexões que envolvem o tema das fronteiras – e por conseguinte, das identidades. A primeira trata do processo de construção de gêneros musicais na mú-

sica popular massiva, as complexas relações que lhes conferem significação e o constante atravessamento de fronteiras estéticas. A segunda, lança um olhar sobre o que chamamos de música fronteira de Mato Grosso do Sul, isto é, um corpus de canções e de música instrumental que carregam elementos simbólicos e estruturas musicais que remetem a uma musicalidade transnacional, envolvendo o Brasil, o Paraguai e a Argentina. Para que o leitor possa ouvir os fonogramas citados no corpo do capítulo, informamos, em notas de rodapé, os links do *Youtube* que poderão ser acessados.

### **Gêneros musicais e suas fronteiras**

A música popular massiva – entendida aqui como a produção de fonogramas que circulam em diversas mídias a partir do século XX e estão integradas em um processo de produção e difusão industrial – é constituída principalmente por canções e por música instrumental que, em sua maioria, tem um tempo de duração padronizado por volta de três minutos, convencionado a partir do que era possível gravar em cada lado dos discos 78 rpm que circularam até a década de 1950. Esses fonogramas costumavam trazer inscritos no rótulo do disco ou na capa do mesmo o gênero musical em que eram categorizados. Essa é uma questão complexa, que envolve diversos atores sociais que, a partir de diversas perspectivas condicionadas pelo espaço social que ocupam (espaço de posições) e pelo espaço simbólico compartilhado (*habitus* constituído) (BOURDIEU, 1996), rotulam as músicas e lhes conferem significados identitários, frequentemente se engajando em campos de luta na defesa de suas narrativas e representações. Categorizar uma música, conferindo-lhe um rótulo genérico, denota um ponto de vista externado a partir de condicionantes subjetivas do sujeito ouvinte (geralmente conectado com sua memória afetivo-musical) e, no âmbito social, de condições objetivas que reafirmam a padronização

dos gêneros e sua conformidade com o que já está estabelecido pelas mídias. Mas, por outro lado, modificações rítmicas, arranjos diferenciados, performances por intérpretes não convencionais, estratégias de marketing, etc., podem provocar estranhamento por seu alto grau de ambiguidade, chegando mesmo a neutralizar ou modificar a categoria genérica em que aquela música estava anteriormente enquadrada. Um exemplo desse caso é a gravação de “É o Amor”<sup>3</sup>, de Zezé de Camargo e Luciano, feita por Maria Bethânia no CD “A Força que Nunca Seca”, de 1999: de canção sertaneja pejorativamente classificada como “breganojo” pelas elites culturais, no registro de Maria Bethânia recebeu um *up grade* de distinção, deslocando-se do campo da música sertaneja para o da chamada MPB. O mesmo podemos dizer do histórico e pouco conhecido álbum “Nhô Look: As Mais Belas Canções Sertanejas”<sup>4</sup>, de 1970, em que Rogério Duprat – um dos idealizadores do movimento Tropicália – apresenta canções sertanejas em arranjos elaborados para coro e orquestra nada convencionais para o gênero, descolando-se esteticamente desse campo.

É importante frisar que é muito temerária qualquer tentativa essencialista na atribuição de rótulos genéricos a partir de análises estritamente condicionadas pelas estruturas musicais, bem como é preciso relativizar e interpretar os discursos dos agentes sobre a invenção de gêneros musicais. O ato de categorizar uma música deve ser lido como um texto que dialoga com muitas variantes subjetivas e objetivas. Nesse processo de construção social dos gêneros musicais, podemos identificar três momentos fundamentais: primeiro, a apropriação de gêneros musicais pré-existentes ou mesmo de alguns aspectos desses gêneros (estruturas musicais, símbolos poéticos, vinculações identitárias, etc.); segundo, a hibridização desses elementos com a bagagem

---

<sup>3</sup> Para detalhes, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=9H21GQcsgs0>

<sup>4</sup> Para detalhes, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=5ex6b6-cLJ0&t=786s>

cultural/musical já previamente incorporada pelo sujeito; terceiro, a resignificação dialética dessa mistura em uma síntese materializada no enunciado de um novo rótulo genérico. Como consequência, junto aos vínculos identitários, emerge um forte sentido de territorialidade simbólica, que frequentemente remete também a um território físico local, regional ou nacional, estabelecendo fronteiras imaginárias onde são travadas as lutas simbólicas de defesa e afirmação das identidades.

O resultado desse processo pode se materializar em canções categorizadas conforme o modelo original (mesmo evidenciando misturas com referências diversas) ou categorizadas com um novo rótulo para enfatizar as diferenças e marcar uma nova territorialidade. Como exemplo da apropriação de gêneros musicais representativos de outros países latino-americanos feita no Brasil, relacionamos a guarânia brasileira “Saudade”<sup>5</sup>, de Mário Palmério (1916-1996), importante intelectual e político mineiro, que desempenhou as funções de embaixador do Brasil no Paraguai entre os anos 1962-1964. Essa canção se tornou bastante popular não só no Brasil, mas também no próprio Paraguai. Outro exemplo, é o bolero brasileiro “Boneca Cobiçada”<sup>6</sup>, de Biá e Bolinha, gravado pela primeira vez pela dupla Palmeira e Biá, em 1956, que se reconhece como bolero mas, ao reproduzir algumas características desse gênero musical mexicano, incorpora elementos e características da música sertaneja.

Como exemplo de invenção de novos rótulos a partir da incorporação de elementos de outros gêneros musicais, podemos relacionar

---

<sup>5</sup> É possível que a primeira gravação dessa guarânia tenha sido feita pela Orquestra Típica de Neneco Norton no disco *Noches de Asunción – Melodías del Paraguay*, em 1963, pela Chantecler. Para detalhes, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=v6Dtxo8Cxpc>. Muitas gravações posteriores foram feitas, mas destacamos o belíssimo registro feito em 1971 pela dupla campo-grandense Los Melodicos, integrada por Jandira e Benitez, no LP *Carreta Campesina*, pela Califórnia. Para detalhes, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=zOM1IpzG2jQ>

<sup>6</sup> Para detalhes, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=NevYSMS3EVw>



a emergência do rasqueado como resultado da fusão da polca e guarânia paraguaia com a música caipira brasileira, e o samba-canção construído a partir da mistura do samba carioca com o bolero. Aqui o processo é mais complexo, pois implica em negociações e lutas simbólicas, culminando na construção de uma nova denominação e toda a carga de significação que lhe acompanha. Frequentemente, alguns agentes reivindicam o ineditismo do nome. É o caso dos músicos Nhô Pai (João Alves dos Santos, 1912-1988) e Mário Zan (1920-2006), ambos se atribuindo a invenção do rasqueado como um novo gênero musical caipira brasileiro a partir da apropriação de elementos da música paraguaia feita na década de 1940 (HIGA, 2019, p.254-263).

Além disso, é preciso também observar que essas fronteiras entre os gêneros musicais podem ser atravessadas e diluídas em gêneros compostos como a polca-rock<sup>7</sup>, o samba-jazz, etc, ou mesmo na transformação do padrão rítmico de canções, remetendo a gêneros diferentes de seus modelos originais. Como exemplo, lembramos da canção “Gracias a La Vida” (1966), de Violeta Parra (1917-1967), um clássico da denominada Nueva Canción Chilena, registrada em ritmo de bolero pela cantora brasileira Alcione, em 2016, no álbum “Boleros”<sup>8</sup>, gravado ao vivo na Cidade das Artes do Rio de Janeiro, ou da guarânia “Sonhos Guaranis”, de Almir Sater e Paulo Simões, gravada em ritmo de blues pela cantora campo-grandense Juci Ibanez em seu álbum “Raízes & Vertentes: 40 anos de voz”<sup>9</sup>, em 2017.

---

<sup>7</sup> A polca-rock surgiu da incorporação da estrutura rítmica da polca paraguaia com o rock, tendo em Jerry Espíndola, Caio Inácio, Rodrigo Teixeira, Geraldo Roca e Banda Croa suas principais referências. Uma das composições mais significativas de polca-rock é “Colisão”, de Jerry Espíndola e Ciro Pinheiro. Para detalhes, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=fQLjJ--8GNE>

<sup>8</sup> Para detalhes, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=NfPPYwBT7fs>

<sup>9</sup> Para detalhes, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=VJwe11ZPOu8>

A complexidade na categorização de gêneros musicais na música popular massiva denota a complexidade própria do campo dessa música que a partir do século XX dominou o mundo da música e do entretenimento. Em tempos de mundialização da cultura, em que as fronteiras geopolíticas são constantemente relativizadas, a construção de redes virtuais de identificação com as múltiplas categorizações, nos dizem muito dos processos de construção, desconstrução e reconstrução permanente de identidades e de identificações musicais que estão plenamente conectadas com as histórias de vida dos sujeitos, seus anseios e suas visões de mundo. A análise musicológica de elementos estruturais pode nos dar algumas pistas sobre a arqueologia dessas práticas, mas está longe de ser suficiente para compreendê-las. É fundamental um olhar transdisciplinar, incorporando referências e ferramentas teóricas de áreas como a história, a sociologia, a antropologia, a comunicação, a linguística, etc. Esse esforço vem sendo empreendido principalmente por estudiosos da área da Etnomusicologia e da chamada Nova Musicologia ou Musicologia Pós-Moderna. O atravessamento das fronteiras disciplinares se coaduna com a fluidez das fronteiras entre os gêneros musicais, revelando um mundo empírico complexo e construindo um quadro teórico igualmente de grande complexidade.

### **Música fronteira de Mato Grosso do Sul**

O que denominamos de música fronteira de Mato Grosso do Sul se constitui em um *corpus* musical onde se destacam as polcas paraguaias, guarânias, chamamés e rasqueados – e, secundariamente, a moda campera – bem como numerosas composições que, mesmo não sendo categorizadas nesses gêneros, apresentam configurações rítmicas assemelhadas e referências poéticas à temática das fronteiras. Percebe-se a existência de uma rede cultural que interliga a região sul-mato-grossense, o Paraguai, a Argentina e, transversalmente, o sul do Brasil e o estado de São Paulo.

É preciso pontuar que os discursos que embasam as análises históricas da região que hoje denominamos Mato Grosso do Sul remetem ao período colonial como marco de ruptura com a ocupação do território por diversas etnias indígenas e o início de um processo de colonização pela coroa espanhola e pelos jesuítas da Ordem fundada por Santo Inácio de Loyola como uma das principais ações da contra-reforma católica. A relação tensa entre os colonizadores e os religiosos e o projeto de catequização dos povos originários da região levou à criação das chamadas Reduções Jesuíticas que agregaram principalmente os povos Guarani em numerosas cidadelas que, no período de 1609 a 1767, se espalharam pela vasta região então denominada Província Jesuítica do Paraguai e que hoje abrange o Paraguai, partes da Argentina, Bolívia e Uruguai, bem como do sul e do centro-oeste brasileiro, em uma área de aproximadamente 700.000 quilômetros quadrados (SILVA, 2011, p.73). Ao todo, foram contabilizadas 57 Reduções fundadas (e muitas destruídas ou trasladadas) durante os 159 anos de permanência da Ordem de Santo Inácio de Loyola na região (SILVA, 2011, p.78). Importante frisar que, dessas 57 Reduções, em pelo menos 25 (quase metade do total), é possível encontrar indígenas de outras etnias que, de alguma forma, acabaram sendo “guaranizados” no contexto das Reduções, o que leva Silva (2011) a levantar o fato de que:

O Guarani reduzido tornou-se uma nova identidade étnica no espaço colonial, pois, em seu conjunto, ele possuía: religiosidade, tecnologia, organização social e econômica que o diferenciava de todas as outras populações. No entanto, essa nova etnia foi forjada com uma diversidade de populações indígenas, que não tinha relação com a matriz étnica Guarani. (SILVA, 2011, p.94).

O índio reduzido designado como Guarani era antes de tudo um índio formado por uma base étnica de falantes do idioma Guarani, considerados a maioria

nestas reduções, e por uma base étnica formada por grupos falantes de outros idiomas. Entre os grupos que identificamos como falantes de outros idiomas e que foram reduzidos, estavam os Guañanás, Chiquis, Gualachos, Ybirayaras, Yarós, Charruas, Minuanos, Tobas, Abipones, Caaiguaras, entre outros. (SILVA, 2011, p.163).

No atual Mato Grosso do Sul, a partir de 1632, foram estabelecidas diversas missões jesuíticas no território que se denominava Província Jesuítica do Itatim, em terras que eram conhecidas como “Campos de Xerez”, tendo como ponto de referência um pequeno povoado de colonização espanhola denominado Santiago de Xerez (NOVAIS; GOMES, 2010, p.57). Como em toda a Província Jesuítica do Paraguai, apesar da hegemonia dos indígenas falantes do idioma guarani, aqui também haviam outras etnias reunidas nessas missões espanholas que em pouco tempo foram destruídas pelos bandeirantes paulistas ou trasladadas para outras localidades (SILVA, 2011, p.152).

Mesmo admitindo que a construção de um “guarani missioneiro” pode ser considerada “uma identidade forjada a partir de diferentes populações nativas” (SILVA, 2011, p.158), não podemos perder de vista que houve uma dinâmica histórica e social comum a toda essa imensa área que ficou conhecida como Província Jesuítica do Paraguai (onde estava inserida a Província Jesuítica do Itatim), o que inclui Mato Grosso do Sul nesse processo. De certa forma, esse “guarani missioneiro” ou o “missioneiro guaranizado”, foi fundamental para construir as narrativas que o senso comum costuma associar à noção de uma “pátria” guarani ou “alma” guarani: um mito fundacional que justificou e busca legitimar, a partir das primeiras décadas do século XX, e já com as fronteiras nacionais estabelecidas, a emergência da guarânia paraguaia e do chamamé argentino.

Essas fronteiras, que até o advento da Guerra da Tríplice Alian-

ça (1864-1870), ainda eram incertas, após a Guerra passaram a funcionar como linhas demarcadoras dos Estados nacionais do Paraguai, Brasil e Argentina. Porém, para as populações fronteiriças, esses marcos geopolíticos nunca inibiram as intensas trocas culturais. E na bagagem dos imigrantes paraguaios que buscavam melhores condições de sobrevivência nos países vizinhos, a música (e especialmente a polca paraguaia) ocupava lugar de destaque. Pejorativamente denominados de “bugres” ou “abugrados”, esses imigrantes foram fundamentais como força de trabalho no atual Mato Grosso do Sul, seja trabalhando como peões nas fazendas de criação de gado ou sendo explorados como trabalhadores nos vastos ervais nativos que deram origem a grande parte dos núcleos urbanos da região fronteiriça com o Paraguai, especialmente Bela Vista, Ponta Porã e Porto Murtinho. Segundo Bianchini (2000, p. 219-220), nesses três municípios foram contabilizados, em 1920, entre a população estrangeira, um total de 9.404 paraguaios, 2.187 argentinos, 12 bolivianos e 195 uruguaios, o que demonstra a presença massiva de paraguaios na região.

As conexões históricas que integram essa vasta região missionária colonial, bem como a guerra de 1864-1870 e seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais, constituem um enredo que tem como trilha musical diversos gêneros que foram sendo construídos desde a segunda metade do século XIX quando, nos salões de baile de Assunção, bem como nos acampamentos militares em plena campanha militar, os paraguaios dançavam a animada *polka* que, ao incorporar transformações rítmicas diferentes da popularíssima *polka* europeia (em compasso 2/4), recebeu o complemento *paraguaya* (SZARAN, 1997, p. 391). Essas mudanças foram surgindo possivelmente com a incorporação de elementos rítmicos tradicionais da música espanhola – o que é perceptível em grande parte de outros gêneros musicais latino-americanos – e foram sendo praticadas pelos músicos até se fixarem em uma fórmula de compasso em 6/8 com acompanhamento de semi-

nimas em hemíolas, o que lhe confere um elevado grau de complexidade rítmica, dificilmente acessado por quem não está familiarizado com esse repertório.

A mesma configuração rítmica básica da polca paraguaia será utilizada na construção da guarânia, porém em andamento lento, com harmonias e estruturas formais mais complexas e um caráter mais introspectivo. Como canção popular urbana, a guarânia está inserida tanto no processo de invenção de uma identidade nacional no Paraguai, como na resistência às ditaduras de direita levadas a efeito especialmente pelo músico Jose Asunción Flores (Assunção, 1908 – Buenos Aires, 1972). Flores é o compositor da icônica guarânia “Índia”; e é considerado o “pai” desse gênero musical. Com efeito, a Índia, na letra de Manuel Ortiz Guerrero<sup>10</sup>, refere-se a uma mãe-pátria ancestral, assim como a denominação do gênero musical refere-se à ancestralidade guarani. O fato de Flores ter sido um ativista de esquerda, o que o obrigou a diversos períodos de exílio na Argentina, contribuiu decisivamente para a identificação desse gênero musical com as forças de oposição aos regimes ditatoriais do Paraguai<sup>11</sup>.

Compartilhando a mesma configuração rítmica da polca paraguaia e da guarânia, o chamamé argentino é considerado um gênero musical fronteiriço. As províncias de Corrientes, Misiones e Formosa compartilham uma larga faixa de fronteira com o Paraguai, que só foram definitivamente fixadas após a Guerra de 1864-1870. Assim como aconteceu em Mato Grosso do Sul, a porosidade das fronteiras, mes-

---

<sup>10</sup> Índia teve uma letra anterior feita por Rigoberto Fontao Meza, que foi substituída pela de Ortiz Guerrero, o que resultou no rompimento de relações entre Meza e Flores.

<sup>11</sup> Essa condição não foi captada por José Fortuna ao fazer a versão em português em 1952. No Brasil, a guarânia “Índia”, registrada inicialmente com grande sucesso comercial pela dupla Cascatinha e Inhana (<https://www.youtube.com/watch?v=R0PDj-u392E>), acabou sendo considerada uma canção romântica conectada com o universo da música sertaneja.

mo após sua demarcação definitiva, possibilitou um trânsito intenso de paraguaios na região, em busca de melhores condições de vida e de trabalho. A emergência do chamamé, como gênero musical, é um processo complexo que envolve a construção de identidades regionais (e nacionais) e a defesa de territorialidades simbólicas através da música. Autores paraguaios como Boettner (s/d), Szaran (1997), Ocampo (1980) e Gimenez (1997) defendem que o gênero surgiu a partir da presença significativa de músicos paraguaios não só naquela região conhecida por *mesopotamia argentina* (por estar geograficamente localizada em uma bacia hidrográfica dominada pelos rios Paraná e Uruguai), mas também de exilados na capital Buenos Aires, destacando-se o maestro Hermínio Gimenez (1905-1991)<sup>12</sup> e o cantor Samuel Aguayo (1909-1993) (GIMENEZ, 1997, p. 126-128). Dessa forma, o chamamé seria uma ressignificação da polca paraguaia, que aos poucos foi sendo modificada especialmente pela substituição da arpa paraguaia pelo acordeon e bandoneon.

Por outro lado, é preciso considerar que o chamamé se configurou como um símbolo regional de resistência social e cultural, especialmente por conta da discriminação sofrida pelos migrantes na capital Buenos Aires – onde eram pejorativamente denominados *cabecitas negras* – principalmente a partir da década de 1930. Rubén Pérez Bugallo (*apud* DÍAZ, 2008), um dos mais importantes estudiosos do folclore argentino, aponta a influência de características do tango portenho no chamamé, especialmente na gravação de “Corrientes Poty”<sup>13</sup>, de autoria de Diego Novillo Quiroga e Francisco Pracánico, considerado o

---

<sup>12</sup> Hermínio Giménez, autor da guarânia “Lejania”, que no Brasil ficou bastante popularizada na versão feita por José Fortuna, em 1952, como “Meu Primeiro Amor” (<https://www.youtube.com/watch?v=sBspfdOy3rQ>), residiu em Buenos Aires, Corrientes, Rio de Janeiro e também em Campo Grande na década de 1960 (HIGA, 2019, p.147).

<sup>13</sup> Para detalhes, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=g66l3CMLA5Q>

primeiro fonograma categorizado como chamamé. Esta gravação foi feita em 1930 na RCA Victor de Buenos Aires pelo cantor paraguaio Samuel Aguayo (1909-1993):

Y precisamente un *tango* era lo que parecía “Corrientes Potí”, tanto por su tratamiento melódico-armónico como por el instrumental con el que se realizó la grabación (...) Resulta curioso que este primer *chamamé* grabado fuera, en honor a la verdad, un *tango* en seis por ocho. En todo caso, el hecho resulta sintomático del papel preponderante que la ciudad de Buenos Aires comienza a jugar en este proceso. (PÉREZ BUGALLO, 1996, p. 124-125, *apud* DÍAZ, 2008, p.82).

Se nas primeiras décadas de sua popularização o chamamé era reconhecido como música de baile, a partir da década de 1970 esse gênero passou a representar, com mais intensidade, não apenas a afirmação de uma identidade regional, mas também uma resistência à ditadura militar com a composição de chamamés-canção e o engajamento político de músicos como Teresa Parodi, Antonio Tarrago Ros, Los de Imaguaré e outros (DÍAZ, 2008, p.276).

O rasqueado pode ser considerado um gênero híbrido surgido da apropriação feita por músicos paulistas, de alguns elementos rítmicos da polca paraguaia e da guarânia e que em geral evocam imagens poéticas que remetem às fronteiras de Mato Grosso do Sul com o Paraguai. Dois nomes se destacam como pioneiros da composição de rasqueados: Nhô Pai (João Alves dos Santos), nascido em Paraguaçu Paulista (1912-1988), e Mário Zan (1920-2006) que, nascido na Itália, se tornou um dos mais populares músicos e sanfoneiros no Brasil. O rasqueado surge, portanto, dentro do segmento de música caipira/sertaneja, e circula inicialmente através de discos 78 rpm gravados na década de 1940, conforme pudemos aferir no catálogo: “Discografia Brasileira 78 rpm: 1902-1964” (SANTOS et al, 1982). Por estabelecer muitas conexões



identitárias entre o mundo da cultura rural brasileira e a música paraguaia, acabou se popularizando em Mato Grosso do Sul, especialmente com os rasqueados do coxinense Zacarias Mourão (1928-1989) e do mineiro Goiá (Gérson Coutinho da Silva, 1935-1981) gravados a partir de 1957<sup>14</sup> e, a partir de 1959, com a estreia da dupla campo-grandense Délio e Delinha no mundo fonográfico com os rasqueados “Malvada”<sup>15</sup> e “Cidades Irmãs”<sup>16</sup>, ambas de sua autoria.

Entretanto, é preciso lembrar que, de modo geral, os rasqueados feitos por músicos de Mato Grosso do Sul apresentam maior similaridade rítmica com os modelos das polcas e guarânias, especialmente na ambiguidade da configuração rítmica. Ao contrário, nos rasqueados paulistas percebemos que a compasso ternário simples muitas vezes substitui o binário composto e o caráter bi-rítmico próprio da música paraguaia e do chamamé, neutralizando, em parte, a complexidade desse repertório. As condições da prática musical nas fronteiras a torna muito mais permeável aos modelos rítmicos da música paraguaia, contribuindo para a construção de uma troca cultural em que suas características são reproduzidas.

Quanto à moda campera, é possível afirmar que se trata de um gênero construído a partir do rasqueado (HIGA, 2019, p. 188-193), dentro do segmento da música sertaneja na indústria fonográfica. As primeiras modas camperas foram gravadas no disco 78 rpm da dupla Palmeira e Luizinho em 1946, que trazia no lado A uma canção que se tornou popularíssima: “Cavalo Preto”<sup>17</sup>, de autoria do paulista Anacleto Rosas Jr. (1911-1978). De um modo geral, as modas camperas são mais valseadas

---

<sup>14</sup> Rasqueado “Juriti mineira” de Goiá e Zacarias Mourão, gravado pelo Duo Estrela Dalva em 1957/58 na Columbia: <https://www.youtube.com/watch?v=DVZkPGB9fIU>

<sup>15</sup> Para detalhes, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=wJnY1XnrPJo>

<sup>16</sup> Para detalhes, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=xuK9pxBhIxQ>

<sup>17</sup> Para detalhes, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=xiFAU6oq7tY>

(claramente em compasso 3/4) e parecem mais conectadas com imagens épicas que remetem à vida e à paisagem dos pampas gaúchos.

## **As fronteiras na música sertaneja e urbana de MS**

Mato Grosso do Sul é um estado em que o agronegócio domina o cenário econômico, o que conecta sua cultura – e especialmente sua música – com o universo da música caipira/sertaneja. Porém, o diferencial com relação a outros estados brasileiros em que a cultura rural predomina, é a existência de intensas trocas culturais efetivadas historicamente com o Paraguai e, mais recentemente, com Corrientes na região nordeste da Argentina<sup>18</sup>. É curioso constatar o fato de que a música sertaneja brasileira como um todo, a partir da década de 1950, ao mesmo tempo em que buscava se adaptar ao ambiente de modernidade urbana, absorveu e ressignificou diversos gêneros musicais latinos como o bolero, a rancheira, o tango e a guarânia, mesmo sob protestos de grande parte dos críticos musicais e jornalistas, como, por exemplo, o escrito por J. L. Ferrete (1985, p. 70):

A roupagem dos intérpretes iria aderir ao ‘visual’ dos chamados *shows* urbanos, a moda de viola teria de tudo a acompanhá-la, menos viola, e os gêneros típicos cederiam lugar a ‘mexicanizações’ ou ‘paraguáismos’ gradativos, em clara demonstração de adaptação cultural ao que era comercial. Chegou-se a introduzir guitarras elétricas no acompanhamento, com a justificativa de ‘modernização’ ou ‘adaptação à nova realidade’.

---

<sup>18</sup> O chamamé se tornou bastante popular em Mato Grosso do Sul desde a década de 1960, destacando-se músicos como Zé Correa (1945-1974) e Dino Rocha (1951-2019). Zé Correa foi um pioneiro regional na difusão do chamamé, tendo gravado quase duas dezenas de discos, destacando-se seu antológico registro de 1969 do chamamé “El yacare” ([https://www.youtube.com/watch?v=bkEL\\_Cff5vk](https://www.youtube.com/watch?v=bkEL_Cff5vk)) do compositor argentino Ernesto Montiel (1916-1975). Dino Rocha é o autor da popularíssima “Gaivota pantaneira” (<https://www.youtube.com/watch?v=X2EtdHQc8Mc>) em parceria com Zacarias Mourão.

Entre as publicações que abordam o universo da música sul-mato-grossense a partir das narrativas de seus músicos, podemos destacar os de Rosa e Duncan (2009) e Teixeira (2009), este último focando especificamente no segmento da música sertaneja. Mas é importante lembrar que desde a década de 1960, com a organização de festivais de música popular em Campo Grande, nos moldes dos históricos festivais da TV Excelsior e da TV Record em São Paulo, e, especialmente após a divisão de Mato Grosso e a implantação de Mato Grosso do Sul em 1979, emergiu um *corpus* de canções conectadas com diversos gêneros de música popular brasileira e internacional, que muitas vezes trazem referências do universo rural e, principalmente, fronteiriço. Além dos importantes registros sobre esse movimento evidenciados no histórico texto de Guizzo (1982), originalmente apresentado como comunicação no III Encontro de Pesquisadores da Música Popular Brasileira em 1982, bem como de uma publicação coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) intitulada “Projeto Universidade 81: Festivais de Música em Mato Grosso do Sul”, é no livro de Neder (2014) que encontramos uma rigorosa análise acadêmica de caráter transdisciplinar sobre esse movimento que o autor denomina de Música do Litoral Central<sup>19</sup>: conjunto da produção de compositores urbanos de Mato Grosso do Sul construída a partir da década de 1960, por nomes como Geraldo Espíndola, autor de “Cunhataiporã”<sup>20</sup>; Almir Sater,

---

<sup>19</sup> Segundo Neder (2014), o termo “Música do Litoral Central”, proposto pelo compositor Geraldo Roca (1954-2015), remete a um tipo de canção urbana surgido em Campo Grande na década de 1960 e que, apesar de inicialmente não apresentar uma unidade estética, estilística e ideológica, e nem ser considerada “regional”, serviu ao projeto de construção identitária de Mato Grosso do Sul antes, durante e depois de realizada a divisão do antigo Mato Grosso no final dos anos 1970, já que “os discursos dominantes viriam a favorecer, a partir da divisão, a entronização da MLC como identidade representativa de Mato Grosso do Sul” (NEDER, 2014, p. 119). No álbum “Música do Litoral Central”, de 1997, Roca registrou a faixa “Litoral Central” como uma interessante fusão de polca paraguaia, tango e rock. Para detalhes, ver: <https://youtu.be/zO4tVMNRFoQ>

<sup>20</sup> Para detalhes, ver: [https://youtu.be/mK7\\_UhLkOvY](https://youtu.be/mK7_UhLkOvY)

autor de “Sonhos guaranis”<sup>21</sup> em parceria com Paulo Simões, que por sua vez divide a autoria do clássico “Trem do pantanal”<sup>22</sup> com Geraldo Roca; a escritora e compositora Lenilde Ramos<sup>23</sup>; o Grupo ACABA<sup>24</sup>, etc. Neder (2014) trata a canção popular como instância discursiva, em um cenário de conflitos e negociações entre as forças produtivas do campo e da cidade, marcado por complexas relações entre o local, o nacional, o sul-americano e o global. Nos discursos musicais desses artistas, o autor detecta o que denomina de “poética do deslocamento” como uma “contínua migração entre diferentes posições subjetivas” (NEDER, 2014, p. 63) e um certo “desfronreamento” que aponta para uma intertextualidade metaforizada nas imagens recorrentes do rio Paraguai, do Pantanal e do trem não apenas como rota de fuga, mas também como “procura do movimento e atração pela indeterminação” (NEDER, 2014, p. 63).

Além da presença de músicos paraguaios residentes em Mato Grosso do Sul, como, por exemplo, o cantor e harpista Gerardo Ortiz (1958)<sup>25</sup>, remanescente de gerações de artistas que animavam as festas e se apresentavam regularmente em restaurantes e casas noturnas, a temática das fronteiras está presente, de forma expressa ou implícita, em grande parte da produção musical de Mato Grosso do Sul. Seja na performance e numerosas gravações de polcas, guarânias e chamamés

---

<sup>21</sup> Para detalhes, ver: <https://youtu.be/ByEEDj3WFm4>

<sup>22</sup> Para detalhes, ver: <https://youtu.be/GJ0itfWmu6E>

<sup>23</sup> Lenilde Ramos se considera uma “roqueira de botinas”, e sua musicalidade atravessa todas as fronteiras musicais, com marcante presença de referências rurais, como podemos inferir na canção “São João de Corumbá”, do CD “Onça Pintada” de 2009: <https://youtu.be/GP4tDIVBmuE>

<sup>24</sup> “Rodada de siriri e cururu”, faixa do LP “Cantadores do Pantanal”, disco de estréia do Grupo ACABA, em 1979: <https://youtu.be/KwEM7vOuGFo>

<sup>25</sup> Polca paraguaia “Mi despedida” de Félix Perez Cardozo, registrada por Gerardo Ortiz em seu CD “Gerardo Ortiz - Harpa Paraguaya”: <https://youtu.be/qaHpkyjUch0>

por músicos locais, registradas desde a década de 1950 por cantores como o menino-prodígio Franquito (Aquidauana 1947-2021)<sup>26</sup> e Ramoncito Gomes (Julio Cândido Gomes, conhecido como compositor e intérprete de música mexicana e paraguaia)<sup>27</sup>, até duplas sertanejas como Beth e Betinha<sup>28</sup> e mesmo os grupos que se projetaram nacionalmente como o Grupo Tradição<sup>29</sup>, a reprodução desse repertório está inscrita na paisagem musical do estado. A construção de grande parte do *corpus* musical autoral de músicos sul-mato-grossenses (ou residentes no estado) revelam, de forma direta ou indireta, as conexões com a cultura musical do Paraguai e da Argentina, e, de forma mais ampla, com a América Latina como um todo, o que demonstra a grande complexidade do jogo das identidades que não podem ser contidas nos estreitos limites das fronteiras cartográficas dos estados nacionais.

---

<sup>26</sup> Guarânia “Índia” de Jose Asunción Flores e Manuel Ortiz Guerrero, no registro feito por Franquito em 1957: <https://youtu.be/zlv5QzFLW-g>

<sup>27</sup> Até o momento, sabe-se que Ramoncito Gomes nasceu no atual Mato Grosso do Sul, mas ainda não conseguimos localizar a cidade e a data. Uma de suas composições mais conhecidas é “Canarinho Prisioneiro”, curiosa mistura de música mexicana com rasqueado, gravada em inicialmente em um 78 rpm de 1963: [https://www.youtube.com/watch?v=hEXIwK\\_NeJo](https://www.youtube.com/watch?v=hEXIwK_NeJo)

<sup>28</sup> A performance da polca “Itapua Poty”, do compositor paraguaio Juan Carlos Soria (1919-1985), registrada pela dupla no CD “Beth e Betinha: Mãe Natureza” (<https://www.youtube.com/watch?v=6e35CSSVkJOI>), é um exemplo de estruturas rítmicas que músicos fronteiriços de Mato Grosso do Sul reproduzem com grande fidelidade, conforme os modelos originais (HIGA, 2010, p. 225-230).

<sup>29</sup> Em 2005, ainda tendo Michel Teló como principal vocalista, o Tradição gravou um DVD ao vivo em Campo Grande, em que ficou registrado esse belo momento com um *pot-pourri* de guarânias paraguaias: <https://www.youtube.com/watch?v=VAMSCJobhJ0>

## REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A Companhia Matte Larangeira e a Ocupação da Terra do Sul de Mato Grosso (1880-1940)**. Campo Grande: Editora UFMS, 2000.

BOETTNER, Juan Max. **Musica y Músicos del Paraguay**. Asunción: Edición de Autores Paraguayos Asociados, [s.d.].

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DÍAZ, Claudio Fernando. **Variaciones sobre el “ser nacional”**: Una aproximación sociodiscursiva al “folclore” argentino. Córdoba, AR: Ediciones Reco-vecos, 2008.

GIMENEZ, Florentin. **La Música Paraguaya**. Paraguay: Editorial El Lector, 1997.

GUIZZO, José Octávio. **A moderna música popular urbana de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: UFMS, 1982.

FERRETE, J.L. **Capitão Furtado**: viola caipira ou sertaneja?. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional de Música, Divisão de Música Popular, 1985.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Liv Sovik (org.). Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HIGA, Evandro Rodrigues. **Polca paraguaia, guarânia e Chamamé**: Estudos sobre três gêneros musicais em Campo Grande-MS. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2010.

HIGA, Evandro Rodrigues. **Para fazer chorar as pedras**: guarânias e rasqueados em um Brasil fronteiriço. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2019.

NEDER, Álvaro. **Enquanto este novo trem atravessa o litoral central**: Música popular urbana, latino-americanismo e conflitos sobre modernização em Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

NOVAIS, Sandra Nara da Silva e GOMES, Aguinaldo Rodrigues. Campos de Xerez: palco de lutas e conflitos pela exploração da mão-de-obra indígena. **Albuquerque**: revista de História. Campo Grande, MS: v.2 n.4, p.57-80, jul./dez. 2010.

OCAMPO, Mauricio Cardozo. **Mis bodas de oro con el folclore paraguayo**: memorias de um pychäi. Asunción: Ed. do autor, 1980.

**Projeto Universidade 81**: Festivais de Música em Mato Grosso do Sul. Diversos autores. Campo Grande, MS: UFMS, 1981.

ROSA, Maria da Glória Sá; e DUNCAN, Idara. **Música de Mato Grosso do Sul**: Histórias de vida. Campo Grande, MS: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 2009.

SANTOS, Alcino, BARBALHO, Gracio, SEVERIANO, Jairo e NIREZ. **Discografia brasileira 78 rpm**: 1902-1964. (5 volumes) Rio de Janeiro: FUNARTE, 1982.

SILVA, André Luis Freitas da. **Reduções Jesuítico-Guarani**: espaço de diversidade étnica. 2011. 180f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados: 2011.

SZARAN, Luis. **Diccionario de la música en el Paraguay**. Asunción: Ed. do autor, 1997.

TEIXEIRA, Rodrigo. **Os pioneiros**: a origem da música sertaneja de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Ed. do autor, 2009.

## **PARTE 2 – FRONTEIRAS: PRÁTICAS COMUNICATIVAS E MIDIÁTICAS**



# MÍDIA E FRONTEIRAS: ANÁLISE DAS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS FRONTEIRIÇAS PRESENTES NAS CAPAS DO JORNAL IMPRESSO A PLATEIA, DE SANTANA DO LIVRAMENTO-RIVERA<sup>1</sup>

Karla Maria Müller  
Jandré Corrêa Batista  
Gesiel Rocha de Araújo

## Apresentação

O presente capítulo tem por objetivo trazer elementos que compõem os primeiros aportes da pesquisa “Mídia e fronteiras: revisitando jornais locais em Uruguaiana-Libres e Livramento-Rivera<sup>2</sup> (após 20 anos)”, que está sendo desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Culturas, Política e Significações.

A proposta da pesquisa é visitar os espaços de fronteiras internacionais para compreender como a mídia impressa produzida em Santana do Livramento e Uruguaiana participa da construção da cultura e da identidade fronteiriças a partir da análise de como o fenômeno fronteiras é tratado pelos meios de comunicação locais. O primeiro estudo sobre o tema foi finalizado em 2003, cuja coleta do material foi

---

<sup>1</sup> Recorte da pesquisa em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS), na Linha de Pesquisa “Cultura, políticas e significação”.

<sup>2</sup> Tratamos as fronteiras de Santana do Livramento com Riveira e Uruguaiana com Paso de Los Libres com a perspectiva de que aqueles espaços são interligados, tendo em vista que Livramento-Rivera é uma fronteira conurbada e Uruguaiana-Libres semi-conurbada.

realizada há 20 anos; ou seja, em 2000. O material da atual pesquisa é composto por exemplares dos periódicos *A Plateia*, de Santana do Livramento, e *Jornal Cidade*, de Uruguaiana, ambos produzidos em 2020. Ressaltamos que, para a discussão aqui trazida, nossa análise recairá somente sobre algumas edições de *A Plateia*.

Como ponto de partida, temos de considerar elementos relacionados ao contexto local e às práticas socioculturais dos agentes fronteiriços. Cabe destacar a peculiaridade do momento, isto é, um ambiente em que a pandemia da Covid-19 provocou uma série de alterações no espaço social e nas organizações, como as midiáticas, afetando diretamente a produção, circulação e consumo dos jornais impressos. Embora o evento seja recente, há estudos que demonstram como o ano 2020 foi emblemático para diversos setores, entre eles as empresas midiáticas:

A pandemia da Covid-19 não somente provocou mudanças à relação jornalismo-sociedade, como também à rotina de produção dos jornais e ao ritmo de trabalho dos profissionais da comunicação (...). O jornalismo impresso foi um dos segmentos que mais sofreu os impactos do cenário pandêmico, acentuando as dificuldades enfrentadas há certo tempo, ocasionando no fechamento de diversos periódicos e na migração de outros exclusivamente para o meio digital. (CAMPELO *et al*, 2020, p. 2).

Neste sentido, trazemos a seguir dados atuais sobre o espaço fronteiriço internacional, ou seja, Santana do Livramento-Rivera, informações sobre o grupo midiático *A Plateia* e observações sobre materiais publicados neste periódico no ano de 2020. Para esta discussão, nosso recorte ficará na interpretação das manchetes e chamadas estampadas nas capas do jornal local fronteiriço, cuja coleta foi realizada a partir dos parâmetros definidos na pesquisa de 20 anos atrás (MÜLLER, 2003).

## Contexto fronteiriço: Santana do Livramento-Rivera

Com seu território ocupado inicialmente por índios minuanos e charruas, o atual município de Santana do Livramento, localizado no sudoeste do Rio Grande do Sul, teve origem por volta de 1910, quando um combate entre forças portuguesas e espanholas culminou com a vitória das primeiras. A partir de então, oficiais que permaneceram na região com a missão de resguardar a fronteira luso-espanhola começaram a levantar moradias, constituindo os primeiros núcleos habitacionais na localidade. Nomeada em referência à doação de uma imagem de Nossa Senhora de Santa Ana por uma fazendeira da região à igreja local, a cidade foi oficialmente fundada em 30 de julho de 1823, sendo elevada à categoria de município em 1857, emancipando-se do município de Alegrete IBGE (2021)<sup>3</sup>.

Conforme o IBGE (2021)<sup>4</sup>, a população estimada do município em 2021 é de 75.647 pessoas, num território de 6.946,407 km<sup>2</sup> (segundo maior do estado, atrás de Alegrete). Sua principal peculiaridade certamente está no fato de ser considerada uma cidade-gêmea com a uruguaia Rivera (capital do departamento de mesmo nome), formando uma contínua malha urbana ou conurbação binacional. Juntas, constituem uma população de cerca de 140 mil habitantes, sendo que, de acordo com o último censo realizado pelo *Instituto Nacional de Estadística (INE)*<sup>5</sup> do Uruguai, em 2011 a população da cidade era de 64.465 habitantes. Tanto em textos científicos quanto em matérias jornalísticas, são comuns referências às duas localidades como “Fronteira da Paz”, que pode ser explicada pela análise realizada por Dorfman (2007, p. 78):

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/historico>. Acesso em: 02 out. 2021.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/panorama>. Acesso em: 02 out. 2021.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.ine.gub.uy/web/guest/censos-2011>. Acesso em: 02 out. 2021.

A fronteira em questão é apresentada, tanto no senso comum como por muitos de seus estudiosos, como peculiar, particular ou especial, em comparação com outras fronteiras internacionais. Entre as razões para tal excepcionalidade listam-se: vínculos transfronteiriços intensos e cotidianos; o compartilhamento do centro urbano; a ausência de ascendência de uma cidade sobre a outra (como ocorre na fronteira México-EUA); o entrelaçamento da infra-estrutura (estradas, aeroporto, esgotos, saúde, educação, controle de fronteiras)... Analisando a(s) cidade(s) de Santana do Livramento-Rivera, N Schäffer (1993, p. 27) afirma que “a aparente escassez de um dado serviço em uma das cidades pode, simplesmente, significar oferta suficiente para todo o conjunto urbano no outro lado da linha”.

O principal marco dessa condição fronteira e símbolo de integração entre as duas comunidades é a Praça Internacional, inaugurada em 1943 no centro das duas cidades, compartilhada soberanamente em partes iguais por Brasil e Uruguai e considerada a única praça binacional do mundo. O espaço traduz a concepção de que, ao contrário do limite – linha imaginária acordada entre Estados nacionais e traçada em um mapa –, a fronteira é resultado da interação social, cultural e simbólica entre dois ou mais povos. É, como apontam Palermo e Ilha (2020, p. 226): “uma zona de contato e de troca, com muitas possibilidades. A fronteira não é produto de um acordo entre Estados e sim de uma construção histórico-social que se percebe como uma faixa territorial variável a ambos os lados dos limites”.

Encravada no Pampa Gaúcho, região natural e pastoril de planícies com coxilhas cobertas por campos e que ocupa cerca de 63% da área do Rio Grande do Sul (IBGE, 2012)<sup>6</sup>, Santana do Livramento tem sua economia baseada no comércio, na agricultura, na viticultura e,

---

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/vegetacao/manual\\_vegetacao.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/vegetacao/manual_vegetacao.shtm). Acesso em: 02 out. 2021.

sobretudo, na pecuária extensiva. Corroborou para isso o predomínio de grandes latifúndios dedicados à bovinocultura e à ovinocultura, e ainda, como descreve Leobeth (2018, p. 38), “a industrialização de carne, iniciada em 1904, quando dois uruguaiois instalaram a primeira charqueada no município, foi a abertura para o apogeu econômico santanense, que viria a se solidificar com a chegada da companhia Armour, de Chicago, em 1917”.

Em 2020, com o alastramento da Covid-19, os governos federais, estaduais e municipais, de modo geral, foram obrigados a adotar medidas sanitárias restritivas à circulação de pessoas em nível mundial. No caso do Uruguai, a impossibilidade de cruzar as fronteiras internacionais e o fechamento temporário do comércio impactaram diretamente a vida dos habitantes fronteiriços nos espaços de Livramento-Rivera.

Em Santana do Livramento, ligada por uma rua e uma praça à Rivera, os habitantes locais, acostumados a abastecer suas residências com produtos de ambos os lados da fronteira, foram impedidos de seguir com esta prática, especialmente devido ao fechamento do comércio local, decretado pela administração pública tanto brasileira quanto uruguaia. Como aquela fronteira também é bastante procurada pelos turistas, levados até lá para fazerem compras nos *freshops* da cidade uruguaia, a crise foi sentida não só pela baixa nas compras como também no ramo da hotelaria, bares, restaurantes e empresas de ônibus e turismo, em especial as que trafegam entre a capital do estado do Rio Grande do Sul e se dirigem para aquelas cidades regularmente, e que tiveram muitas de suas viagens canceladas.

A pandemia causou muitas hospitalizações e perda de vidas em todos os lugares do mundo. Por meio de Comunicado Oficial da Prefeitura de Santana do Livramento (2021)<sup>7</sup>, no dia 19 de março de 2020 foi

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.sdolivramento.com.br/index.php?page=conteudo.php&id=7558#>. Acesso em: 15 set. 2021.

informado a ocorrência do primeiro caso de Covid-19 no município e, em 14 de maio, a confirmação do primeiro óbito. Em 6 de julho, a Administração Municipal de Livramento apresentou um mapa do contágio no município que mostra a presença do vírus em áreas limítrofes com Rivera, o que preocupou autoridades, organizações e moradores locais.

Inseridos neste contexto, a empresa de comunicação que publica o principal jornal impresso da região precisou se reorganizar para enfrentar as dificuldades que já vinham surgindo em cidades interioranas e que se acirraram no ano de 2020. Foi preciso criar mecanismos para driblar os problemas causados pelo distanciamento social, resguardar as pessoas e lidar com as questões relativas à saúde pública, ocasionadas pela pandemia que assolou (e ainda está presente em) vários países.

### **Jornal A Plateia: (re)estruturação da organização e do veículo**

A história do jornal *A Plateia*, de Santana do Livramento, remonta a 1937, quando foi fundado por Carlos Varela, pecuarista e então proprietário do cinema local, o que faz deste um dos impressos mais antigos ainda em circulação no Rio Grande do Sul (LEOBETH, 2018). Em 1999, o jornal foi adquirido pela família Brada e, desde então, está sob a direção de Antonio Badra e Kamal Badra. O Grupo *A Plateia*, como a empresa se autodenomina, é atualmente composto pelo jornal *A Plateia*, semanário que circula aos sábados; rádio *Rede Comunitária de Comunicação – RCC FM 95.3*; *TV A Plateia*, com programação transmitida pelo *Facebook* e *Youtube* e como canal de TV por assinatura; um provedor de internet; e o site de notícias<sup>8</sup> que agrega todos os produtos do grupo, incluindo a versão digital das edições do impresso.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.aplateia.com.br/> Acesso em: 30 de setembro de 2022.

Nos últimos anos, a empresa inovou e modernizou sua estrutura com equipamentos e novas tecnologias de informação e comunicação, instalando-se num novo e amplo prédio e capacitando constantemente sua equipe. Com forte presença nas redes sociais e outros canais digitais, principalmente o *Facebook* e o *Youtube*, pode-se caracterizar atualmente o Grupo *A Plateia* como claro exemplo de crosmedialidade (transmissão da mesma mensagem em vários canais) e transmidialidade (transmissão de diferentes mensagens em vários canais, que se complementam). Por um lado, a empresa conta com parque gráfico próprio, responsável também pela impressão de vários jornais locais do sul do estado; por outro, a página *A Plateia* no *Facebook* possui mais de 230 mil seguidores (mais de três vezes a população de Livramento) e é alimentada continuamente por reportagens em vídeo e *lives*.

O jornalista Rodrigo Evaldt, editor-chefe do jornal e do site *A Plateia*, explica que todo o trabalho jornalístico nos quatro veículos é realizado de forma totalmente integrada pelos profissionais, ou seja, todos entrevistam e escrevem para o jornal e o site, gravam e apresentam programas na *Rádio RCC* e na *TV A Plateia* – estes últimos geralmente compartilham a mesma programação<sup>9</sup>. Do ponto de vista editorial, ele salienta que, além dos fatos cotidianos de Livramento e Rivera, o cerne da cobertura realizada pelos veículos é a área política, à qual são dedicados tempo e espaço expressivos em todos os formatos jornalísticos (artigos, colunas, notas, notícias, reportagens e entrevistas) e suportes midiáticos (texto, imagem e som). Sobre a relação impresso/digital, Evaldt avalia que:

O interior demorou um pouco mais para ingressar no imediatismo do jornalismo digital, pois as pessoas ainda gostam do jornal de papel. Por isso mantemos o jornal em sua versão impressa uma vez por sema-

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida a Gesiel Rocha de Araújo em 09 de outubro de 2019, na redação do jornal/site *A Plateia*, em Santana do Livramento.

na, mesmo em constante processo de migração para o digital, porque ele reflete a credibilidade construída ao longo das mais de oito décadas de história do veículo. Em tempos de constantes questionamentos sobre o que é fato e o que é fake, os veículos do Grupo A Plateia contam com a confiança das pessoas e o jornal impresso é um importante pilar da manutenção dessa credibilidade. (EVALDT, 2019, entrevista gravada).

O que torna *A Plateia* um veículo peculiar, no entanto, é certamente o fato de publicar em todas as suas edições uma seção em espanhol<sup>10</sup>, voltada especialmente aos moradores de Rivera – o que faz deste o único jornal bilíngue do Brasil. De acordo com Grimberg (2013), a proposta de *A Plateia* {*en español*} é cobrir os fatos que se passam no Departamento de Rivera e, dessa forma, abarcar o público uruguaio entre os leitores da publicação. A seção impressa representa, no entanto, apenas uma síntese do conteúdo produzido em espanhol para os demais veículos do grupo, cujo maior volume é disponibilizado no site<sup>11</sup> e na página no *Facebook*.

O jornalista uruguaio Washington Pereira, editor de *A Plateia* {*en español*}, explica que, embora diversos veículos apresentem seus conteúdos jornalísticos em dois ou três idiomas, o que torna *A Plateia* diferente é que o conteúdo em espanhol não é mera tradução das matérias em português, e sim uma produção própria das notícias do lado uruguaio<sup>12</sup>. Conforme o editor, quando um fato envolve ou interessa

---

<sup>10</sup> No ano de 2019 o caderno em espanhol era formado de quatro páginas; no início de 2020 o caderno possuía três páginas, passando ao final deste ano para duas páginas apenas.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.aplateia.com.br/category/noticias/espanol/> Acesso em: 30 de setembro de 2022.

<sup>12</sup> Entrevista concedida a Gesiel Rocha de Araújo em 10 de outubro de 2019, na redação do jornal/site *A Plateia*, em Santana do Livramento.



a ambos os lados da fronteira, embora haja intercâmbio de informações entre repórteres, cada um produz a sua matéria, considerando o público ao qual o conteúdo é destinado e com fontes distintas de informação, com prioridade para fontes uruguaias no caso da seção em espanhol. Por conta disso,

*A Plateia En Español* é referência não só para a comunidade de Rivera, mas também em âmbito nacional, pois muitas notícias locais sobre fatos policiais e que envolvem autoridades públicas despertam o interesse de leitores em todo o Uruguai. Numa fronteira seca como Livramento-Rivera, as notícias policiais muitas vezes envolvem os dois lados, tornando-se conteúdo jornalístico ao mesmo tempo local e internacional e, por isso, ganham grande proporção e servem de fonte para veículos de abrangência nacional no Uruguai e estadual no Rio Grande do Sul. (PEREIRA, 2019, entrevista gravada).

Vários jornais sentiram os efeitos da pandemia Covid-19, especialmente no que se refere ao consumo da mídia impressa. No caso de *A Plateia*, chegaram a cogitar a suspensão da versão impressa, mas, depois de uma avaliação mais profunda, chegaram à conclusão de que isto determinaria o fim das edições impressas, o que levou o Grupo a manter, apesar das dificuldades, o periódico circulando, mesmo que somente uma vez por semana, atendendo uma demanda especialmente dos leitores mais antigos<sup>13</sup>.

Com relação às equipes, percebe-se que, com a ampliação de cursos superiores de Jornalismo no interior do estado do Rio Grande do Sul, houve uma alteração na formação do grupo de profissionais com relação a anos anteriores. Nos dias de hoje, é possível constatar

---

<sup>13</sup> Informações concedidas em entrevista a Karla Maria Müller por Rodrigo Evaldt e Maria Zélia Safadi, em 26 de julho de 2021, na sede do Grupo A Plateia.

que há jornalistas formados (ou em formação) atuando no veículo; antes não havia essa representação qualificada.

Num movimento de sobrevivência constante, cabe aqui uma breve discussão sobre a atual situação dos jornais impressos, em especial os periódicos do interior, como veremos a seguir.

### **Jornalismo Interiorano: movimentos de (re)existência e (re)invenção**

A relação de proximidade das audiências com os conteúdos jornalísticos, seja por referência geográfica e/ou identificação cultural, consiste em um dos elementos essenciais para o entendimento da lógica subjacente à produção das notícias. Junto com a noção de proximidade<sup>14</sup>, muitos outros critérios auxiliam na compreensão dos parâmetros profissionais para que um acontecimento alcance a condição privilegiada de noticiabilidade (SILVA, 2005; VIZEU, 2007; SEIXAS, 2018). Esse valor, no entanto, tem sido reconhecido de forma a sobrepor características consideradas, mesmo pelo senso comum, como fundamentais para uma notícia: a atualidade e a novidade de uma informação.

O valor jornalístico referente à proximidade conteúdo-audiência assume especial relevância em universos específicos de cobertura midiática e, de forma geral, no contexto comunicacional contemporâneo (CAMPONEZ, 2002; DORNELLES, 2010; 2012a; FERNANDES, 2004; FREIRE; FERNANDES, 2018). Identifica-se principalmente na abrangência geográfica e ideologicamente delimitada de veículos com

---

<sup>14</sup> Fernandes (2004) identifica 70 elementos, entre os quais se destaca o valor de proximidade.

repercussão específica. Esse é o caso do Jornalismo Interiorano, justamente por ser voltado à produção noticiosa acerca dos caracteres e interesses particulares de suas audiências.

Esses jornais são dependentes, portanto, da relação de proximidade dos conteúdos com a realidade imediata de seus interlocutores. De outra forma, seria impraticável a concorrência com a imprensa de maiores alcances e dimensões: “Cabe aos jornais interioranos repercutir junto a seus públicos notícias que venham a ter consequências sobre a população local. Competir com a imprensa nacional e com jornais online é decretar a morte da publicação” (DORNELLES, 2010, p. 238-239).

Ademais, os recursos comunicacionais contemporâneos, ao contribuírem com a transformação da produção, do compartilhamento e do consumo de informações, favorecem o enquadramento local das notícias, conforme as reflexões de Dornelles (2010; 2012). A veiculação de notícias massivas, generalistas, referentes à pauta nacional, regional ou internacional, deixa de ter a mesma relevância às audiências, em razão do fácil acesso à informação por múltiplos meios online. O enquadramento “local”, mesmo em veículos de maiores abrangências que os jornais interioranos, passa também a ter outra relevância. Essa sincronia entre Jornalismo Interiorano e tecnologias de comunicação e informação, ambos voltados ao localismo, pode indicar novas perspectivas e transformações profissionais, conforme apontam Dornelles (2010; 2012) e Fernandes (2004).

Historicamente, diversas construções acadêmicas buscam tipologias para compreender o modo de fazer jornalístico (ver, por exemplo, a compilação de SILVA, 2005). As respostas às perguntas “Por que as notícias são como são?” e “O que são notícias?” (TRAQUINA, 2020) mobilizam esforços para compreender os critérios profissionais à concepção de uma notícia. Frequência, intensidade, clareza/compre-

ensão, significado/proximidade, consonância, surpresa, continuidade, composição e referência a pessoas e elites são algumas das categorizações descritivas sobre os valores profissionais, para lembrar a construção clássica de Galtung e Ruge (1965).

Nessas sistematizações teóricas, mesmo antes do atual contexto das tecnologias de comunicação e informação, o valor de proximidade, de alguma forma, tem sido recorrentemente considerado. Muitas vezes, aponta-se para o seu protagonismo como critério para a definição do que deve ou não ser notícia. Nessa perspectiva, as reflexões de Camponez (2002) e Dornelles (2010; 2012) e o levantamento bibliográfico de Fernandes (2004) posicionam o valor-notícia referente à proximidade como principal elemento na rede de subjetividades que envolvem a atividade profissional. Conforme essas discussões teóricas, o critério de proximidade está à frente, portanto, da reconhecida e necessária atualidade à produção da notícia.

Embora inserido em outro contexto comunicacional, Teun van Dijk (1990, p. 180) já entendia a “proximidade local e ideológica” como elemento transversal aos demais valores jornalísticos. A “proximidade ideológica”, para o autor, está relacionada com as normas, atitudes e valores socialmente compartilhados. Esses elementos compõem, nessa tipologia, o valor de “consonância” das práticas jornalísticas. Já a “proximidade local” refere-se ao valor de relevância e ao de conhecimento prévio das audiências (denominado “pressuposição”, segundo a sua taxonomia).

Assim, o domínio de informações sobre os acontecimentos de uma realidade social (a “pressuposição”) confere o contorno necessário para o juízo de atualidade e de novidade à notícia (outros dois valores essenciais). Portanto, embora não se explicita uma avaliação hierárquica entre os critérios jornalísticos, a tipologia de van Dijk insere a noção de proximidade como central na sua rede de conexões entre os

demais valores profissionais. Mesmo a percepção sobre a atualidade e a novidade de uma informação expressa em uma notícia, segundo esse modelo, só será efetiva se a “pressuposição” dos conteúdos for possível pela relação de proximidade com os conteúdos.

Essa dependência, além dos critérios de consonância, também se aplica aos valores de pressuposição e relevância. As mensagens jornalísticas que se dedicam mais detidamente à noção de proximidade com os seus públicos, conforme o autor, são mais pertinentes e alcançam maior nível de compreensão, pois tratam sobre acontecimentos imediatos às suas audiências:

El valor de la proximidad local e ideológica de los acontecimientos periodísticos puede inferirse de los diferentes criterios (...). Los mensajes de los medios sobre acontecimientos cercanos se comprenden mejor debido a que se basan en modelos más completos y más asequibles. En segundo lugar, esa noticia puede ser más relevante debido a que puede proporcionar información necesaria para la interacción directa o para otras actividades cognitivas y sociales. Los acontecimientos cercanos también proporcionan mejores temas para contar historias en la conversación cotidiana. (VAN DIJK, 1990, p. 180).

Jornais que atuam no ambiente de fronteira possuem comumente diversas particularidades em relação às lógicas de empresas jornalísticas sediadas em espaços metropolitanos. Esse contexto geográfico, a depender de suas características políticas e econômicas no quadro de referência nacional, insere-se na dinâmica de silenciamento predominante das empresas jornalísticas centradas nas capitais e/ou grandes centros urbanos (BATISTA; CORRÊA, 2010). Assim, a fronteira recebe normalmente a atenção prioritária e necessária de jornais de pequeno e médio porte. Esses veículos possuem diversas especificidades: a sua base territorial de cobertura e circulação, a linguagem,

o público, os critérios de noticiabilidade, entre outras características e práticas que se relacionam intimamente com a noção de Jornalismo Interiorano.

Para refletir sobre as particularidades dos jornais interioranos, Assis (2013) preocupa-se em delimitar o conceito de “interior” aplicado à pesquisa na área. Defende o afastamento, com base nas particularidades do objeto, aos termos “regional” e “local” para as qualificações de imprensa, jornal e jornalismo. A utilização da nomenclatura revela, segundo o autor, a problematização científica acerca de práticas profissionais, rotinas, produtos, em cidades de pequeno e médio porte, em contextos com algum grau de afastamento às capitais e/ou grandes centros: “Debater a realidade da imprensa em contextos interioranos não é o mesmo que tratar sobre o local e sobre o regional, ainda que essas questões sejam tangenciais e significativas” (ASSIS, 2013, p. 15).

O Jornalismo Interiorano, então, segundo o autor, é definido por uma condição particular: pela negação às capitais e às regiões metropolitanas, conseqüentemente à proximidade com audiências específicas, de alguma forma afastadas desse espaço de cobertura. “Jornalismo Interiorano”, nessa perspectiva, não se confunde necessariamente com o Jornalismo local e regional. Os enfoques jornalísticos locais e regionais também podem reportar-se às pautas de interesse geograficamente delimitado em periódicos cuja atuação dá-se em espaços mais amplos ou centrais no âmbito de referência nacional ou internacional.

As pesquisas de Dornelles (2010; 2012) projetam perspectivas otimistas, com base nas experiências portuguesas, para o Jornalismo Interiorano em razão das transformações das tecnologias de comunicação e informação. Entende a autora, conforme discutido, que a facilidade de divulgação de informações/notícias favoreceu o “localismo”. Conseqüentemente, as demandas por informação local de qualidade tenderiam à expansão. A sua leitura de contexto é a emergência da re-

levância da informação local (bairro urbano, pequena comunidade ou cidade de pequeno porte) – antes relegada a espaço marginal – em face do quadro de concorrência das empresas jornalísticas situadas em regiões metropolitanas.

Assim, segundo a autora, o Jornalismo Interiorano revela-se um campo de mercado em expansão: o “mercado da proximidade”. Ademais, considera o conteúdo desses veículos mais pluralista e representativo. O acesso à rede mundial de computadores, em sua visão, tende, dessa forma, a ampliar a participação dos leitores e exigir qualificação no trabalho da imprensa, como na cobrança por imparcialidade nas coberturas.

Especificamente quanto ao formato impresso, segundo Dornelles (2012b), em entrevista concedida recentemente ao Observatório da Imprensa, “os jornais impressos do interior sobreviverão por mais tempo do que os localizados nas grandes cidades e nas capitais” (LOBATO, 2019). Para a pesquisadora, este movimento deve ser maior no sul do Brasil, pois o clima mais frio somado aos hábitos culturais e à maior escolaridade da população constituem-se em fatores que estimulam a leitura.

Como participante do Ciclo de Debates Online, promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), realizado em 29 de junho de 2020, cujo tema foi “O impacto da pandemia nos jornais impressos”, Dornelles (2020) destaca que leitores e assinantes com idade superior a 55 anos constituem o público que está forçando as empresas jornalísticas a permanecerem produzindo os jornais no formato impresso. Salienta ainda que, segundo sua visão, os jornais online estão, em muitos casos, sustentando as versões impressas. Com relação à análise sobre o jornal impresso, Rey (2007, p. 15) enfatiza:

O jornalismo impresso atual está vinculado diretamente à questão mercadológica, de produto em si, e não apenas de um produto que se pereniza junto a um público específico, ou mais geral. Na atualidade ocorre a formatação do público leitor, como ocorreu nas décadas anteriores. Os jornais modificam-se gráfica e editorialmente, modificam sua linguagem, na busca de novos “targets”, de um público, e de novos públicos, o público-alvo. É o pressuposto da sobrevivência. Esgota-se um público, busca-se outro. É a descoberta dos nichos de mercado.

Percebe-se que, embora as observações acima tenham sido tecidas em 2007, esta realidade pode ser vista no periódico analisado e a situação delicada por que passam as empresas jornalísticas, em decorrência das consequências da pandemia, reforçou este momento da mídia impressa interiorana, como podemos observar na organização midiática analisada em nosso estudo.

### **Procedimentos: métodos e técnicas empregados**

Assim como ocorreu na pesquisa de Müller (2003), a metodologia empregada no atual estudo tem como base a Hermenêutica de Profundidade (HP), defendida por John Thompson (1995) como uma análise interpretativa. Neste sentido, torna-se fundamental partir da interpretação da *doxa* da vida cotidiana, com o objetivo de construir um panorama sobre os movimentos realizados pelos agentes locais, seus fazeres e dizeres. Essa etapa está baseada em observações, debates de pesquisadores e estudiosos em geral, discussões de conceitos e posicionamentos que podemos denominar de Pesquisa Bibliográfica (STUMPF, 2009).

Esta fundamentação também passa pela consulta a documentos (MOREIRA, 2009) e instituições fidedignas que trazem informações



sobre a composição das comunidades analisadas, os movimentos e as práticas socioculturais do homem do lugar, incluindo dados sobre a economia, a cultura, as ações políticas e a sociedade como um todo. É igualmente nesta etapa que elaboramos a discussão teórica da investigação em curso que dará sustentação para os argumentos a serem levantados na Análise Formal ou Discursiva para a qual acionaremos a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), cujas lentes auxiliarão a (re) interpretar os textos publicados no jornal fronteiriço *A Plateia*, última etapa do processo analítico realizado no exercício aqui apresentado.

Tendo em vista que a escolha do material a ser analisado recai sobre um jornal impresso do interior do estado do Rio Grande do Sul, podemos dizer que esta investigação se enquadra no *status* de Estudo de Caso (YIN, 2001, p. 27), acionado como um método qualitativo que tem a “capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações”.

O material coletado do jornal impresso produzido na cidade fronteiriça brasileira e em circulação em Santana do Livramento-Rivera, publicado em 2000, tinha como referência datas significativas em nível nacional e comemorativas no Brasil. Com a modificação nas edições impressas de *A Plateia*, de Santana do Livramento, atualmente com apenas uma publicação semanal, correspondente ao final de semana (sábado/domingo), optamos por selecionar as edições publicadas nas datas mais próximas às analisadas na pesquisa anterior, com a preocupação de selecionar pelo menos uma edição mensal publicada no ano 2020, para posteriormente definir o *corpus* de análise especificamente. Ao todo, são 19 edições de *A Plateia* que integram o *corpus* de análise da pesquisa, na busca de verificar a cobertura jornalística das datas comemorativas mais importantes para a comunidade.

Cabe destacar que o veículo possui sua versão digital, mas nosso interesse recai sobre a publicação impressa, no intuito de, entre outros

fatores, discutir a manutenção desta mídia em tempos de avanços constantes pela busca de informações via rede mundial de computadores.

Para este texto, optamos em analisar somente as capas, pois, por um lado, este exercício dá início ao processo analítico do material coletado; por outro, este espaço do jornal localiza o ambiente para trazer indicativos ao leitor por meio de sua apresentação como veículo, isto é, na definição de quais notícias merecem ser estampadas na primeira página do periódico:

A primeira página de um jornal pode informar sobre seus objetivos e sobre a maneira como cada diário se posiciona política, cultural e socialmente. Diz muito sobre o jornal como um todo, refletindo escolhas feitas pelos editores acerca das informações que consideram mais importantes no dia. (MEDEIROS; RAMALHO; MASSARANI, 2010, p. 440).

Nas capas dos jornais são empregados diversos elementos capazes de chamar a atenção do leitor; um convite para que busque nas páginas subsequentes as informações que mereceram ênfase desta mídia. Além da escolha das palavras que passarão a compor as manchetes e as chamadas, “pode-se afirmar que não é aleatória a escolha das imagens para compor a capa de jornal escolhida” (DIAS; FERREIRA, 2018, p. 417).

Não raras vezes, o jornal configura-se em registro histórico dos acontecimentos para uma comunidade, por isso, numa primeira leitura, a capa do periódico pode dizer quais os fatos mais importantes que ocorreram em determinada época:

Um dos principais elementos dos jornais impressos é a primeira página. Por meio desta, pode-se resumir e adiantar o posicionamento do veículo nas diversas áreas da sociedade – como na cobertura de eventos históricos – assim como seus objetivos, que podem

ser questionados, desde a relação com os valores-notícia escolhidos até a sua imparcialidade e escolha de aspectos visuais. (CAMPELO *et al*, 2020, p. 2).

Complementando estes argumentos, podemos ressaltar que: “A manchete ou título deve atrair a atenção e dar uma ideia geral dos fatos. Mas sobretudo, anunciar o fato, resumir a notícia e embelezar a página” (LUSTOSA, 1996, p. 148). Com relação às chamadas, este autor destaca que “são os textos elaborados para a primeira página dos jornais que objetivam despertar o interesse do leitor para as informações mais completas que são editadas nas páginas internas” (LUSTOSA, 1996, p. 153).

Após as explicações básicas sobre os passos que definiram a metodologia empregada, passaremos à discussão sobre as marcas da fronteira e dos fronteiriços que estão presentes nas capas de algumas edições impressas de *A Plateia*, publicadas no ano de 2020.

### **Exercício de análise: a fronteira e os fronteiriços nas capas do jornal impresso local**

O tratamento dado à fronteira pelo jornal *A Plateia*, de acordo com as capas das edições analisadas, expressa uma dimensão inclusiva em termos jornalísticos e linguísticos aos que também compartilham daquele espaço, mas que formalmente não se caracterizam como nacionais/brasileiros/as. Das 19 edições conjuntas que compõem o *corpus* em análise, apresenta-se em 15 um quadro destinado a chamadas especificamente sobre os acontecimentos situados na vizinha Rivera.

Essas seções, denominadas “*A Plateia {en español}*”, são produzidas com redação no outro idioma espontaneamente em fluxo naquele ambiente. Esse posicionamento editorial, ao assumir uma audiência mais ampla e diversa explicitamente na área de maior visibilidade do

periódico (a capa), contribui com a noção de uma identidade compartilhada entre Rivera e Santana do Livramento; consequentemente, entre Brasil e Uruguai.

Utilizando-se do recurso fotográfico, *A Plateia* estampa na sua capa fotos coloridas. É recorrente a utilização de uma fotografia maior, que acompanha a manchete principal, seguida de outras imagens menores, relacionadas às demais chamadas. Com o slogan “À frente do seu tempo”, presente muitas vezes ao lado do logo de *A Plateia* a partir do segundo semestre de 2020, e com marcas simbolizando a adesão da empresa a campanhas institucionais (como os laços rosa, em outubro, e azul, em novembro), o jornal já se apresenta como uma empresa que pensa no futuro e compartilha de iniciativas e ações sociais ligadas à comunidade.

Embora as chamadas “pertinentes” à Rivera sejam concebidas em um recorte específico do periódico, o fluxo de notícias demonstra que aquela realidade social e as suas audiências não são passíveis de segmentação (a consideração da importância noticiosa de “*A Plateia {en español}*” varia de edições sem destaque a aproximadamente 1/3 a 1/12 da área da página). A ideia de divisão na capa entre os/as “de dentro” e os/as “de fora” em relação ao quadro nem sempre se sustenta na organização das notícias, pois, logicamente, o ambiente compartilhado pressupõe interesses em comum.

O próprio exercício cotidiano do jornalismo de *A Plateia* tende a desconstruir a separação de públicos produzida pelas escolhas editoriais na diagramação. Nessa perspectiva, a edição conjunta de 6 e 7 de setembro de 2020, embora traga o espaço típico em língua espanhola, produz outras duas chamadas no espaço geral da capa (em língua portuguesa) com referência a Rivera.

De forma semelhante, a capa de 21 e 22 de novembro de 2020 traz em destaque a participação do governador do Rio Grande do Sul

na posse do “intendente” de Rivera. O cargo uruguaio citado é referente à principal função do Poder Executivo Departamental de Rivera (cuja capital é a cidade de mesmo nome), nomeado após eleições diretas. A relação de proximidade/significação com os públicos e o conhecimento comum das dinâmicas políticas no Uruguai dispensam outras denominações ou esclarecimentos. Esse valor de proximidade também é identificado pelo predomínio de pautas prontamente pertinentes às audiências imediatas, sem buscar enquadramentos generalistas de veículos de imprensa de maiores abrangências.

O enquadramento jornalístico de *A Plateia* à fronteira, de um lado, revela construções positivas ao ambiente de integração. Uma das chamadas da edição de 6 e 7 de junho de 2020 denomina a relação entre Rivera e Santana do Livramento como “cidades gêmeas de fronteira”. O periódico manifesta, dessa forma, uma representação biológica, genética, embrionária, acompanhada de noções de proximidade e igualdade. Outro destaque, em 16 e 17 de maio de 2020, refere-se a “plano binacional” e a “dois lados da Fronteira da Paz”. A valorização da segunda expressão, amplamente conhecida, revela a ideia de uma convivência em harmonia, ao mesmo tempo em que marca uma separação geográfica (os dois lados). A caracterização de fronteira (“da paz”) também sugere uma diferenciação, o que insinua possivelmente o contraste local de expectativa e realidade em comparação às demais fronteiras, tornando-a “especial” (o que está em consonância com as reflexões de Dorfman, 2007). Na edição de 27 e 28 de junho de 2020, também está marcada a referência à fronteira como objeto de integração e cooperação na área da saúde.

O jornal *A Plateia* também traz, por outro lado, conotações negativas sobre o ambiente de fronteira. Menções a Rivera e ao Uruguai também são dispostas fora do espaço *A Plateia* {en español} quando há conteúdo referente à prática de crimes. Na edição de 5 e 6 de dezembro

de 2020, a “fronteira” ganha a manchete: é o local de cometimento de crime. A chamada secundária de 15 e 16 de fevereiro de 2020 sugere Rivera como espaço de fuga ou esconderijo de suspeito de assassinato praticado em “Livramento”. Já na edição de 7 e 8 de março de 2020, chamada com tipografia em cor vermelha (em tamanho, só menor que a manchete), cita-se o Uruguai como espaço de trânsito para a prática de tráfico de drogas por parte de “homem morto pela brigada”.

Nessa linha, o quadro “*A Plateia {en español}*”, de 23 e 24 de maio de 2020, destaca a fiscalização na passagem entre Santana do Livramento e Rivera com a referência, em espanhol, a “frontera segura”. A fronteira, assim, é representada como um espaço essencialmente temerário, se não contar com a devida intervenção do poder de coerção do Estado. De forma geral, do total de 15 capas com o quadro “*A Plateia {en español}*”, oito repercutem conteúdos relacionados à prática de crimes e à operação de forças de segurança, o que pode sugerir o posicionamento “do outro” (Rivera), em certa medida, como espaço negativo.

Outro ponto de distinção é a adoção de “santanenses”, nas edições conjuntas de 27 e 28 de junho e 19 e 20 de setembro de 2020, para designar a população circunscrita, pelo suposto local de nascimento. Essa representação, embora menos frequente, favorece a afirmação de uma identidade baseada na negação (pela suposta origem). Opõe-se, assim, às demais construções voltadas à integração e à identidade compartilhada.

## **Considerações**

Por meio da discussão teórica e da análise realizadas, verifica-se que, apesar dos tempos difíceis por que passam diversas organizações, entre estas as midiáticas, o periódico analisado – *A Plateia* – segue

sobrevivendo às mazelas econômicas, sociais e políticas do cotidiano. O jornal, embora elabore somente uma edição na semana, como publicação de final de semana, entende a importância que representa para a comunidade local.

Mesmo que o jornal trate de temáticas regionais ou nacionais, com destaque para as notícias do interior, há a preocupação em relatar os fatos da comunidade na qual está inserido, incluindo os habitantes “daqui” e os de “lá”. Com relação ao jornal *A Plateia*, o primeiro movimento de inclusão dos riverenses à comunidade local passa pelo caderno “*A Plateia {en español}*” cuja chamada está presente em muitas das capas analisadas, com foto da cidade vizinha e seus moradores, texto em espanhol, noticiando acontecimentos pertinentes ao município uruguaio, sua comunidade e cidadãos (mesmo que estes sejam “doble chapa”, isto é, com dupla cidadania – uruguaia e brasileira), sejam eles moradores de Livramento ou Rivera.

Assim como foi possível observar na pesquisa iniciada em 1999, concluída em 2003 e já citada (cuja coleta foi realizada de exemplares de edições do ano de 2000), verifica-se que a interação da comunidade analisada após 20 anos é inevitável. Embora nem sempre esteja claramente e consciente presente no dia a dia de seus sujeitos, há, o que se pode dizer, uma naturalização da presença do outro em muitos momentos da vida cotidiana. Isto fica evidenciado nas manchetes e capas dos jornais agora analisados de *A Plateia*. No caso do jornal impresso de Livramento-Rivera, a presença do outro e a incorporação do espaço como “a fronteira da paz” novamente é possível de ser observado.

Outro aspecto reforçado na pesquisa atual diz respeito às constantes manchetes e chamadas sobre fatos ligados ao tráfico e ao descaminho, temática recorrente nos espaços fronteiriços, mas tratados com o intuito de demonstrar que estas ações devem ser combatidas com veemência pelas autoridades de ambos os lados. Verifica-se, mais uma

vez, que a fronteira e os fronteiriços estão presentes nas manchetes e chamadas de capa do jornal *A Plateia*, isto é, o espaço conurbado com o país vizinho e seus agentes fazem parte dos acontecimentos locais. O que ocorre na comunidade é noticiado pelo periódico que, com dificuldades, segue resistindo, mantendo sua edição impressa.

Sendo um ambiente de articulação e tensão, as capas de *A Plateia* trazem informações nem sempre positivas, mas que retratam a vida no dia a dia como qualquer comunidade: temas como política, cultura, esporte, educação, economia, trânsito, polícia e, no caso do ano de 2020, saúde pública. O destaque ficou por conta da Covid-19, seus reflexos e ações realizadas conjuntamente para combater a pandemia em nível binacional. Caso contrário, não haveria como agir no sentido de resguardar a comunidade santanense-riverense de modo amplo, com a complexidade que o espaço exige.



## REFERÊNCIAS

ASSIS, Francisco de Assis (ed.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013.

A PLATEIA. **Sobre A Plateia**. Santana do Livramento (RS). Disponível em: <http://www.plateia.com.br/elementor-783/>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BATISTA, Jandré Corrêa; CORRÊA, Anelize Maximila. A notícia no contexto do Mercosul: Um estudo de caso da referencialidade Brasil-Uruguai na mídia online. Niterói, UFF: **CiberLegenda**, n. 23, p. 84-98, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAMPELO, Elaine Inocêncio; LEITE, Igor Tiago Batista; ARRUDA, Jaciela Nayara Cordeiro de; RODRIGUES, Luiz Felipe Bolis; SILVA, Nicolý; SILVA, Luiz Custódio da. A primeira página em foco: análise de capas de jornais impressos da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Salvador: In: **Anais do 43º Congresso da INTERCOM – virtual**. 01 a 10/10/2020 (p.01-16).

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade: rituais de comunicação na imprensa regional**. Coimbra: Minerva, 2002.

DIAS, Jaciluz; FERREIRA, Helena Maria. Uma análise do gênero capa de jornal: uma leitura dos (não)ditos no Dia Internacional da Mulher à luz da gramática do design visual. **Linha Mestra: Campinas: Unicamp**. n. 36, set-dez/2018, p. 414-417.

DORFMAN, Adriana. Fronteira e contrabando em Santana do Livramento (BR)-Rivera (UY). Porto Alegre, UFRGS: **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 32, n. 1, 2007.

DORNELLES, Beatriz. O futuro dos jornais do interior. Rio de Janeiro, UERJ: **Revista Intratextos**, v. 4, n. 1, p. 21-36, 2012.

DORNELLES, Beatriz. **O impacto da pandemia nos jornais impressos**. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, Brasília, 2021. Disponível em: <https://youtu.be/56Mik-oIrLc>. Acesso em: 7 abr. 2021.

DORNELLES, Beatriz. O localismo nos jornais do interior. Porto Alegre, PUC/RS: **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 17, n. 3, p. 237-243, 2010.

FERNANDES, Mario Luiz. A força da notícia local: a proximidade como critério de noticiabilidade. Araçatuba: **Anais do IX Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional**, p. 01-17, 2004.

FREIRE, Débora; FERNANDES, David. Proximidade como valor-notícia na repercussão de fake news pela imprensa. Lisboa, SOPCOM: **Revista Estudos de Jornalismo**, v. 1, p. 26-43, 2018.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The structure of foreign news: The presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. **Journal of peace research**, v. 2, n. 1, p. 64-90, Thousand Oaks, 1965.

GRIMBERG, Daniela de Seixas. Mídia localista na fronteira entre Brasil e Uruguai: a experiência bilíngue do Jornal A Platéia. Manaus, UFAM: **Revista Geonorte**. v. 4, n. 12, p. 1126-1139, 2013.

LEOBETH, Thaís. **O rural na mídia impressa local fronteiriça: diferentes formas de abordagem**. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

LOBATO, Elvira. **Professora prevê maior longevidade para jornais do interior**. São Paulo: Observatório da Imprensa. Online. 07/maio/2019. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/atlas-da-noticia/professora-preve-maior-longevidade-para-jornais-do-interior/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

LUSTOSA, Elcias. **O texto da notícia**. Brasília: EUB, 1996.

MEDEIROS, Flávia N. da Silva; RAMALHO, Marina; MASSARANI, Luisa. A ciência na primeira página: análise das capas de três jornais brasileiros. **História, Ciência, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro. v. 17, n.2, abr-jun. 2010, p.439-454.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2009.

MÜLLER, Karla Maria. **Mídia e fronteira**: jornais locais em Urugaiana-Libres e Livramento-Rivera. Fevereiro, 26, 2003. 362f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2003.

PALERMO, Eduardo Ramon; ILHA, Andréa Hamilton. A Praça Internacional: a fronteira urbana como território compartilhado. Porto Alegre, UFRGS: **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 47, n. 1, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO. **Comunicado**: confirmado primeiro caso de Coronavírus no Município, Santana de Livramento, 19 de março de 2020. Disponível em: <http://www.sdolivramento.com.br/index.php?page=conteudo.php&id=7558#>. Acesso em: 15 set. 2021.

REY, Luiz Roberto Saviani. Jornal Impresso e Pós-Modernidade: o Projeto Ruth Clark e a espetacularização da notícia. **Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Santos, 2007.

SEIXAS, Lia. Valores notícia: uma proposta de análise. **Revista Observatório**, v. 4, n. 4, Palmas, 2018, p. 334-366.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 2, n. 1, p. 95-107, Florianópolis, UFSC, 2005.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2020.

VAN DIJK, Teun A. **La noticia como discurso**: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós, 1990.

VIZEU, Alfredo. O newsmaking e o trabalho de campo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologias de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

# O BRASIL PENSADO PELA FRONTEIRA SUL

Roberta Brandalise

## Na fronteira Paraguai-Brasil

Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai) constituem uma tríplice fronteira, estando as cidades separadas umas das outras pelos rios Paraná e Iguaçu. Nesse complexo fronteiro, as atenções se voltam constantemente para Ciudad del Este, que segundo os sentidos atribuídos pelos moradores locais é responsável por metade do Produto Interno Bruto (PIB) paraguaio e é a terceira maior zona de comércio franca do mundo, só ficando atrás de Miami e Hong Kong. De acordo com os fronteiriços, o comércio de Ciudad del Este pode atrair entre vinte e cinquenta mil pessoas por dia, e conforme observamos, as quartas e os sábados são os dias de maior movimento.

A fim de iluminar nossa perspectiva de aprendizado, conseguimos nos órgãos executivos municipais de Ciudad del Este e de Foz do Iguaçu – as duas cidades onde desenvolvemos este estudo de caso – algumas informações que consideramos úteis. Assim, contextualizamos que Ciudad del Este é uma cidade paraguaia localizada a cerca de 226 quilômetros de Assunción, capital do Paraguai. Ciudad del Este foi fundada em 3 de fevereiro de 1957 e é a capital de um departamento do Paraguai chamado Alto Paraná. Atualmente, sua população é estimada em 350 mil habitantes. Quem nasceu ou vive nessa cidade é denominado *esteño* ou *esteña*. Foz do Iguaçu é uma cidade brasileira localizada a aproximadamente 645 quilômetros de Curitiba, capital do estado do Paraná, estado ao qual pertence, e cerca de 1.565 quilômetros de Brasília, capital do Brasil. Foz do Iguaçu foi fundada em 10 de junho de 1914 e atualmente sua população é estimada em 325 mil habitantes. Quem nasceu ou vive nessa cidade é denominado iguaçuense.

Viajamos 1.028 quilômetros de São Paulo para Foz do Iguaçu, em outubro de 2009, e permanecemos lá por dez dias. Retornamos em 2010, para continuar a pesquisa, desta vez ficando em campo por 25 dias. Estabelecemos nossa base em uma pensão, na cidade brasileira de Foz do Iguaçu e de lá nos deslocávamos para Ciudad del Este quando necessário. Até formarmos nossa amostra, cruzávamos a fronteira todos os dias a fim de encontrar brasileiros e paraguaios transitando entre os dois países. Depois, a travessia dependeu da disponibilidade das pessoas que acabaram fazendo parte de nossa amostra paraguaia e brasileira.

Em 2021, revisitamos esta fronteira, reencontramos a amostra e aprendemos sobre quais são as questões que medeiam as disputas cotidianas, quais os valores hegemônicos, quais as representações sobre o Brasil atual que interferem nas relações internacionais entre os países, a partir da micropolítica de um cotidiano fronteiriço medeiado por opiniões que se formam com as apropriações, usos e interpretações dos conteúdos dos meios de comunicação de massa e os que circulam e recirculam nas digitais e em rede.

Entre nossas primeiras observações de campo, vale registrar que em Ciudad del Este o tempo dos entrevistados parecia ser escasso para tratar de assuntos que não resultassem em negócios, era difícil manter sua atenção e estender os diálogos. Nós mesmos acabamos por comprar comida sem ter fome e adquirir um estoque de meias na tentativa de manter alguns diálogos em andamento e, mesmo assim, recebemos várias negativas até conseguir formar essa amostra.

Expomos nosso procedimento com transparência porque foi, de fato, como conseguimos “situar-nos” (GEERTZ, 1978) naquele contexto para poder realizar nosso trabalho. Estávamos tentando construir nossa relação sujeito-objeto e, como nosso objeto de pesquisa também é sujeito, não é possível eliminar deste relato o encontro de subjetivi-

dades desta relação, pelo menos não de acordo com o que aprendemos também com Roberto Da Matta (1978).

Observando Ciudad del Este na tentativa de encontrar paraguaios que pudessem colaborar com a pesquisa, percebemos muitos brasileiros trabalhando no comércio como vendedores. Observamos também uma grande quantidade de chineses, árabes e argentinos trabalhando no comércio da cidade paraguaia. Vale registrar que os brasileiros que encontramos transitando pela ponte internacional vinham de todas as partes, mas especialmente da região sul, de São Paulo e de Pernambuco. O objetivo deles, de modo geral, era o de fazer compras para revenda e não para o próprio uso. Conversamos com vários deles em nossa imersão em campo, mas viemos a compor a amostra com brasileiros residentes em Foz do Iguaçu.

Também nos chamou a atenção a diversidade de origem dos habitantes que encontramos em Foz do Iguaçu. Havia paraguaios residindo na cidade brasileira, trabalhando com comércio, transportes e comunicações. Vimos também argentinos vivendo do lado brasileiro da fronteira, absorvidos nas atividades de comércio e de indústria, prestando serviços, por exemplo, como corretores de imóveis. Também identificamos asiáticos morando em Foz do Iguaçu, trabalhando no setor de comércio – de acordo com o Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2010, em Foz do Iguaçu, os principais fluxos migratórios são mesmo de paraguaios e asiáticos.

Numa de nossas primeiras travessias, fomos para o Paraguai de ônibus e voltamos a pé pela Ponte da Amizade, acompanhando um sacoleiro transeunte. Andando pelas ruas de Ciudad del Este, parávamos para conversar com comerciantes informais ou com comerciários que ficavam nas portas de suas lojas tentando atrair clientes, chamando a todos: “Senhor turista!”. As pessoas nos ofereciam suas mercadorias

e parávamos para ouvi-las. Aí então dizíamos por que estávamos ali – para realizar uma pesquisa sobre a televisão brasileira – e perguntávamos se elas assistiam telenovela ou telejornal do Brasil. Tentávamos ser rápidos na abordagem a fim de não atrapalhar o trabalho dessas pessoas. Só falávamos depois de lhes dar toda a atenção que demandavam na apresentação de suas mercadorias, tentando desse modo criar empatia e cativar a “amostra”, fazendo uso, portanto, das técnicas descritas por Da Matta (1978) sobre a inserção em campo.

As respostas vinham rapidamente. Numa loja, por exemplo, três moças logo se envolveram com o assunto que levantamos: “Novela? Sim, sim, eu assisto. Um pouco de jornal também vemos”. Um comerciante informal ou camelô nos respondeu “acompanhamos o futebol”. Um sacoleiro brasileiro que fazia compras com ele se envolveu no assunto dizendo “e as nossas mulheres seguem as novelas”. Algumas pessoas demonstraram interesse pela pesquisa e imediatamente reconheceram que a pesquisadora não era dali. O sacoleiro nos perguntou se sabíamos voltar a pé para o Brasil e, como nunca tínhamos feito isso, disse que poderíamos retornar com ele – o sacoleiro iria “paletear”, isto é, carregar as mercadorias nas costas durante a travessia da ponte.

Ao final desse dia, voltamos para o Brasil a pé, acompanhando o sacoleiro, seu “laranja” e o assistente do laranja e realizamos a nossa primeira entrevista. Explicamos que, a fim de despistar a fiscalização, é comum os sacoleiros pagarem para alguém atravessar a fronteira com parte de suas mercadorias, este é o papel do laranja. Quando há muitas mercadorias, quem presta o serviço de laranja paga pelo auxílio de um assistente. O sacoleiro nos pediu que ajudássemos a carregar mercadorias, mas recusamos a solicitação. Porém, na tentativa de manter a empatia e a entrevista em andamento, nos desculpamos alegando um problema de saúde, uma vez que era nosso objetivo colocarmo-nos no lugar do outro e não os tornarmos o outro, conforme, novamente,

os ensinamentos de Da Matta (1978) e Geertz (1978) acerca da pesquisa de campo.

Além de ter certeza de que não era nosso papel nos tornarmos o objeto pesquisado e de que queríamos continuar o trabalho em campo, estivemos o tempo todo tentando exercer o movimento antropológico de transformar aquilo que nos causava estranhamento em algo familiar (VELHO, 1978). Todavia, admitimos que inicialmente sentimos uma certa apreensão em circular naquele espaço. Percebemos que por mais que tivéssemos experiência de campo em outros cenários, os estereótipos relacionados à falta de segurança na fronteira Foz do Iguaçu-Ciudad del Este estavam internalizados em nós também e tínhamos que questioná-los quando nos deparávamos com situações como essa, em que decidimos acompanhar um sujeito em nosso primeiro contato, retirando-nos do centro comercial de Ciudad del Este com o qual já estávamos nos familiarizando, e onde tentávamos fazer nossa presença conhecida.

Voltamos a encontrar as pessoas com quem estabelecemos contato nesse dia, a fim de entrevistar quem tivesse interesse e disponibilidade de participar da pesquisa. Elas mesmas nos indicaram outras – era comum alguém nos dizer algo como “olha, vai na loja da próxima quadra e conversa com a Soraia, ela também vê TV brasileira” – e assim fomos formando uma rede de contatos que não só viabilizou este estudo como também permitiu que a pesquisadora não sentisse o desamparo do anonimato em solo internacional.

No dia seguinte, voltamos de Ciudad del Este de ônibus e vimos um contrabandista contratado para passar mercadorias colocando placas de computadores presas debaixo dos bancos de nosso ônibus. Quando chegamos a Foz do Iguaçu, descobrimos que havia uma dessas placas embaixo do nosso próprio banco porque o homem nos pediu licença para retirá-la. Soubemos que ele era contratado não porque o



interpelamos, mas ele mesmo dizia a todos “gente, é só o meu trabalho” e o motorista nos confirmou que o rapaz trabalhava para alguém e que “esse tipo de coisa” era comum de acontecer. Aos poucos, fomos nos familiarizando com esse cenário estabelecendo contato com seus protagonistas, ora conversando com os profissionais informais que ali estavam, ora dando atenção para outras pessoas que, por serem participantes ocasionais daquela dinâmica, não pareciam acostumadas com as cenas desse mercado fronteiro.

Foi nessas travessias cotidianas, dentro de um ônibus que ia da rodoviária de Ciudad del Este à de Foz Iguaçu, que recrutamos outra parte de nossa amostra. Durante o episódio das placas de computadores, por exemplo, estabelecemos contato com duas brasileiras que voltavam de Ciudad del Este. No decorrer do acontecimento, essas duas mulheres entreolharam-se e trocaram olhares com a pesquisadora, como quando pessoas que se sentem deslocadas reconhecem-se umas às outras, essa foi a deixa para conversarmos quando saímos do ônibus. As duas eram mãe e filha, tinham ido comprar perfume no Paraguai e estavam um pouco amedrontadas e agitadas com a situação vivida no ônibus. Uma delas nos disse: “Não está mais dando para pegar esse ônibus!”. Daí seguiu falando que costuma fazer a travessia de ônibus porque acha mais seguro do que ir de carro, mas que “agora estava mudando de ideia”. Nesse contexto, nos apresentamos, explicamos o nosso propósito e acabamos conseguindo a colaboração de duas brasileiras que vieram a integrar nossa amostra. Mais tarde, elas nos apresentaram o restante de sua família, permitindo que aprofundássemos esse estudo de caso com a participação de uma família brasileira.

Em solo brasileiro, fomos até um mercado para comprar algumas garrafas de água e percebemos quatro pessoas olhando para a televisão que estava ligada no canto, atrás do balcão, e nela estava passando a telenovela *Sinhá Moça*, no meio da tarde. Aproveitamos a oportuni-

dade para conversar sobre nossa pesquisa e conseguimos a colaboração de mais três brasileiros e um paraguaio, que mais tarde trouxe o filho para participar das entrevistas – este, por fim, nos apresentou outros familiares, permitindo uma investigação mais apurada do estudo de caso com uma família paraguaia.

Uma vez formada a nossa amostra, realizamos as entrevistas deste estudo de caso. Ao todo foram 18 delas, com nove paraguaios e nove brasileiros, sendo quatro com membros da família paraguaia e cinco com integrantes da família brasileira. Pelas entrevistas, levantamos vários aspectos dos perfis de nossos entrevistados, entre os quais seus hábitos de consumo dos meios de comunicação de massa.

Ao realizar as entrevistas, exploramos as representações elaboradas por paraguaios e brasileiros acerca do cotidiano na região de fronteira, do convívio com pessoas de diferentes nacionalidades e grupos étnicos, das suas relações com o meio rural e da estratificação socioeconômica daquele contexto. Investigamos também as representações televisivas referidas a esses mesmos aspectos, a partir do ponto de vista de nossa amostra. Durante esse processo, eles mencionaram os temas abordados na televisão e se posicionaram em relação ao modo como se viam representados nela. Isso nos forneceu pistas sobre como as representações televisivas são relevantes no tecer do cotidiano e da memória dos fronteirços e como participam do jogo identitário naquele contexto. Além disso, as famílias assistiram conosco parte do material televisivo, permitindo que esmiuçássemos as entrevistas com algumas representações televisivas consideradas mais frequentes.

Assim, criamos um banco de dados relacionando o material televisivo brasileiro mencionado ou comentado ao longo das entrevistas e aprofundamos nosso estudo convidando a família paraguaia e a família brasileira para assistirem conosco pelo menos parte deste material. Como constatamos que a emissora de televisão brasileira *Globo* é a mais

consumida pela nossa amostra, procuramos o material citado pelos entrevistados no site da *Rede Globo*, o *Globo.com*, exceção feita às novelas *Viver a Vida* e *Sinhá Moça*, que por estarem sendo transmitidas, poderiam ser assistidas com eles se fosse necessário – o que não encontramos lá, buscamos no maior site de vídeos da internet, o *Youtube*. Entre outubro de 2009 e abril de 2010, realizamos o acesso e o uso de todo o material audiovisual disponível nos sites *Globo.com* e *Youtube* acerca dos temas que se tornaram relevantes nesta pesquisa. Ao todo, o material televisivo que coletamos neste estudo de caso tem cerca de três horas de duração e é constituído principalmente por reportagens e cenas de novela que foram veiculadas nos telejornais e nas narrativas ficcionais da emissora *Globo*.

Em 2021, encontramos a amostra consumindo ainda *Netflix* e *GloboPlay*. Com o *smartphone* na mão o tempo todo, utilizando aplicativos para viabilizar transporte e comida. Fazendo buscas no *Google*. Ouvindo música no *Youtube* e no *Spotify*. E, conversando com os familiares, entre outros grupos identitários, via *Whatsapp*. Trocando memes e gifs, e, aprendendo a utilizar o *Tik Tok*.

Perguntamos ainda aos entrevistados se o que consomem na televisão brasileira gera interação social, se provoca diálogos na esfera pública e/ou privada. Brasileiros e paraguaios apontaram que as representações televisivas mencionadas por eles ao longo de nossas entrevistas foram pauta de diálogos na época em que foram veiculadas pela televisão e que, em alguns casos, ainda repercutem no cotidiano por serem recorrentes. A apropriação e utilização das representações televisivas acontecem em casa e na rua ou no comércio. A casa a que se referem é o lugar onde moram e interagem com o núcleo familiar ou a moradia de outros parentes, vizinhos e amigos. Quando se referem à rua ou ao comércio, falam de momentos vividos no próprio local de trabalho, onde se relacionam com colegas, ou no local de trabalho de

outros, com quem os entrevistados mantêm contato nas suas trajetórias cotidianas, tais como foram citados, o restaurante, o bar, a confeitaria, o mercado, a banca de jornal, o ônibus, o táxi e o banco. Entre os estudantes, também foram mencionadas a universidade e a escola, como locais onde interagem com colegas.

Uma década depois, o destaque no imaginário dos fronteiriços paraguaios e brasileiros é o presidente brasileiro Jair Bolsonaro e preocupações em comum: qual é a sua política externa para América do Sul? Ausente? Quais as consequências do seu posicionamento diante da rivalidade sino-americana?

No caso dos entrevistados paraguaios, aprendemos ainda que existe uma percepção das relações internacionais brasileiras voltada para a noção de cooperar com governos de direita e não cooperar com governos de esquerda da América do Sul. Nesse sentido, existe uma colaboração do governo brasileiro com o Paraguai, assim como, com a Colômbia, para estabelecer políticas de segurança de fronteira, para combater o crime organizado. Mas, a lógica das operações segue o mesmo caminho das últimas décadas, a ideia é a de que a fronteira é lugar de guerra ou paz, de crime e policiamento, faltando outras ações de integração internacional.

No caso dos entrevistados brasileiros, aprendemos também que a falta de diálogo do governo brasileiro com o Peru, a Bolívia e a Venezuela, por serem governos de esquerda, não resolve o problema do tráfico, por exemplo, pois, no máximo, mudam-se as rotas e as estratégias do crime organizado. E, mesmo assim, a fronteira com o Paraguai, não perdeu o estigma de estar associada ao crime.

## **Na fronteira Argentina-Brasil**

Viajamos 615 quilômetros de Ciudad del Este para Paso de los Libres em 2009 e permanecemos lá por oito dias, entre os meses de outubro e novembro. Retornamos em 2010 para continuar nossa pesquisa, dessa vez permanecendo em campo 22 dias. Estabelecemos nossa base na casa de familiares, na cidade brasileira de Uruguaiana e de lá nos deslocávamos para Paso de los Libres quando necessário.

Em 2021, revisitamos esta fronteira, reencontramos a amostra e aprendemos sobre quais são as questões que medeiam as disputas cotidianas, quais os valores hegemônicos, quais as representações sobre o Brasil atual que interferem nas relações internacionais entre os países, a partir da micropolítica de um cotidiano fronteiriço medeiado por opiniões que se formam com as apropriações, usos e interpretações dos conteúdos dos meios de comunicação de massa e os que circulam e recirculam nas digitais e em rede.

Sobre essa região fronteiriça, é preciso contextualizar inicialmente que até 1997, quando um de seus distritos (Barra do Quaraí) se emancipou, Uruguaiana era o único município brasileiro a constituir uma tríplice fronteira envolvendo a Argentina e o Uruguai, estando separado desses dois países, respectivamente, pelos rios Uruguai e Quaraí. Mesmo tendo perdido a área territorial que fazia divisa com a cidade uruguaia de Bella Unión, Uruguaiana ainda se mantém como tríplice fronteira – agora na companhia de Barra do Quaraí – porque as terras mais ao sul do município são limítrofes com Paso del Leon, no Uruguai. E nesse complexo fronteiriço, as atenções se voltam constantemente para Uruguaiana, que é retratada pelos brasileiros e argentinos que vivem na região como o maior porto seco da América Latina. Além disso, é possível observar o movimento cotidiano de argentinos realizando compras no comércio de Uruguaiana.

A fim de posicionar a fronteira Paso de los Libres-Uruguaiana, localizada a cerca de 1.557 quilômetros de São Paulo, conseguimos algumas informações que consideramos úteis nos órgãos executivos municipais de Paso de los Libres e Uruguaiana, as duas cidades onde desenvolvemos este estudo de caso. Assim, situamos que Paso de los Libres é a cidade argentina localizada a aproximadamente 732 quilômetros de Buenos Aires, capital da Argentina, e a cerca de 488 quilômetros da cidade de Corrientes, capital da província a que pertence e que leva o mesmo nome. Paso de los Libres, comumente referida pelos fronteiriços apenas como Libres, foi fundada em 12 de setembro de 1843 e atualmente sua população é estimada em torno de 44.000 habitantes. Quem nasceu ou vive nessa cidade é denominado *libreño* ou *libreña*. Uruguaiana é uma cidade brasileira localizada a cerca de 2.171 quilômetros de Brasília, capital do Brasil, e a aproximadamente 649 quilômetros de Porto Alegre, capital do estado do qual faz parte, o Rio Grande do Sul. Uruguaiana foi fundada em 24 de fevereiro de 1843 e atualmente sua população conta com aproximadamente 127.000 habitantes. Quem nasceu ou vive nessa cidade é denominado uruguaianense.

Sobre a inserção em campo e a seleção da amostra, é preciso pontuar que já havíamos realizado dois estudos de caso nessa fronteira, um centrado no consumo de telejornalismo, concretizado entre 2001 e 2002, e outro tendo como objeto o consumo de ficção televisiva seriada, realizado entre 2003 e 2006. Acreditamos que a análise do consumo cultural e de sua participação na articulação de identidades culturais em regiões de fronteira merece estudo contínuo porque só assim é possível identificar as dinâmicas e os discursos que se configuram nesses contextos, observando o que se transformou, foi incorporado ou caiu em desuso no cotidiano fronteiriço. É por isso que, ao desenvolvermos a pesquisa de 2007 a 2011, consideramos relevante voltar à fronteira Paso de los Libres-Uruguaiana. Dessa vez, a fim de formar a nossa amostra, procuramos nos beneficiar dos laços que já havíamos

construído. Então, entramos em contato com os entrevistados que participaram de nossas pesquisas anteriores. Com isso, conseguimos a colaboração de seis fronteiriços. Depois de apresentarmos a eles os objetivos desse trabalho, os familiares de um argentino e de um brasileiro também se dispuseram a colaborar conosco.

Uma vez que vivemos por seis anos nessa região fronteiriça e desenvolvemos duas pesquisas para a área de Comunicação nela, procuramos nos manter atentos quanto à familiaridade estabelecida com nosso objeto de estudo. Fazendo uso de uma das operações metodológicas propostas por Da Matta (1978), “transformar o familiar em exótico”, vigiamos nossa relação sujeito-objeto, questionando constantemente o que nos parecia conhecido, a fim de compreender a realidade dessa fronteira sem limitarmos nossa análise ao que acreditávamos já ter sido apreendido em outras ocasiões.

Depois de formada nossa amostra, realizamos as entrevistas deste estudo de caso. Ao todo foram dez delas, com cinco argentinos e cinco brasileiros, sendo três com membros da família argentina e três com integrantes da família brasileira. Pelas entrevistas, levantamos vários aspectos dos perfis de nossos entrevistados, entre os quais seus hábitos de consumo dos meios de comunicação de massa.

Tal como nos outros estudos de caso que concretizamos para essa tese, ao realizar as entrevistas, exploramos as representações elaboradas por argentinos e brasileiros acerca do cotidiano na região de fronteira, do convívio com pessoas de diferentes nacionalidades e grupos étnicos, das suas relações com o meio rural e da estratificação socioeconômica daquele contexto. Investigamos também as representações televisivas referidas a esses mesmos aspectos, a partir do ponto de vista de nossa amostra. Durante esse processo, eles mencionaram os temas abordados na televisão e se posicionaram em relação ao modo como se viam representados nela. Isso nos forneceu pistas sobre como

as representações televisivas são relevantes no tecer do cotidiano e da memória dos fronteiriços e a forma como participam do jogo identitário naquele contexto. Além disso, as famílias assistiram conosco o material televisivo, permitindo que esmiuçássemos as entrevistas com algumas representações televisivas consideradas mais frequentes.

Prosseguimos criando um banco de dados relacionando o material televisivo brasileiro mencionado ou comentado ao longo das entrevistas e aprofundamos nosso estudo convidando as famílias argentina e brasileira a assisti-lo conosco. Como constatamos que a emissora de televisão brasileira *Globo* também é a mais consumida pela nossa amostra nessa fronteira, procuramos o material citado pelos entrevistados no site da *Rede Globo*, o *Globo.com*, e o que não encontramos lá, buscamos no maior site de vídeos da internet, o *Youtube*. Entre outubro de 2009 e abril de 2010, realizamos o acesso e o uso de todo o material audiovisual disponível nos sites *Globo.com* e *Youtube* acerca dos temas que se tornaram relevantes nesta pesquisa. Ao todo, o material televisivo que coletamos neste estudo de caso tem cerca de uma hora de duração e é constituído principalmente por reportagens e cenas de novela que foram veiculadas nos telejornais e nas narrativas ficcionais da emissora *Globo*.

Em 2021, encontramos a amostra consumindo ainda *Netflix* e *GloboPlay*. Com o smartphone na mão o tempo todo, utilizando aplicativos para viabilizar transporte e comida. Fazendo buscas no *Google*. Ouvindo música no *Youtube* e no *Spotify*. E, conversando com os familiares, entre outros grupos identitários, via *Whatsapp*. Trocando memes e gifs, e, aprendendo a utilizar o Tik Tok.

Também como nos outros estudos de caso que apresentamos, perguntamos ainda aos entrevistados se o que consomem na televisão brasileira gera interação social, provocando diálogos na esfera pública e/ou privada. Brasileiros e argentinos apontaram que as representa-



ções televisivas mencionadas por eles ao longo de nossas entrevistas foram pauta de diálogos na época em que foram veiculadas pela televisão e que, em alguns casos, ainda repercutem no cotidiano por serem reincidentes. A apropriação e utilização das representações televisivas acontecem em casa e na rua, dos dois lados da fronteira. De acordo com a amostra, especialmente nos espaços utilizados para o trabalho ou para o lazer, foram citadas as propriedades rurais, o salão de beleza, o cassino, a sorveteria, a faculdade, lojas diversas, os escritórios da transportadora e do despacho aduaneiro, bem como os consultórios da nutricionista, da dentista e do médico. E a amostra nos explicou que os diálogos sobre as representações televisivas se desenvolvem com familiares, colegas de trabalho, clientes e pacientes, entre outros.

Uma década depois, o destaque no imaginário dos fronteiriços argentinos e brasileiros é o presidente brasileiro Jair Bolsonaro e preocupações em comum: qual é a sua política externa para América do Sul? Ausente? Quais as consequências do seu posicionamento diante da rivalidade sino-americana?

No caso dos entrevistados argentinos, aprendemos ainda que a ausência do presidente brasileiro Jair Bolsonaro na posse do presidente argentino, sinaliza distanciamento nas relações entre os dois países, em várias esferas, como a econômica e a política. Uma vez que, por razões ideológicas, o presidente brasileiro participou da posse do presidente equatoriano e uruguaio, mas não dos presidentes boliviano e argentino.

No caso dos entrevistados brasileiros, aprendemos também que, apesar dos desentendimentos históricos em torno do Mercosul, a situação atual é de paralização no comércio bilateral. E que precisamos ficar atentos para possíveis retrocessos, pois, Juan González, assessor da Casa Branca para a América Latina esteve em Buenos Aires, como parte de uma estratégia para aproximar a Argentina dos Estados Unidos e diminuir, de fato, a influência do Brasil sobre a economia argentina.

## Na fronteira Uruguai-Brasil

Diferentemente das fronteiras Ciudad del Este (Paraguai)-Foz do Iguaçu (Brasil) e Paso de los Libres (Argentina)-Uruguaiana (Brasil), que são delimitadas, respectivamente, pelos rios Paraná e Uruguai, na divisa Rivera (Uruguai)-Santana do Livramento (Brasil) não há nenhuma barreira natural demarcando onde começa ou termina um país ou outro. De acordo com os fronteiriços, nessa região as atenções se voltam para Rivera porque, desde 1986, o governo uruguaio criou o sistema de *free shops*, liberando as cidades uruguaias de Rivera e Chuy para venderem produtos importados sem cobrar a taxa comumente atribuída a eles. Observamos que os *free shops* de Rivera, de fato, constituem o principal atrativo de compras na região, porém também constatamos um considerável movimento no comércio formado por bancas de camelô montadas sobre a linha divisória (a qual muitos se referem como “imaginária”) entre os territórios brasileiro e uruguaio e espalhando-se nas proximidades, tanto de um lado quanto de outro. Segundo os fronteiriços, principalmente em feriados, “os turistas chegam às centenas” e, conforme vimos, a maior parte deles é da região sul do Brasil ou de origem uruguaia e argentina.

A fim de localizar o desenvolvimento do nosso trabalho de pesquisa, concretizado numa fronteira situada a cerca de 1.569 quilômetros de São Paulo, conseguimos nos órgãos executivos municipais de Rivera e Santana do Livramento – as duas cidades onde realizamos este estudo de caso – algumas informações que consideramos úteis. Assim, contextualizamos que Rivera é uma cidade uruguaia situada a cerca de 501 quilômetros de Montevideo, capital do Uruguai. Rivera é a capital de um departamento do Uruguai que leva o mesmo nome, foi fundada em 1 de outubro de 1884 e atualmente sua população é estimada em 64 mil habitantes. Quem nasceu ou vive nessa cidade é denominado riverense. Santana do Livramento é uma cidade brasileira localizada a cerca de 498 quilômetros de Porto Alegre, capital do estado a que per-

tence, o Rio Grande do Sul, e a aproximadamente 2.382 quilômetros de Brasília, capital do Brasil. Ela foi fundada em 30 de julho de 1823 e, atualmente, sua população é estimada em 84 mil habitantes. Quem nasceu ou vive na cidade é denominado santanense.

Viajamos 220 quilômetros de Uruguaiana para Santana do Livramento em novembro de 2009 e permanecemos lá por onze dias. Retornamos em 2010, para a segunda fase da pesquisa, desta vez ficando em campo vinte dias. Estabelecemos nossa base em um hotel de Santana do Livramento e nos deslocávamos para Rivera cotidianamente. Mesmo depois de formarmos nossa amostra de brasileiros e uruguaios, seguimos circulando diariamente pelo que entendemos como o espaço internacional, uma vez que as duas cidades estão conurbadas, a paisagem urbana predomina e despista o nosso olhar do limite territorial entre Brasil e Uruguai.

Em 2021, revisitamos esta fronteira, reencontramos a amostra e aprendemos sobre quais são as questões que medeiam as disputas cotidianas, quais os valores hegemônicos, quais as representações sobre o Brasil atual que interferem nas relações internacionais entre os países, a partir da micropolítica de um cotidiano fronteiriço medeiado por opiniões que se formam com as apropriações, usos e interpretações dos conteúdos dos meios de comunicação de massa e os que circulam e recirculam nas digitais e em rede.

As cidades de Rivera (UR) e Santana do Livramento (BR) são separadas apenas pela Praça Internacional. Nela, o próprio marco divisorio entre as duas nações fica ocultado por bancas de camelôs que se perfilam ao longo da estremadura das duas pátrias. Nesse mesmo espaço, avistamos policiais brasileiros e uruguaios, cada grupo do lado que lhe cabe na praça. Eles estavam lá para nos lembrar que, apesar da porosidade fronteiriça, os limites territoriais existem, ainda que parecessem mesmo sentinelas municipais e não guardas de fronteira.

Observamos também que nessa região limítrofe muitas ruas começam em uma cidade e continuam na outra, ora mudando de nome, ora não – ou seja, muitas delas surgem em um país e terminam em outro. Portanto, mesmo o trânsito internacional de veículos é corriqueiro, sejam os veículos brasileiros ou uruguaios. Assim, ao cruzar uma avenida os motoristas podem estar, de fato, atravessando uma fronteira internacional. Isso ocorre sem necessariamente terem que passar por algum posto de fiscalização, como era o caso das duas outras divisas entre países que estudamos, onde a passagem de veículos e/ou pessoas, obrigatoriamente, acontecia por uma aduana. Os órgãos de fiscalização de Rivera e Santana do Livramento não se situam entre as cidades, estão localizados fora delas. É como se os limites territoriais começassem a valer quando se alcança a parte periférica das cidades ou quando tem início o perímetro rural dos municípios. No caso das fronteiras Argentina-Brasil e Paraguai-Brasil, realiza-se o controle e fiscalização de pedestres, veículos pequenos, caminhões de carga e ônibus – em Uruguaiana-Paso de los Libres, atualmente, nem é permitida a passagem de pedestres pela fronteira. Já no caso Uruguai-Brasil, o trânsito de pedestres e veículos pequenos é livre entre as cidades e apenas os ônibus e os caminhões de carga é que não podem atravessar o marco entre elas sem passar pelos órgãos de fiscalização.

Notamos um intenso movimento nos estabelecimentos comerciais de Rivera. Percebíamos que ao longo de cada dia formavam-se filas em frente às pequenas lojas e diante das grandes também – a maior parte delas, independentemente do seu tamanho, vendiam produtos eletrônicos. Então, resolvemos entrar numa dessas filas, a fim de estabelecer contato e descobrir qual era o atrativo que agregava tantas pessoas. Descobrimos que elas eram compostas mais por brasileiros do que por uruguaios e que o principal atrativo eram os conversores de televisão a cabo ou de televisão via satélite. Uma brasileira nos explicou que estava ali para adquirir o *AZ Box*, um aparelho que possibilita

a captação, pela antena, de mais de 700 canais de satélite, muitos deles em alta definição. Outro brasileiro nos contou que já tem a assinatura básica da *NET* e que estava ali para comprar o *Lexuz Box*, que permite acessar todos os canais da operadora, inclusive os programas do *pay per view*. Ele nos explicou que optou pelo *Lexuz Box* porque acredita que com ele é mais difícil ter problemas de captação do que com o outro aparelho. Pelo que compreendemos, o *AZ Box* e o *Lexuz Box* equivalem ao mesmo tipo de equipamento com o qual nos deparamos no estudo de caso Paraguai-Brasil, quando registramos que os brasileiros Adilson e Davi, bem como o paraguaio Augusto, possuem um aparelho que permite captar o sinal dos canais de televisão por assinatura sem terem que pagar pelo serviço. A interação nessa fila nos permitiu conhecer uma das brasileiras que viria a colaborar com a nossa pesquisa, bem como um brasileiro que, além de participar diretamente do nosso estudo, acabou nos apresentando depois sua esposa e sua filha – juntos eles compuseram a família brasileira de nossa amostra. Isso deu-se porque, depois de conversar com os participantes da fila a respeito do que vieram comprar, prolongamos o diálogo explicando que justamente estávamos desenvolvendo uma pesquisa sobre a televisão brasileira e o assunto despertou interesse nos dois. Nessa ocasião, ela comentou que “os vizinhos falam melhor o português do que a gente fala o espanhol porque veem a nossa tevê” e ele disse que “é parte importante da nossa vida ouvir rádio uruguaio e eles verem a tevê brasileira”.

Andando pela Praça Internacional e circulando pelos estabelecimentos comerciais de Rivera e Santana do Livramento, observamos que nos locais onde se vendiam aparelhos celulares com televisão era comum deixarem pelo menos um deles ligado na *Rede Globo*, assim como era frequente ter um aparelho de rádio sintonizado em alguma estação uruguaia. Numa banca de comércio informal, do lado uruguaio da Praça Internacional, observamos que o programa *Mais Você* chamava a atenção dos transeuntes, bem como de um vendedor

uruguaio. Em outras duas bancas, uma uruguaia e outra brasileira, ambas posicionadas do lado brasileiro, a televisão estava ligada sem som e ouvia-se os ritmos musicais *cumbia* e *candombe*, como viemos a saber posteriormente. Numa loja brasileira ouvia-se *dance music*, cujas letras eram todas cantadas em espanhol. Em outro estabelecimento brasileiro, ouvia-se *murgas* – outro tipo de música que também tomamos conhecimento depois. Finalmente, em quatro lojas uruguaias ouvimos músicas brasileiras de vários gêneros. Numa delas, músicas sertanejas, de Leandro e Leonardo, cantadas em português; nas outras, podíamos ouvir *pop rock*, Barão Vermelho e Paralamas do Sucesso, em versões cantadas em espanhol.

Do lado brasileiro, nos chamou a atenção o movimento numa casa de vinhos. Então, entramos no local também com o objetivo de estabelecer contato. Lá encontramos compradores escolhendo entre as opções de vinhos brasileiros, uruguaios, argentinos e chilenos. Um brasileiro nos atendeu e explicou onde encontrar vinhos tintos ou brancos, secos ou suaves e se colocou à disposição, caso tivéssemos dúvidas. Chamou nossa atenção a música que tocava no local. Então, perguntamos a ele que ritmo era aquele. *Candombe*, ele respondeu, e ainda explicou a origem desse tipo musical. Segundo o comerciante, o *candombe* é uma música considerada de origem uruguaia, germinada a partir da influência de ritmos africanos que chegaram ao Uruguai com o tráfico de escravos.

Percebemos que ele poderia esclarecer algo sobre os outros ritmos que identificamos enquanto circulávamos por Rivera e Santana do Livramento. Como o movimento era grande, agradecemos e resolvemos voltar no dia seguinte, pela manhã, ocasião em que ele nos ofereceu informações sobre *murgas* e *cumbia*. Ainda de acordo com nossa fonte, a *murga* é um ritmo musical e uma manifestação cultural produzida pelos *murguistas*, que se assemelham aos carnavalescos de blocos de rua do carnaval brasileiro, mas suas músicas são mais melancólicas,

tal como o tango. Existem *murgas* na Espanha, Chile, Argentina e Uruguai, tendo se disseminado principalmente neste último país. A *cumbia*, por sua vez, é um ritmo de procedência colombiana, muito popular na Argentina e no Uruguai.

Nessa ocasião, também falamos sobre nossa pesquisa e a finalidade de nossas perguntas. Assim, conseguimos a colaboração de mais um brasileiro que veio a integrar nossa amostra. Ao conversarmos sobre isso, um cliente que comprou duas caixas de vinho uruguaio interveio dizendo que “realmente os uruguaio veem mais a nossa televisão do que a deles”. Era um cliente antigo e pessoa bastante próxima do comerciante, que também acabou se tornando um de nossos entrevistados.

Compondo a diversidade cultural nessa fronteira, encontramos uruguaio morando em Santana do Livramento, brasileiros residindo em Rivera e a existência, em ambas as cidades, de famílias mistas. Nos estudos de caso Paraguai-Brasil e Argentina-Brasil nos deparamos com contextos semelhantes, mas, guardadas as proporções populacionais e o tamanho do circuito urbano que conhecemos, acreditamos que nessa fronteira Uruguai-Brasil haja uma maior concentração de famílias mistas. Em Rivera, encontramos um uruguio que faz parte de uma família mista e que acabou tornando-se parte de nossa amostra, conforme descrevemos a seguir. Entramos em sua loja por causa do movimento e a fim de conhecer os artigos de lã uruguaio, produto típico da região. Já em nossa primeira visita à loja, enquanto ele nos atendia, conversamos sobre a importância da criação de ovelhas e dos produtos de lã para a região. Conseguimos falar ainda sobre nosso trabalho de pesquisa. Na manhã seguinte, ao passarmos em frente ao seu estabelecimento comercial, ele estava saindo para ir ao banco e nos perguntou “como está a pesquisa?”. Nesse dia, conseguimos marcar uma entrevista com ele.

Ao circular entre os camelôs, nas proximidades da Praça Internacional, ouvimos uma uruguaia se referindo ao local como “o Paraguai de

Rivera e Santana”, razão pela qual a abordamos. Explicamos que tínhamos acabado de estar na fronteira Paraguai-Brasil e perguntamos por que ela denominava o local onde estava trabalhando dessa forma. Ela disse que “ah, é porque aqui é a parte informal do comércio, somos todos autônomos, como lá”. Ao fazer essa comparação, a vendedora demonstra que identifica seu trabalho com as atividades de comércio informal que também se desenvolvem no Paraguai. O que ocorre é que quando a comerciante utiliza o termo “Paraguai” para fazer tal caracterização, ela nos fornece a evidência de que isso é feito em um sentido estereotipado, mesmo pelos uruguaios. Em seguida, ela comentou que “não se pode falar isso por aí, o pessoal daqui não gosta que se compare a nossa fronteira com [o] Paraguai porque aqui é lugar de produtos importados, com certificação”. Somando o que ela nos disse com o que observamos nas lojas de Rivera e Santana, onde é comum a reiteração por parte dos vendedores do “aqui tudo é certificado”, além do fato de que quando sua chefe chegou, a vendedora imediatamente parou de falar no assunto – e não falou mais conosco em nenhum dos outros dias que circulamos por lá – compreendemos que de modo geral os fronteiriços dessa região procuram distanciar-se de qualquer associação com a “falsificação”, sentido que, no caso do Paraguai, tornou-se um estigma, tal como abordamos em outra ocasião. Já numa outra banca, conversamos com uma das vendedoras, explicamos o nosso trabalho e ela disse “entrevista, espera que a dona daqui vai adorar falar sobre televisão, volta às seis”. De fato, no fim da tarde conseguimos a colaboração de mais uma uruguaia.

Em um fim de tarde, sentamos num banco para tomar um refrigerante de pomelo. Observamos algumas pessoas fazendo o mesmo, outras bebiam chimarrão. O pomelo é mais conhecido no Brasil como *grapefruit* ou toranja. O suco e o refrigerante desse fruto são muito consumidos em Rivera-Santana do Livramento, bem como em Paso de los Libres-Uruguaiana. O contexto em que estávamos imersos nos pareceu tão familiar, tínhamos acabado de observar cenas semelhantes no caso Ar-



gentina-Brasil, e, além disso, a oportunidade de tomar esse refrigerante nos remeteu à nossa infância em Uruguaiana. Em seguida, estranhamos o fato de não sabermos se tínhamos sentado em um “banco uruguaio” ou “brasileiro”. Naquele dia, já havíamos cruzado o limite territorial tantas vezes que não tínhamos mais ideia em que parte da cidade estávamos, ou em qual cidade, e então percebemos que não sabíamos em qual país estávamos. Isso se deveu também porque, evidentemente, nosso senso de direção não é dos mais apurados e o cansaço já era considerável. Tivemos que pedir informações. Avistamos duas senhoras que pareciam estar entregando um bolo na porta de uma casa, nos aproximamos, nos identificamos, explicamos nossa situação e perguntamos como fazíamos para voltar ao hotel. Elas eram uruguaias e explicaram que estávamos em Rivera. A conversa se estendeu, anoiteceu e acabamos ganhando uma carona. Além disso, conseguimos a colaboração de mais duas uruguaias que, em outra ocasião, nos apresentaram o restante de sua família, que passou a integrar nossa amostra.

Esse episódio nos levou a compreender que nossa relação com o objeto de estudo na fronteira Uruguai-Brasil requeria o constante uso das duas operações metodológicas, propostas por Da Matta (1978), “transformar o exótico em familiar” e “transformar o familiar em exótico”. Percebemos que a fronteira Uruguai-Brasil não gerava tanto estranhamento quanto a fronteira Paraguai-Brasil, mas também não era tão familiar quanto a fronteira Argentina-Brasil. No encontro de nossa subjetividade com a que envolve nosso objeto de estudo, constatamos familiaridade e estranhamento. Assim, nos mantivemos mais atentos para familiarizarmo-nos com que não conhecíamos e observar outros ângulos ou desenvolvimentos do que já parecia conhecido.

Uma vez formada nossa amostra, realizamos as entrevistas deste estudo de caso. Ao todo foram 12, com seis uruguaios e seis brasileiros, sendo quatro delas com membros da mesma família uruguia e três

com a família brasileira. Tal como nos outros estudos de caso, pelas entrevistas apreendemos vários aspectos dos perfis de nossos entrevistados – entre eles, seus hábitos de consumo dos meios de comunicação de massa. Ao realizar as entrevistas, exploramos as representações de uruguaios e brasileiros acerca do cotidiano na região de fronteira, do convívio com pessoas de diferentes nacionalidades e grupos étnicos, das suas relações com o meio rural e da estratificação socioeconômica daquele contexto. Exploramos também as representações televisivas acerca desses mesmos aspectos, apontadas pela nossa amostra. Durante esse processo, a amostra mencionou temas abordados na televisão e se posicionou em relação ao modo como se veem representados na televisão e isso nos forneceu pistas sobre como as representações televisivas são relevantes no tecer do cotidiano e da memória dos fronteiriços e como participam do jogo identitário naquele contexto.

Além disso, as famílias uruguia e brasileira assistiram conosco o material televisivo brasileiro mencionado ou comentado ao longo das entrevistas, permitindo que aprofundássemos nosso estudo. Como constatamos que a emissora de televisão brasileira *Globo* também é a mais consumida pela nossa amostra no estudo de caso Uruguai-Brasil, procuramos o material no site da *Rede Globo*, o *Globo.com*. Além disso, utilizamos a minissérie *A Casa das Sete Mulheres*, uma ficção televisiva que foi produzida por essa emissora, e é comercializada em um box que adquirimos. Entre outubro de 2009 e abril de 2010, acessamos e usamos todo o material audiovisual disponível no site e no *box* acerca dos temas que se tornaram relevantes nesta pesquisa. Ao todo, o material televisivo que coletamos neste estudo de caso tem cerca de uma hora de duração e é constituído por reportagens e cenas da minissérie que foram veiculadas pela emissora *Globo*.

Em 2021, encontramos a amostra consumindo ainda *Netflix* e *GloboPlay*. Com o smartphone na mão o tempo todo, utilizando aplicativos para viabilizar transporte e comida. Fazendo buscas no

*Google*. Ouvindo música no *Youtube* e no *Spotfy*. E, conversando com os familiares, entre outros grupos identitários, via *Whatsapp*. Trocando memes e gifs, e, aprendendo a utilizar o *Tik Tok*.

Perguntamos ainda aos entrevistados se o que consomem na televisão brasileira gera interação social, se provoca diálogos na esfera pública e/ou privada. Brasileiros e uruguaios apontaram que os temas tratados foram pauta de diálogo na época de sua abordagem pela televisão e que muitos deles ainda repercutem no cotidiano, especialmente em casa, com familiares e amigos. Conforme os entrevistados, a apropriação e a utilização das representações televisivas acontecem também nas bancas de camelô, na loja de cosméticos, na loja de artigos de couro e de lã, no local onde se vende vinhos, no clube, no escritório, na faculdade, na academia e, ainda, no meio rural, com os diversos trabalhadores envolvidos na produção agropecuária ou com os familiares, em momentos de confraternização.

Uma década depois, o destaque no imaginário dos fronteiriços uruguaios e brasileiros é o presidente brasileiro Jair Bolsonaro e preocupações em comum: qual é a sua política externa para América do Sul? Ausente? Quais as consequências do seu posicionamento diante da rivalidade sino-americana?

No caso dos entrevistados uruguaios, aprendemos ainda que a questão da preservação ambiental é uma preocupação, pois, entendem que em razão da riqueza ambiental a América do Sul está no centro de uma disputa entre Estados Unidos e China, nos mesmos moldes que o Oriente Médio foi disputado, pelo controle do petróleo. No caso dos entrevistados brasileiros, aprendemos também que os EUA estão realizando um processo de aproximação econômica com o Uruguai, tal como no caso da Argentina, para ocupar o vácuo de articulação política que o governo brasileiro está deixando, e, assim, diminuir o quadro de dependência econômica dos uruguaios em relação ao Brasil.

## REFERÊNCIAS

DA MATTA, Roberto. O Ofício do Etnólogo, ou como ter Anthropological blues. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A Aventura Sociológica, Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 22 set. 2021.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (org.), **A Aventura Sociológica, Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

# UM OLHAR SOBRE O RÁDIO NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL COM A ARGENTINA, O URUGUAI E O PARAGUAI<sup>1</sup>

Vera Lucia Spacil Raddatz

## Introdução

Entender a atuação do rádio dentro dos espaços fronteiriços, vai além de pensá-lo apenas como um veículo de comunicação que serve à informação e ao entretenimento, pois o rádio hoje é uma mídia sonora de vocação local, mas também é *expandido* (KISCHINHEVSKY, 2016) e *hipermidiático* (LOPEZ, 2010). E na fronteira sul do Brasil estes aspectos tornam-se evidentes ao analisar três emissoras pioneiras revisitadas virtualmente – por causa da pandemia do coronavírus – depois de vinte anos da primeira pesquisa *in loco*, realizada por ocasião da dissertação de Mestrado “O rádio de fronteira e o Mercosul”, defendida na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), em 2000. Este texto é resultado de parte da pesquisa que se alinha à perspectiva dos estudos fronteiriços realizados junto ao Unbral Fronteiras (UFRGS) e ao foco em rádio como mídia sonora, junto ao Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (Girafa/CNPq/UFSC).

Em 2000, o tema do Mercosul era presente nas discussões da sociedade, em razão da recém assinatura do tratado comercial entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e Uruguai em 1991, com adesão posterior do Chile e da Bolívia. O objetivo do acordo era estreitar as relações comerciais entre esses países, formando uma Zona de Livre Comércio

---

<sup>1</sup> Este texto resulta de parte da pesquisa sobre rádio de fronteira desenvolvida junto ao Unbral Fronteiras/UFRGS e Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio – Girafa/CNPq/UFSC

e um Mercado Comum, impulsionado pela globalização da economia e o desejo de tornar a América do Sul mais competitiva no mercado internacional. Dessa forma, o tema da abertura das fronteiras se colocava como emergente, o que estimulou a pesquisa com as emissoras pioneiras em três pontos estratégicos da Fronteira dos estados do Sul do Brasil, que são porta de entrada do Mercosul: *Rádio Charrua AM*, em Uruguaiana (Brasil)-Paso de los Libres (Argentina), fundada em 1936; *Rádio Cultura AM*, em Santana do Livramento (Brasil)-Rivera (Uruguai), de 1946; e *Rádio Cultura AM*, em Foz do Iguaçu (Brasil)-Ciudad del Este (Paraguai)-Puerto Iguazú (Argentina), fundada em 1956. Na ocasião, foi realizado um mapeamento de toda a mídia nestes três pontos da fronteira e analisada a programação das emissoras pioneiras na cidade fronteiriça no país vizinho: *Rádio Continental LT12 General Madariaga*, de Paso de los Libres, fundada em 1952; *Rádio Internacional*, de Rivera, de 1930; e *Rádio Parque*, de Ciudad del Este, fundada em 1964.

Os resultados da pesquisa apontaram que “na fronteira, o Mercosul sempre existiu enquanto integração e o rádio como veículo de comunicação se posiciona como um interlocutor neste contexto, sendo uma das expressões vivas e dinâmicas dessas comunidades e que se traduz, enfim, como o próprio Mercosul” (RADDATZ, 2000, p. 137). Para este estudo, vinte anos depois, selecionamos apenas as três pioneiras no lado brasileiro, com foco em uma pesquisa de caráter qualitativo, com análise de conteúdo dos sites e redes sociais, rádio-escuta da programação emissoras e entrevistas por telefone, no mês de outubro de 2021.

### **Pressupostos para entender o rádio**

Uma das grandes preocupações dos pesquisadores de rádio como mídia sonora tem sido discutir metodologias próprias para analisar tal objeto, pois o que normalmente ocorre é que estes estudiosos se utili-

zam de um conjunto de métodos e técnicas combinados para análise e averiguação de suas hipóteses, porque até então não se tem uma metodologia própria que dê conta da abrangência do objeto. A história oral é uma das metodologias comumente empregadas, tal a familiaridade do veículo rádio com a oralidade e a técnica da entrevista semiestruturada. A análise de conteúdo é outro método frequente quando se analisa principalmente a programação, bem como o uso de questionários. Porém isto se torna insuficiente, quando o rádio se apresenta não mais apenas como um veículo de comunicação, mas como uma mídia sonora. É preciso olhá-lo dentro de um contexto maior que considera a frequência no dial, as plataformas digitais, e que compreende, portanto, ondas sonoras eletromagnéticas, *streaming* e *on demand*. Portanto o rádio é hipermidiático, pois, conforme Lopez (2010, p. 116), “sabe-se que ele é multimídia e multiplataforma. Mas ainda não se conhece ao certo que caminhos irá trilhar”. Na mesma direção, entende-se que o rádio é expandido, conforme Kischinhevsky (2016, p. 279):

Para complexificar ainda mais nosso objeto, é preciso definir o rádio como um meio de comunicação expandido, que extrapola as transmissões em ondas hertzianas e transborda para as mídias sociais, o celular, a TV por assinatura, os sites de jornais, os portais de música. A escuta se dá em AM/FM, ondas curtas e tropicais, mas também em telefones celulares, tocadores multimídia, computadores, notebooks, tablets; pode ocorrer ao vivo (no dial ou via streaming) ou sob demanda (podcasting ou através de busca de arquivos em diretórios). A escuta se dá em múltiplos ambientes e temporalidades, graças a tecnologias digitais que franqueiam também a produção, a edição e a veiculação de áudios a atores sociais antes privados do acesso a meios próprios de comunicação.

Os pesquisadores buscam entender melhor também quem é o ouvinte do rádio e mídia sonora e de que modo ele se comporta em

relação aos produtos e conteúdos veiculados, de que forma consome rádio, o que espera e de que maneira interage ou responde aos estímulos da mídia sonora.

Apontamentos recentes da Revista Meio & Mensagem (2021, online) dão conta de que o consumo de rádio no Brasil aumentou 2% em 2020, sendo consumido por 80% população. Ao todo, concluiu-se que três a cada cinco brasileiros ouvem rádio todos os dias, com uma média de tempo diário de 4 horas e 26 minutos, de acordo com dados obtidos pela pesquisa do Inside Radio 2021, da Kantar IBOPE Media. A pesquisa realizada em 13 regiões metropolitanas do Brasil indica que o brasileiro está consumindo áudios por meios de diversas fontes e que “a região Sul é a que mais ouve rádio, com um resultado de 85% do público declarando consumir o formato, seguida do Nordeste (81%), Centro-Oeste e Sudeste (80% para ambas)” (MEIO E MENSAGEM, 2021, online).

O mercado de áudio só cresce, basta averiguar o acesso aos aplicativos de áudio no Brasil. De acordo com dados da TIC Domicílios 2019, entre os entrevistados ouvidos, 72% ouviram música online em 2019 e 74% assistiram a vídeos. O ato de ouvir música pela internet é de 79% na Classe A e de 68% nas classes D e E. Entre os usuários com ensino superior, alcançou 80%, contra 52% entre os analfabetos e pessoas que tiveram até a educação infantil. A mesma pesquisa aponta que na Região Sul do Brasil 73% dos domicílios pesquisados conta com pelo menos um rádio (CETIC, 2019, online).

Neste contexto de mudanças tecnológicas contínuas em que o rádio e sua história estão em permanente (re)construção, cabe compreender esta mídia nos espaços da fronteira e verificar ainda como a fronteira está sendo representada pelo rádio.



## Sobre fronteiras e fronteiriços

As fronteiras são territórios de mobilidade, acolhem e expulsam populações flutuantes, cada vez mais presentes com o aumento das migrações, e desde a pandemia do coronavírus (Sars-Cov-2) se fecham para as pessoas, mas não para o comércio e a circulação de bens, transportados de forma legal por caminhões que às vezes ficam até mais de uma semana no porto seco, ou então podem fluir rio abaixo de forma ilegal por barcos clandestinos. O cenário da fronteira, para quem vive nela, reclama a distância e o isolamento dos grandes centros de decisão do país, inclusive decisões sobre sua logística e formas de controle. A fronteira é, por si mesma, o que ela consegue produzir em termos de integração entre países vizinhos, acolhimento para quem chega e interiorização de fluxos internacionais em toda a sua complexidade. Mesmo taxada como o lugar da burocracia (leia-se, aduana), a fronteira também representa a porta de entrada para o novo e reflete as novas dinâmicas do mundo, em que cada vez mais se observa a internacionalização do indivíduo que busca conhecer outros lugares, viver novas experiências e, quem sabe, tentar a sorte em outro país.

Da antiga imagem de uma fronteira militarizada, passou-se a uma ideia de fronteira de integração transfronteiriça que possa suportar o fluxo das exportações e a circulação dos novos cidadãos do mundo e das novas migrações. A fronteira é, em si, um território de múltiplas interpretações e subjetividades, que carrega história, infinitas narrativas e ao mesmo tempo se reafirma como *lugar de integração e espaço de tensão* (RADDATZ, 2009). Sobre as relações fronteiriças entre os vizinhos, “se deve levar em conta os pactos internos firmados entre os grupos envolvidos. Se em determinado momento é conveniente deixar a relação fraterna se sobressair, em outros, passa a ser conveniente manter ou alimentar um espírito de rivalidade e de tensão” (MULLER, 2006, p. 222).

E a mídia em espaços de fronteira, de alguma forma, absorve para suas narrativas os elementos que constituem o contexto da fronteira, num processo retroalimentador do circuito que produz informação e ao mesmo tempo dele se alimenta. A fronteira é a fonte das narrativas sobre ela mesma, que a mídia reproduz e representa. No caso deste estudo, a mídia analisada é o rádio, um veículo de comunicação e de proximidade com o local, que opera nesse circuito de produção de informações e narrativas das representações sociais e práticas socioculturais vividas pelos fronteiriços. Segundo Muller (2006, p. 231):

Conforme a ocasião, a fronteira é percebida – e dita – como um espaço local, incluindo habitantes de ambos os lados da linha divisória como iguais. Em tais circunstâncias, o *eu* e o *ele* passam a constituir um *nós fronteiriço*. (...) Mais do que “um pouco de tensão e muito de integração”, os *fronteiriços* têm de conviver com uma dualidade estrutural, para a qual eles geram estratégias complexas como: serem iguais, mas diferentes ao mesmo tempo; serem locais mas também internacionais; serem plateias das decisões tomadas por seus países (e estados) e habitarem o palco dos acontecimentos relacionados àquelas decisões; serem irmãos-*hermanos*, mas também o *outro*.

Portanto, olhar a fronteira não significa na maior parte das vezes enxergar o que ela é realmente. É mais fácil ceder ao senso comum de que ali é o território do contrabando e do descaminho, da aduana burocrática e dos *freeshops* ou o corredor de passagem. No entanto, a fronteira é plural e emerge de um conjunto de práticas socioculturais, de relações políticas e comerciais, das experiências históricas dos sujeitos fronteiriços, dos processos humanos que ali se desenvolvem, da heterogeneidade que a constitui, das diferenças e diversidades e, principalmente das articulações dos fronteiriços na busca da resolução dos problemas rotineiros e das tentativas de continuamente estabelecer vivências e convivências com aqueles que ali moram ou que ali circulam,

apesar de todos os estereótipos construídos sobre a fronteira.

As fronteiras nacionais estão a um passo das transnacionais num território de dualidade. Leobeth e Muller (2017, p. 383) afirmam que:

Em todo o mundo as fronteiras nacionais adquirem duplo sentido. Ao mesmo tempo em que sinalizam o território pertencente ao Estado, são também espaços onde diferentes formas de vida se encontram e, em alguns casos, se mesclam, formando uma condição existencial peculiar que não pertence tão somente a uma ou a outra nacionalidade.

E nesses espaços, que são também internacionais, a mídia vai recortando os fatos e as práticas socioculturais do presente, contribuindo para de alguma forma fomentar as discussões em torno do contexto da fronteira. A fronteira, portanto, está no rádio e assim expande-se com a possibilidade de ampliar e dar a conhecer a sua problemática e as suas vozes em outros territórios.

### **Revisitando as rádios de fronteira 20 anos depois**

O rádio de fronteira traz em seu âmago a vocação para o local, porém está num espaço em que o local é ao mesmo tempo nacional e internacional, implicado pelas fronteiras geopolíticas que marcam limites territoriais, mas não significam necessariamente a separação brusca, porque há o intercâmbio e a integração de culturas e muitos interesses e problemas em comum da vida e das comunidades fronteiriças. Souza e Ota (2020) acreditam que o cotidiano destas regiões não está completamente representado pelo rádio de fronteira, referindo-se à pesquisa realizada na fronteira das cidades-gêmeas de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai) em 2019 e 2020. As autoras observam que “o destaque para os acontecimentos locais poderia for-

talecer os laços entre os dois países e oportunizar a imagem positiva da fronteira” (SOUZA; OTA, 2020, p. 63), entretanto, a maioria das notícias que aparecem nos programas informativos estão na categoria de notícias nacionais, não se referindo ao âmbito local que englobaria os interesses dos fronteiriços. Porém, “a importância de ter na programação radiofônica temas como esses é que o fronteiriço teria a oportunidade de ter seus interesses representados e, conseqüentemente, suas necessidades informativas supridas” (SOUZA; OTA, 2020, p. 63).

A questão do local ultrapassa a linha da fronteira, principalmente no plano cultural e simbólico. Segundo Leobeth e Müller (2017, p. 384), a mídia local é um elemento fundamental da interação que ocorre nos espaços de fronteira, pois a mídia é “fomentadora das dinâmicas que permeiam o cotidiano dos fronteiriços, traz fatos, a cultura, interesses econômicos, religiosos e políticos. As pesquisadoras entendem que tais aspectos “evidenciam as riquezas culturais, peculiaridades e a importância da mídia local” (LEOBETH; MÜLLER, 2017, p.384).

A partir de todas essas discussões sobre o rádio e a fronteira, procura-se entender então, as três emissoras de fronteira pesquisadas, seguindo a sua ordem cronológica de fundação: *Rádio Charrua*, de Uruguaiana, *Rádio Cultura*, de Livramento e *Rádio Cultura*, de Foz do Iguaçu.

A *Rádio Charrua*, de Uruguaiana, nascida no segmento AM, é a emissora pioneira na fronteira oeste do Rio Grande do Sul e a segunda fundada no interior do Rio Grande do Sul, em 20 de setembro de 1936, por iniciativa do funileiro Juan Izidro Cobelli, que evoluiu para criar a estrutura da rádio a partir dos alto-falantes que montara na cidade de Uruguaiana. Seu objetivo era ir mais longe e chegar ao interior, fazendo serviço de utilidade pública e entretenimento, por isso, comprou um transmissor de 100 watts, de segunda mão, um microfone *Telefunken* e um toca-discos e naquela data escolheu a música “*Tai*”, de

Carmem Miranda, para fazer a primeira transmissão da *Rádio Sociedade Charrua* (RADDATZ, 2000).

Ainda dirigida pela família Cobelli, é ouvida em toda fronteira oeste do Rio Grande do Sul, na Província de Corrientes, Argentina, e ao norte do Uruguai. A *Rádio Charrua AM 1140* desligou seu sinal no segundo semestre de 2021, migrando para o canal de FM 95.1, onde transmite sua programação normal da AM sem alterações, pois o *Grupo Charrua* já conta com outro canal de FM, a *Charrua FM 97.7*, desde 12 de junho de 1987. As duas FM podem ser acessadas no mesmo site<sup>2</sup>, bem como as redes sociais da emissora.

A *Charrua* pioneira, agora em FM 95.1, continua a sua proposta de manter 80% da sua programação voltada para as notícias locais. De acordo com Edison Rebes (2021, informação verbal)<sup>3</sup>, locutor da *Charrua* há 32 anos, a emissora centra a sua programação jornalística em uma trilogia de programas: o *Jornal da Manhã*, o *Jornal do Almoço* e o *Jornal da Tarde*, apresentado por ele. De hora em hora, a rádio retransmite o *Notícia na Hora Certa da Rede Gaúcha Sat*, bem como outras informações estaduais e nacionais. Ao ser questionado sobre o papel da rádio quanto a informações sobre a fronteira, Rebes (2021, informação verbal) salienta que “é preciso ter muito cuidado com o que se diz no rádio sobre o país vizinho para evitar problemas diplomáticos”. O locutor explica que por causa da pandemia e da fronteira fechada pouco se noticiava sobre a vizinha Paso de los Libres, mas as notícias em torno da fronteira geralmente se relacionam a operações da Brigada Militar e da Polícia Civil e da Receita Federal sobre contrabando no Rio Uruguai. Rebes diz ainda que costuma ouvir as rádios de Libres para se manter informado sobre o que se passa na província de Corrientes.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.radiocharruaamfm.com.br/>. Acesso em: 14 out 2021.

<sup>3</sup> Entrevista pessoal concedida por telefone em 14 de outubro de 2021.

Pelo site da *Charrua* se pode ouvir ao vivo a programação das duas rádios e acessar os diferentes perfis da emissora nas redes sociais<sup>4</sup>. No *YouTube* há dois anos, com 583 inscritos, concentra a maior parte dos vídeos na área esportiva, a partir de suas transmissões locais/regionais e mantém atualização contínua<sup>5</sup>. A *Charrua* no *Spotify*, desde 2019, também se mantém atualizada, disponibilizando podcasts de programas dos dois canais de FM, com preponderância para programas semanais como o *Charrua Rural*, o *Tecnologia* e o *Vozes do Esporte*<sup>6</sup>. Salienta-se que todos os podcasts dos programas são produções de conteúdo com informação predominantemente local. O *Twitter* da Charrua, com 1945 seguidores na data de acesso, também está atualizado, com destaque para as notícias do esporte que predominam nas redes sociais<sup>7</sup>. Foi no dia 26 de agosto de 2021 que o *Twitter* da rádio postou a despedida da *Charrua* do seu canal de AM a partir de 27 de agosto de 2021, como mostra a figura abaixo:

---

<sup>4</sup> O acesso completo aos perfis está disponível em: <https://linklist.bio/radiocharrua>. Acesso em: 15 out. 2021.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCZ4IGnmCtas0VMUZ6us0r-Tw>. Acesso em: 15 out. 2021.

<sup>6</sup> Disponível em: [https://open.spotify.com/show/1kBaw9r3ZwcKK8wA8JZr7y?si=o\\_CKHWNQQL6Oj-WPpSoZhw&nd=1](https://open.spotify.com/show/1kBaw9r3ZwcKK8wA8JZr7y?si=o_CKHWNQQL6Oj-WPpSoZhw&nd=1). Acesso em: 16 out. 2021.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://twitter.com/rdcharrua>. Acesso em: 15 out. 2021.

**Figura 1 – Twitter da Charrua, mensagem de despedida do canal AM**



Fonte: Twitter (2021)<sup>8</sup>.

O *Instagram* da *Charrua* é aproveitado de duas formas: em primeiro lugar para as informações do esporte local e divulgação das jornadas esportivas e em segundo para a atualização do Boletim Covid e da campanha de vacinação contra o Coronavírus, e por último, para notícias variadas, sempre com enfoque no local<sup>9</sup>. A rádio também pode ser ouvida pelo celular no aplicativo da *Charrua* disponível para duas versões, mas é o *Facebook* a rede social que soma mais seguidores, com um total de 80.912 até a data deste acesso<sup>10</sup>. Observa-se que a *Charrua* dá uma atenção especial às redes sociais e é ali que atualiza as informa-

<sup>8</sup> Disponível em: <https://twitter.com/rdcharrua>. Acesso em: 15 out. 2021.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/rdcharrua/>. Acesso em: 17 out 2021.

<sup>10</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/rdcharrua/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/rdcharrua/?ref=page_internal). Acesso em: 17 out 2021.

ções oriundas da produção dos programas ou das reportagens que vão ao ar. O site, que foi acessado para esta pesquisa, em 14 de outubro de 2021, constava na aba “Notícias”, informações relativas à *Expointer* de agosto de 2021, o que demonstra um esquecimento da atualização das notícias neste espaço. Edison Rebes (2021, informação verbal), explicou que a prioridade da atualização, segundo os produtores dos posts, é mesmo para as redes sociais, cuja circulação de informação e acessos se dá de forma mais rápida do que pelo site. De qualquer forma, considera-se importante que a mesma atenção dada às redes sociais seja dada ao site, a porta de entrada oficial e que agrega informações gerais da rádio. Fora da aba notícias aparece atualizado na página da *Charrua* a previsão do tempo e as informações da cobertura esportiva.

A programação da *Charrua* demonstra comprometimento com a informação predominantemente local, sendo que as práticas e notícias que dizem respeito aos fronteiriços estão diluídas no rol de notícias, deixando implícito que o universo que a rádio irradia sua programação não tem fronteiras, já que é ouvida no lado brasileiro, na Argentina e no norte do Uruguai. Embora não haja uma preocupação em produzir notícias para a fronteira, observa-se que a rádio está inserida na fronteira de tal forma que incorpora naturalmente tudo o que diz respeito ao local, sem necessariamente especificar que seu universo é a fronteira. Rebes (2021, informação verbal) resume o papel da *Charrua* na fronteira oeste como “um instrumento para a sociedade”, já que está centrada na informação para a comunidade local.

A *Rádio Cultura AM*, de Santana do Livramento, fundada em 14 de julho de 1946, tem 75 anos e faz parte do grupo de comunicação que detém a propriedade também de outras duas emissoras AM: a *Liberdade*, de Canguçu e a *Cultura*, de Pelotas, sob a direção geral do sócio proprietário Sebastião Ribeiro Neto. A *Cultura AM 1380*, de Livramento, ainda não fez o processo de migração para o FM e de acordo



com seu gerente Adair Gomes (2021, informação verbal)<sup>11</sup>, acredita-se que ainda não há condições financeiras para bancar este investimento. Mesmo assim, segundo o gerente, o dia a dia da emissora tem como foco o jornalismo, especialmente a política, o jornalismo esportivo e a cobertura do cotidiano local, com destaque para as informações do mundo rural, já que a região de abrangência do sinal da *Cultura AM* engloba todo o interior do município de Livramento, Dom Pedrito, Bagé, Lavras do Sul, Quaraí e Rosário do Sul no Rio Grande do Sul e a cidade-gêmea de Rivera e região norte do Uruguai. A rádio de caráter popular, intitula-se como eclética, pois mescla informações e músicas de diferentes estilos, ouvida por diversos segmentos e camadas sociais. Em sua divulgação anuncia-se como A Emissora da Comunidade e a Rádio do Povo.

Durante o período de pandemia da Covid-19, a *Cultura AM*, de acordo com seu gerente, enfrenta muitas dificuldades para manter a equipe e a programação, já que é preciso trabalhar online e manter a rádio no ar. Os patrocínios comerciais diminuíram e por isso o apoio da programação religiosa preencheu alguns espaços. Por esta razão, no momento, a grade da programação mantém no ar dez horários religiosos diferentes, totalizando mais de quatro horas de conteúdo religioso. O quadro abaixo mostra apenas os programas religiosos na programação de quinta-feira, 14 de outubro de 2021, conforme o site da emissora.

---

<sup>11</sup> Entrevista pessoal concedida por telefone em 13 de outubro de 2021.

**Quadro 1 – Programação religiosa da Rádio Cultura AM, de Livramento, em 14 de outubro de 2021**

Programa	Locutor	Início	Fim
Igreja Assembleia de Deus	Pres. Pr. Valdemar e Ir. Venilda da Silva	10h50min	11h30min
Gideões da Fé		11h30min	11h50min
Igreja da Graça		11h50min	12h05min
Programa Evangélico		12h30min	12h50min
Deus é Amor		12h50min	13h10min
União das Assembleias		13h10min	13h30min
Igreja Poder de Deus		13h30min	14h
Hora da Ave Maria	Marcio Pereira	18h	18h05min
Assembleia de Deus	Pres. Pr. Valdemar e Ir. Venilda da Silva	22h	23h
Programa Evangélico		23h	23h30min


Fonte: Site da Rádio Cultura AM, de Livramento, 2021<sup>12</sup>.

Considerando que a rádio permanece no ar 24 horas e a programação musical se estende da meia-noite às 6h da manhã, compreende-se que utilizar horários considerados nobres, das 11h às 14h no rádio de concessão pública, com programação de cunho religioso, fere o direito à informação do cidadão, ainda que haja dificuldade de apoio publicitário comercial. Apenas um programa com informações locais situa-se no primeiro bloco do segmento religioso – o *Informativo Rural*, apresentado por Waldeley Flores, entre 12h05 e 12h30. Inclusive, este é um programa que representa a identidade da cultura local ligada ao segmento agropastoril. As tradicionais sessões de avisos do rádio brasileiro ainda são reproduzidas nesses moldes durante o programa.

Ao analisar o site da emissora, o conteúdo veiculado na editoria *Notícias Atualizadas* está distanciado ou descontextualizado da realidade e do interesse local.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.culturalivramento.com.br/programacao>. Acesso em: 14 out 2021.

## Figura 2 – Recorte do site da Rádio Cultura AM, de Livramento



The screenshot shows the website interface for Rádio Cultura AM. On the left, there is a vertical list of regions: RJ - Região Serrana, RJ - Sul e Costa Verde, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Soledade, SP - Bauru e Marília, SP - Campinas e região, SP - Itapetininga e região, SP - Mogi das Cruzes e Suzano, SP - Piracicaba e região, SP - Prudente e região, SP - Ribeirão Preto e Franca, SP - Rio Preto e Araçatuba, SP - Santos e Região, SP - São Carlos e Araraquara, SP - Sorocaba e Jundiaí, SP - Vale do Paraíba e região, Tecnologia e Games, testemunhos, Turismo e Viagem, and vida cristã. At the top right of the page, there are social media icons for WhatsApp, Telegram, and Facebook, along with a timestamp: '© Postado: 14/10/2021 20H33'.

The main content area displays three news articles:

- Brasil termina em 4º na Copa do Mundo de Balão; saiba o que é**  
Centenas de milhares assistiram à disputa, que teve Gerard Piqué como um dos idealizadores, pela plataforma de streaming Twitch. Representante do Peru venceu a competição; veja VÍDEO da final. Representante do Peru vence a Copa do Mundo de Balão Mais de meio milhão de pessoas assistiram...  
© Postado: 14/10/2021 20H13
- Último voo da história da Alitalia tem choro e brinde na chegada**  
Companhia italiana enfrenta dificuldades financeiras há décadas. Ela vai ser substituída pela Ita, estatal que nasceu das negociações realizadas entre o governo italiano e a União Europeia (UE). Funcionárias da Alitalia se emocionam após o último voo da companhia nesta quinta (14) Rem...  
© Postado: 14/10/2021 20H11
- Estudo revela aumento na emissão de gases do efeito estufa entre os países do G20**  
Esses países são responsáveis por 75% das emissões globais. O documento reforçou que é preciso melhorar muito para impedir uma catástrofe ambiental. Relatório revela que países do G20 aumentaram emissão de gases do efeito estufa O mais completo relatório anual sobre ações climáticas...

Fonte: Site Rádio Cultura AM, de Livramento, 2021<sup>13</sup>

Embora postadas de dois em dois minutos, trata-se de notícias produzidas via agência, referentes a realidades distantes, de todas as partes do Brasil, dissociadas de um contexto local e regional a que o rádio AM se propõe. Considera-se apropriado que integrassem este quadro de informações, também as de caráter local, veiculadas e produzidas pela equipe da emissora durante os programas de caráter informativo, como: *Primeiro Jornal*, com Jorge Daniel, das 7h às 8h; *Correspondente Cultura*, com Dagberto Reis, das 8h às 9h29; *Jornalismo*, com Jairo Pina, das 14h às 14h20; *Jornal da Tarde*, com Clodomiro Gonçalves, das 15h30 às 17h. Para tanto, seria importante que entre os membros da equipe, pudesse ser suprida a ausência de um profissional que alimentasse o site com estas informações, atendendo ao requisito de uma audiência cada vez mais qualificada e exigente com o conteúdo. Porém, no perfil da rádio na rede social *Facebook* (@culturalivramentors), com 2601 seguidores<sup>14</sup> há uma maior atualização, embora não

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.culturalivramento.com.br/>. Acesso em: 14 out. 2021.

<sup>14</sup> Número de seguidores relativo a 15 de outubro de 2021. Disponível em: [https://www.facebook.com/culturalivramentors/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/culturalivramentors/?ref=page_internal). Acesso em: 15 out. 2021.

tão frequente. Observando os últimos posts até a data de 15 de outubro, verifica-se que em março, abril e maio de 2021 houve uma atualização constante da página, sendo a maior parte dedicada a informações sobre a vacinação contra a Covid-19, com três inserções referentes ao setor policial. Os posts seguintes são de 14 de julho de 2021, relacionados às comemorações de 75 anos da emissora e, depois, somente em 15 de outubro de 2021, com um alerta da sessão de avisos da emissora para documentos perdidos à disposição na recepção da emissora, o que denota lacunas muito grandes de tempo de atualização. A programação com transmissão ao vivo do estúdio pode ser ouvida no celular, mediante a instalação do aplicativo da *Cultura Livramento*, disponível para o sistema operacional *Android*. Em outubro de 2021 registraram-se 500 + downloads do aplicativo da rádio.

No campo da comunicação, as plataformas digitais mantêm um número infinito de informações disponíveis, portanto, diante desta larga oferta, o usuário vai buscar aquilo que procura num vasto mar de informações. Se ele quiser a informação local, sabe que os sites ou redes sociais das emissoras e dos jornais locais são o lugar indicado para sua busca. Portanto, torna-se imprescindível que as emissoras correspondam minimamente a esta expectativa e poderão atendê-la se o perfil for o de produzir um jornalismo local. Entretanto, o que se tem visto, é cada vez mais um enxugamento de recursos humanos nas emissoras, por conta da crise econômica, principalmente, mas também por outros fatores, como mudanças no hábito de consumir informação, tecnologiação ou automatização da informação e perfil do público de rádio. Entretanto, acredita-se que há um erro estratégico dos gestores ao subestimar a força que o rádio tem de gerar a informação local, justamente pela proximidade que esta mídia tem com as fontes. Se por um lado há facilidade de gerar a informação, por outro há dificuldade de adaptá-la a formatos que fujam da mesmice e que aliem criatividade e crítica. O que seria necessário – em caráter urgente – é repensar aspectos como

formatos e estética radiofônica para apresentação desta informação, ou seja, o rádio precisa considerar que há infinitas possibilidades de narrativas e utilização dos elementos da linguagem radiofônica, como efeitos sonoros, silêncios, música, voz e plástica vocal, muito bem aproveitados na década de 40 do século passado e que hoje retornam com outra roupagem, por exemplo, nos podcasts.

A *Rádio Cultura AM*, de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, está localizada na Tríplice Fronteira do Brasil com Ciudad del Este, Paraguai, e Puerto Iguazu, Argentina. Esta fronteira é um dos pontos mais importantes da América do Sul em termos de população, negócios e circulação de pessoas. A *Rádio Cultura Foz* é a emissora pioneira no oeste do Paraná, inaugurada em 22 de julho de 1956, por iniciativa do Major José Acirino de Castro, que montou a rádio inicialmente no subsolo do Hotel Cassino Iguaçu, na época, um ponto de referência na cidade. O nascimento da *Cultura Foz AM 820 KHZ* está ligado a uma questão de barreira eletrônica no lado brasileiro que até então estava descoberto, já que no lado argentino havia uma emissora estatal – a *LRA 19, Rádio Nacional* – e no lado paraguaio uma emissora privada de alta potência. O fato de o Brasil não possuir uma sentinela da radiodifusão ampliava a necessidade de proteger as fronteiras culturais relativas à língua, aos costumes e às tradições, já que absorvia grande parte desses aspectos das culturas paraguaia e argentina pelas rádios vizinhas. A inauguração da *Rádio Cultura* de Foz do Iguaçu, de certa forma, gerou um equilíbrio neste aspecto (RADDATZ, 2000).

A emissora posiciona-se como partícipe do desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu e da região, estabelecendo uma ponte de comunicação na tríplice fronteira pelas ondas do rádio. Sua programação é voltada principalmente para o radiojornalismo, com destaque para a programação local e regional. Atualmente a rádio é integrante da *Rede Costa Oeste de Comunicação*, composta pelas rádios *Cultura* de Foz

do Iguaçú (AM 820), *Independência* de Medianeira (1020 AM), *Costa Oeste* São Miguel do Iguaçú (106.5 FM), *Costa Oeste* Terra das Águas de Santa Helena (93.3 FM) e *Costa Oeste* Guaiáira (89.7 FM), conforme *post* no *Instagram* da rádio, em 15 de outubro de 2021<sup>15</sup>.

De acordo com o site da *Cultura AM*<sup>16</sup>, “a emissora chega aos novos tempos com investimentos em uma nova sede, operando em modernos estúdios e equipamentos de última geração”, o que pode ser observado a partir do modo de apresentação das informações em seu site e das publicações em áudio, podcasts e vídeos nas redes sociais da emissora<sup>17</sup>. Observa-se que a rede social da rádio com maior potencial em acessos é o *Facebook*, com 86.052 seguidores; o *Youtube* registra 8.580 inscritos; o *Instagram* tem 8.317 seguidores; e o *Twitter* conta com 2.872 seguidores.

O que mais chama atenção na programação da *Cultura*, ainda em AM 820, é o tratamento da questão da fronteira. No caso desta rádio, entre as três revisitadas para este texto, a *Cultura Foz* é a rádio que respira o tema da fronteira, elevando-o à pauta central, mesmo abordando outras pautas. Questões como o turismo, a saúde, a segurança, os negócios e as relações internacionais com o Paraguai e a Argentina são tratados nos programas, jornalisticamente, por meio de entrevistas e debates – como se os cidadãos estivessem discutindo abertamente sobre os problemas locais que afetam a tríplice fronteira. Parte da programação pode ser acessada em podcasts no *Spotify*<sup>18</sup> da *Cultura* e em

---

<sup>15</sup> Disponível em <https://www.instagram.com/p/CVBxrUCMAei/>. Acesso em: 17 out. 2021.

<sup>16</sup> Disponível em <https://www.radioculturafoz.com.br/>. Acesso em: 16 out 2021.

<sup>17</sup> É possível conferir as redes sociais da emissora no link disponível em: <https://linktr.ee/radioculturafoz>. Acesso em: 17 out. 2021.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4R4l6Dw3bjZ9DrnKs7zmbg?si=VB2xy4B5Sw-nnD3ZtYriCw&nd=1>. Acesso em: 16 out 2021.

entrevistas e debates, principalmente dos programas *Jornal da Cultura* e *Contraponto*, disponíveis no *Youtube*<sup>19</sup>. A propósito, um dos programas gravados em vídeo que bem expressa essa característica do jornalismo da *Cultura Foz* no tratamento dos temas fronteiriços é o *Contraponto* denominado “Empresário de Puerto Iguazú sobre reabertura da fronteira”, postado no *Youtube* da rádio em 30 de setembro de 2021<sup>20</sup>.

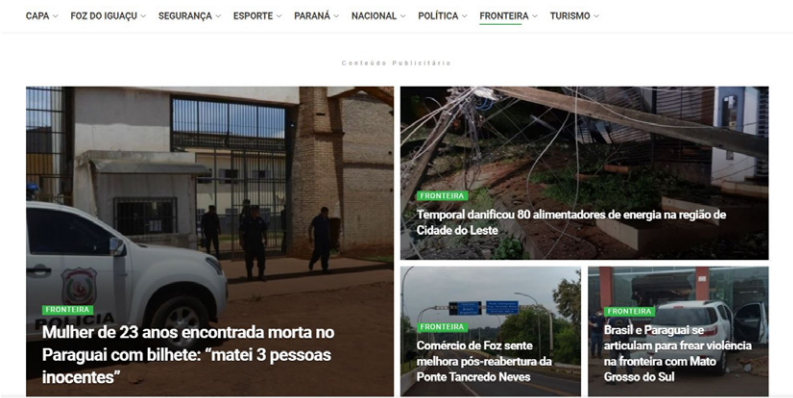
Observando as plataformas da *Cultura Foz*, verifica-se que o site da emissora atende às expectativas de quem busca pela informação local da tríplice fronteira, da cidade, do estado do Paraná e do país, pois veicula informações atualizadas em suas diversas editorias assim discriminadas: *Foz do Iguacu, Segurança, Esporte, Paraná, Nacional, Política, Fronteira e Turismo*, com chamada intermitente para as *Últimas Notícias*. Entre todas as editorias, a que trata da fronteira exhibe questões que refletem o cotidiano e os principais problemas dos fronteiriços, como mostra a captura de página abaixo.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/c/R%C3%A1dioCulturaAMFoz/videos>. Acesso em: 16 out. 2021.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ErZ5hCmwqyw&t=719s>. Acesso em: 16 out. 2021.

### Figura 3 – Recorte da editoria Fronteira do portal da rádio Cultura Foz



Fonte: Portal da rádio Cultura Foz, 2021.<sup>21</sup>

### Conclusão

Com este estudo observa-se que o rádio de fronteira, nos pontos pesquisados, acompanha a evolução tecnológica do meio, tornando-se *expandido e hipermediático* por meio das plataformas digitais, veiculando não só as vozes da fronteira, mas também suas imagens que ora correspondem ao perfil esperado pelo senso comum que mostra o transporte ilícito de mercadorias e ora abre o debate sobre as problemáticas e as dificuldades enfrentadas pelos fronteiriços no dia a dia das relações de convivência. As rádios transmitem seus programas – inclusive com imagem ao vivo – pelas redes sociais, ou pelo aplicativo no celular, ou ainda pelo site, além das frequências no espectro. Elas se posicionam em diversas mídias, mas não perderam a sua vocação principal de explorar a riqueza do contexto local para produzir a informação e o conteúdo para as diferentes plataformas.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.radioculturafoz.com.br/fronteira/>. Acesso em: 17 out 2021.



Entretanto, ainda há diferenças entre as três emissoras analisadas quanto ao fator estrutura, uso de tecnologia e produção e atualização de conteúdo. Tais diferenças são visíveis na programação e nas plataformas, conforme especificado na análise realizada, mas possivelmente determinadas pelo perfil da gestão, pelas condições econômicas do grupo a que pertencem e por necessidade de investimentos em determinadas áreas.

Entende-se que o rádio de fronteira continua diverso e plural, heterogêneo por natureza, mas coerente com o contexto em que se localiza, traduzindo de uma forma ou de outra os movimentos e as articulações das comunidades fronteiriças e, principalmente, mais determinado a colocar a fronteira em evidência, ampliando o conhecimento sobre ela a partir das plataformas digitais.

## REFERÊNCIAS

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.BR). **Domicílios que possuem equipamento TIC**. Brasília. Disponível em: <https://cetic.br/en/tics/domicilios/2019/domicilios/A/expandido>. Acesso em: 10 out. 2021.

GOMES, Adair. Entrevista pessoal. Ijuí/Livramento, 13 de outubro de 2021.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Métodos de pesquisa qualitativa aplicada à comunicação radiofônica. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (orgs.). **Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

LEOBETH, Thaís; MÜLLER, Karla Maria. Mídia local de fronteira no extremo sul brasileiro: o agronegócio como notícia. **GeoPantanal**. vol. 12, número especial 2017. Anais do IV Encontro de Estudos Fronteiriços. Corumbá, MS: UFMS/AGB, p. 383-395.

LOPEZ, Debora Cristina. **Radiojornalismo hipermediático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica**. Covilhã, UBI, Portugal: Labcom, 2010.

MEIO & MENSAGEM. **Consumo de rádio aumenta com canais diversificados**. São Paulo, 21 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.meio-emensagem.com.br/home/midia/2021/09/21/consumo-de-radio-aumenta-com-canais-diversificados.html>. Acesso em: 11 out. 2021.

MULLER, Karla Maria. Mídia e cultura fronteiriça nos espaços de Livramento-Rivera e Uruguaiiana-Libres. In: CHIAPPINI, Lígia; MARTINS, Maria Helena. (Orgs.). **Cone Sul: fluxos, representações e percepções**. São Paulo: Hucitec, 2006.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. **Rádio de fronteira: da cultura local ao espaço global**. Março, 13, 2009. 187f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

RADDATZ, Vera Lucia Spacil. **O rádio de fronteira e o Mercosul**. Setembro, 21, 2000. 206f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo.

RÁDIO CHARRUA URUGUAIANA. **Home**. Uruguiana (RS). Disponível em: <http://www.radiocharruaamfm.com.br/>. Acesso em: 9 out. 2021.

REBES, Édison. Entrevista pessoal. Ijuí/Uruguiana, 14 de outubro de 2021.

SOUZA, Ana Barbosa de.; OTA, Daniela Cristiane. A programação informativa no rádio fronteiriço de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. In: OTA, Daniela Cristiane; FERNANDES, Mario Luiz; FENELON, Taís Tellaroli. (Orgs.) **Regionalidade e discursos midiáticos**: mapeamento e análise em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2020.

# FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE: IDENTIDADE CULTURAL E APONTAMENTOS SOBRE A MÍDIA RADIOFÔNICA

Daniela Cristiane Ota

*Mato Grosso espera, esquecer quisera o som dos fuzis  
Se não fosse a guerra, quem sabe hoje era um outro país  
Amante das tradições de que me fiz aprendiz  
Por mil paixões podendo morrer feliz  
Cego é o coração que trai  
Aquela voz primeira que de dentro sai  
E às vezes me deixa assim  
Ao revelar que eu vim  
Da fronteira onde o Brasil foi Paraguai.*

(Sonhos Guaranis. Almir Sater e Paulo Simões)

## Fronteira e identidade local cultural

Ao falarmos sobre a fronteira, estamos percorrendo sobre linha divisória, a parte limítrofe ou extrema de uma área, região ou país. Pensar no conceito de fronteira automaticamente nos remete a uma visão de separação, e, de fato, esta consideração é pertinente quando construída sob a perspectiva de nação, de soberania. No entanto, para a população que mora nas bordas do país, a fronteira configura-se como um espaço de intercâmbio político, social e cultural, cujas raízes históricas começaram a se entrelaçar em tempo muito longínquos. A música “Sonhos Guaranis”, por exemplo, citada no início do texto, faz menção ao período antes da Guerra do Paraguai<sup>1</sup>, quando o hoje estado de Mato Grosso do Sul<sup>2</sup> teria pertencido ao Paraguai.

<sup>1</sup> Segundo Mauro César Silveira (2001) a Guerra do Paraguai aconteceu de 1864 a 1870 e foi o maior conflito armado internacional na América Latina. O conflito armado aconteceu entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Brasil, Argentina e Uruguai.

<sup>2</sup> Em 11 de outubro de 1977 o então presidente Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar nº 31 dividindo o estado do Mato Grosso e criando o estado de Mato Grosso do Sul.

A fronteira sul-mato-grossense demonstra que as populações locais – brasileiros-paraguaios e brasileiros-bolivianos – formam comunidades urbanas no seio da qual foram desencadeados inúmeros conflitos, como a Guerra do Paraguai. Historiadores como Corrêa (1999) e Weingartner (1995) afirmam que nestas comunidades a integração foi sendo firmada pelo processo histórico. É possível verificar que a fronteira de Mato Grosso com a Bolívia e com o Paraguai, justamente pelas peculiaridades territoriais e históricas, chegou ao século XIX desorganizada do ponto de vista da sua identificação nacional, pois, segundo Corrêa (1999, p. 55), “desde os tempos da Capitania até o estabelecimento da Província de Mato Grosso, apenas Cuiabá e o entorno tinham um controle político-administrativo arraigado ao Brasil”. Nas demais áreas, o recebimento de informações e as trocas comerciais se davam com os países vizinhos mais do que com os demais Estados do Brasil. Walter Guedes (2011), geógrafo e pesquisador da ocupação do território sul-mato-grossense, explica que esse espaço passou por diversos conflitos e disputas até chegar na atual conjuntura política, o que claro, vai formar a tessitura das culturas e limites nacionais (e transnacionais).

**Tabela 1. Terminologias utilizadas para se referir ao estado de Mato Grosso do Sul (1500-2016)**

<b>Período</b>	<b>Domínio</b>	<b>Terminologia</b>
1500 a 1617	Colônia Espanhola	Adelantazgo da Província do rio da Prata
1617 a 1750	Colônia Espanhola	Província do Paraguai
1750 a 1822	Colônia Portuguesa	Capitania de Mato Grosso
1822 a 1864	Brasil Império	Província de Mato Grosso
1864 a 1870*	Paraguai República	Departamento do Alto Paraguay
1870 a 1889	Brasil Império	Província de Mato Grosso
1889 a 1977	Brasil República	Estado de Mato Grosso
1977 a 2016	Brasil República	Estado de Mato Grosso do Sul

\*Período da Guerra do Paraguai. O Paraguai ocupou todo o centro-sul do Estado de Bela Vista, Nioac, Forte Coimbra, Miranda (Corumbá) e Coxim. Fonte: Guedes (2011) adaptado por Rodrigues Filho (2016).

Inicialmente, habitado pelos índios Guarani-Kaiwá e Guarani-Ñhandeva, teve sua população indígena muito enfraquecida pela violência das disputas dos bandeirantes portugueses e espanhóis durante a colonização até o século XVII, o que, de certa forma, favoreceu que outros grupos indígenas – Guató, Kaiapó, Ofaié-Xavante, Paiaguá, Terena e Kadiwéu – chegassem até as terras.

Os Bandeirantes que vinham de São Paulo não respeitavam os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas e avançavam para o oeste, estabelecendo contatos com os índios da região. Com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, o Tratado de Tordesilhas foi anulado, prevalecendo, no novo Tratado, a posse da terra a quem nela já estava, o que acabou com o domínio dos espanhóis na Província do Paraguai. Mas os constantes conflitos entre portugueses e espanhóis levaram ao cancelamento desse Tratado, em 1761 e, após o confronto em que os espanhóis saíram vitoriosos no Forte de Coimbra, os dois países redefiniram a posse das terras na fronteira Brasil- Paraguai e criaram, em 1777, o Tratado de Santo Idelfonso. (GUEDES, 2011, p.3).

Os limites fronteiriços nunca foram muito respeitados, mas objetivavam esclarecer até onde ia cada domínio e demarcar o limite. Apesar dos tratados, o território era pouco ocupado por brasileiros e, em 1864, foi invadido, sem comunicado de guerra, pelo paraguaio General Solano Lopez, que ocupou todo o centro-norte do território, dando início à Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança (Argentina, Uruguai e Brasil se unem contra o Paraguai). Segundo Guedes (2011), o Paraguai perdeu o conflito e sobrou apenas um terço de toda sua população e cerca de 40% do de seu território foi para os países vencedores.

Com o fim da guerra, a região, principalmente a fronteira, ficou assolada. O que reergueu a região foi o início do que ficou conhe-

cido como Ciclo da Erva-Mate (1883 a 1947). Os índios guarani, poucos trabalhadores rurais paraguaios e brasileiros, e muito gaúchos que migraram até a região no fim da Revolução Farroupilha, chegaram nos municípios de Ponta Porã e Bela Vista a fim de trabalhar para Companhia Matte Larangeira, que exportava para Argentina. Esses fluxos migratórios do sul, com os remanescentes paraguaios e indígenas, e os novos migrantes, principalmente de Minas Gerais e São Paulo, fundaram os povoados que cresceram e atualmente formam o estado. Esse período foi tão representativo para Ponta Porã, por exemplo, que a cidade é conhecida até hoje como a “Princesinha dos Ervais”.

O vocábulo fronteira vem do latim “*fronteria*” ou “*frontaria*” e significa a parte do território que fica “in frente”, ou seja, nas margens. No entanto, conforme vamos observar regionalmente, para a população que vive em municípios fronteiriços de Mato Grosso do Sul a linha divisória entre os países não passa necessariamente pela demarcação geopolítica, vai além, pois apresenta uma dimensão social, cultural e histórica. O alemão Friedrich Ratzel foi um dos primeiros teóricos a propor de forma explícita, na obra *Antropogeografia* (1882), uma geografia do homem, na qual faz referência à relação causal que se estabelece entre território e sociedade.

Na concepção de território, a partir de uma perspectiva que privilegia o político ou a dominação-apropriação, esse espaço geográfico pode ser definido a partir das relações de poder, com análise centrada na identidade nacional. Na obra do geógrafo Ratzel, o território tem sua dimensão ampliada, pois é retratado como um espaço ocupado por determinada sociedade. Historicamente, a definição de território está associada à idéia de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão de poder em escala nacional, o Estado-nação.

Autores como Ianni (1997) e Santos (1998) afiguram-se territórios como relações sociais projetadas no espaço. Para eles, a flexibiliza-

ção do conceito permite tratar as territorialidades como expressão da coexistência de grupos, por vezes num espaço físico e em tempos diferentes. O espaço geográfico ganha nova dimensão, em que as relações humanas e sociais são desvinculadas da dimensão natural do espaço, constituindo parte do tecido social.

Ao se falar do espaço geográfico nas relações humanas e sociais, o resgate do conceito de lugar também é importante. Santos (1997) nos remete a uma reflexão da relação dos indivíduos com o mundo quando diz que “lugar” constitui a dimensão da existência que se manifesta por meio de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas. De acordo como Santos (1998), a relação que era local-local agora constitui-se em local-global. Para o autor, isso acontece porque o lugar expressa relações de ordem objetiva em articulação com relações subjetivas, relações verticais resultado do poder hegemônico, imbricadas com relações horizontais de coexistência e resistência.

Lopez García (1995, p. 12) aponta que a definição do local deve ser feita tomando-se como base a geografia, sem nos esquecermos do aspecto social. Assim, o local é um espaço territorial singularizado, representado como “o lugar da mediação técnica onde também é possível a comunicação não mediatizada ou interpessoal”. Tétu (1997) diz que, para definir o local, é preciso observar três componentes: a proximidade, o pertencimento a um grupo social e a efetividade do pertencimento. Ou seja, a discussão extrapola o território e se traduz no local onde acontecem os conflitos e os efeitos das desigualdades como o acesso a cultura, saúde, transporte, educação, lazer, entre outros.

O geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2013) é crítico com relação ao uso desenfreado e muitas vezes, sem rigor conceitual, de termos na pesquisa social – como local, regional, nacional e internacional –, denunciando o risco da simplificação. É necessário reconhecer, como disse Harvey (2000, p. 75), que “as escalas de análise não são naturais



ou imutáveis, mas produtos de mudanças tecnológicas, de modos de organização humana e de luta política”. Por isso, o geógrafo defende que toda escala é construída socialmente. O local ou o regional não são medidas de ‘grandeza’ espacial, mas construções que representam determinados modos de organização específicos.

A tipologia da escala começa do nível do corpo, passa pelos nanterritórios, pelo local (vivência pessoal intensa do espaço), micro-local (bairro, lar), mesolocal (cidade), macrolocal (região metropolitana), regional (conjunto de lugares dependentes dos mesmos aspectos culturais, políticos e econômicos), nacional, internacional e global. A discussão sobre escalas é importante para situar qual é o lugar da fronteira, pois é necessário lembrar que o espaço não é criado ou imposto, mas praticado. A fronteira geográfica, sócio-espacial, não é um limite ou uma linha nacional, mas um lugar praticado e, portanto, transformado, interpretado e representado pela ação humana.

A escala da fronteira, principalmente pela forma como o espaço da fronteira é praticado no âmbito da cultura, da língua, das relações, dos afetos, da memória e história partilhada, dos fluxos e usos dos territórios, e da representação do próprio espaço multicultural pela mídia, transpassa (e aí entendemos o *trans* como prefixo fundamental, que permite literalmente a ideia de movimento e de ruptura dos limites) diversas camadas e paisagens.

Percorremos a ‘régua’ do microlocal ao internacional com facilidade para o mesmo grupo e território, apenas ao focar determinado aspecto identitário, sócio-econômico ou político. A escala é local e nacional para cada lado da fronteira; internacional para a região, transnacional nas práticas do espaço. A fronteira também pode ser multiescalar, pois transita e se movimenta em variados níveis simultaneamente conforme os fronteiriços (e seus aparelhos, inclinados aos meios de comunicação nativos) achem necessário, pelas diversas camadas de interpretação.

Enfatizando a relação que se estabelece entre território e sociedade, as fronteiras também podem ser classificadas de acordo com a forma, função e natureza. Ratzel, Kjellén, Sieger, Brunhes, Vallaux, entre outros, resumem a classificação em “fronteira linha”, cuja caracterização é meramente jurídica e nos remete à idéia de corte, descontinuidade; e “fronteira faixa”, onde ocorrem transições permanentes e interpenetrações das comunidades com relação a língua, religião, costumes, comércio, entre outros. Podemos ir além e classificar as fronteiras ainda com relação ao estado de evolução. Segundo Mattos (1990), existem as fronteiras esboçadas, assim designadas por serem desabitadas ou com uma demarcação não precisa; fronteiras vivas ou de tensão, em que é possível se identificar confronto entre os interesses das populações vizinhas; e fronteiras mortas, consideradas áreas decadentes, onde não existem pressões.

Conforme Padrós (1994, p. 69), as fronteiras vivas, como é o caso da região de Mato Grosso do Sul, apresentam a seguinte característica:

Permeáveis, caracterizadas por zonas isoladas e afastadas dos centros dinâmicos nacionais, com escasso e desigual desenvolvimento econômico com relação ao país, sem autonomia para tomar decisões locais, mas que têm recursos naturais pouco explorados e pouco conhecidos. Possuem deficientes vias de comunicação e acesso e estão próximas de áreas de países vizinhos de conformação humana e geográfica semelhantes.

Ainda segundo Padrós (2000), as fronteiras vivas manifestam uma integração informal que sobrevive às conjunturas políticas. O intercâmbio é constante nestas regiões, o que nos leva a afirmar que o homem fronteiriço tem uma mentalidade tendente à integração, pois para ele as noções de espaço e de nacionalidade muitas vezes são tão

abstratas quanto à idéia da existência de uma linha demarcatória que o separa do outro país. Como em um pacto firmado pela comunidade, apesar de a fronteira se tornar fluida neste espaço de trocas constantes, é verificada a manutenção da nacionalidade de origem, e em alguns casos as mesclas ocorrem mais no sentido da binacionalidade, ou seja, do pertencimento simultâneo e por direito a dois países.

No aspecto cultural, por exemplo, destaca-se a vivacidade dos intercâmbios entre as comunidades. Manifestações ligadas à dança, à música, à culinária, à religião são compartilhadas e passam a representar também a cultura do povo fronteiriço. Assim, a partir do contexto regional, conceitos sobre nação, estado-nação, nacionalidade, binacionalidade são importantes uma vez que contribuem para a compreensão da identidade coletiva e cultural da comunidade da fronteira sul-mato-grossense.

Na região de fronteira sul-mato-grossense, posto que ocorrem intensas trocas culturais e comerciais, não podemos nos esquecer de que os habitantes do local pertencem a nações distintas, representadas por um agrupamento político autônomo que ocupa território com limites definidos e reúne membros comuns, ainda que não necessariamente com a mesma origem, língua, religião ou raça.

O dicionário Houaiss (2020, p. 1990) assevera que nação pode ser caracterizada como uma comunidade de indivíduos que, dispersos em áreas geográficas e políticas, estão unidos por uma identidade de origem, costumes e religião. Hobsbawn (1990) discorre que, além de limites territoriais bem definidos, a caracterização de nação nos leva a habitantes integrados por meio de uma língua nacional e a consolidação de costumes comuns e interesses articulados. Já Renan (1990) relata que três fatores constituem o princípio espiritual da unidade de uma nação: as memórias do passado, o desejo de viver em conjunto e a perpetuação da herança.

Adotando os referenciais teóricos dos estudos culturais, verificamos que nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos, um sistema de representação social. Hall (2005) diz que devemos entender nação como uma comunidade simbólica, e é isso que explica o seu poder de gerar um sentimento de identidade e lealdade. Segundo Ianni (1997), nação pode ser vista como um processo histórico, compreendendo sociedade civil e Estado, formas de sociabilidade e jogos de forças sociais, classes e grupos sociais. Dessa forma, as pessoas não são apenas cidadãs legais de uma nação, mas participam da idéia de nação tal como representada em sua cultura nacional. Balibar (1994), ao examinar a relação entre a nação e o Estado, preconiza que o elemento distintivo entre os dois conceitos é a cultura. O autor ressalta que é através de traços permanentes de sua cultura que uma nação se prende aos modelos, ou melhor, aos arquétipos da civilização.

Em 1982, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) definiu cultura como o conjunto de manifestações que engloba não somente as artes, mas também o modo de vida e os sistemas de valores de uma dada sociedade ou grupo social. Dessa forma, entende-se que o conceito abarca um conjunto de manifestações humanas que não são estáticas, pelo contrário, revelam-se como uma produção histórica constante, na qual se desenvolvem as relações dos grupos sociais. Conforme Castells (2003), de forma ininterrupta, a cultura passa por um processo de estruturação e reestruturação, em que os indivíduos agrupam-se em organizações sociais que, ao longo do tempo, podem gerar sentimentos de pertença ao território e, em muitas ocasiões, uma identidade cultural amplamente comparilhada.

Já para Ortiz (1999), entender a cultura hoje é o ponto crucial para se entender a sociedade contemporânea, assim como as relações de trabalho o foram na compreensão do século XIX.

A questão é saber como, nesse contexto mundial, se reorganizam as relações entre culturas nacionais e locais e cultura mundial. (...) Um exemplo interessante é o de algumas manifestações dos movimentos negros. Em diversos países, eles constroem seus símbolos e suas referências culturais, levando em consideração não apenas suas memórias nacionais. (ORTIZ, 1999, p. 226).

De acordo com Hall (2005), os estudos culturais vêem a cultura como um conjunto intrincado de todas as práticas sociais e estas práticas como uma forma comum de atividade humana que molda o curso da história. Sob esse ponto de vista, a cultura é um fenômeno que atravessa toda a sociedade e que está na base dos processos de produção e reprodução sociais. Hermet (2002) considera que as atividades culturais podem simbolizar uma identidade comum e melhorar a autoestima das comunidades, porquanto estas expressões culturais passam a ser observadas e apropriadas como suas pelo grupo. Assim, a valorização da cultura e da identidade pode ser entendida como uma ferramenta fundamental para a promoção do desenvolvimento local, uma vez que o reconhecimento da história coletiva pode representar uma opção para o enfrentamento dos problemas compartilhados socialmente.

Ou seja, no contexto de nação, a cultura nacional é responsável por produzir sentidos com os quais podemos nos identificar e construir identidades. Hall (2005, p. 50) pondera que a cultura nacional é um discurso, “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”. Com base nesta percepção, os sentidos produzidos estão presentes nas histórias, na literatura, na mídia, na cultura popular, nos rituais e símbolos. Nesta vertente, a nação forma-se no imaginário dos indivíduos que a constituem, e sua construção como identidade é feita à medida que se estabelecem as narrativas fundadoras presentes na memória do povo, enfim naquilo que a Unesco denomina de “patrimônio invisível ou não tangível”.

Na perspectiva de que a cultura nacional produz sentidos que podem contribuir para a construção de identidades, surge o questionamento sobre a forma que as culturas nacionais utilizam para assentar ou unir as diferenças numa única identidade. Para discorrer sobre o assunto, devemos fazer algumas considerações sobre a identificação simbólica de uma nação. Se observarmos o processo histórico, nas nações ocidentais as culturas só foram unificadas após um longo processo de conquista violenta, que contribuiu para a imposição de uma hegemonia cultural sobre a cultura dos colonizados. Deu-se o que Gellner (1983) chamou de “teto político” do Estado-nação, situação em que as diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo subordinadas tornando-se uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas. Partindo desta argumentação, o autor aponta que as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas por um conjunto de significados.

A idéia de um homem (sic) sem uma nação parece impor uma tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas. Tudo isso parece óbvio, embora, sinto não seja verdade. Mas que isso viesse a parecer tão obviamente verdadeiro é, de fato, um aspecto, talvez o mais central, do problema do nacionalismo. Ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas aparece, agora, como tal. (GELLNER, 1983, p. 6).

Na região da fronteira, a questão da nacionalidade – seguindo um conjunto de características e representações simbólicas que distingam uma nação da outra e através do que existe uma identificação das pessoas por nascimento ou por naturalização – é diferente, pois o outro não é um desconhecido. Pelo contrário, faz parte do seu cotidiano e do seu espaço social. Segundo Todorov (1996), no âmbito da fronteira é difícil para o indivíduo estabelecer uma identidade que o faz ser eu e

não o outro, uma vez que, no meio em que transita, é rotineiro o uso de dois ou três idiomas, verifica-se a mescla de tradições culturais e a aproximação familiar é efetiva. Dessa forma, nos pontos limítrofes da fronteira sul-mato-grossense, o surgimento de uma identidade local cultural por vezes se sobrepõe a uma identidade nacional cultural.

Ampliando-se a questão da identidade, faz-se necessário trabalhar com os conceitos de identidade coletiva (representação das posições dos indivíduos no mundo social) e de identidade cultural (aquela que surge a partir do pertencimento a culturas étnicas, raciais, lingüísticas e nacionais). Adotando a concepção dos estudos culturais, trataremos a identidade cultural na perspectiva de identidade nacional cultural – especificamente a que se relaciona ao país de origem – e identidade local cultural – relativa à comunidade que habita na região limítrofe de Mato Grosso do Sul, que distingue o habitante local e o faz diferente, no que diz respeito a dificuldades, necessidades e carências dos demais habitantes que não moram nas bordas dos países.

Definir identidade coletiva a partir de uma construção histórica é dizer, partir da relação dialética que ocorre em um determinado espaço geográfico, sobre indivíduos ou grupos que compartilham um conjunto de valores e organizam a vida cotidiana em torno de atividades semelhantes. Ao contrário do processo verificado com a identidade individual, a coletiva se constitui ao longo do tempo através da memória e da realidade objetiva e subjetiva. Nesta conjuntura, a memória sempre está presente nas possibilidades de afirmação que tendem a facilitar a continuidade das vivências, assim como os questionamentos; e nas de transformação introduzidas pelas vivências desconexas ou diferenciadas dos grupos.

Para Castells (2000) a identidade deve ser entendida como a experiência de um povo e suas fontes de significado. Na avaliação do autor, a construção de identidade se dá na sociedade e está ligada à

estrutura social; assim, ela não é um processo individual, mas coletivo, pois remete a elementos fornecidos pela história, geografia, memória coletiva, bem como por aparatos de poder e de cunho religioso. Sendo assim, para entendermos a dinâmica de qualquer grupo social – como aquele que habita a fronteira sul-mato-grossense –, devemos levar em consideração o processo de construção do significado com base no “atributo cultural ou em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, pois para um indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas” (CASTELLS, 2000, p. 22).

No contexto dos estudos culturais, a identidade cultural é vista como uma forma de identidade coletiva, podendo ser configurada como característica de um grupo social que partilha as mesmas atitudes e está apoiada num passado com um ideal coletivo projetado. A identidade cultural não existiria sem intercâmbios diversos, que emergem de mútuas influências e podem ser representadas através de expressões culturais concretas, como música, literatura, culinária, esporte, que se nutrem de fontes geográficas ideológicas e sociais distintas. Por meio desta construção social é que os indivíduos se sentem mais próximos e semelhantes.

Leite (2002) assevera que cada vez mais as identidades são plurais, porquanto as nações se compuseram na diferença, mais ou menos escamoteada por uma homogeneização forçada, em grande parte artificial. Neste contexto, a diversidade cultural e étnica é vista como um desafio para a identidade da nação, mas também como fator de enriquecimento e abertura de novas e múltiplas possibilidades. Castells e Borja (1997) relatam que essa pluralidade, observada em sociedades com diversidade na formação étnica, levam a uma experiência enriquecedora quando existe um sistema de integração adequado, em que os códigos de comunicação entre as diferentes culturas são adotados, respeitados e mantidos. Caso contrário, fica estabelecida a visualização



do outro como estrangeiro e um inimigo potencial. Na confirmação deste “outro” estrangeiro, os atores sociais passam a competir pela sobrevivência e a romper laços de solidariedade e tolerância.

Hall (2005) defende que, por conveniência, a globalização está sendo retratada como processo que está deslocando as identidades culturais nacionais, uma vez que estas estão cada vez mais sofrendo influências externas. Para o autor, processos que ocorrem em escala global, tornando o mundo, em realidade e em experiência, interconectado, rompem fronteiras nacionais e integram comunidades em novas relações espaço-tempo. Giddens (1991) entende que a sociedade contemporânea pode ser representada por estas novas características temporais e espaciais, que encurtam distâncias e fazem com que a divulgação de acontecimentos no mundo ocorra praticamente em tempo real, e que acabam por levar os aspectos mais importantes da globalização a terem efeitos nas identidades culturais.

Para os estudos culturais, é possível elencar três concepções acerca dos efeitos da integração global nas identidades culturais. Pela primeira delas, as identidades culturais, como resultado da homogeneização cultural, se desintegrariam. No entanto, enfatizamos que a globalização encontra-se desigualmente distribuída ao redor do mundo, o que torna relativa a dominação cultural global. Observe-se que até o final da década de 1970 autores como McLuhan defendiam que o mundo passaria por um processo de homogeneização cultural, as fronteiras iriam desaparecer e iríamos observar o aparecimento de uma “aldeia global”. Dessa forma, as discussões sobre as fronteiras reguladas pelas leis dos Estados-nações cederiam lugar à possível homogeneização e padronização cultural e da informação midiática. Essa tese era metaforizada no conceito de aldeia global, que previa músicas sendo tocadas em todos os continentes, assim como os mesmos hábitos alimentares e modelos de vestuário sendo adotados por pessoas de diferentes continentes.

Hall (1997), no entanto, demonstrou que a globalização pode levar a um fortalecimento de identidades locais e não necessariamente à destruição destas. Ianni (1999) afirma, em consonância, que o globalismo tanto incomoda o nacionalismo como estimula o regionalismo.

Na segunda consideração abordada pelos estudos culturais, verificamos que as identidades nacionais e locais estão sendo reforçadas pela resistência à globalização. Conforme chama atenção Ortiz (1994, p. 181), o local “não está necessariamente em contradição com o global, pelo contrário, encontram-se interligados”, uma vez que o indivíduo não quer ser tratado como um ponto na multidão, membro da massa, no que se refere às questões que envolvem diretamente a comunidade da qual faz parte. A última concepção foca o surgimento de novas identidades, híbridas, tendo em vista o declínio das identidades nacionais.

Entendemos que, junto com o impacto do global, existe uma dinâmica crescente de interesse pelo local, permitindo pensar em uma nova articulação entre o global e o local. Ou seja, ao invés da homogeneização cultural, verifica-se o aparecimento de novas clivagens e fronteiras, vivenciadas por meio do reforço de particularismos culturais.

Ortiz (1986) pontua que não basta dizer que somos diferentes, é necessário mostrar em que nos diferenciamos. Tal fato é compreendido observando-se a construção simbólica da identidade, em que as marcas sociais, embora muito semelhantes para a comunidade fronteiriça, demonstram elementos particulares a cada uma delas. Assim, a interação entre moradores das bordas do Brasil, caso das cidades da fronteira de Mato Grosso do Sul com habitantes do Paraguai e da Bolívia, é diferente da verificada entre a população de outros Estados não fronteiriços da Federação com estes países, uma vez que os mecanismos acionados para possibilitar a convivência são diferenciados e repletos de nuances.

Assim, regidos por um pacto integrador, dependendo dos interesses e do assunto, ser brasileiro, paraguaio ou boliviano de Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijaro significa compartilhar as mesmas práticas de significação representadas por hábitos, costumes e tradições orais. É de ressaltar-se que o compartilhamento não é de todo equivalente para a comunidade Brasil-Paraguai e Brasil-Bolívia. Sobre o fato, Canclini (2003, p. 102) diz que toda identidade é uma construção simbólica, construída de modo particular pelos diferentes grupos sociais:

As “culturas fronteiriças” como as que se formam nas cidades limítrofes entre dois países e nas escolas onde convivem filhos de imigrantes de várias nacionalidades, mostrariam a utilidade de conceber a experiência étnica de forma relacional. Assim se formaria uma nova consciência de mestiçagem que não seria simplesmente uma doutrina de identidade baseada na bricolagem cultural ou uma forma de subjetividade extravagante, mais uma prática crítica de negociação cultural e tradução que busca transcender as contradições do pensamento dualista ocidental.

Nos municípios fronteiriços de Mato Grosso do Sul, o referencial de identidade local cultural é importante, no entanto, é possível identificar confusão no que se refere ao aspecto internacional. No espaço fronteiriço, o nacional é uma referência, existe como sentimento de nação, no entanto, não podemos nos esquecer que se mescla com elementos do outro nacional, ou seja, do país vizinho. É essa fusão, essa mistura, que possibilita a criação de traços comuns entre dois países.

Para Padrós (1994), ao se falar da criação de um novo espaço de integração e negociação, amplia-se a questão da nacionalidade para a binacionalidade, ou seja, aquilo que é relativo ao que é pertencente ou realizado entre duas nações ou países. Neste contexto, para a comunidade fronteira sul-mato-grossense:

Integrar não deve significar perda de identidade nacional, e sim, contato com outras identidades nacionais. A integração pode ser o resultado de uma negociação equilibrada, dependendo, para isso, da existência de uma vontade política de todos os envolvidos. E, neste aspecto, a vida na fronteira torna-se uma peça chave, podendo auxiliar na composição de uma mudança que leve à efetiva existência de um elemento novo, integrado de fato e de direito". (PADRÓS, 1994, p. 66).

De acordo como filósofo Scruton (1986, p. 156), a condição do homem, enquanto ser autônomo, só é possível graças à identificação do indivíduo com algo mais amplo, “como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar”. Hall (2005) diz que não importam as diferenças com relação a classe, gênero ou raça que seus membros apresentem; uma cultura nacional busca unificá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. No entanto, sendo o Brasil um país continental, a região de fronteira sul-mato-grossense integra essa grande família nacional; porém, em vários aspectos as questões da nacionalidade são mescladas, tornando-se binacionais, em função da proximidade e das trocas cotidianas que por vezes tornam essa população mais próxima da comunidade vizinha.

Dentro deste sistema cultural, nem sempre a cidade fronteiriça representa uma nação distinta. Isso acontece, pois nestes espaços a todo momento são estimuladas dinâmicas específicas informais, uma vez que as fronteiras-barreiras praticamente inexistem. Conforme Grimson (2000, p. 19), as identificações que surgem são vinculadas a interesses específicos da comunidade local e não necessariamente a interesses estabelecidos pelos Estados-nação.

A afirmação da identidade fronteiriça também está representada pelos intercâmbios e entrelaçamentos entre a cultura. Isso porque, por meio desta, os indivíduos compreendem, conhecem e reproduzem o sistema social, bem como elaboram alternativas, na busca de uma dimensão transformadora. A fronteira, vista como um fenômeno geográfico, político e cultural, também traz consigo questões ideológicas interligadas com o cotidiano e com a cultura, questões essas relacionadas às experiências vivenciais cotidianas do homem, que refletem os hábitos, desejos e reflexos dos indivíduos.

Martino (2001, p. 76) ressalta que “toda forma de cultura coloca o problema de sua padronização no tocante ao problema da geração da identidade: o pertencimento a qualquer formação cultural se dá pela comunhão de elementos comuns ao grupo”. Observamos tal fato através dos vínculos culturais que contribuem para a aproximação das comunidades das cidades da fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia. Hábitos como tomar tereré (erva-mate com água fria), comer sopa paraguaia e saltenha são fortemente cultivados pela população fronteiriça sul-mato-grossense.

### **Fronteira sul-mato-grossense e as pesquisas de mídia**

Mato Grosso do Sul teve emancipação política como unidade federativa há 44 anos. Atualmente conta com 79 municípios e uma população de 2.839.188 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Ao falarmos da fronteira sul-mato-grossense, duas regiões se sobressaem como pólos de integração regional e pela importância histórica – Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijarro, municípios limítrofes entre Brasil e Paraguai e Brasil e Bolívia, respectivamente. Essa área pode ser compreendida em função da união entre as cidades e dos intercâmbios diários que ocorrem entre as comunidades.

No aspecto social, evidencia-se um processo de integração que ocorre cotidianamente e que faz do espaço fronteiriço um local singular. As relações familiares que foram se estabelecendo ao longo dos anos, em função de laços matrimoniais, formam a base desta representatividade social, e a ausência de barreiras naturais ou artificiais que dificultem o trânsito entre a população das duas áreas colaboram no fortalecimento da convivência entre os povos. A linha divisória com os dois países totaliza 1.517 quilômetros de fronteira, e compreende as regiões Sul, Sudeste e Oeste do estado, dos quais 1.131 quilômetros são com o Paraguai e 386 quilômetros com a Bolívia. Desse espaço, 730,8 quilômetros constituem fronteira seca direta com esses dois países (IBGE, 2021).

Nesta faixa de fronteira seca de Mato Grosso do Sul com o Paraguai identificamos 10 municípios (Antônio João, Bela Vista, Caracol, Coronel Sapucaia, Corumbá, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Sete Quedas). Já na faixa de fronteira seca com a Bolívia temos um município, Corumbá. Essas cidades dividem o cotidiano e o espaço social com os países vizinhos.

Segundo o IBGE (2021), Ponta Porã, distante 310 quilômetros da capital Campo Grande, tem população estimada de 95.320 mil habitantes. Já Pedro Juan Caballero, distante 448 quilômetros da capital Assunção, de acordo com Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC, 2021), possui 118.939 mil habitantes. Juntas, essas cidades reúnem mais de 210 mil moradores. Nessas localidades, falam-se três idiomas: português, castelhano e guarani, língua dos povos indígenas, e isso dá a fusão linguística, chamada popularmente pelos moradores de “portuguaranhol”. As línguas dos povos indígenas são consideradas patrimônio cultural pela Constitución de la República del Paraguay de 1992.

Já Corumbá tem população estimada de 112.669 mil habitantes, de acordo com o IBGE (2021). Em Puerto Quijarro, segundo o Instituto Nacional de Estatística da Bolívia (2021) estima-se uma população de 15 mil habitantes. Na região é comum também a intercorrência de dois idiomas o português e o espanhol. Diferente do Brasil, que não reconheceu nenhuma língua indígena em sua Constituição, na Bolívia também as línguas faladas pelos povos indígenas são consideradas oficiais, tais como: aymara, araona, baure, bésiro, canichana, cavineño, cayubaba, chácobo, chimán, ese ejja, guaraní, guarasú'we, guarayu, itonama, leco, machajuyai-kallawaya, machineri, maropa, mojeño-trinitario, mojeño-ignaciano, moré, mosetén, movima, pacawara, puquina, quechua, sirionó, tacana, tapiete, toromona, uru-chipaya, weenhayek, yaminawa, yuki, yuracaré e zamuco.

Embora a intersecção entre as duas regiões fronteiriças seja forte, as questões nacionais, os processos históricos e as dinâmicas sociais são diferenciados nessa relação estadual com o Paraguai e com a Bolívia. O caso de Corumbá-Puerto Quijarro, por exemplo, representa o estabelecimento de uma fronteira mais “formal”, com existência de aduana. No entanto, pela proximidade das cidades, somente oito quilômetros separam os dois municípios; o trânsito de veículos é constante e o fluxo de pessoas e de mercadorias é livre, intenso e diário. Em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero não existe aduana e apenas a avenida Internacional, com aproximadamente 13 quilômetros, separa os dois países.

Na região, a economia é voltada para as atividades do agronegócio e do comércio, sendo que este último gera emprego para brasileiros, paraguaios ou bolivianos. Na linha da fronteira estão instalados os camelôs, que são o grande atrativo para os turistas – na fronteira Ponta Porã-Pedro Juan Caballero eles estão representados pelo shopping Mercosul; e em Corumbá-Puerto Quijarro, pela feira Brasbol. Se durante o dia as práticas comerciais facilitam e liberam o trânsito de

carros e pessoas pela fronteira, à noite a situação é inversa, em razão da precariedade da segurança, com reduzido contingente policial, e da falta de infraestrutura como iluminação pública, por exemplo.

A região é pródiga também em notícias sobre assassinatos, narcotráfico, contrabando e crime organizado, principalmente na fronteira com o Paraguai. A criminalidade é uma forte característica da região, que carrega o estigma de ser propensa para práticas criminosas, especialmente as lideradas por facções brasileiras como Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, e Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, que atuam fortemente nessa fronteira, disputando o controle do tráfico de drogas e armas não só para o Brasil, mas para vários países. A imprensa regional e nacional reforça essa imagem negativa quando seleciona e dá significativa visibilidade a notícias como apreensão de drogas, contrabandos de cigarros e eletrônicos, crimes de pistolagens, fuga de prisões, roubos de carros, prisões e vários outros tipos de violências, para protagonizar a sua programação.

Em outubro de 2021, a região voltou a ter destaque nos noticiários locais, regionais e nacionais devido a séries de assassinatos que ocorreram. Segundo dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul (SEJUSP), a cidade de Ponta Porã, no limite com o município paraguaio de Pedro Juan Caballero, já concentra 10,6% de todos os homicídios registrados no Estado. Se considerarmos apenas os crimes cometidos na faixa de fronteira sul-mato-grossense, a estatística é ainda pior: praticamente 20% dos homicídios da região ocorreram no município com pouco mais de 95 mil habitantes. Os números de Ponta Porã apontam para uma projeção de taxas de homicídios de 46,1 casos por 100 mil habitantes, índice três vezes superior à média estadual que é de 14,7 casos por 100 mil habitantes. Dados da SEJUSP indicam que oito dos nove homicídios recentes ocorreram em solo paraguaio, em Pedro Juan Caballero.



Em janeiro de 2018 foi destaque na imprensa internacional também uma controversa fuga em massa de 75 presos ligados ao PCC do presídio de Pedro Juan Caballero. E, no mês seguinte, o destaque foi para o assassinato do jornalista Lourenço Vera, conhecido com Léo Veras, em razão das investigações e denúncias que o jornalista fazia sobre práticas criminosas das facções e a relação de autoridades paraguaias com o crime organizado.

A dissertação de Gerson Canhete Jara, “A representação social da execução de jornalistas na fronteira Brasil/Paraguai pelo Jornal Regional de Ponta Porã (MS)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGCOM/UFMS) em 2019, corrobora o fato de que na fronteira também é recorrente o assassinato de jornalistas. Segundo o autor, em Mato Grosso do Sul, nos últimos 25 anos, somente um crime, do jornalista Samuel Roman foi elucidado, os mandantes e executores presos. Do lado paraguaio, somente o crime de Pablo Medina, do diário ABC Collor, foi desvendado com mandante e executores presos. Os demais casos deixaram de ser manchete, caíram no esquecimento devido à rotina da imprensa por novos fatos. Os processos ficaram nas prateleiras, depois arquivados engrossando as estatísticas nacional e mundial de jornalistas assassinados.

Jara (2019) diz que de acordo com o site brasileiro Observatório da Imprensa (2015, online), a fronteira seca Brasil/Paraguai é um dos lugares mais perigosos da América Latina para se exercer o jornalismo, e aponta como principal motivo a quantidade de grupos de narcotraficantes que atuam na região.

No período de 2012 a 2018, recorte adotado para levantamento das notícias publicadas para pesquisa, aconteceram nove assassinatos de jornalistas na faixa de fronteira Brasil/Paraguai: Luis Henrique Georges, Paulo Cardoso Rodrigues, Marcelino Váz-

quez, Juan Arístides Martínez, Manoel Carlos Artaza, Pablo Medina, Antonia Mirabel Almada, Fausto Gabriel Alcaraz e Gerardo Serverian. (JARA, 2019, p. 69).

Na imprensa local e regional desses municípios, denúncias sobre atividades ilícitas também têm aspecto singular, entre comedido e controverso. No entanto, entendendo a fronteira regional como uma área dinâmica e de intercâmbios cotidianos, pode-se dizer que as cidades fronteiriças sul-mato-grossenses mantiveram as diferenças, porém, foram constituindo ao longo dos tempos significativas semelhanças. Nesta construção coletiva, verificamos a criação de um espaço fronteiro que media tensões e negociações para além do retrato de violência que ganha destaque na mídia regional e nacional. Essas mediações atravessam o contexto político, social e cultural do local, onde, através de um pacto de interação particular, brasileiros e paraguaios ou bolivianos assumem o papel de protagonistas conjuntos ou rivais, e onde o status do internacional, nacional, estadual ou local ganha nova dimensão, conforme ajustes de interesse da população que habita a fronteira.

Por fim, ao falar sobre a relação da mídia na fronteira sul-mato-grossense, em particular com a fronteira Brasil-Paraguai, cabe destacar que ao longo de 15 anos, os estudos sobre a mídia radiofônica da fronteira também se desenvolveu. O PPGCOM/UFMS foi implantado em 2011 e neste período, das 13 dissertações orientadas pela autora, quatro tinham como objeto principal a fronteira. A primeira tese a pesquisar exclusivamente as emissoras de rádio na fronteira sul-mato-grossense foi desta autora e data de 2006, intitulada “A informação jornalística em rádios de fronteira: a questão da binacionalidade em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijarro” (OTA, 2006). Dez anos depois, em 2016, o jornalista de Lairtes Chaves Rodrigues Filho, defendeu a dissertação intitulada “MBA É ICHAPA CHAMIGO! Programação radiofônica e multiculturalismo na fronteira

sul-mato-grossense de Brasil e Paraguai”. Em 2020, a jornalista Ana Barbosa de Souza defendeu dissertação cujo título é “A programação informativa no rádio fronteiriço: um estudo das emissoras *Nova 96,9 FM* de Ponta Porã e *Mburucuyá 980 AM* de Pedro Juan Caballero”.

A primeira cartografia desenvolvida entre 2004 e 2006 apontou que todos os municípios de Mato Grosso do Sul que fazem fronteira seca com países vizinhos contavam com emissoras de rádio, instaladas no Brasil, no Paraguai ou na Bolívia. Nos dez municípios – Antônio João, Bela Vista Caracol, Coronel Sapucaia, Corumbá, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Sete Quedas – verificou-se a existência de rádios bilíngües (português e espanhol) e trilingües (português, espanhol e guarani).

Em 2016, ao atualizar a cartografia da fronteira sul-mato-grossense com o Paraguai, Rodrigues Filho (2016) propôs investigar se a programação radiofônica da fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero representava o multiculturalismo, entendendo direito cultural como direito humano e os meios de comunicação como agentes no lugar e do lugar. No final da pesquisa, o autor (RODRIGUES FILHO, 2016, p. 130) manifestou preocupação por encontrar as rádios brasileiras e paraguaias se tornando cada vez mais reféns das programações em rede, de grandes grupos de mídia (*Transamérica, Jovem Pan, Ñanduti, Estación 40*, etc). Dessa forma, reduziam e limitavam significativamente aspectos do espaço e da função que essas mídias, antes locais, exerciam sobre o espaço, reproduzindo formatos e conteúdos das metrópoles ao invés das relações de fronteira, inclusive com a extinção da produção jornalística local.

Rodrigues Filho (2016) observou também que a questão das disputas pelo espaço público por meio da rádio pelas igrejas é algo que interfere e compõe a programação desta fronteira. Disse que muitas denominações estavam atuando com emissoras comunitárias confes-

sionais e focadas em radioevangelismo no Paraguai. Registrou ainda as queixas sobre como as emissoras paraguaias são vendidas a brasileiros apenas para transmitir sertanejo universitário em português, por questões políticas, burocráticas, etc. Destacou também o guarani como expressão de resistência da cultura paraguaia e fronteiriça, favorecendo e fortalecendo uma espécie de quebra na planificação das redes de mídia pelo contato com a população e interferindo sobre a “invasión brasileña” na cultura paraguaia.

Já o estudo mais recente, defendido em 2020, demonstrou que embora a mídia radiofônica configure-se em agente dos acontecimentos locais na fronteira e seja uma mídia importante para as localidades, existem carências com relação à produção de mais informações que atendam as duas comunidades. O destaque para acontecimentos locais poderia fortalecer a integração das emissoras com a comunidade. Souza (2020, p. 106) reitera que a fronteira é uma área abundante de notícias, porém a partir das análises desenvolvidas em 2019, percebe-se que a notícia local divulgada nas emissoras reforça os aspectos negativos da fronteira, principalmente com relação à criminalidade. A autora destaca que o cotidiano fronteiriço raramente é retratado no rádio, especialmente no lado brasileiro, que veicula muitas notícias nacionais.

As trocas, as interações, as relações comerciais, de trabalho, e a cultura local são quase nulas. A importância de ter, na programação radiofônica, temas como esse é que o fronteiriço teria a oportunidade de ter seus interesses representados e, consequentemente, suas necessidades informativas supridas. (SOUZA, 2020, p. 106).

Com relação aos municípios fronteiriços, na fronteira de Ponta Porã com Pedro Juan Cabellero, a cartografia foi atualizada em 2022. Nesta localidade foram identificadas quatro emissoras do lado brasileiro, sendo duas FM (*Mais FM 93,5* e *Nova FM 96,9*), duas comunitárias

(*Rádio Educadora 104,9 e Rádio Líder 104,9*). Já no lado paraguaio existem onze emissoras no total, sendo duas AM (*Rádio Amambay e Rádio Mburucuyá*) e nove FM (*Rádio Cerro Corá, Amambay, Sin Fronteras, Oásis, América, Império, Favorita, Futura e Estación 40*).

Na fronteira com a Bolívia, a autora realizou atualização em 2022 e a cartografia identificada permite apontar para um maior equilíbrio em relação a emissoras de rádio entre os municípios fronteiriços do Brasil e da Bolívia. Em Corumbá são seis emissoras de rádio, sendo uma AM (*Rádio Clube de Corumbá*), quatro FM (*Rádio Transamérica Hits 92,9, Band FM 94,3, Difusora Corumbá 95,9, FM Fronteira 106,9*), e uma comunitária (*Pantanal 87,9*). No município de Puerto Quijarro, existem seis rádios FM (*Melodia, Carolina, Latina, Tamengo, Alfa e Ômega e Pantanal*).

O estudo sistemático das mídias de fronteira tem há algum tempo ganhado espaço em estudos e grupos de pesquisa no Brasil. Entendemos que a mídia fronteiriça não reside no simples conceito dos meios de comunicação presentes no espaço de fronteira, mas àqueles com vínculo direto de pertencimento e epicentro do espaço binacional gerado pela cultura local. Falamos de mídia de fronteira não a partir dos limites da fronteira, então, mas da mobilidade desse espaço entendida a partir da comunicação. As rádios da fronteira representam e estão inseridas no fluxo multicultural e plural que o próprio espaço binacional oferece e onde as identidades nacionais são diariamente questionadas, reafirmadas e transformadas conforme os interesses e os jogos simbólicos da comunidade internacional. Nestas localidades o inter não se relaciona ao exterior, mas ao que vive junto.

## REFERÊNCIAS

- BALIBAR, Étienne. Identité culturelle, identité nationale in Quaderni. **La revue de la communication** no. 22. Paris, AZ Presse, 1994. p. 53-65.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. Planes Estratégicos y Proyectos Metropolitanos. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 1 e 2, 1997.
- CANCLINI, Nestor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e Fronteira** – o Sul de Mato Grosso 1870-1920. Campo Grande: UCDB, 1999.
- GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism**. Ithaca : Cornell University Press, 1983.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- GRIMSON, Alejandro. El puente que separó dos orillas: notas para una crítica del esencialismo de la hermandad. In: GRIMSON, Alejandro (Org.). **Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro**. Buenos Aires: Ciccus-La Crujía, 2000. p. 201-231.
- GUEDES, Walter. Controle e domínio territorial no sul do estado de Mato Grosso: uma análise da atuação da Cia Matte Larangeira no período de 1883 à 1937. **Revista Agrária**. São Paulo, No. 15, 2011, p. 102-125.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, jul./dez, 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. **Spaces of Hope**. Edinburgh e Berkeley: Edinburgh University Press e University of California Press, 2000.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

HOUAISS, Antônio. Dicionário **Houaiss** da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2020.

IANNI, Octavio. **Labirinto Latino Americano**. São Paulo: Vozes, 1997.

IANNI, Octavio. Nacionalismo, regionalismo e globalismo. In: BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. (Org.). **Globalização e Regionalização das Comunicações**. São Paulo: Educ, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados, Mato Grosso do Sul, 2021**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms.html>>. Acesso em: 01 out. 2021.

JARA, Gerson Canhete. **A representação social da execução de jornalistas na fronteira Brasil/Paraguai pelo Jornal Regional de Ponta Porã (MS)**. 2019. 80 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2019.

LEITE, Lúcia Chiappini. Multiculturalismo e identidade nacional. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras Culturais**. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

LOPEZ GARCIA, Xosé. Médios locais do futuro e com futuro. In: LEDO ANDION, Margarita; KUNSCH, Margarida. (Orgs.). **Comunicacion audiovisual: investigación e formación universitarias**. II Colóquio Brasil-Estado Espanhol de ciências da Comunicación. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela/INTERCOM, 1999.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

MARTINO, Luiz C. Interdisciplinaridade e Objeto de Estudo da Comunicação. In: Hohlfeldt, Antonio; Martino, Luiz C., França, Vera. V. (Orgs.). **Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Morte de radialista expõe riscos na fronteira entre Brasil e Paraguai**, 10 de março de 2015. Disponível em: [https://www.observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/\\_ed841\\_morte\\_de\\_radialista\\_expoe\\_riscos\\_na\\_frenteira\\_entre\\_brasil\\_e\\_paraguai/](https://www.observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/_ed841_morte_de_radialista_expoe_riscos_na_frenteira_entre_brasil_e_paraguai/). Acesso em: 26 ago. 2019.

ORTIZ, Renato. **Cultura e sociedade global**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORTIZ, Renato. **Um outro território**. 2.ed. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

OTA, Daniela Cristiane. **A informação jornalística em rádios de fronteira: a questão da binacionalidade em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijarro**. Data de depósito: 20 set. 2006. 171 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

PADRÓS, Enrique Serra. **Fronteiras e Integração Fronteiraça: Elementos para uma abordagem conceitual**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. vol. 17, n. 1/2. Porto Alegre, 1994.

PADRÓS, Enrique Serra. **A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional**. Tempos Históricos, [S. l.], 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras Culturais**. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

RENAN, Ernest. What is a nation?. In: BHABHA, Homi. (Org.) **Narrating the Nation**. Londres: Routledge, 1990.

RODRIGUES FILHO, Lairtes Chaves. **MBA'ÉICHAPA CHAMIGO! Programação radiofônica e multiculturalismo na fronteira sul-mato-grossense de Brasil e Paraguai** 2016. 193 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2016.



SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVEIRA, Mauro César. **O Jornalismo Lusitano como Braço da Diplomacia Brasileira na Guerra do Paraguai**. I Colóquio Transfronteiras de Ciências da Comunicação: Brasil, Bolívia e Paraguai. 2001.

SOUZA, Ana Barbosa. **A programação informativa no rádio fronteiro**: um estudo das emissoras Nova 96,9 FM de Ponta Porã e Mburucuyá 980 AM de Pedro Juan Caballero. 2020. 113 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2020.

SCRUTON, Roger. Authority and allegiance. In: DONALD, James; And Hall, Stuart. (Orgs.) **Politics and ideology**. Milton Keynes: Open University Press, 1986.

TÉTU, Jean-François. A informação local: espaço público local e suas mediações. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (Orgs.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997.

TODOROV, Tzvetan. I-Descobrir. In: TODOROV, Tzvetan: **A conquista da América**: a questão do outro. 2 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WEINGARTNER, Alisolet Antônia dos Santos. **Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

# NOTICIABILIDADE EM UM CONTEXTO DE FRONTEIRA: CARACTERÍSTICAS E PERCEPÇÃO DAS NOTÍCIAS ENTRE JORNALISTAS, ASSESSORES DE IMPRENSA E LEITORES EM CORUMBÁ (MS)<sup>1</sup>

Marcos Paulo da Silva

## Introdução

No canto superior esquerdo da primeira página do *Diário Corumbaense*, único jornal autodenominado diário em Corumbá – cidade ribeirinha de 110 mil habitantes localizada no coração do pantanal sul-mato-grossense, às margens do Rio Paraguai e na fronteira com a Bolívia, distante 420 quilômetros da capital estadual Campo Grande – um pequeno infográfico aponta as temperaturas previstas para a região e o nível do rio: máxima de 33 e mínima de 24 graus naquela data; sol com muitas nuvens durante a manhã e à tarde; nível do Rio Paraguai em 2,40, decréscimo de 4 centímetros em relação ao dia anterior. Um pouco mais abaixo, sob o logotipo do jornal, a manchete daquela segunda-feira, 9 de novembro de 2015, edição 2.090, destaca: “Pesca proibida – Embarcações vão para reforma na piracema”. A manchete divide espaço na capa – editorada no formato berliner – com outras três chamadas, todas com referência a assuntos locais: “Curto-circuito provoca incêndio em apartamento no Centro de Corumbá”; “Morre no presídio homem acusado de abusar do sobrinho de cinco anos”; e

---

<sup>1</sup> O capítulo compila reflexões previamente publicadas nos artigos “Percepção de noticiabilidade em um contexto regional: análise comparativa entre jornalistas, assessores de imprensa e leitores de Corumbá (MS)”, publicado na Revista FAMECOS, e “A construção cultural de critérios noticiosos em contextos regionais: reflexões teórico- metodológicas a partir dos jornais de Corumbá (MS)”, publicado na revista Observatório. Para detalhes, ver: Silva (2020) e Silva e Jeronymo (2018).

“Corumbá recebe pela segunda vez feira de flores de Holambra”. Ainda mais abaixo, no rodapé, um anúncio da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul ocupa um quinto da proporção da página.

O relato acima, construído sobre uma edição escolhida aleatoriamente entre os veículos jornalísticos da imprensa na região fronteira sul-mato-grossense, constitui mais do que uma mera descrição inócua. Remete, para além disso, a um cenário bastante propício e peculiar da chamada imprensa interiorana, perfil de manifestação jornalística distribuído ao longo de um volume significativo dos 5.570 municípios brasileiros, sobretudo aqueles localizados fora do eixo dos grandes centros urbanos do país. Mais do que isso, todavia, o relato também serve de ponto de partida para uma reflexão sobre o jornalismo realizado em um recorte ainda mais peculiar no contexto da imprensa regional: trata-se de um caso de prática jornalística localizado em um dos vastos pontos dos cerca de 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres no Brasil.

A região de Corumbá, cidade fundada pelos colonizadores portugueses em meados do século XVIII como forma de garantir a marcação do território brasileiro às margens do Rio Paraguai e na fronteira com a Bolívia, constitui um recorte regional bastante particular. Territorialmente, o município também possui peculiaridades, ocupando uma área aproximada de 65 mil quilômetros quadrados (superior a países como Suíça e Eslovênia), a maior parte constituída de floresta alagadiça do bioma pantaneiro, o que corresponde a cerca de um quarto de toda a área de Mato Grosso do Sul, representando a décima primeira cidade brasileira e a primeira de toda a região Centro-Oeste do país em proporção. Do ponto de vista midiático, a cidade fronteira – que até meados do século XX constituía o principal núcleo urbano ao sul do então estado de Mato Grosso indiviso – consiste em um polo regional de radiodifusão, com cinco emissoras radiofônicas e uma emissora te-

levisiva afiliada da Rede Globo, além de possuir ao menos dois jornais impressos de circulação duradoura e uma dezena de sites de notícias<sup>2</sup>.

Nesse ínterim, a presente reflexão desenvolve-se em consonância com um conjunto mais amplo de discussões que se propõem a problematizar os multifacetados aspectos que configuram o universo do cotidiano da seleção noticiosa e da narração jornalística em contextos regionais (SILVA, 2014a; 2017; SILVA; JERONIMO, 2018; SILVA; MACHADO, 2019). Este capítulo localiza-se no escopo do projeto de pesquisa “Cotidiano e noticiabilidade na imprensa sul-mato-grossense: interfaces entre jornalistas, assessores e público”, inscrito na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PROPP/UFMS), cuja efetivação vincula-se também ao Grupo de Pesquisa Cotidiano e Noticiabilidade, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O estudo ainda integrou o Projeto de Cooperação Acadêmica (PROCAD/CAPES) “Comunicação e mediações em contextos regionais: usos midiáticos, culturas e linguagens” (2014-2020), desenvolvido em parceria entre a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Em seu vértice teórico-metodológico, sobretudo em relação aos aspectos referentes à coleta de dados empíricos, a pesquisa segue um desenho estrutural análogo ao levantamento de critérios de noticiabilidade desenvolvido por Shoemaker e Cohen (2006) em dez países de diferentes continentes (África do Sul, Alemanha, Austrália, Chile, China, Estados Unidos, Índia, Israel, Jordânia e Rússia) – notadamente,

---

<sup>2</sup> Informações extraídas do Portal de Mídia de Mato Grosso do Sul, projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Disponível em: [www.portaldemidia.ufms.br](http://www.portaldemidia.ufms.br). Acesso em: 14 out. 2021.

a utilização de técnicas da análise de conteúdo<sup>3</sup> para o estudo de jornais e de procedimentos qualitativos (grupos focais, entrevistas semiestruturadas e exercícios de *gatekeeping*).

Para as finalidades específicas da presente discussão, volta-se o olhar em direção às características das notícias e à percepção da noticiabilidade entre jornalistas, assessores de imprensa e leitores de jornais de Corumbá – extrato pertencente à Etapa 2 da pesquisa<sup>4</sup>. Nesse horizonte, este capítulo constitui uma sequência e um aprofundamento frente ao debate iniciado em Silva (2016) sobre a pertinência de uma compreensão do conceito de noticiabilidade como um constructo de natureza eminentemente cognitiva no interior das relações presentes na mediação jornalística da vida cotidiana, adotando como norte a viabilidade desta perspectiva para a verificação empírica dos critérios noticiosos em recortes culturais regionalizados<sup>5</sup>. Ademais, vale-se dos resultados das entrevistas semiestruturadas e dos exercícios de *gatekeeping* realizados com os respectivos grupos de atores sociais no município fronteiriço. Os veículos utilizados como referência para a aplicação da metodolo-

---

<sup>3</sup> Para a análise de conteúdo, foram selecionados os dois principais jornais de cada cidade tomando como parâmetro para a escolha os seguintes itens: a) periodicidade; b) tiragem; c) perfil da publicação (se noticioso ou não); e d) tempo de fundação do periódico (ver SILVA, 2014a). Do ponto de vista da coleta de dados, utilizou-se a técnica da “semana construída” ou “semana composta”, coletando sete edições dos jornais *Folha de Corumbá* e *Diário Corumbaense* entre os dias 29 de agosto de 2015 e 17 de novembro de 2015.

<sup>4</sup> Em um vértice estrutural, a pesquisa mais ampla contempla quatro etapas nas quais são desenvolvidos estudos nas cidades mais populosas e com posições estratégicas nas diferentes mesorregiões instituídas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Estado; a saber: Campo Grande (Mesorregião do Centro-Norte), Etapa 1; Corumbá (Mesorregião dos Pantanais Sul-Mato-Grossenses), Etapa 2; Três Lagoas (Mesorregião do Leste), Etapa 3; e Dourados (Mesorregião do Sudoeste), Etapa 4.

<sup>5</sup> Vale-se aqui, no caso específico de Corumbá, do relatório final do plano de trabalho “Codificação e categorização de critérios noticiosos em jornais corumbaenses: análise de conteúdo das dimensões da noticiabilidade”, desenvolvido como pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC CNPq/UFMS) pelo bolsista Henrique Alves de Castilho Drobniwski.

gia, conforme será explicitado a seguir, foram a *Folha de Corumbá*, semanário com circulação aos sábados, e o *Diário Corumbaense*, com circulação de segunda à sexta-feira, embora se autodenomine diário.

### **Tipologia de análise da imprensa do interior e reflexões sobre os jornais corumbaenses**

Considerada a vertente de estudos dos processos de seleção noticiosa em contextos regionalizados, argumenta-se aqui que uma compreensão de base cognitiva do conceito de noticiabilidade nas relações mediadas pelo jornalismo na esfera da vida cotidiana – como será debatido à frente – torna-se viável em paralelo ao entendimento das particularidades de organização e de estruturação do jornalismo fora dos grandes centros urbanos. Nesse sentido, vale-se também como parâmetro teórico-conceitual da tipologia de análise da imprensa interiorana proposta por Bueno (2013).

De acordo com o autor, o conjunto-tipo ideal para análise da imprensa é formado por elementos que se agrupam em três classes interdependentes: 1) a classe dos elementos do jornal como empresa (forma de organização e produção); 2) a classe dos elementos do jornal como produto final da empresa (com o qual o leitor mantém o contato direto); e 3) a classe dos elementos que pertencem à relação jornal/comunidade (as variáveis que interferem no processo de interação entre o jornal, como empresa e produto, e a comunidade na qual está inserido) (BUENO, 2013, p. 47).

Para o estudo específico de veículos jornalísticos do interior do país – a chamada imprensa do interior –, Bueno (2013, p.45) propõe a classificação de outros três tipos básicos: a categoria dos jornais locais “quase artesanais”; a categoria dos jornais locais “estruturados”; e a categoria dos “jornais regionais”. Conforme a proposta do autor, “os

dois primeiros têm como limite de circulação a cidade ou o município em que mantêm a sua sede, e o terceiro objetiva exercer sua influência numa determinada região, abarcando, portanto, com sua circulação e cobertura algumas cidades e municípios” (BUENO, 2013, p.45). No caso dos veículos estudados no âmbito de Corumbá (MS), por exemplo, tal qual o caso descrito na abertura do capítulo, observa-se a pertinência da utilização da tipologia dos jornais propriamente locais – ainda que se trate de um contexto de um município fronteiriço com outro país.

Já a análise regionalizada de critérios noticiosos<sup>6</sup>, nesse cenário, requer a identificação e a consideração de variáveis propícias da tipologia da imprensa sistematizada por Bueno (2013). No escopo específico de um caso como o de Corumbá, pode-se identificar no trabalho de categorização e de codificação de itens noticiosos elementos típicos da imprensa local, mas, em alguns aspectos, também da imprensa de natureza “quase artesanal”.

Uma das temáticas com maior proeminência<sup>7</sup> nos jornais corumbaenses é a política local. Destaca-se, assim, a predominância da categoria do significado político em detrimento das dimensões de desvio dos itens noticiosos. Porém, para além da identificação da política local como uma das principais categorias de assuntos abordados nos jornais de Corumbá, verifica-se também elementos que levam o conteúdo noticioso analisa-

---

<sup>6</sup> Em termos metodológicos, os processos de categorização e de codificação das notícias dos jornais envolveram sete categorias de noticiabilidade nos moldes do protocolo de Shoemaker e Cohen (2006). São elas: categorias de desvio (desvio estatístico, desvio normativo e desvio de mudança social) e categorias de significado social (significado público, significado político, significado econômico e significado cultural). No caso de Corumbá, foram categorizadas e codificadas 364 notícias dos jornais de Corumbá. Ao todo, considerando todas as etapas do estudo, a pesquisa categorizou e codificou 3.243 notícias de todo o território de Mato Grosso do Sul.

<sup>7</sup> Para efeitos da pesquisa, considera-se a proeminência a partir do cruzamento das dimensões de espaço físico (centímetros quadrados) e de posição hierárquica das notícias (capa, capa de caderno ou páginas internas).

do a assemelhar-se de um discurso calcado na divulgação institucional, com ênfase na descrição das atividades das autoridades locais (prefeito e vereadores da cidade). Nesse cenário, adotando-se como parâmetro de análise a “classe dos elementos do jornal como empresa” – isto é, a forma de organização e de produção dos periódicos (BUENO, 2013) –, denota-se uma consonância entre os conteúdos veiculados pelos jornais corumbaenses e a característica do “personalismo” sistematizada como característica típica da chamada imprensa interiorana “quase-artesanal”. Além disso, embora a veiculação de publicidade não conste como item de observação direta no recorte empírico da pesquisa, verifica-se no estudo exploratório que o conteúdo das notícias dos jornais corumbaenses apresenta um discurso de promoção institucional das ações dos poderes executivo e legislativo municipais a partir da divulgação explícita de projetos, campanhas de saúde e outros eventos.

Figura 1 – Capas dos jornais Diário Corumbaense e Folha de Corumbá



Fonte: Diário Corumbaense, 08 de setembro de 2015; *Folha de Corumbá*, 05 de setembro de 2015.



Do ponto de vista do conteúdo, as notícias de maior destaque nas capas dos periódicos (isto é, aquelas que remetem a parâmetros mais elevados de “proeminência” no interior da análise de conteúdo) contraditoriamente nem sempre recebem ênfase nas páginas internas dos jornais, uma vez que ambas as empresas jornalísticas recorrem ao recurso das notícias não-factuais. Essa característica pode ser explicada pela própria periodicidade dos jornais: apenas aos sábados, no caso da *Folha de Corumbá*, e de segunda à sexta, no caso do *Diário Corumbaense*. Além disso, identificam-se hiatos em termos de periodicidade, característica típica da imprensa “quase-artesanal” que culminou na necessidade de alterações no recorte empírico da pesquisa que se valeu da técnica da semana construída (como exemplo, a *Folha de Corumbá* apresentou um hiato de quatro semanas sem publicação no decorrer do ano de 2015).

Os aspectos desviantes – desvio estatístico, desvio normativo e desvio de significância social –, nesse cenário, são menos valorizados do que os aspectos que remetem ao significado social dos acontecimentos. Isso se materializa, por exemplo, no fato de o *Diário Corumbaense* publicar em todas as suas edições, em espaço de destaque na página inicial, o nível do Rio Paraguai, que banha a cidade, numa referência peculiar à vida cotidiana da população local. Nesse sentido, os jornais de Corumbá remetem a características de um modelo de imprensa em desenvolvimento, com características híbridas entre o antigo modelo artesanal de jornalismo (que precede, entre outras características, a editoração eletrônica e a impressão off-set) e o modelo profissionalizado da imprensa regional diária (típica, por exemplo, em municípios com população superior a 300 mil habitantes, como aqueles estudados na Etapa 1 da pesquisa, referente à capital Campo Grande).

## Percepção de noticiabilidade em Corumbá

Para a realização da etapa da pesquisa destinada à percepção de noticiabilidade por jornalistas, assessores de imprensa e leitores de jornais de Corumbá, ampara-se nas entrevistas semiestruturadas e nos exercícios de *gatekeeping* realizados com os respectivos grupos.

Shoemaker e Cohen (2006) compreendem a concepção de noticiabilidade como um constructo de ordem eminentemente cognitiva – ou seja, por essa ótica, a noticiabilidade sempre diz respeito a julgamentos individuais – de jornalistas ou não – projetados sobre os acontecimentos do mundo fenomênico. Além disso, os autores admitem a impossibilidade de um evento atribuir a si próprio o estatuto de noticiável, pois, teoricamente, deverá haver sempre consenso entre as pessoas para que o fato possa receber aspectos de noticiabilidade suficientes para atingir os diferentes aspectos de suas realidades sociais (SHOEMAKER; COHEN, 2006, p. 342-343)<sup>8</sup>.

A pesquisadora norte-americana e seu colega israelense constroem tais conclusões por meio dos resultados de um estudo que congrega grupos focais e análise de conteúdo em países de diferentes continentes. De acordo com o levantamento, embora exista uma extensa concordância individual entre jornalistas e membros da audiência sobre a noticiabilidade de eventos dentro de suas respectivas realidades, por outro lado, são localizadas apenas fracas ou negativas relações entre as opiniões extraídas dos grupos focais (independentemente de suas categorias profissionais) e o conteúdo noticioso que de fato integra os veículos de comunicação nos países analisados. Logo, a noção de noticiabilidade não se ajusta automaticamente à ideia de proeminência na mídia (SHOEMAKER; COHEN, 2006, p. 351-353).

---

<sup>8</sup> A seguinte problematização das dimensões da noticiabilidade foi abordada em outros estudos anteriores. Para detalhes, ver: Silva (2014b; 2016) e Silva; Machado (2019).

Da mesma forma, a existência de distintas percepções sobre a noticiabilidade em diferentes recortes geográficos explica-se pela maneira como as próprias realidades sociais se diferenciam entre si. A noticiabilidade deve ser interpretada, assim, como a medida pela qual as informações sobre um evento tocam as várias partes que compõem a realidade social de uma pessoa; ou seja, baseado no modo como um acontecimento se conecta a uma determinada realidade ocorre o entendimento do mundo por parte das pessoas envolvidas nessa dinâmica interpretativa – possibilidade que concede também à noticiabilidade o estatuto de uma construção sociocultural.

### **Entrevistas semiestruturadas**

Como forma de ilustrar a nebulosidade do terreno da noticiabilidade, Shoemaker e Cohen (2006, p. 7) sugerem o simples exercício de se questionar jornalistas a respeito de uma definição básica para os conceitos de notícia e de seleção noticiosa. É bem provável, apostam os autores, que a resposta apresentada não culminará em uma definição suficientemente clara, mas, por outro lado, o inquirido terá possivelmente na manga um argumento bem característico de seu grupo profissional: “eu sei o que é uma notícia quando eu vejo uma notícia”. Nessa linha de raciocínio, embora diferentes autores tenham procurado atribuir um sentido crítico a essa questão, parte de Stuart Hall (1981, p. 234) uma das mais lúcidas leituras para o impasse: os critérios de noticiabilidade, por constituírem modalidades de “estoques de conhecimento compartilhados”, representam uma das mais opacas estruturas de sentido da experiência moderna e não se fazem transparentes nem aos próprios jornalistas.

Não por acaso, os roteiros das entrevistas semiestruturadas que pautam a pesquisa “Cotidiano e noticiabilidade na imprensa sul-mato-

-grossense: interfaces entre jornalistas, assessores e público” buscam desvelar elementos em uma linha de compreensão da noticiabilidade como constructo de natureza cognitiva. No caso da Etapa 2 da pesquisa, referente à cidade de Corumbá, foram entrevistados cinco jornalistas e quatro membros do leitorado distribuídos em cinco grupos de análise: 1) dois jornalistas do jornal *Diário Corumbaense*; 2) um jornalista do jornal *Folha de Corumbá*; 3) dois jornalistas de assessorias de imprensa com atuação na cidade fronteiriça; 4) dois leitores com nível de escolaridade básico e médio; e 5) dois leitores com nível de escolaridade superior e pós-graduação<sup>9</sup>.

Os profissionais da imprensa possuíam o seguinte perfil: Jornalista 1, sexo masculino, editor e repórter do *Veículo A*, acumulando em turno inverso também a função de assessor de imprensa da Prefeitura de Corumbá; Jornalista 2, sexo feminino, proprietária e editora-chefe do *Veículo B*; Jornalista 3, sexo masculino, repórter do *Veículo B*; Jornalista 4, sexo feminino, assessora de imprensa de uma organização

---

<sup>9</sup> Exatamente pelas peculiaridades regionais, mostrou-se preciso uma adaptação no protocolo de pesquisa. Originalmente, tal como previsto no estudo de Shoemaker e Cohen (2006) e aplicado na Etapa 1, referente à capital Campo Grande, pretendia-se entrevistar ao menos três jornalistas de cada veículo selecionado, contemplando diferentes níveis hierárquicos das empresas jornalísticas; isto é, de repórteres e pauteiros a subeditores e editores, bem como as variações geracionais e de gênero. Em relação às assessorias de comunicação, pretendia-se um recorte que pudesse representar quatro áreas profissionais distintas: agências de comunicação, assessorias da área corporativa, assessorias de órgãos públicos e assessorias do terceiro setor. Todavia, pelas características da imprensa corumbaense, típicas da imprensa interiorana (BUENO, 2013), constatou-se a impossibilidade de tal recorte. Ambos os jornais da cidade trabalham com equipes reduzidas de dois jornalistas (não necessariamente com formação acadêmica), sendo nos dois casos um deles o proprietário da empresa. Um dos jornalistas entrevistados ocupa simultaneamente o cargo de editor de jornal e, no turno inverso, de assessor de imprensa da Prefeitura de Corumbá. Registra-se que um dos proprietários de veículos não aceitou participar formalmente da pesquisa, mas autorizou que seu editor fosse entrevistado na empresa. No âmbito das assessorias, não existia no momento da coleta de dados uma agência em Corumbá voltada exclusivamente à área. Isso fez com que a aplicação da pesquisa com profissionais do jornalismo ficasse restrita a cinco agentes.

não governamental, sem formação acadêmica em Jornalismo; Jornalista 5, sexo feminino, assessora de imprensa de um hospital privado, ex-repórter do Veículo B, com título de Mestrado, mas sem formação acadêmica específica em Jornalismo. Quanto aos leitores de jornais, o primeiro grupo foi composto por dois leitores com educação formal nos níveis fundamental e/ou médio: uma vigilante (Leitor 1) e uma encarregada de limpeza (Leitor 2). O segundo grupo, por seu turno, foi composto por leitores com formação superior e/ou pós-graduação em suas áreas de atuação: uma contadora servidora pública federal (Leitor 3) e um professor universitário da área de Matemática (Leitor 4)<sup>10</sup>.

Dentre os tópicos presentes no levantamento dos dados qualitativos, três questionamentos são aqui privilegiados: 1) O que, em sua opinião, caracteriza uma notícia?; 2) O que faz um assunto, uma vez notícia, deixar as páginas dos jornais nos dias posteriores?; e 3) Como as notícias influenciam sua vida cotidiana? As informações decorrentes das entrevistas foram sistematizadas em três quadros esquemáticos.

---

<sup>10</sup> A seleção aleatória dos leitores e a execução do protocolo de pesquisa foram realizadas no âmbito do estudo com auxílio de pesquisadores em nível de Iniciação Científica. A pesquisa contou com o apoio das pesquisadoras de iniciação científica Mara Cristina de Moraes Machado (PIBIC/CNPq) e Julisandy Ferreira da Costa (PROCAD/CAPES).

### Quadro 1 – Sistematização dos critérios de noticiabilidade

GRUPO	SUBGRUPO	CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE
Jornalistas	Veículo A	Interesse do público ( <i>Jornalista 1</i> )
	Veículo B	Acontecimento relacionado ao cotidiano das pessoas ( <i>Jornalista 2</i> )  Em tempos em que tudo se torna notícia, fica impossibilitada a classificação ( <i>Jornalista 3</i> )
	Assessorias de imprensa	Fuga da normalidade do cotidiano; acontecimento desviante ( <i>Jornalista 4</i> )  Interesse social; acontecimento que gera atenção do público ( <i>Jornalista 5</i> )
Leitores	Nível de escolaridade básico e médio	Novidade; importância ( <i>Leitor 1</i> )  Proximidade geográfica; importância; prestação de serviço ( <i>Leitor 2</i> )
	Nível de escolaridade superior e pós-graduação	Novidade; importância ( <i>Leitor 3</i> )  Confiabilidade das fontes envolvidas; interesse público; imparcialidade; completude da informação ( <i>Leitor 4</i> )

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa

### Quadro 2 – Sistematização dos fatores de temporalidade das notícias

GRUPO	SUBGRUPO	DURAÇÃO DA NOTÍCIA
Jornalistas	Veículo A	Característica de ser atual ( <i>Jornalista 1</i> )
	Veículo B	Característica de ser chocante e ter interesse do público ( <i>Jornalista 2</i> )  Característica de ser atual ( <i>Jornalista 3</i> )
	Assessorias de imprensa	Característica de ser chocante e impactante ( <i>Jornalista 4</i> )  Característica de ser atual ( <i>Jornalista 5</i> )
Leitores	Nível de escolaridade básico e médio	Característica de novidade ( <i>Leitor 1</i> )  Característica de novidade ( <i>Leitor 2</i> )
	Nível de escolaridade superior e pós-graduação	Volume de informação; característica de novidade - ( <i>Leitor 3</i> )  Identificação de parcialidade da informação ( <i>Leitor 4</i> )

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa

### Quadro 3 – Sistematização dos significados das notícias na vida cotidiana

GRUPO	SUBGRUPO	INFLUÊNCIA NA VIDA COTIDIANA
Jornalistas	<i>Veículo A</i>	Consumo de notícia como ação prioritária na rotina diária ( <i>Jornalista 1</i> )
	<i>Veículo B</i>	Consumo de notícia como ação prioritária na rotina diária; acompanhamento das notícias via redes sociais, por meio de grupos com Policiais Militares, Bombeiros, outros profissionais da Segurança Pública e moradores ( <i>Jornalista 2</i> )
		Consumo de notícias durante a rotina profissional ( <i>Jornalista 3</i> )
	<b>Assessorias de imprensa</b>	Consumo de notícia como ação prioritária na rotina diária; acompanhamento das notícias via redes sociais ( <i>Jornalista 4</i> )  Consumo de notícia como ação prioritária na rotina diária; acompanhamento rotineiro de publicações em diários oficiais ( <i>Jornalista 5</i> )
Leitores	<b>Nível de escolaridade básico e médio</b>	Consumo de notícias para se manter informada ( <i>Leitor 1</i> )
		Consumo de notícias de prestação de serviço; Consumo de notícias se manter informada sobre mudanças na rotina ( <i>Leitor 2</i> )
	<b>Nível de escolaridade superior e pós-graduação</b>	Consumo de informações para se manter informada ( <i>Leitor 3</i> )  Consumo de informações de acontecimentos que modificam a rotina; consumo de informações que alteram o dia a dia ( <i>Leitor 4</i> )

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados da pesquisa.

A despeito das limitações intrínsecas a qualquer opção metodológica, tal sistematização permite algumas inferências sobre o cotidiano da atividade jornalística na cidade fronteiriça, mas também possibilita reflexões mais amplas sobre a própria natureza cognitiva da noticiabilidade como dimensão da seleção noticiosa em contextos regionalizados.

Nesse ínterim, os dados empíricos extraídos da pesquisa com jornalistas e leitores traduzem parte da complexidade do tema. Primeiramente, no que tange a própria definição de notícia pelos atores sociais estudados – de onde é possível abstrair e sistematizar “categorias de noticiabilidade” – constata-se uma aproximação nas perspectivas dos jornalistas, estejam eles nas pequenas redações do município ou em assessorias de imprensa (ou ainda nos dois lugares simultaneamente, fruto de uma característica da precarização das relações profissionais e da consequente sobreposição de papéis no contexto de Corumbá), em

torno da ideia de que as notícias caracterizam-se pela natureza desviantes dos acontecimentos cotidianos e – o que mostra-se ainda mais significativo – pelo *interesse do público*. Registra-se também a autenticidade da resposta de um jovem repórter (Jornalista 3) sobre a impossibilidade de classificar o que é notícia, pois “atualmente tudo é notícia”. Por parte dos leitores, independentemente do nível de formação, chama a atenção a ênfase nas concepções de “importância” e de “novidade”, bem como menções sobre “proximidade”, “prestação de serviço”, “confiabilidade da fonte” e “interesse público”.

Denota-se, nesse cenário, uma interessante aproximação entre o ponto de vista dos leitores e as categorias clássicas de valores noticiosos inscritos historicamente em torno da deontologia profissional e do discurso de autolegitimação da profissão (“importância” e “interesse público”, entre outros), enquanto, por outro lado, verifica-se uma ênfase – ou reconhecimento – por parte dos profissionais na ideia de interesse da audiência. Não se faz possível detalhar pelas respostas o grau de reflexividade por parte dos atores sociais pesquisados sobre os mecanismos engendrados nesses conceitos para além da operacionalidade deles na vida cotidiana (e profissional, no caso dos jornalistas). A concepção de “estruturas opacas de sentido” sugerida por Stuart Hall (1981) manifesta-se, assim, na confluência de respostas (interpretações) irrefletidas em torno do caráter de “importância” e de “interesse público”, considerando que a manifestação desses conceitos foi melhor definida pelos entrevistados em termos práticos extraídos da experiência profissional (no caso dos jornalistas) ou da vida cotidiana (em ambos os casos) – “eu sei o que é uma notícia quando eu vejo uma notícia”, conforme ilustram Shoemaker e Cohen (2006). Semelhantemente, em relação à “duração das notícias” – isto é, na sistematização das respostas à pergunta “o que faz um assunto, uma vez notícia, deixar as páginas dos jornais nos dias posteriores?” –, nota-se uma aglutinação nas manifestações dos leitores ao redor da “característica de novidade”



ao passo que entre os jornalistas toca-se na natureza da “atualidade” e do “impacto” dos acontecimentos e, uma vez mais, na capacidade das notícias de manter latente o “interesse *do público*”.

Por fim, no questionamento das entrevistas semiestruturadas a respeito da influência das notícias na vida cotidiana, em sintonia com os resultados encontrados na Etapa 1 da pesquisa, referente à capital estadual Campo Grande (SILVA, 2017), mostra-se consensual entre os leitores corumbaenses o relato da prática de consumo rotineiro de notícias para “se manter informado” e para se manter “sintonizado com os acontecimentos que afetam o dia a dia”. No que tange o universo dos jornalistas, por seu turno, mostra-se praticamente unânime os relatos em torno da ação de alerta constante e de consumo de notícias como ação prioritária na vida cotidiana (independentemente se em horários de lazer ou descanso), com menções ao acompanhamento permanente de redes sociais (e até de diários oficiais, no caso de uma entrevistada). Em um único caso, menciona-se a ação prioritária de consumo de notícias apenas durante a rotina profissional como esforço para manter nítidas as barreiras entre a vida pessoal e a vida profissional. O conjunto das respostas dos jornalistas ilustram o estado constante de vigília caracterizador do cotidiano profissional, mesmo no caso de uma cidade fronteiriça, com peculiaridades geográficas e variáveis socioculturais próprias e distante dos grandes centros urbanos.

### **Exercício de *gatekeeping***

Em complementação às entrevistas semiestruturadas, o protocolo do estudo previu a aplicação de exercícios de *gatekeeping* com os atores sociais envolvidos. Conceitualmente, a ideia de *gatekeeping* diz respeito aos processos de seleção e de construção de itens noticiosos no interior das rotinas jornalísticas profissionais a partir de um conjunto

de metáforas: portões, porteiros e canais, entre outras (WHITE, 1950). Além disso, conforme explicitam Shoemaker e Vos (2011), a metáfora do *gatekeeping* também proporciona uma estrutura para o estudo de outros procedimentos jornalísticos, como as dinâmicas de formatação e hierarquização das notícias.

Não por acaso, Shoemaker e Cohen (2006, p. 33), ao descreverem a estrutura do protocolo de estudo que utilizam no levantamento internacional sobre notícias, valem-se do escopo de um exercício de *gatekeeping* para dimensionar a percepção de noticiabilidade entre agentes internos e externos ao campo jornalístico. No desenvolvimento do exercício aqui adaptado para um recorte regionalizado, segue-se uma aplicação análoga:

Após a conclusão da análise de conteúdo em cada jornal, os índices de proeminência dos itens noticiosos foram previamente calculados com base na dimensão recebida nos jornais (incluindo tanto o conteúdo verbal como visual) e em suas posições em cada veículo. [...] Para cada data, dez itens foram identificados com base no ranqueamento de seus índices de proeminência a partir do mais destacado para o de menor pontuação. [...] Três listas de dez itens foram elaboradas, sendo que o título e a linha fina (se existente) de cada item foram impressos em cartões com uma chamada por ficha, [...] nenhuma outra informação aparecia nos cartões. (SHOEMAKER; COHEN, 2006, p. 33, tradução nossa).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Do original: “Upon completion of the content analysis of each newspaper, the prominence scores for each news item were calculated as previously noted based on the size of the newspaper items (including both verbal and visual content) and their position within the newspaper. [...] For each day, ten items were identified based on the ranking of their prominence scores from the highest to the lowest score. [...] Once the three lists of ten items were created, the headline and subhead (if it existed) of each item were printed on the cards, with one news item’s headline per card. [...] No other information appeared on the cards”.

Por índice de proeminência entende-se o resultado da multiplicação entre a dimensão dos itens noticiosos nos jornais (em centímetros quadrados) e a codificação de sua posição hierárquica (capa; primeira página de caderno; e demais páginas). Na adaptação do protocolo de pesquisa para a realidade de Mato Grosso do Sul, elaborou-se por questão logística uma única lista de dez enunciados de itens noticiosos extraídos aleatoriamente das notícias codificadas e categorizadas nos dois jornais estudados na fase da análise de conteúdo: *Folha de Corumbá* e *Diário Corumbaense*. Os itens, por ordem decrescente de proeminência, foram os seguintes:

- 1) “Judoca ladarense busca o ouro em competição mundial em Abu Dhabi” (*Diário Corumbaense*, 22/10/2015, quinta-feira, página 9), dimensão de 820,7 centímetros quadrados, índice de proeminência de 2462,1.
- 2) “Cerimônia militar no 17º batalhão de fronteira marca o dia do soldado em Corumbá” (*Folha de Corumbá*, 29/08/2015, sábado, manchete), dimensão de 523,3 centímetros quadrados, índice de proeminência de 1578,9.
- 3) “Calor ajuda a melhorar vendas nos setores no comércio” (*Diário Corumbaense*, 22/10/2015, quinta-feira, manchete), dimensão de 272 centímetros quadrados, índice de proeminência de 816.
- 4) “Embarcações vão para reforma na piracema” (*Diário Corumbaense*, 9/11/2015, sábado, manchete), dimensão de 267 centímetros quadrados, índice de proeminência de 801,1.
- 5) “Bolívia organiza referendo para decidir se Evo Morales pode concorrer a 3º mandato” (*Diário Corumbaense*, 17/11/2015, terça-feira, página 3), di-

mensão de 594 centímetros quadrados, índice de proeminência de 594.

6) “Fenaban ofereceu nova proposta de 8,75% de reajuste, mas bancários rejeitam” (*Diário Corumbaense*, 22/10/2015, quinta-feira, página 3), dimensão de 514,5 centímetros quadrados, índice de proeminência de 514,5.

7) “Corumbá recebe a feira das flores de Holambra na General Ponce” (*Diário Corumbaense*, 09/11/2015, sábado, página 9), dimensão de 305,6 centímetros quadrados, índice de proeminência de 305,6.

8) “Chikungunya já soma 13 notificações na cidade” (*Folha de Corumbá*, 05/09/2015, sábado, página 11), dimensão de 215,2 centímetros quadrados, índice de proeminência de 215,2.

9) “Corumbá e Porto Soares reforçam parceria por mais segurança na fronteira” (*Folha de Corumbá*, 29/08/2015, sábado, página 3), dimensão de 126 centímetros quadrados, índice de proeminência de 126.

10) “Homem bebe com mulher casada e é esfaqueado pelo marido dela” (*Diário Corumbaense*, 9/11/2015, sábado, página 5), dimensão de 113,9 centímetros quadrados, índice de proeminência de 113,9.

Todos os participantes do exercício de *gatekeeping* foram orientados a hierarquizar as dez fichas nas quais constavam apenas os enunciados das notícias, a exemplo do protocolo da pesquisa internacional:

Depois que a discussão qualitativa foi completada, o grupo moderador entregou a cada participante um grupo de dez cartões [...]. Os participantes receberam a orientação de que todos aqueles itens teriam sido extraídos de um jornal local em um dia aleatório, sendo solicitado a eles que organizassem os cartões segundo a ordem na qual, tal como fos-

sem editores do jornal, hierarquizariam para a publicação, baseando-se no grau de importância que pessoalmente atribuíam aos assuntos de cada item. Em outras palavras, solicitou-se dos participantes a indicação, em seus pontos de vista, daquilo que era mais interessante/noticiável (*newsworthy*) e que mereceria prioridade máxima, bem como, na sequência, a segunda prioridade, e assim por diante para todos os dez itens (SHOEMAKER; COHEN, 2006, p. 33, tradução nossa).<sup>12</sup>

A ordem de classificação dos enunciados descritos anteriormente foi disposta na tabela 1 e 2 por grupo de aplicação do exercício:

**Tabela 1 – Ordem de classificação atribuída por jornalistas corumbaenses**

Jornalistas						
Ordem do enunciado	Índice de proeminência	Jorn. 01 (Veículo A /Ass. Setor Público)	Jorn. 02 (Veículo B)	Jorn. 03 (Veículo B)	Jorn. 04 (Ass. Terceiro Setor)	Jorn. 05 (Ass. Setor Privado)
1	2462,1	1	2	8	3	3
2	1578,9	6	9	5	9	9
3	816	7	7	4	8	4
4	801,06	9	4	7	6	5
5	594	2	10	10	5	7
6	514,5	8	8	3	2	8
7	305,6	5	6	9	10	6
8	215,16	3	3	1	1	2
9	126	4	5	2	4	1
10	113,9	10	1	6	7	10

Fonte: Elaborado pelo autor com base no estudo.

<sup>12</sup> Do original: “After the qualitative discussion was completed, the group moderator handed each participant a set of then cards [...]. The participants were told that all of the items appeared in the local newspaper on a certain day some time ago, and they were asked to arrange the cards in the order in which they, had they been the newspaper editor, would have ranked them for publication, based on the degree of importance they personally assigned to each item. In other words, they were asked to indicate which item, in their view, was the most newsworthy and deserved to receive top priority, the next priority, and so forth, for all ten of the items”.

**Tabela 2 – Ordem de classificação atribuída por leitores corumbaenses**

Ordem do enunciado	Índice de proeminência	Leitores			
		Leitor 01 (Nível básico / médio)	Leitor 02 (Nível básico / médio)	Leitor 03 (Nível superior/pós-graduação)	Leitor 04 (Nível superior/pós-graduação)
1	2462,1	10	5	7	3
2	1578,9	3	4	3	5
3	816	5	9	10	8
4	801,06	7	8	4	9
5	594	6	6	6	4
6	514,5	4	3	9	6
7	305,6	9	10	2	7
8	215,16	2	1	1	2
9	126	1	2	5	1
10	113,9	8	7	8	10

Fonte: Elaborado pelo autor com base no estudo.

A análise das tabelas elaboradas a partir do exercício de *gatekeeping* possibilita uma série de inferências sobre a natureza cognitiva dos processos de noticiabilidade no recorte estudado. Primeiramente, mostra-se pertinente sublinhar que das 90 posições de hierarquização compreendidas nas tabelas – ou seja, os dez itens noticiosos elencados por cada um dos nove atores sociais pesquisados – nove (ou 10%) tiveram equivalência exata entre a percepção dos participantes e a ordem oriunda dos índices de proeminência (ou, em outros termos, a proeminência na qual, em tese, os itens selecionados efetivamente aparecem nos jornais), o que representa um índice baixo, mas estatisticamente mais relevante em comparação com o que foi constatado em exercício similar desenvolvido na capital Campo Grande (3,9%). Nesse sentido, chama atenção também o paralelismo das respostas, uma vez que elas se reproduzem na mesma proporção no interior dos dois grupos pesquisados (quatro posições em um total de 40 entre os leitores e cinco posições em um total de 50 entre os jornalistas).

No que tange a disparidade absoluta entre os índices de proeminência e a percepção de noticiabilidade dos atores sociais participantes da pesquisa – isto é, nos casos em que os entrevistados atribuíram a menor relevância (posição 10 no exercício de *gatekeeping*) ao item indexado com maior proeminência (posição 1 na listagem de itens no-

ticiosos) ou vice-versa – , o resultado também não se mostra estatisticamente expressivo: são apenas dois casos (ou 2,2% do total), sendo um entre jornalistas e um entre leitores. Ainda assim, algumas inferências merecem atenção.

A chamada “Chikungunya já soma 13 notificações na cidade” (*Folha de Corumbá*, 05/09/2015, sábado, página 11), que trata de um assunto de saúde pública com efeitos diretos no âmbito local, embora constante na oitava colocação em termos de proeminência (dimensão de 215,2 centímetros quadrados, índice de proeminência de 215,2), foi avaliada com maior potencial de noticiabilidade por dois leitores (um em cada nível de formação) e por dois jornalistas (um repórter do *Veículo B* e a assessora de imprensa do terceiro setor), bem como com o segundo potencial de noticiabilidade por dois leitores (novamente, um em cada nível de formação) e por uma jornalista (assessora de imprensa do setor privado). Outros dois jornalistas (editora do *Veículo B* e assessor de imprensa do setor público, que também acumula a função de editor do *Veículo A*) atribuíram à chamada o terceiro maior potencial de noticiabilidade.

Similarmente, a chamada “Corumbá e Porto Soares reforçam parceria por mais segurança na fronteira” (*Folha de Corumbá*, 29/08/2015, sábado, página 3), que aborda uma questão de segurança pública em termos fronteiriços, a despeito de constar na nona colocação em termos de proeminência (dimensão de 126 centímetros quadrados, índice de proeminência de 126), foi também avaliada com o maior potencial de noticiabilidade por dois leitores (um em cada nível de formação) e por um jornalista (assessora de comunicação do setor privado), bem como com o segundo maior potencial de noticiabilidade por um leitor (nível de formação básico e médio) e por um jornalista (repórter do *Veículo B*).

Constata-se uma relativa coincidência entre os jornalistas na valoração de noticiabilidade da chamada com o maior índice de proe-

minência (“Judoca ladarense busca o ouro em competição mundial em Abu Dhabi”, publicada no Diário Corumbaense, 22/10/2015, quinta-feira, página 9, com dimensão de 820,7 centímetros quadrados e índice de proeminência de 2462,1), sendo que um profissional (assessor de comunicação do setor público, que acumula a função de editor do Veículo A) atribui também o maior potencial de noticiabilidade ao item e outro jornalista (editora do Veículo B) atribui o segundo maior potencial. Outros dois profissionais do jornalismo corumbaense (assessores de comunicação do setor privado e do terceiro setor) classificam o item na terceira colocação em termos de valor noticioso, o que coincide com a classificação de apenas um leitor (com nível de formação superior e pós-graduação). Para os demais leitores, a chamada com maior índice de proeminência fica classificada entre a quinta e a última posição de noticiabilidade, coincidindo com a valoração atribuída por apenas um jornalista (repórter do Veículo B), que posiciona a chamada na oitava colocação.

Inferre-se nesse cenário que há significativa partilha de valores de noticiabilidade entre os jornalistas pesquisados – porém, não necessariamente entre os leitores – quando se trata especificamente do assunto que envolve a história de superação de um atleta local (seção de Esportes) que se classificou para a disputa de um torneio internacional em uma localidade distante (Abu Dhabi, no Catar). Por outro lado, quando se estabelece uma leitura mais ampla para além da especificidade desse caso, verifica-se no conjunto da análise uma expressiva coincidência entre valorações de noticiabilidade atribuídas pelos leitores, independentemente do nível de formação. Um exemplo dessa interpretação pode ser observado na linha da Tabela 2 referente à chamada “Chikungunya já soma 13 notificações na cidade” (*Folha de Corumbá*, 05/09/2015, sábado, página 11), que possui variação de apenas uma posição na interpretação dos leitores, bem como nas linhas referentes às chamadas “Cerimônia militar no 17º batalhão de fronteira marca o



dia do soldado em Corumbá” (*Folha de Corumbá*, 29/08/2015, sábado, manchete) e “Bolívia organiza referendo para decidir se Evo Morales pode concorrer a 3º mandato” (*Diário Corumbaense*, 17/11/2015, terça-feira, página 3), que apresentam variação máxima de duas posições. No caso da chamada sobre o referendo no país que faz fronteira com Corumbá, constata-se a coincidência de 75% na classificação dos leitores, considerando que o item é relacionado na sexta posição por três dos quatro respondentes.

Denota-se, assim, que há maior equilíbrio na concordância geral entre os leitores corumbaenses pesquisados quando comparado com o conjunto de profissionais da imprensa local, muito embora, como ressaltado, verifica-se um compartilhamento expressivo na valoração dos jornalistas no caso específico da chamada com maior índice de proeminência. Nesse contexto, quando rearticulada a ordem das chamadas segundo a média de noticiabilidade atribuída pelo conjunto dos agentes pesquisados, apenas a chamada que ocupa a última colocação em termos de proeminência – “Homem bebe com mulher casada e é esfaqueado pelo marido dela” (*Diário Corumbaense*, 9/11/2015, sábado, página 5, dimensão de 113,9 centímetros quadrados e índice de proeminência de 113,9) – coincide com a última colocação também em termos de noticiabilidade. De forma geral, com esta exceção, há um realinhamento que se difere significativamente da ordem original de proeminência:

1) “Chikungunya já soma 13 notificações na cidade” (*Folha de Corumbá*, 05/09/2015, sábado, página 11), dimensão de 215,2 centímetros quadrados, índice de proeminência de 215,2 (posição original 8).

2) “Corumbá e Porto Soares reforçam parceria por mais segurança na fronteira” (*Folha de Corumbá*, 29/08/2015, sábado, página 3), dimensão de 126 centímetros quadrados, índice de proeminência de 126 (posição original 9).

3) “Judoca ladareense busca o ouro em competição mundial em Abu Dhabi” (*Diário Corumbaense*, 22/10/2015, quinta-feira, página 9), dimensão de 820,7 centímetros quadrados, índice de proeminência de 2462,1 (posição original 1).

4) “Fenaban ofereceu nova proposta de 8,75% de reajuste, mas bancários rejeitam” (*Diário Corumbaense*, 22/10/2015, quinta-feira, página 3), dimensão de 514,5 centímetros quadrados, índice de proeminência de 514,5 (posição original 6).

5) “Cerimônia militar no 17º batalhão de fronteira marca o dia do soldado em Corumbá” (*Folha de Corumbá*, 29/08/2015, sábado, manchete), dimensão de 523,3 centímetros quadrados, índice de proeminência de 1578,9 (posição original 2).

6) “Bolívia organiza referendo para decidir se Evo Morales pode concorrer a 3º mandato” (*Diário Corumbaense*, 17/11/2015, terça-feira, página 3), dimensão de 594 centímetros quadrados, índice de proeminência de 594 (posição original 5).

7) “Embarcações vão para reforma na piracema” (*Diário Corumbaense*, 9/11/2015, sábado, manchete), dimensão de 267 centímetros quadrados, índice de proeminência de 801,1 (posição original 4).

8) “Calor ajuda a melhorar vendas nos setores no comércio” (*Diário Corumbaense*, 22/10/2015, quinta-feira, manchete), dimensão de 272 centímetros quadrados, índice de proeminência de 816 (posição original 3).

9) “Corumbá recebe a feira das flores de Holambra na General Ponce” (*Diário Corumbaense*, 09/11/2015, sábado, página 9), dimensão de 305,6 centímetros quadrados, índice de proeminência de 305,6 (posição original 7).

10) “Homem bebe com mulher casada e é esfaqueado pelo marido dela” (*Diário Corumbaense*, 9/11/2015, sábado, página 5), dimensão de 113,9 centímetros quadrados, índice de proeminência de 113,9 (posição original 10).

## Discussão dos resultados qualitativos

A etapa qualitativa da fase 2 da pesquisa “Cotidiano e noticiabilidade na imprensa sul-mato-grossense: interfaces entre jornalistas, assessore e público” ressalta a compreensão da noticiabilidade como um constructo de natureza essencialmente cognitiva (SHOEMAKER; COHEN, 2006; SILVA, 2017). Tal conclusão alinha-se aos resultados da sistematização das entrevistas semiestruturadas – das quais se pode inferir diferentes concepções da ideia de notícia – e, sobretudo, da interpretação dos resultados do exercício de *gatekeeping*. O realinhamento dos itens noticiosos entre a percepção de noticiabilidade dos atores sociais pesquisados e a ordem original das notícias nos jornais a partir de seus índices de proeminência reforça a compreensão de que a noticiabilidade e a proeminência midiática representam marcadamente constructos de naturezas distintas: enquanto a noticiabilidade é definida no nível individual de análise e leva em consideração a questão da saliência pessoal que um evento provoca em um determinado ator social (seja ele jornalista ou não), a notícia consiste em um artefato simbólico complexo formatado por fatores como as rotinas profissionais da prática jornalística, as características organizacionais das empresas de comunicação (o que leva em consideração, no caso específico de Corumbá, as características de um modelo que apresenta elementos residuais da chamada “imprensa artesanal”) e as influências das diferentes instituições sociais envolvidas no processo, além de variáveis macro-sociais como valores culturais e ideologia (SHOEMAKER; REESE, 1996; SILVA, 2014b; 2016; 2017).

Nesse sentido, constata-se uma expressiva concordância na classificação entre os leitores corumbaenses independentemente da categoria em que se encontram (nível de formação básico e médio ou nível de formação superior e pós-graduação), o que corrobora a sistematização dos resultados das entrevistas semiestruturadas. De outra parte, a ideia de noticiabilidade entre os jornalistas da cidade fronteiriça não se mostra tão homogênea como no caso dos leitores, mas há identificação de compartilhamento de valores simbólicos em três cenários que emergem no estudo: a) o reconhecimento da ideia de “interesse do público” como valor noticioso de destaque (mesmo que este possa entrar em conflito com outros valores clássicos da deontologia jornalística); b) a prática de alerta constante no consumo de notícias como ação prioritária na vida cotidiana, mesmo em períodos de lazer e descanso; e c) o reconhecimento do valor noticioso da matéria que recebeu maior índice de proeminência no exercício de *gatekeeping*, muito embora com significativa distância da percepção de noticiabilidade sobre o assunto por parte dos leitores.

Finalmente, os exercícios interpretativos aplicados nesta fase da pesquisa revelam a necessidade de se reconhecer no escopo de estudos sobre noticiabilidade em contextos regionais as diferentes temporalidades presentes no processo de profissionalização da imprensa país adentro (em especial nos ambientes de fronteiras). A difusão da internet pelas regiões distantes dos grandes centros urbanos do país, por exemplo, contribui para um processo de alteração do conjunto-tipo ideal de análise da imprensa conforme proposto por Bueno (2013). Verifica-se, nesse contexto, conforme levantamentos realizados no próprio território sul-mato-grossense, a precarização da profissão e uma acentuada substituição dos jornais impressos por sites jornalísticos (ou que se autodenominam jornalísticos) (FORTUNA, 2014; FERNANDES; ZAMPIERI, 2017) – o que potencialmente altera alguns preceitos tradicionais da dinâmica de seleção noticiosa (SILVA; JERONYMO, 2018).

Em termos ilustrativos, considerando o próprio caso peculiar de Corumbá, outros estudos apontam, por exemplo, para uma espécie de silenciamento – ou de mera ênfase em estereótipos – da mídia local frente à população e à cultura boliviana que estão situadas na fronteira localizada a menos de cinco quilômetros do centro da cidade (OTA, 2006; GAERTNER, 2010; CAMARGO, 2015). Coloca-se em xeque, dessa forma, o parâmetro da “proximidade geográfica” (FERNANDES, 2013) como princípio clássico da noticiabilidade, destacando-se, por outro lado, a importância de concepções como a de “comunidades de sentido” (mais complexa que a de “comunidades geográficas”) e de “fronteiras geossimbólicas” (mais complexa que a de “fronteiras geopolíticas”). Conclui-se, portanto, em especial em recortes regionalizados, a pertinência da compreensão da noticiabilidade como um constructo de natureza eminentemente cognitiva localizado nas mediações jornalísticas da vida cotidiana (SILVA, 2016).

## REFERÊNCIAS

BUENO, Wilson da Costa. *Jornal do interior: conceitos e preconceitos*. In: ASSIS, Francisco de (org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013.

CAMARGO, Cláudia Gabriela de. **A imagem construída: a Bolívia no telejornalismo fronteiriço**. 2015. 169f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

FERNANDES, Mario Luiz. *A proximidade como valor-notícia na imprensa do interior*. In: ASSIS, Francisco de (org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. 1 ed. Chapecó: Argos, 2013.

FERNANDES, Mario Luiz; ZAMPIERI, Gustavo. **Nova configuração das bancas de jornais de Campo Grande**. In: Anais do IX Seminário Alaic Cone Sul, 2017, Goiânia, 2017.

FORTUNA, Fernanda França. **Perfil do ciberjornalismo em Mato Grosso do Sul: mapeamento e avaliação dos portais noticiosos**. 2014. 136f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

GAERTNER, Livia Galharte. **A comunicação impressa na fronteira Brasil - Bolívia**. 2010. 103f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2010.

HALL, Stuart. *The determination of news photographs*. In: COHEN, Stanley e YOUNG, Jock (orgs.). **The manufacture of news: social problems, deviance and the mass media**. Beverly Hills: Sage, 1981.

OTA, Daniela Cristine. **A informação jornalística de fronteira: a questão da binacionalidade em Ponta Porã-Pedro Juan Cabalero e Corumbá-Puerto Quijarro**. Setembro, 20, 2006. 171f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SHOEMAKER, Pamela J. **Hardwired for news: Using biological and cultural evolution to explain the surveillance function**. *Journal of Communication*, n. 46, Hoboken, NJ, 1996.

SHOEMAKER, Pamela J.; REESE, Stephen D. **Mediating the message: theories of influences of mass media content**. 2. ed. White Plains: Longman, 1996.

SHOEMAKER, Pamela J.; COHEN, Akiba. **News around the world: Practitioners, Content, and the Public**. Nova York: Routledge, 2006.

SHOEMAKER, Pamela J.; VOS, Tim P. **Teoria do Gatekeeping: construção e seleção da notícia**. Porto Alegre: Editora Penso, 2009.

SILVA, Gislene. Para pensar a noticiabilidade. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, Florianópolis, 2005.

SILVA, Marcos Paulo da. **Cotidiano e Noticiabilidade na imprensa sul-mato-grossense: interfaces entre jornalistas, assessores e público**. In: Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Foz do Iguaçu: INTERCOM, 2014a.

SILVA, Marcos Paulo da. Percepção de noticiabilidade em um contexto regional: análise comparativa entre jornalistas, assessores de imprensa e leitores de Corumbá (MS). **Revista FAMECOS**, v. 27, p. e36718, Porto Alegre, 2020.

SILVA, Marcos Paulo da. Por um percurso da noticiabilidade à estética jornalística. In: LUVIZOTTO, Caroline Kraus; LOSNAK, Célio José; ROTHBERG, Danilo (org.). **Mídia e Sociedade em Transformação**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

SILVA, Marcos Paulo da. Seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (org.). **Critérios de Noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2014b.

SILVA, Marcos Paulo da. Da narração do cotidiano ao cotidiano da narração: a noticiabilidade como categoria cognitiva no jornalismo de Campo Grande (MS). **Revista Comunicação Midiática**, v. 12, p. 86-100, Bauru, 2017.

SILVA, Marcos Paulo da; JERONYMO, Raquel de Souza. A construção cultural de critérios noticiosos em contextos regionais: reflexões teórico-metodológicas a partir dos jornais de Corumbá (MS). **Revista Observatório**, v. 4, p. 367-388, Palmas, 2018.

SILVA, Marcos Paulo; MACHADO, Mara Cristina de Moraes. Percepção de noticiabilidade entre jornalistas, assessores de imprensa e leitores de jornais de Campo Grande (MS). **Revista Pauta Geral**, v. 6, n. 2, p. 212-228, Ponta Grossa, 2019.

WHITE, David Manning. The gatekeeper: a case study in the selection of news. **Journalism Quarterly**, n. 27, Columbia, 1950.



# COMUNICAÇÃO, FRONTEIRA E PROCESSO MIGRATÓRIO: OS VENEZUELANOS EM CUIABÁ<sup>1</sup>

Cristóvão Domingos Almeida

Alessandro Mateus Felli

Eunice Ramos

## Introdução

Sobre o corpo, Baitello Junior (2014, p. 12) afirma que é o principal espaço de fortalecimento das relações humanas. Para o autor, devemos ter ciência de que “a ponta geradora de toda a comunicação, que se constitui de um corpo, é a ponta-alvo do mesmo processo, que igualmente existe em sua natureza primeira de corpo”. O autor diz que o corpo é a raiz de todo o processo comunicativo, que se inicia no nascimento. O nascer “deveria ser definido como momento inaugural de toda a comunicação” (BAITELLO JUNIOR, 2014, p. 95). A partir do nascimento, é o corpo que transmite as mensagens, “os sons e a fala, os gestos com as mãos, com a cabeça, com os ombros, os movimentos do corpo, o andar, o sentar, a dança, os odores e a sua supressão, os rubores ou a palidez, a respiração ofegante ou presa, as rugas ou cicatrizes, o sorriso, o riso, a gargalhada e o choro” (BAITELLO JUNIOR, 2014, p. 95).

Num desenho metodológico, essa investigação estrutura-se em torno do objetivo principal, no qual insta-se descrever processos comunicacionais, conceituação de fronteira e a descrição da prática comunicacional de migrantes na cidade de Cuiabá, MT, Brasil. Classifica-se o texto com natureza básica, objetivos descritivos e abordagem qualitativa, conforme Gil (2002). Também, adota-se a metodologia de

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste capítulo foi anteriormente apresentada no GP Comunicação para a Cidadania do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, de 2 a 7 de setembro de 2019, Belém (PA).

Revisão Bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 2003) para contextualização da temática e a metodologia de Análise Qualitativa de Dados (GIL, 2002) para leitura das informações coletadas em campo à luz do imbricamento teórico-conceitual.

## **Comunicação e suas possibilidades**

Martino (2020, p. 14) afirma que a comunicação “é tomada como uma excepcional capacidade humana, estritamente humana, a ponto de ser o fundamento de tudo aquilo que lhe é mais específico”, como a sociedade, a política, o conhecimento, a memória. Dessa forma, o que nos interessa é compreendermos as possibilidades existentes nos processos comunicacionais humanos, entendendo que eles são manifestações do tecido sociocultural de determinada região, materializando a complexidade existente nas relações humanas, como por exemplo, os diferentes movimentos migratórios (seja por questões bélicas, seja por questões de direitos fundamentais). Tais materializações podem ser sublinhadas a partir de jornais, cinema, publicidade, literatura, cartazes, dentre outras possibilidades. Na sequência:

[...] a comunicação expressa diferentes relações: o poder (ação intencional sobre outrem), a interação (processo de construção social), o processo de representação simbólica de um suposto referente extralinguístico (mundo). Cada uma delas configura o processo de forma muito diferente. (MARTINO, 2020, p. 14).

Apesar do autor trazer a diferença entre as três possibilidades de visualizar a comunicação, também é importante destacarmos a complexidade preexistente neste fenômeno humano, uma vez que consideramos questões do macroambiente, históricas, subjetivas dos interlocutores, entre outros. Posto isso, por vezes, haverá as três possibilidades num mesmo contexto percebido, compreendido e investigado.

Em recente investigação descritiva de França (*et al.*, 2020, p. 213-214), há dois eixos verificados nas pesquisas contemporâneas da comunicação, enquanto campo de pesquisa no Brasil, sendo eles:

1) o próprio sujeito, a partir de sua subjetividade, dos embates entre autonomia e opressão; 2) a sociedade em que ele se inscreve, identificada como a sociedade capitalista, mas também a sociedade em rede formada pelos novos dispositivos tecnológicos.

Dentre os autores que norteiam as reflexões do primeiro eixo, podemos destacar Foucault, Deleuze, Guattari e Rose; já no segundo eixo, são sublinhados os autores Simmel, Bauman, Latour, Bourdieu de forma predominante (FRANÇA *et al.*, 2020). O que se pode perceber é a complexidade e transdisciplinaridade das discussões sobre comunicação existentes no contexto contemporâneo, gerando significativos ganhos para a área enquanto processo de construção e demarcação. Também, as caracterizações pontuadas pelos autores dão o tom simbólico do que viria a ser a contemporaneidade analisada neste texto: autonomia de sujeitos, diferentes opressões, *modus operandi* capitalista pautado em redes tecnológicas.

Por fim, faz-se oportuno sublinhar o que existe junto às manifestações da comunicação: uma intenção, objetivo, propósito. A partir disso, é viável uma análise mais abrangida de possibilidades acerca do processo comunicacional. Aliando o desejo de compreensão do tecido social acerca das transformações sociais às inúmeras possibilidades de manifestações da comunicação, faz-se uma leitura mais verossímil possível sobre o espírito do tempo da conjuntura presente.

### **Comunicação e fronteira: características e resistências**

A concepção tradicional é de fronteira como barreira, limite, corte, descontinuidade e, em maior parte, ligada a recortes territoriais

e geográficos. Nos estudos contemporâneos sobre fronteira, têm-se privilegiado análises das fronteiras política (ênfase nas políticas do Estado), econômica (“fronteira de recursos”), social (fronteiras agrícola e/ou corporativista) e demográfica (BROWDER; GODFREY, 2006). A fronteira cultural, enquanto lugar de encontro e desencontros de diferentes culturas, ainda não se encontra expressivamente um estudo destacado, senão nos estudos limitados aos processos de territorialização e delimitações geográficas.

São pertinentes os estudos que tenham como objetivos, inclusive, estabelecer as conexões entre a “fronteira cultural” e outros fenômenos em sua materialidade, em um determinado contexto, evidenciando a historicidade e a multiplicidade dos processos de construção pelos diversos sujeitos sociais (SILVA, 2008). Dito de outro modo, as fronteiras – internas ou externas, do ponto de vista dos Estados nacionais ou dos grupos étnicos, pois ambos definem de maneira semelhante a diferença em termos de “nós” e “eles”, “dentro” e “fora”, “lá” e “aqui” –, podem ser pensadas como processos sociais paralelos de um mesmo processo histórico de organização estatal da diferença cultural (SILVA, 2005). O debate brasileiro sobre fronteira ganha centralidade nas produções de Sergio Buarque de Holanda (1978) e José de Souza Martins (2009). Eles trazem, em contexto histórico diverso, reflexões comparativas ao debate da expansão para o Oeste defendida por Turner (1996 *apud* Holanda). Conforme afirma Holanda, a fronteira:

[...] em nosso continente, não obstante, todas as diversidades étnicas e culturais, existem de norte a sul feições sociais com raízes idênticas, geradas da aplicação de velhas instituições e velhas idéias a uma terra nova e livre. [...] pode-se mesmo dizer que, como o Oeste do historiador Frederick Jackson Turner, a América é antes uma forma de sociedade do que uma área geográfica. (HOLANDA, 1978, p. 27).

Para contribuir com a discussão, entende-se como pertinente as reflexões feitas por Martins (2009), para quem a fronteira é um “lugar de encontros e desencontros”, de alteridade, cuja característica é o conflito social, no qual se “desencontram diferentes temporalidades históricas, pois cada um dos grupos está situado diversamente no tempo da história” (MARTINS, 2009, p. 19). Em estudo recente, Handerson (2018) alerta para a necessidade de um mundo pós-fronteiriço, ou seja, que esses locais sejam espaços de encontros como adverte Martins (2009), mas também ambientes humanizadoras (HANDERSON, 2018).

Nessa perspectiva, como afirma Martins (2009), a fronteira delimita processos de alteridade. Esta, por sua vez, possui o significado de se colocar no lugar do outro. Estabelece-se tentativas, como efetivações de relações interpessoais a partir de valores como: consideração, valorização, identificação e diálogo. Em dimensão congruente, Handerson (2018) nos provoca a pensar nas verdadeiras transformações das fronteiras, ao invés de se preocupar em construir muros e cercas é preciso demolir os muros existentes, destruir as cercas e desativar as fortalezas tecnológicas usadas para vigiar, punir, prender e até matar os migrantes nas fronteiras; em outras palavras, torna-se relevante reinventar a ideia, simbólica e física, de fronteira.

Daí a importância das ações de alteridade e de construção de pontes simbólicas nas fronteiras, as que promovem o encontro, a união, dar as mãos e abraços. Esses encontros promovem afetos, intensificam os relacionamentos tanto entre indivíduos quanto entre grupos culturais, religiosos, científicos, étnicos, entre outros. Na relação de alteridade estão sempre presentes os fenômenos holísticos da complementaridade e da interdependência, no modo de pensar, de sentir e de agir, em que o nicho ecológico, as experiências particulares são preservadas e consideradas, sem que haja a preocupação com a sobreposição,

assimilação ou destruição das pessoas. A prática da alteridade conduz da diferença à soma nas relações interpessoais entre os seres humanos potencializados pela luta por direitos.

Logo, na relação de alteridade, é possível buscar a conquista da cidadania e estabelecer uma relação pacífica e construtiva com os diferentes, na medida em que as pessoas identifiquem o outro, entendam e busquem aprender com a diversidade e com as diferenças. Sendo assim, a fronteira geográfica ou simbólica precisa, com urgência, ser espaço de humanização.

Sob este contexto, a alteridade denota a relação de opostos: de aversão e adesão, de construção e desconstrução, de identificação e separação. Desse modo, entendemos a fronteira, como um espaço de alteridades e mais humanizado, isto é, não mais como espaço divisório *sine qua non*, mas de identificações, de respeito à diversidade e de consensos socioculturais (MARTINS, 2009).

Na fronteira também se luta pela conquista da cidadania. E, aqui, a compreendemos como participação coletiva. Ela ajuda a tensionar os possíveis limites estabelecidos nas fronteiras. A conquista de direitos que garantem a liberdade individual de ir e vir, de propriedade, de expressão, liberdade de associação, de reunião, de organização e de participação política; o acesso à saúde, à educação, ao trabalho, entre outros, proporcionam espaços de diálogo e aproximação entre regiões geograficamente separadas ou culturalmente diversas (HANDERSON, 2018).

Os espaços formados pela necessidade do debate sobre a conquista de direitos são característicos das lutas sociais permanentes, que definem a reestruturação das fronteiras, de dimensões, como o próprio apagamento de limites. Essas ações coletivas de construção e de conquista da cidadania demonstram que a fronteira não representa apenas um campo de enfrentamento (MINH-HÁ, 2011).

Espaço simbólico da fronteira e as experiências comunicacionais dos migrantes podem prevalecer a noção de barreira e de limite enquanto na fronteira perduram os discursos não democráticos, de violência, de preconceito, que levam a praticar as relações de poder, intensifica as ideias conservadoras e até práticas xenofóbicas de “nós” para com “eles” (SILVA, 2005). Mesmo observada sob o limite intransponível, a fronteira pode ser tensionada pelo sentido de luta pela cidadania, como um movimento de mudança, de ampliação dos espaços de discussão, de visualização de direitos comuns e de processos mais afetuosos e humanizadores.

Segundo Peruzzo (2008), os campos de confronto gerados pelos regimes totalitários, como a escravidão, consolidaram, durante séculos – além das inúmeras atrocidades contra os direitos à vida e à liberdade de expressão –, fronteiras rígidas e intransponíveis. Somente mediante a pressão e união de forças e de permanentes ações coletivas contrárias é que esta fronteira foi se tornando insustentável, resultando em processos democráticos em termos sociais.

A efervescência coletiva gerada pela consciência e sentido de cidadania aproxima e amplia os espaços para a atuação de sujeitos até então situados em fronteiras com dificuldade para compreender o sujeito alheio aos seus entornos relacionais, os quais o lançam, incessantemente, para além de sua individualidade. Esse aspecto social e coletivo de cidadania está relacionado aos movimentos que projetam as visões e ações coletivas para além de uma fronteira ou de um círculo delimitado ou até então estável e de fácil compreensão.

Emerge um tempo em que as classificações e rótulos estanques sobre os cenários e contextos de luta pela cidadania parecem perder a eficácia, pois projetam-se novas possibilidades técnicas, tecnológicas e sociais de um coletivo poder “ir além” de um espaço relacional limitado, especialmente pelo avanço e concretização dos espaços democráticos,

bem como pela facilitação que as novas tecnologias de comunicação e informação proporcionam. Ademais, vale enfatizar que a presença dos meios de comunicação, que transpassam barreiras geográficas e culturais, reconfiguram não apenas a dimensão simbólica mas, sobretudo, as próprias dimensões de tempo e de espaço. Desses novos espaços de interação social, despontam outras articulações amplas e integradoras da diversidade e de novos sentidos sociais sobre a cidadania, mobilização e o cruzamento de fronteiras.

Porque a partir da onipresença da mídia, as sociabilidades acabam sendo conformadas por ela, de maneira que as organizações e os indivíduos, em regra, buscam produzir seus próprios efeitos midiáticos, introjetando formas de fazer específicas do mundo comunicacional (GOMES, 2008, p. 27).

Por esse caminho, as formas de organização e de mobilização social, cada vez mais subsidiadas pela produção de informação e de sentidos que transcendem um espaço restrito ou delimitado, apresentam um novo modo de pensar e compreender as relações de fronteiras, não apenas pela ótica da tensão ou da repulsa. Ao tomarmos a cidadania como uma conquista que depende da articulação de informações e de ações concretas entre sujeitos distantes e possuindo diferenças, um modo relacional e complementar de fronteira se constitui.

### **Migrante: da fronteira às ruas da cidade**

A Venezuela faz fronteira, ao norte, com o Brasil, Colômbia, Guiana Francesa e o mar do Caribe. É membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEPE), com uma das maiores reservas de petróleo do mundo, justificando a transformação do produto na principal *commodity* do país. Faz-se importante destacar que desde o início do século XX, a Venezuela passou a vivenciar o crescimento econômico com a descoberta de reservas de petróleo em seu território.



Entretanto, com a queda do preço do petróleo no mercado internacional, inicia-se o agravamento da crise humanitária, socioeconômica e política, tendo como resultado significativos fluxos migratórios. Fatores externos também contribuíram para agravar ainda mais a situação de pobreza, entre eles, as sanções econômicas, lideradas pelo ex-presidente Donald Trump, contra o governo de Nicolás Maduro.

Essa situação intensifica a crise e pressiona o governo a cancelar as importações de produtos básicos para subsistência cotidiana da população. Impactando diretamente na falta de itens de higiene, alimentos e remédios no comércio e, os poucos produtos disponíveis, os preços dispararam, desacelerando o consumo, e ampliando, a extrema pobreza no país. Em 2017, a extrema pobreza ultrapassou 60% da população (ELIAS NETO; ALMEIDA, 2020). Essa informação se une aos dados da organização não governamental Conectas<sup>2</sup>: 67% dos migrantes dizem que deixaram seu país por motivos econômicos e laborais e 22% por falta de acesso a alimentos e serviços médicos; insegurança e violência figuram com 7%, razões familiares com 2% e perseguição política com 1%.

Nessa situação, o país, que passou a enfrentar uma das maiores crises da sua história, intensificando a crise humanitária, socioeconômica e política, resulta no deslocamento de famílias interna e externamente, em busca de oportunidades e melhores condições de vida. Os venezuelanos que decidiram deixar o país de origem, camponeses, indígenas, funcionários públicos, liberais e pessoas de diferentes estratificações sociais cruzaram as fronteiras em direção aos demais países da América Latina; parte desse contingente populacional migrou para o Brasil atravessando a fronteira na região norte, nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, ambas no estado de Roraima.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.conectas.org/>

Vale destacar que após o agravamento da crise humanitária, aproximadamente seis milhões de venezuelanos já migraram para os países vizinhos. De acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados – órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública<sup>3</sup> –, estima-se que aproximadamente 260 mil venezuelanos vivem atualmente no Brasil; até julho de 2020, mais de 130 mil venezuelanos solicitaram o reconhecimento da condição de refugiado no país. E, parte dessa população, encontra-se em Mato Grosso. Segundo o relatório da Polícia Federal, em junho de 2021, Mato Grosso tinha mil setecentos e quarenta migrantes registrados no Sistema de Migrantes (SISMIGRA); contudo, é importante destacar que muitos migrantes ingressam sem as condições estruturais e com receio de serem deportados, demoram para dar entrada no pedido das documentações. Com esse quantitativo, algumas informações merecem atenção, dentre elas, é que as pessoas chegam em Roraima sem status regular de imigração ou com visto de turista.

Segundo a ONG Conectas, depois do primeiro mês, 77% das pessoas estão regularizadas como solicitante de refúgio ou de residência; por sua vez, 75% dos migrantes chegam principalmente de três estados da Venezuela: Anzoátegui, Monagas e Bolívar. Os dados apontam ainda que 52% dos migrantes têm como destino final um outro país latinoamericano, preferencialmente a Argentina, e 48% o Brasil e, já no lado brasileiro, eles buscam chegar nos estados de Amazonas e Roraima. Ressalta-se, também, que a partir de Roraima, os deslocamentos são realizados via terrestre e há uma verdadeira muralha verde em razão da extensão da floresta amazônica, por isso, muitos imigrantes venezuelanos optam, por ausência de recursos financeiros, percorrer a pé o trecho de 215 quilômetros entre as cidades de Pacaraima e Boa Vista.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional>

A partir de 2017, os venezuelanos têm cruzado a fronteira do Brasil a partir da cidade de Pacaraima, em Roraima. Porém, os imigrantes chegam em situação de vulnerabilidade e fragilidade. É em razão dessas situações que Handerson (2018) nos incentiva a pensar a fronteira como um espaço mais solidário, humanizado e generoso. Ou seja, ao invés das barreiras, dos muros, das cercas que impedem a mobilidade, o Estado usa as forças institucionais e burocráticas para em diferentes situações, violentar e destruir a dignidade humana; neste sentido, é preciso imergir na fronteira um lugar de passagens e encontros, num processo de humanização.

Com a chegada em grande número de venezuelanos, o estado de Roraima não deu conta de acolher a todos; por isso, com a iniciativa do Governo Federal e das Nações Unidas (ONU) foi lançado, em 2018, o projeto de interiorização, possibilitando o acolhimento dos migrantes nos demais estados e municípios brasileiros, sendo que, o primeiro grupo de migrantes a deixar Roraima teve como destino São Paulo e Cuiabá (ELIAS NETO; ALMEIDA, 2020).

Em Cuiabá, a Pastoral do Migrante, localizada no bairro Carumbé, era e é o primeiro destino de quem chegava e chega na capital. Na casa, o imigrante passa por triagens e encaminhamentos para moradia e emprego. De acordo com informações, a Pastoral do Migrante tem espaço para acolher cerca de 120 migrantes, daí a necessidade de contar com outras parcerias institucionais para promover o acolhimento aos venezuelanos, muito embora, os imigrantes encontraram diversas dificuldades, entre elas, a falta de domínio do idioma, as diferenças culturais e o forte apelo narrativo sobre comunismo, ditadura e pobreza.

Os venezuelanos tiveram muitas dificuldades no acesso ao emprego, mesmo porque, com a crise brasileira, reforçada com a situação da pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2) que assola o Brasil desde março de 2020, o desemprego ampliou e, de certo modo, um

grupo de venezuelanos mudou a paisagem da capital, ocupando as esquinas – principalmente às ruas e as avenidas – na condição de pedintes. Nos cartazes em pedaços de papelão, anúncios sobre a necessidade de emprego para dar comida aos filhos. No próximo item compreenderemos como os migrantes se relacionam com a população, com a rua e as ferramentas comunicacionais para manter viva a esperança de novas oportunidades para recomeçar a vida em terras estrangeiras e, ao mesmo tempo, encontram um contexto brasileiro desigual e complexo de sobreviver.

### **Migrante e suas ferramentas comunicacionais**

Para compreender a realidade cotidiana dos migrantes venezuelanos em Cuiabá é importante destacar as interferências macro. Situa-mos ao menos duas delas: 1) o agravamento da situação socioeconômica e política vivenciada após 2016 com o golpe que resultou na deposição da Presidenta Dilma Rousseff, com sérias instabilidades políticas e ascensão de uma gestão de práticas ultraliberais, ocasionando na venda do patrimônio público, dentre eles, algumas refinarias da Petrobrás, a Eletrobrás, os Correios, entre outras empresas da administração pública; além disso, o comportamento conservador e negacionista do atual Presidente da República contribuiu com estagnação e a supressão de direitos e nas garantias fundamentais à vida; 2) em 2020, o mundo foi sacudido com a pandemia do novo coronavírus a partir de março, gerando uma das maiores crises humanitárias, inclusive, com o negacionismo emergente, o descrédito na ciência, na vacina e a fragilização do distanciamento social e o uso de máscara, em detrimento da imunidade de rebanho e tratamento precoce, com medicamentos ineficazes, essa situação contribuiu para vitimizar mais de 600 mil brasileiros<sup>4</sup>. Essas

---

<sup>4</sup> Dado contabilizado no mês de outubro de 2021.

situações provocaram forte recessão, acentuando as desigualdades, o desemprego, o retorno da inflação e a ampliação da exclusão social. Seguramente os brasileiros foram fortemente impactados, mas quem mais sofre são os migrantes, em especial os venezuelanos.

Em Cuiabá, os migrantes, têm enfrentado, além da falta de moradia, acesso à educação para os seus filhos. Também, por conta do elevado índice de desemprego, eles têm tido diversas dificuldades para garantir acesso e permanência no trabalho formal. Sem essas oportunidades, muitos encontram as ruas movimentadas da cidade como possibilidade para garantir os alimentos, dinheiro e, para isso, eles criam algumas estratégias comunicacionais para se apresentar como candidatos a um emprego formal ou informal. Os dados apresentados na sequência foram obtidos através de registro documental (GIL, 2002) das estratégias e vínculos comunicacionais dos migrantes nas ruas da cidade e, a partir de agora, serão analisados conforme a metodologia de Análise Qualitativa de Dados (GIL, 2002).

Smit (1989, p. 102) nos adverte de que “a descrição de uma imagem nunca é completa”, a partir do nosso ponto de observação, apresentamos na Figura 1 um casal de venezuelanos, a mulher com uma criança nos braços, em sua frente um carrinho de bebê. Ao seu lado um rapaz, de boné, com uma toalha cobrindo a cabeça e as costas, indicando que está se protegendo do sol, tendo em vista que Cuiabá é considerada uma das cidades mais quentes do país, com variação térmica entre 38 a 44°C; aliás, o casal está em baixo de uma área de baixo porte, garantindo sombra e proteção. O rapaz segura um cartaz de papelão com a seguinte mensagem: “Oi eu sou Venezuelano. Eu preciso diária serviço pintor. Uma ajuda para comer”.

**Figura 1 - Família migrante**



Fonte: *Reporter MT* (2021).

Perniola (2006, p. 36) alerta que “engana-se quem vê na comunicação uma escolha consciente do efêmero, do provisório, do momentâneo, pois essa tem a pretensão de ser também duradoura, constante e até mesmo imortal”, isto é, num imbricamento teórico-interpretativo, é possível compreendermos que a família da foto registra um contexto de desamparo humano. Em outras palavras, há a “falta de” contido no departamento psíquico mais aquém do presente. Há a falta de cuidado, há a falta de amparo, há a falta de elementos básicos para se constituir vida (simbólica e biológica), há tanta falta.

Esse desamparo humano é materializado por meio de elementos básicos de um protesto, por exemplo. Há a presença de papelão, lápis, suporte para ser comunicado (neste caso, o suporte é a mão do pai), há um contexto macro onde o elemento comunicativo é inserido, há um

processo de ruptura social comunicado no cartaz. Mas, para além de tantas presenças, vislumbramos algumas ausências. Para sermos objetivos neste ponto, há a ausência de moradia, ausência de alimento, ausência de emprego, ausência de autonomia financeira, ausência de condições de possibilidades de vida.

Contudo, para além das presenças e ausências, o que nos figura enquanto pesquisadores é a resistência comunicada através da foto, onde há um casal denunciando aspectos da nossa conjuntura: as desigualdades sociais intensas no Brasil, a falta de emprego para todos de forma igualitária, os altos índices de insegurança alimentar registrados no atual governo, a responsabilização do Eu sobre as situação frágeis das superestruturas sociais, os intensos movimentos migratórios globais, dentre outras situações que exprimem o melhor e o pior do espírito do nosso tempo (MORIN, 1977).

Esse ato de resistência comunicado por meio da Figura 1 alia-se ao que o Ministério Público Federal sublinha sobre os processos migratórios: “um fenômeno constante que produz benefícios à sociedade e incentiva o desenvolvimento econômico, social e cultural” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016, p. 23). De acordo com a referência supracitada, há um processo de romantização acerca do discurso em torno de processos migratórios, sublinhando progressos positivos para as sociedades envolvidas. Ao ilustrarmos o processo migratório com a figura analisada, fica polarizado o fenômeno: de um lado, vantagens para a sociedade; de outro, desamparo, fome, desemprego e falta de moradia digna.

Nesta primeira sessão analítica de imagens, não é convidativo cairmos em *práxis* do senso comum: o convite, neste caso, é o desenvolvimento de reflexões críticas acerca do tema de fronteira, migração e comunicação, entendendo, assim, as condições de possibilidade de existir e sobre(viver) no Brasil como migrante venezuelano. Neste sen-

tido, enquanto pesquisadores do campo da comunicação, há um dever ético que evoca em nós para percebermos o que essa manifestação comunicacional denuncia sobre o período presente. Logo, como pista de consideração final após análise da Figura 1, há o desamparo humano em conjunto com a falta de condições básicas para viver com dignidade no Brasil enquanto migrante venezuelano/a e uma idealização romântica sobre o processo migratório por parte do Estado nacional a partir de seu discurso sobre o conceito de migração.

Em outro ponto, na área central da cidade, conhecido como Morro da Luz, o casal e o filho se abrigam à sombra de uma árvore, desta vez os dois estão segurando cartazes, como mostra a Figura 2. No momento do registro, a mulher está sentada sob dois bloquetes de concreto para calçada, indicando que nas proximidades há reconstrução da via pública para pedestre, o banco improvisado é sobra de material de construção. Ela segura o cartaz com a mensagem voltada para si, cobrindo seu corpo da cintura para cima, ao seu lado está a criança no carrinho e próximo aos seus pés há uma embalagem de plástico com duas garrafas, uma de água potável e a outra de refrigerante. É comum que as doações dos transeuntes permaneçam próximas. Por sua vez, o rapaz, usando chinelo, calça clara e boné, permanece em pé, com o cartaz cobrindo da cintura ao pescoço, com a seguinte mensagem, na Figura 2: “preciso de um trabalho: pintar, capinar, fazenda”.



Figura 2 - O Casal e o filho



Fonte: GI/MT (2021).

Estes elementos que compõem a imagem com o enquadramento das pessoas, calçada, rua, automóveis, cartazes são característicos da comunicação visual. Para Baitello Júnior (2014, p. 64):

A imagem é uma forma de escrita. [...] devemos considerar sobretudo uma vontade própria das imagens, pois há muito tempo as imagens declararam sua independência do mundo da vida e das coisas. E tentam nos seduzir e nos transferir para lá. A sua sedução conta com um poderoso aliado, a extenuação dos nossos olhos diante de seu insistente apelo.

Neste sentido, o autor mencionado traz ao debate a sedução presente nas imagens por meio da identificação para com o conteúdo ali “escrito”. Sempre há alguma identificação, por meio da nossa subjetividade singular e individual, em maior ou menor grau, tornando-se uma experiência estética acerca daquilo que percebemos enquanto imagem.

Na sequência, Perniola (2006, p. 30) reflete que “a violência comunicativa não tem outra finalidade além de inserir o eu na imagem do mundo. O ato violento permite que o indivíduo entre à força no cenário público e procura mantê-lo ali o maior tempo possível”. Em outras palavras, a expressão comunicacional da Figura 2 faz a repetição de narrativa presente na Figura 1: desigualdade social, prospecção autônoma de um emprego, fome e simplicidade.

Neste caso, a palavra simplicidade vai no sentido oposto católico-cristão de benevolência e benignidade. O termo simplicidade foi escolhido justamente para traduzir a caracterização dos migrantes que se encontram na rua de Cuiabá/MT em situação de posse de elementos básicos. Ou seja, é a materialização da situação na qual se encontram pessoas oriundas do país vizinho, Venezuela, resultando numa ruptura do tecido social através de cartazes simples solicitando emprego, numa estrutura comunicacional violenta (PERNIOLA, 2006).

Também é importante trazer ao debate a presença dessa família no espaço público da cidade por meio de manifestações comunicacionais que narram a vida do migrante venezuelano em terras nacionais. Esse migrante, com características raciais demarcadas e expressas por meio da sua cor de pele, também implica uma reflexão sobre as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira (HOLANDA, 1978), sublinhando novamente a hegemonia da branquitude desenvolvida culturalmente por meio de um passado escravista enquanto Brasil Colônia.

Os processos migratórios, a(s) fronteira(s) e a comunicação que se institui a partir deste cenário é um fenômeno complexo, como sentenciava Minh-há (2011, p. 17):

Questões oriundas do movimento, nas fronteiras, no encontro com o outro, quando um desconhecido se depara com um desconhecido, tudo tende a se intensificar em torno do problema do outro estrangeiro

– alguém duplamente estranho, que não fala nem se parece conosco e, paradoxalmente, é visto como simultaneamente convidado exótico e inimigo odiado.

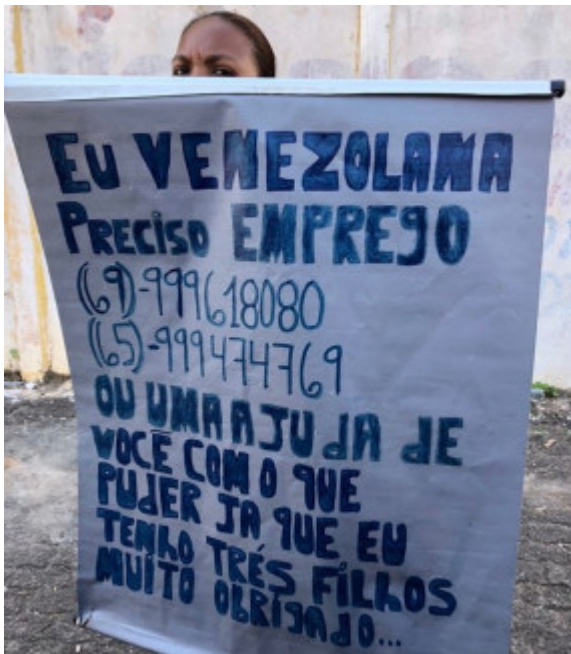
Esse alguém estranho, em nosso caso a família composta por mãe, pai e filho, é percebido, no contexto público da cidade de Cuiabá, como elemento que destoa do cenário comum da região. Contudo, ao mesmo tempo que destoa, hoje há a presença – materializada pela fotografia analisada – do migrante venezuelano na rotina cuiabana, rompendo o *status quo* tradicional. Neste caso, enquanto estratégia comunicacional adotada pelos “nativos” da região referida é um processo de invisibilização do Outro, do estranho, do desconhecido. Logo, há a presença do Outro (migrante) e a não-presença deste mesmo Outro, num fenômeno paradoxal sobre a migração.

Nesta segunda sessão analítica, o que merece ser sublinhado enquanto resultado parcial após interpretação à luz da teoria descrita é a violência comunicativa presente nas Figuras 1 e 2 acerca da fome, da desigualdade social, da busca por empregos e o aspecto quase simplório registrado nas fotografias analisadas. Também, é notória a demarcação racial presente na família na Figura 2, o que dialoga com o racismo estrutural da conjuntura nacional. Por fim, tem-se o fenômeno da invisibilização do Outro migrante, neste caso de origem venezuelana, por parte dos cuiabanos num processo de exotização deste outrem, conforme Minh-há (2011).

Por sua vez, na Figura 3, uma jovem cria outra estratégia comunicacional para abordar o público. Ao invés do uso do cartaz de papelão escrito à mão, ela criou um *banner*, com letras maiores, mais legível e visível. A peça de comunicação tem as duas hastes, inferior e superior, para permanecer esticado. A venezuelana fixou a estaca inferior no chão, com isso, o *banner* indica ser um pouco menor da sua altura. É possível ler a mensagem “eu venezolana preciso emprego ou uma ajuda

de você com o que puder já que eu tenho três filhos. Muito obrigado”. Ela disponibiliza dois números de telefone, por estar sem documentação regular, esses números são das suas primas que já estão mais tempo na cidade e estão regularizadas. Ela informa que precisa de ajuda para seu sustento na cidade, mas necessita mesmo é de trabalho para enviar remessa aos seus filhos que permanecem no país de origem.

**Figura 3 - Banner como estratégia comunicacional**



Fonte: Rdnews (2021).

Na Figura 3, o que diferencia das outras duas analisadas anteriormente é a qualificação da estratégia comunicacional escolhida pela migrante a partir da materialização em um *banner*. Contudo, o que se anuncia é, novamente, a busca por emprego a partir da justificativa de

que possui origem estrangeira e que tem três filhos para serem alimentados e protegidos. Isso vai ao encontro de um processo de governabilidade liberal alicerçado num discurso de meritocracia, ou seja, retira-se a responsabilidade do Estado em dar condições mínimas previstas na Constituição de 1988, a partir dos direitos fundamentais, e deposita-se “no colo” do sujeito, seja ele nacional ou estrangeiro, a responsabilidade na busca por emprego, alimentação, saúde, moradia, transporte, sem fazer uma análise crítica e social.

Isso repercute em diferentes sintomas de um processo socioeconômico no qual a garantia de direitos é fragilizada por discursos de ordem conservadores contidos na política de governabilidade do atual presidente da República Federativa do Brasil. Dentre outros sintomas, podemos citar a empregabilidade informal a partir de subempregos, as diferentes inseguranças (financeiras, econômica, educacional, de saúde, cultural) presentes na vida do migrante e a ausência na garantia dos direitos fundamentais na conjuntura destes sujeitos.

Além disso, enquanto processo complexo e multifacetado, a migração expande o espaço das fronteiras linguísticas a partir da mistura presente nas manifestações comunicacionais, refletindo uma pluralidade única enquanto movimento sociocultural que envolve dois lugares: o Brasil e a Venezuela e o português e o espanhol venezuelano. Contudo, há uma comunicação um tanto confusa enquanto estratégia de elaborar mensagens, neste caso específica de ajuda; há uma mistura de dois idiomas, gerando uma estranheza num primeiro olhar, mas compreensível a seguir, entendendo a fronteira como um espaço de encontros e desencontros (MARTINS, 2009), inclusive de idiomas.

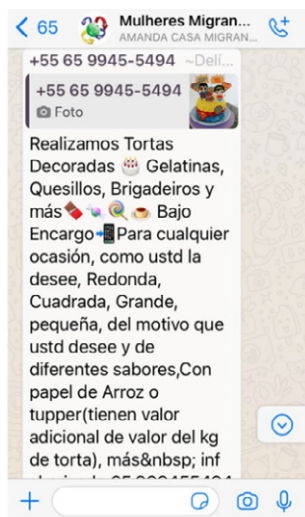
Por fim, outros dois aspectos estão enclacrados na fotografia analisada: o marcador racial e o marcador de gênero. O sujeito venezuelano neste caso é uma mulher negra migrante num país com uma superestrutura machista e racista (MINH-HÁ, 2011), tornando sua vi-

vência aqui um tanto precária e desafiadora. Neste caso, diferentes rupturas do tecido social acontecem e são registradas pelo presente texto, colocando nós, pesquisadores, numa posição de dever ético para com esses sujeitos; o papel evocado por essa fotografia é destrinchar, por meio de linhas de análise, a situação de fragilidade do sujeito migrante venezuelano em nosso país.

Ademais, enquanto pistas de considerações parciais encontradas na análise da Figura 3, considera-se: a qualificação da estratégia comunicacional da mulher negra venezuelana migrante, sua comunicação complexa e única a partir da mistura de dois idiomas e os impactos dos seus marcadores sociais, de gênero e de raça na permanência saudável e segura desta mulher num país socialmente racista e machista, para além da exotização (MINH-HÁ, 2011) do Outro migrante a partir da comunicação violenta (PERNIOLA, 2006).

Outra estratégia comunicacional utilizada pelas mulheres venezuelanas é o uso de um grupo no *Whatsapp*, denominado Mulheres Migrantes em Cuiabá. Estão presentes no grupo as mulheres migrantes, a assistente social da Pastoral do Migrante e nós, enquanto pesquisadores, que pedimos autorização para acompanhar e observar o conteúdo divulgado para fins de análise científica, materializado no presente relatório. No grupo, diversos temas são divulgados, desde vaga para moradia, emprego, entrevistas, documentação, anúncio de negócios e empreendedorismo. Esta estratégia é importante, visto que há mais de cem participantes no grupo e a mensagem atinge diversas pessoas, em diferentes bairros da cidade. A Figura 4 marca o anúncio da produção de tortas decoradas, numa proposta de pedir auxílio para divulgar a atividade na expectativa de ampliar os pedidos e o consumo do produto final.

**Figura 4 - Anúncio no grupo de *Whatsapp* Mulheres Migrantes em Cuiabá**



Fonte: acervo pessoal dos autores (2021).

A Figura 4 configura uma digitalização do processo comunicacional na prospecção e difusão de bens de consumo por parte de mulheres migrantes venezuelanas. É importante compreendermos, neste caso específico, o processo de resistência presente na ação comunicacional a partir da estratégia em usar a rede social digital *Whatsapp* enquanto meio para difundir bens e serviços. O produto comunicado, tortas decoradas, é uma forma de adquirir recursos financeiros para sobrevivência no Brasil. Contudo, não é viável a romantização do processo empreendedor aqui presente, uma vez que há grandes índices de informalidade no processo comercial, frisando, novamente, uma posição crítica de análise do fenômeno.

Além disso, Perniola (2006, p. 35) nos conta que “o ‘tão civilizado’ Ocidente torna-se, por intermédio da comunicação, o local por excelência do obscurantismo, do despotismo e da barbárie”. O último

adjetivo descrito pelo autor nos interessa no sentido de descrevermos as condições de possibilidade em viver noutro país, falar outra língua, ser inserido em outra conjuntura cultural, para além de narrar, mais uma vez, uma singularização do processo migratório, sem a responsabilização oficial do Estado nacional.

Também, é importante destacar a organização das mulheres venezuelanas migrantes em torno da comunicação digital num grupo de *Whatsapp*. Há um movimento de qualificação dos meios comunicacionais para melhor difusão da mensagem elaborada, neste caso numa rede social digital popular no Brasil. Apesar de haver diferentes desafios, como raça, gênero e migração, existem possibilidades de reinvenção por meio da acessibilidade da comunicação digital, conforme nos lembra Recurso (2009). A comunicação digital emergente corrobora para o processo de difusão de mensagens, como é o caso da publicização de tortas decoradas produzidas por mulheres migrantes venezuelanas.

A Figura 4 dialoga com as outras três fotografias a partir de manifestações comunicacionais que ilustram a situação de pessoas oriundas da Venezuela: busca por empregos, mesmo que em situações informais; adaptação do idioma usado para compor as peças de comunicação um tanto misturado e confuso; os marcadores sociais, raciais, de gênero e econômicos dos sujeitos migrantes. Logo, todas essas situações vão ao encontro de práticas xenofóbicas sublinhadas anteriormente por Silva (2005) acerca dos movimentos migratórios. O que é possível inferir, enquanto pistas de considerações, é uma situação complexa no sentido de busca por estratégias de sobrevivência e garantia de direitos fundamentais, revelando os intensos processos migratórios que acontecem em nosso país, com o auxílio da comunicação digital, em contextos de fronteiras (HANDERSON, 2018).



## Conclusão

Entende-se que o deslocamento dos migrantes que saem do seu país de origem, passando pelas barreiras burocráticas da fronteira até chegar às cidades de destino, e, nessas localidades, sem oportunidade de acesso ao mundo do trabalho, encontram a rua movimentada da cidade como possibilidade para se apresentar, pedir ajuda e receber algumas gorjetas, alimentos e também muitas palavras preconceituosas, violentas e desnecessárias. Fica evidente, neste estudo, que o trabalho é uma atividade fundamental na vida das pessoas, ainda mais, para quem busca reconstruir sua vida em outros espaços socioculturais e econômicos diversos do seu.

Nessa perspectiva, por um lado, identificamos migrantes esperançosos em encontrar uma vaga de trabalho, formal ou informal, mas por conta da crise política, econômica e sanitária, ampliou-se o desemprego, tornando mais difícil o acesso; por outro lado, eles mudaram a paisagem urbana, com as formas de comunicação de resistência, com cartazes de papelão escritos à mão, *banner* e grupo de *Whatsapp*, como espaço para amplificar as suas lutas em prol da sobrevivência. E, encontraram em parte considerável da população, a solidariedade e a empatia, garantindo a visibilidade e as interações culturais. Muito embora, ouviram e ouvem dos motoristas que passam apressados, os discursos violentos e negadores de cidadania e de direitos fundamentais em nosso país.

Além disso, enquanto pistas de considerações finais, podemos destacar: 1) o dever ético presente durante a análise dos materiais enquanto pesquisadores dos fenômenos comunicacionais que emergem do tecido sociocultural; 2) o sentimento de desamparo presente no não pertencimento do migrante para com o nosso país; 3) a falta de condições básicas de sobrevivência, indo de encontro aos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988; 4) o discurso romântico

co por parte do Estado Nacional frente ao fenômeno dos movimento migratórios; 5) a violência comunicativa acerca da fome, desigualdade social, prospecção por subempregos e a simplicidade presente nas vestimentas dos migrantes; 6) os marcadores sociais, raciais, de gênero num país tão violento quanto o Brasil; 7) o processo de invisibilização do Outro migrante venezuelano por parte dos brasileiros, num movimento de exotização; 8) a qualificação da estratégia comunicacional a partir de um *banner*; 9) a mistura plural dos idiomas português e espanhol venezuelano; 10) e as infinitas possibilidades que a acessibilidade da comunicação digital traz aos migrantes, com ênfase no uso das redes sociais digitais.

Com as estratégias comunicacionais dos venezuelanos em Cuibá, destacamos alguns olhares que podem ser ampliados futuramente: 1) o corpo e a comunicação de resistência como um ato de inconformidade e em busca de novas oportunidades, neste estudo, o acesso ao trabalho para garantir a sobrevivência; 2) o reconhecimento da força vital do imigrante enquanto sujeito histórico, comprometido com a vida e com o bem estar individual e coletivo, mesmo porque, eles deixam familiares no país de origem e ao receber os rendimentos, muitos conseguem enviar remessas para contribuir com o sustento dos que permanecem por lá. Para isso, é preciso reconhecer o direito de migrar, caso contrário, conviveremos com discursos de ilegalidade, clandestinidade e informalidade.

## REFERÊNCIAS

BAITELLO JUNIOR, Norval. **A era da iconofagia**. Reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura. São Paulo: Paulus, 2014.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. **Cidades da floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira. Manaus: Ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

ELIAS NETO, José; ALMEIDA, Cristóvão Almeida. **Migração, Cidadania e Acolhimento**: Cobertura Jornalística sobre os Venezuelanos. In: Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação [virtual]. INTERCOM, 2020.

FRANÇA, Vera. Regina Vieira; SIMÕES, Paula Guimarães; OLIVEIRA, Ana Karina; BASSOLI, Gáudio; LIMA, Laura; SEPÚLVEDA, Lucas Afonso; BARROSO, Lívia; ALMEIDA, Maria Lúcia; LOBATO, Maíra; BASILIO, Paulo; LOPES, Suzana; BONTEMPO, Clara; PEREIRA, Samuel. Comunicação e Sociabilidade: perspectivas no campo da Comunicação. **Galáxia**, v. 44, p. 201-218, São Paulo, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

GOMES, Pedro Gilberto. Introdução. In: Valério Cruz Brittos. **Comunicação e governabilidade na América Latina**. São Leopoldo: Ed.Unisinos, 2008.

HANDERSON, Joseph. Diáspora, refugiado, migrante: perspectiva etnográfica e transfronteiriça. **Sociedade e Cultura**, v. 20, Goiânia, 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Cobra de vidro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINO, Luiz Claudio. Sobre o conceito de comunicação: ontologia, história e teoria. **Questões Transversais**. V. 7, n. 14, São Leopoldo, 2020.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Migração e Tráfico Internacional de Pessoas**: guia de referência para o Ministério Público/Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão. Brasília: MPF, 2016.

MINH-HÁ, Trinh. T. Milhas de estranheza. *In*: AREND, Silvia Maria Fávero; RIAL, Carmen Silvia Moraes; PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Diásporas, mobilidades e migrações**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

PERNIOLA, Mario. **Contra a comunicação**. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

PERUZZO, Cícilia Maria. K. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**. Palavra Clave, v. 11, n. 2, Chía, 2008.

SMIT, Johanna W. **Análise documentária**: a análise da síntese. 2. ed. Brasília: IBICT, 1989.

SILVA, Cristhian T. Identificação étnica, territorialização e fronteiras: a peregrinação das identidades indígenas como objeto de investigação antropológica e a ação indigenista. **Revista de Estudos e Pesquisas**, v. 2, n. 1, jul. Brasília, 2005.

SILVA, Idelma S. Fronteiras culturais e grandes projetos na Amazônia Oriental brasileira: por um campo de estudo: a etnização dos migrantes maranhenses. *In*: **Anais do Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil**, Salvador: CECAB, 2008.

# O PROJETO SOMOS MIGRANTES E A CO-CRIAÇÃO COMUNICATIVA DE IMIGRANTES VENEZUELANOS EM RORAIMA<sup>1</sup>

Gersika do Nascimento Bezerra  
Vângela Maria Isidoro de Morais  
José Luiz Pereira de Morais

## Introdução

Vivemos tempos intricados, enredados e em movimento dialético de permanências e transformações. No campo da comunicação, a internet proporcionou maior democratização dos meios de comunicação, permitindo que mais pessoas assumam a co-criação de suas histórias. Ao passo que os meios de comunicação ainda estão “sob o domínio proprietário das classes dominantes, ou seja, de setores da burguesia detentores do poder econômico e político” (PERUZZO, p. 46, 2018).

Essas constantes mudanças em virtude da tecnologia e do acesso à informação também alteraram nosso olhar na pesquisa, buscando estar mais perto dos grupos chamados minoritários, que procuram meios alternativos de expressão e de visibilidade. Após pesquisar diretamente acerca da atuação de um veículo tradicional considerado o maior portal de jornalismo do Brasil, o G1, especificamente a página de Roraima, sobre a cobertura e a recepção da migração venezuelana no estado, migramos nosso olhar para um projeto de extensão da Universidade Federal de Roraima (UFRR) que visa constituir-se uma rede de apoio aos imigrantes e refugiados, o *Somos Migrantes*.

---

<sup>1</sup> Este capítulo é, em parte, um desdobramento de um trabalho que foi anteriormente apresentado no GT Historiografia da Mídia no 8º Encontro Regional Sul de História da Mídia (ALCAR Sul), realizado no formato virtual em 29 e 30 de abril de 2021.

Assim, partindo do reconhecimento do papel dos meios de comunicação na construção do imaginário social, por meio de destaques a estudos anteriores sobre o processo migratório venezuelano para o Brasil, tomamos como objetivo central desta proposta analisar uma das frentes de resistência comunicativa nesse contexto, o projeto de extensão universitária *Somos Migrantes*.

Em sua base, o projeto que foi criado em 2017, estrutura-se sobre dois eixos principais: ser parte das ações de ampliação de uma rede de apoio como forma de combate ao preconceito e à xenofobia, bem como incentivar a co-criação de conteúdos pelos próprios imigrantes de modo que a comunicação se torne nessa experiência um espaço de visibilidade e valorização dos sujeitos.

Para avaliar os desafios enfrentados por essas estratégias de comunicação no cotidiano das fronteiras física ao Norte do país e simbólica no ciberespaço, unimos os estudos empíricos do projeto *Somos Migrantes* com o levantamento bibliográfico sobre a cobertura e a recepção jornalística local, o midiativismo e a comunicação como um direito fundamental de todos.

Consideramos que na sociedade em que vivemos, capitalista e contraditória, a distribuição do acesso à riqueza, aos bens, ao conhecimento e à tecnologia é desigual por si só para a população de um mesmo território. No entanto, essa desigualdade se amplia junto àqueles economicamente forçados a migrar e que têm o Brasil como lugar de destino. Essa outra camada de assimetrias sociais é ainda mais profundamente sentida, de modo que é recorrente usarmos a expressão de sujeitos imigrantes em situação de vulnerabilidade e de sofrimento social.

Antes, porém, de descermos aos detalhes do projeto de comunicação de resistência é importante apresentar alguns dados contextuais regionais que enquadram melhor a proposta de relacionar os usos das

redes sociais digitais e o tema da imigração venezuelana. Para tanto, recuperamos alguns destaques de estudos anteriores que dão, inicialmente, uma noção de como tem sido a cobertura e a recepção jornalística sobre o tema nos meios convencionais de comunicação, no interstício de antes e durante a pandemia provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), a partir de um do portal de notícias mais acessados do estado, o *G1 RR*.

### **A imigração venezuelana no *G1 RR*: entre produção e recepção das mensagens**

A imigração venezuelana tem sido um tema recorrente na agenda da imprensa roraimense desde 2015, quando Roraima se tornou uma das principais rotas dos venezuelanos que saíam de seu país em busca de uma vida mais digna no Brasil. A procura por trabalho e recursos financeiros para sobreviverem ante a ameaça à vida, principalmente por questões alimentares e de saúde, são problemas que impulsionam o processo em busca de novas perspectivas e condições mais humanitárias de existência.

Historicamente, a Venezuela é marcada por ampla instabilidade política, econômica e social (LOPEZ MAYA, 2016; FERNÁNDEZ, 2019). Mesmo sem ser nossa intenção nos aprofundarmos sobre as razões dessa complexo cenário no país vizinho, é importante indicar que a dependência petrolífera da Venezuela e os embargos e sanções sofridos por ela, formam um par de situações político-econômicas que regem o sistema mundo e que também promovem interna e externamente esse cenário de crise de hiperinflação e desabastecimento, impossibilitando que sua população viva em condições adequadas.

A crise política, econômica e social resultou em um êxodo da população venezuelana. Iniciada em 2015, a imigração para Roraima

foi intensificada em 2016 e 2017. Segundo informações de abril de 2021, o governo federal estima a presença de cerca de 260 mil imigrantes e refugiados venezuelanos no Brasil<sup>2</sup>. A principal porta de acesso se faz pela fronteira seca na cidade de Pacaraima, a 215 km de Boa Vista, capital de Roraima.

Os imigrantes, em grande parte, encontram-se nos bairros mais periféricos de Boa Vista e nos 13 abrigos mantidos pela Operação Acolhida e atendidos pela força-tarefa de ajuda humanitária que se instalou em Roraima desde a intensificação do fluxo migratório venezuelano. Em média, 550 venezuelanos cruzavam diariamente a fronteira em 2018; este número já chegou a ser de 1.200 pessoas, por dia, no período de maior migração (2016 e 2017).

O estado de Roraima faz fronteira com dois países, Venezuela e Guiana. Com a disseminação do vírus pelo mundo vários países começaram a adotar medidas mais rígidas para tentar conter o avanço da Covid-19, decretando o fechamento de suas fronteiras e no Brasil não foi diferente. Em Roraima, a fronteira com a Venezuela foi fechada no dia 18 de março de 2020, sendo permitido apenas o trânsito de mercadorias e a entrada de brasileiros e imigrantes que já possuíam autorização de residência definitiva em território brasileiro<sup>3</sup>. Essa situação prejudicou também o trânsito daqueles que vinham apenas para comprar alimentos, remédios e outros itens de necessidades básicas, para depois retornarem à Venezuela. O fechamento da fronteira do Brasil com a Venezuela sempre esteve presente nas pautas dos governantes locais, mas a pandemia acabou sendo o trunfo usado pelo governador do Es-

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/04/20/interiorizacao-beneficia-mais-de-50-mil-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-brasil/>. Acesso em: 5 out 2021.

<sup>3</sup> Esta decisão foi revogada em 23 de junho de 2021.



tado, Antonio Denarium (PP). Roraima foi o último estado brasileiro a confirmar casos de infecção pela Covid-19.

Diante do surgimento de outra pauta de relevância internacional, começamos a nos questionar se e como a migração continua a aparecer na imprensa local. Usaremos como base dois estudos realizados por Gersika Bezerra, o primeiro fruto de sua dissertação “Mídia e diáspora venezuelana: recepção dos leitores sobre a migração no *G1 Roraima*” (BEZERRA, 2020), e outro que faz o levantamento das notícias publicadas no *G1 RR* envolvendo os temas da migração venezuelana e da pandemia de Covid-19 (BEZERRA; MORAIS, 2020).

São considerados o ano de 2018 no período de pré-pandemia e o período de 1º de março de 2020 a 31 de março de 2021 no contexto pandêmico. Este último recorte de tempo foi escolhido por ter sido o início da transmissão de Covid-19 em Roraima, também sendo março de 2020 a declaração de situação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O que é possível sintetizar a partir desse duplo acompanhamento? Vamos inicialmente ao que se revelou nos estudos de produção no contexto que ainda enfrentamos, a pandemia. O primeiro aspecto é que houve uma forte substituição de interesse no valor-notícia da migração arrebatada pela força noticiosa da pandemia. Para se ter uma noção, entre março de 2020 e março de 2021, localizamos 74 notícias publicadas no portal relacionadas à imigração. Destas, 31 têm alguma relação com a pandemia. Nesse período estudado, tivemos uma média de 6,16 matérias publicadas por mês. A título de comparação, no ano de 2018 (antes da pandemia) foram 116 notícias publicadas, perfazendo uma média de 9,6 publicações por mês (BEZERRA, 2020), ou seja, uma diminuição de cerca de um terço (35,84%) na cobertura jornalística do *G1 RR* sobre o tema. Interiorização, abrigamento, regularização de imigrantes, pedidos de recursos das autoridades locais ao governo

federal, questões relacionadas à segurança e saúde públicas, conflitos e manifestações, entre outros, temas abordados com maior frequência em 2018, perderam espaço (BEZERRA, 2020).

Assim, na interface com a Covid-19, as notícias selecionadas que abordam a imigração, apresentam os números de infectados pela doença, os casos de internação e mortes (BEZERRA; MORAIS, 2020). A maioria das notícias coletadas no levantamento mais recente é relacionada à Covid-19, e correspondem a 41,89%. Em menor escala, aparecem temas como: abrigo, remoção de venezuelanos de ocupações de áreas públicas, propostas de candidatos a prefeito de Boa Vista nas Eleições 2020, xenofobia, o transporte de oxigênio da Venezuela para o Amazonas e reportagens relacionados a temas policiais (tráfico de drogas, homicídio etc.).

O fenômeno da migração venezuelana segue sendo, intrinsecamente, um acontecimento que possui pré-requisitos de seleção noticiosa. Todavia, como demonstrado por esta pesquisa junto ao *G1 RR*, em contexto de pandemia, o tema da migração não provou ter o macro valor que se conhecia da cobertura midiática local em anos anteriores. As razões para a vertiginosa queda de participação do tema da imigração venezuelana na ordem do dia da cobertura jornalística estão imediatamente associadas a essa dinâmica e concorrência com outros fenômenos que reúnem critérios de noticiabilidade que na cultura profissional jornalística são firmados como detentores de maior interesse público.

Nesse ponto, a pandemia do coronavírus dispara em interesse e importância, com larga proeminência sobre os mais diversos campos de noticiabilidade. A realidade social passa a ser costurada pelo fio continuum da Covid-19. As notícias sobre a migração venezuelana na interface com o coronavírus constituem um campo de análise no *G1 RR* pela perspectiva dos sujeitos infectados, sobretudo pelas autoridades militares da Operação Acolhida, número de mortes, internações de

crianças, recomendação da DPU e acesso a medicamentos para pacientes portadores de HIV. Podemos listar como valores-notícia predominantes para a expressão dessas abordagens a proximidade geográfica (todas as notícias com olhar local – Boa Vista); a novidade (como o que irrompe no cotidiano pandêmico); e a negatividade (a notícia ruim, como se diz popularmente).

A articulação das notícias sobre a migração venezuelana com a pandemia precisa ser refletida em sua decrescente expressividade no *G1 RR*, a partir de alguns critérios, a exemplo da própria rotina dos processos de produção das notícias, que além de ser voltada a uma cobertura mais factual, pode ter sido alterada pelos protocolos e cuidados com a saúde da equipe de profissionais. Além do que o distanciamento presencial significa a circulação cada vez mais frequente das fontes organizadas e oficiais. Como é recorrente a expressão das fontes oficiais e, por meio delas, uma inclinação a tratar o fenômeno migratório pela ótica do impacto e do prejuízo na oferta de serviços públicos aos brasileiros, não parece ser demasiado concluir que no campo da produção o jornalismo segue, pelo silenciamento dos próprios imigrantes, reiterando estigmas que podem colaborar para o fortalecimento de atitudes xenofóbicas, ou seja, pondo uma camada a mais sobre os desafios para a sobrevivência física e simbólica dos imigrantes venezuelanos nesse momento.

Indo agora ao que se revelou nos estudos da recepção a partir das publicações do *G1 RR* sobre a diáspora venezuelana, portanto antes da pandemia, o que se apresenta é um conjunto de opiniões dos leitores deixadas nos comentários das notícias em que se constam desde preocupações como a falta de infraestrutura para receber significativa quantidade de imigrantes, bem como discussões no âmbito político e econômico brasileiro e mundial. Além disso, são encontradas verbalizações de solidariedade e bastante preocupação com a entrada de pessoas que estão

passando fome. O controle do tráfego na fronteira é outra questão premente nos comentários. No entanto, em meio à diversidade de sentidos elaborados, encontramos vários discursos com sinais de aporofobia<sup>4</sup> e discriminação, apresentando os estrangeiros como pessoas sem recursos para se manter em outro país, referenciados nos comentários como: “miseráveis”, “pobres coitados estrangeiros”, “famintos”, “pedintes”, as vezes com o emprego de termos mais graves, como “horda de estrangeiros”, “imigrantes terceiro-mundistas”, chegando-se ao ponto de dizer que o Brasil é a “latrina” da América Latina.

Não encontramos na amostra dos comentários mensagens que demonstrassem os impactos positivos e benefícios que a migração venezuelana pode trazer ao Brasil, como educação bilíngue, trocas culturais, movimentação do comércio/economia. Porém, isso pode ser reflexo das matérias publicadas, voltadas apenas para os temas factuais e sem apresentar dados que demonstrem os benefícios gerados ou a serem gerados por causa da migração e dos imigrantes.

Denise Cogo (2012, p. 30) ressalta a importância na realização de experiências de integração “que reconheçam a dimensão da interculturalidade como processos de adaptações, mudanças e sensibilidades por parte não apenas das culturas migratórias, vistas como heterogêneas, mas também das sociedades e culturas que interagem com a migração” para uma cidadania comunicativa.

A diáspora transnacional como uma questão mundial, onde as fronteiras não são divisões, mas espaços de integração e convergência, com trocas políticas, econômicas, sociais e culturais, poderia ser representada na mídia com mais ênfase nos impactos positivos que a migração

---

<sup>4</sup> Cunhada pela filósofa espanhola Adela Cortina, a palavra Aporofobia deriva da etimologia grega, com a junção do vocábulo “áporos”, que se usa para designar pessoas pobres, que não possuem recursos, com o sufixo “fóbos” (fobia). Dessa forma, Aporofobia é a aversão aos pobres, o rechaço àqueles que não possuem recursos (CORTINA, 2017).

pode proporcionar, sem negligenciar o factual. Isso pode contribuir para criar no imaginário social que trata-se de um dever moral e humano acolher e abrigar as pessoas que fogem da pobreza, de desastres, de guerras ou de outras situações que as colocam em estado de vulnerabilidade.

### **Projeto *Somos Migrantes*: uma frente midiativista de apoio aos imigrantes e refugiados em Roraima**

A seção anterior, por meio de pesquisas nas etapas de produção e de recepção de conteúdos, se prolongou no propósito de contextualizar as situações pouco propensas à inclusão e à cidadania de sujeitos imigrantes e refugiados em um contexto jornalístico do G1 RR. Esse enquadramento cria uma nova demanda midiática e é a partir desse propósito que passamos a situar o projeto *Somos Migrantes*.

O projeto é uma ação de extensão vinculada à UFRR que visa constituir-se uma rede de apoio aos imigrantes e refugiados em Roraima. Considerando o fluxo migratório de venezuelanos para Roraima, iniciado em 2015, agravado a partir de 2016 e com pico em 2018, o projeto realiza um movimento de inserção e difusão de informações pelas plataformas digitais, ocupando uma fatia do ciberespaço.

Logo, a internet, apesar de ser também um signo de exclusão, especialmente junto às camadas mais pobres da sociedade, tem sido uma condição de abertura e acesso para expressão sobre os/e dos grupos vulnerabilizados, tornando-se um lugar de comunicação com características personalizadas em escalas e circunstâncias desejadas.

Criado em 2017, o *Somos Migrantes* é também uma etapa consecutiva de um conjunto de mobilizações realizadas por diferentes segmentos da sociedade civil diante da lentidão reativa de segmentos públicos governamentais mediante o processo migratório Venezuela-

-Brasil. A Operação Acolhida só veio a se concretizar em 2018. Antes disso, instituições educacionais, religiosas, assim como diferentes grupos voluntariados se organizaram para criar um rede solidária naquele contexto. Assim, o berço do projeto se deu no âmbito do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras (Geifron), da UFRR, e se expandiu no contexto das experiências de ensino e extensão junto ao curso de Comunicação Social – Jornalismo, na mesma instituição.

De acordo com o projeto cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da UFRR, o *Somos Migrantes* se constitui como um espaço de interlocução entre a universidade, os imigrantes e a sociedade. A relevância acadêmica do projeto é demonstrada nas seguintes perspectivas: a) do ponto de vista institucional, mediante a oportunidade da universidade pública ampliar, pela via da comunicação comunitária e do midiativismo, outras ações de importante contribuição para o enfrentamento humanitário dos desafios apresentados pelo fenômeno migratório transnacional; b) do ponto de vista do aperfeiçoamento das atividades docentes e técnicas, por meio da qualificação fundada no contexto do vivido e das experiências concretas em que estão assentados os aprendizados e a formação continuada; c) do ponto de vista dos acadêmicos de diferentes áreas, sobretudo, os futuros profissionais de imprensa, pela chance de exercitarem outros saberes que serão confrontados em suas atividades diárias, ao elaborar, ainda no campo da universidade, outras percepções que não exclusivamente aquelas que regem o mercado noticioso, cientes da responsabilidade que a mídia tem sobre o campo das representações sociais; e, d) sobretudo, pela potencialidade em ser um espaço a ser continuamente ocupado e reelaborado pelos próprios imigrantes na co-criação de seus conteúdos<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://ufr.br/prae/ultimas-noticias/1798-coordenacao-de-acompanhamento-da-extensao>. Acesso em: 10 out. 2021.

Cicília Peruzzo (2007), argumenta como condição primeira para se efetivar a comunicação como um direito que sejam assegurados a democratização do acesso à informação e às tecnologias de comunicação. Mas a autora esclarece que essa noção de direito à comunicação está diretamente vinculada ao poder de comunicar.

As liberdades de informação e de expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor, ao acesso à informação de qualidade irrefutável, nem apenas no direito de expressar-se por ‘quaisquer meios’ – o que soa vago, mas de assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores-produtores e difusores – de conteúdos. Trata-se, pois, de democratizar o poder de comunicar. Os maiores expoentes dessa nova concepção são uma gama de estudiosos da comunicação, ativistas, movimentos e organizações da sociedade civil. (PERUZZO, 2007, p. 11-12).

Esse direito vem sendo buscado e indicado na prática por um conjunto de iniciativas de vários segmentos sociais no Brasil e, na esfera da presente apreciação, podemos dizer que o projeto *Somos Migrantes* se insere de algum modo nesse campo de saber e de atuação. O projeto se tornou conhecido por meio de seu site<sup>6</sup> e de seu blog<sup>7</sup> que divulgavam informações sobre o processo migratório, locais de acolhimento, campanhas solidárias, cartilhas, ações de parceiros e um conjunto de notícias sempre na perspectiva da proteção, dos direitos humanos e da inserção dos imigrantes em Roraima. Mais recentemente, o site está sendo reformulado e as publicações têm se concentrado nas redes sociais *Facebook* (*Somos Migrantes*) e *Instagram* (@somosmigrantes.rr).

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.somosmigrantesrr.org>.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://somosmigrantesrr.blogspot.com/>.

A composição do projeto envolve 31 pessoas, sendo 16 professores dos cursos de Jornalismo, Ciências Sociais e História da UFRR, sete discentes e dois técnicos administrativos, além de seis membros externos à instituição, sendo que esta última representação é composta apenas por imigrantes venezuelanos.

As postagens seguem um cronograma de publicação que inclui conteúdos em vídeos (*reels e IGTV*), fotografias, imagens e textos. Boa parte desse conteúdo é feita e divulgada por imigrantes inseridos no projeto ou por colaboradores externos.

**Figura 1 – Agenda das produções do projeto *Somos Migrantes***



**Cronograma de Publicações**

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
Reels	IGTV narrativa	Feed consciência plural	#TBT	Notícia	Stories FronteirArte

Fonte: Projeto Somos Migrantes (UFRR)

No *Facebook*, 582 pessoas curtiram a página *Somos Migrantes RR* e 589 seguem a página. O perfil do *Somos Migrantes* no *Instagram* tem apresentado aumento de visualizações e seguidores, conseguindo al-



cançar um público maior conforme é atualizado. Atualmente, conta com 166 seguidores efetivos. Chegou a ter 4.071 visualizações em um *post* em formato de vídeo sobre xenofobia publicado no dia 13 de setembro de 2021, recebendo 35 curtidas e três comentários, com 367 contas alcançadas. Outro destaque foi um vídeo publicado no dia 26 de agosto de 2021 em que a imigrante venezuelana Carmen Luengo relata sua história e experiência migratória, com 2.659 impressões, 2.127 contas alcançadas, 99 curtidas, 25 comentários, 34 compartilhamentos e 4 salvamentos, sendo reproduzido 694 vezes.

**Figura 2 – Postagens do Projeto *Somos Migrantes***



Fonte: Reprodução do *Instagram*

Essa forma de atuação comunicativa voltada aos imigrantes e refugiados em Roraima permite acionar outros campos semânticos, dificilmente pautados pelos meios tradicionais de comunicação. São formatos que passam a ser sugeridos e dinamizados pelos integrantes do projeto em reuniões semanais e que, no contexto de pandemia da Covid-19, conta as potencialidades dos dispositivos digitais para assegurar a continuidade de modo remoto, sem grande prejuízo. Associada a isso, a técnica contribui ainda, de maneira singular, para o cumprimento dos objetivos num contexto comunicacional que requisita mudanças. “A tecnologia é um vetor impulsionador das ações humanas, industriais, institucionais e mercadoló-

gicas e, tem, portanto, um papel importante nos processos de mudança das sociedades” (PERUZZO, p. 45, 2018).

**Figura 3 – Exemplo de empatia comunicacional do projeto Somos Migrantes**



Fonte: Reprodução do Instagram

**Figura 4 – Matéria positiva do projeto Somos Migrantes**



Fonte: Reprodução do Instagram

**Figura 5 – Relato de experiência migrante no projeto *Somos Migrantes***



Fonte: Reprodução do *Instagram*

Após essas informações no escopo de uma apresentação geral do projeto, é importante refletir sobre as formas e os desafios de um campo de comunicação que se assenta como um projeto de co-criação de conteúdos sobre e com os sujeitos imigrantes e refugiados em Roraima. Isso seria suficiente para inserir o projeto *Somos Migrantes* no debate de um tipo de ativismo?

Os estudos acerca do ativismo promovem um campo semântico de interesse especial para as práticas de comunicação contra-hegemônicas. Braighi e Câmara (2018) realizaram um amplo levantamento de ângulos e perspectivas teóricas sobre as interfaces com o tema do midiativismo e construíram uma proposta conceitual, com a qual concordamos especialmente por melhor circunscrever as potencialidades e os limites decorrentes das experiências permitidas pelo projeto *Somos Migrantes*. Por essa linha, o midiativismo não estaria limitado ao uso da mídia ou da técnica. Da mesma forma que não se limitaria à presença de um ativista na mídia para que os sentidos da expressão sejam efetivamente considerados. Para

ser midiativista, como dizem os autores, necessita “estar atento aos usos e aos propósitos” (BRAIGHI; CÂMARA, 2018, p. 35).

Midiativismo só se faz com midiativistas, sujeitos portadores de uma vontade solidária, que empreendem ações diretas transgressivas e intencionais, e veem as próprias capacidades de intervenção social, antes localizadas, sendo potencializadas. Isso, por meio de um registro midiático que visa necessariamente amplificar conhecimento, espalhar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa (BRAIGHI; CÂMARA, 2018, p. 36).

Por sua vez, Peruzzo (2018) destaca aspectos importantes sobre a cidadania comunicacional no contexto da internet e as contradições no interior da sociedade capitalista. A comunicação como direito de todos não é acessível a todos. “As contradições geram desigualdades, conflitos, violência e, também, movimentos sociais de resistência tanto à ordem geral do modo de produção, quanto aos problemas específicos no âmbito dos vários sistemas que estruturam a sociedade” (PERUZZO, 2018, p. 45).

Peruzzo (2018) relembra as marcas históricas dessa dinâmica que produz injustiças e resistências. Frente à comunicação de domínio político-econômico estão também as iniciativas alternativas de comunicação “por parte de segmentos organizados das classes subalternas, representados por movimentos sociais populares, para poderem participar do jogo comunicacional no conjunto da sociedade e poder falar diretamente entre si” (PERUZZO, 2018, p. 46).

## **Considerações finais**

Tanto o midiativismo quanto a noção da comunicação como direito humano, individual e coletivo, nos leva a avaliar o projeto *Somos*

*Migrantes* segundo seus objetivos e propósitos. Intuímos associar esse tipo de midiativismo na esfera do projeto como de característica crítica, humanística, dialógica, tecnopolítica e profundamente integrada à ideia de promover outras narrativas. Isso significa dizer que a natureza da proposta do *Somos Migrantes* também se difere do painel apresentado pelos estudos de cobertura e de recepção do tema em mídia tradicional. Logo, como nos ensina Peruzzo (2018), são campos dialéticos de um jogo comunicacional em que o silêncio e a invisibilidade de um segmento social em uma mídia pode, em seu cerne, impulsionar outras iniciativas e formas de resistência, criando, no caso em debate, uma ambiência intercultural e positiva sobre o processo migratório.

Assim, mesmo não sendo o projeto *Somos Migrantes* parte de um movimento social organizado, a comunicação como direito se insinua na própria existência de um canal colocado a serviço dos imigrantes e refugiados em Roraima, que busca preservar em suas bases duas qualidades interdependentes por meio das práticas de inclusão e de cidadania: primeiro, a dos usos de enunciação de conteúdos de resistência frente a outros conteúdos que se disseminam pela rejeição e discriminação contra os sujeitos em situação involuntária de migração; e, segundo, a qualidade advindas das metodologias ativas que privilegiam a participação direta dos imigrantes e refugiados no projeto, nas decisões e na elaboração de conteúdos para circulação nas redes sociais.

Por fim, o estado de Roraima, constituído por uma intrincada rede de processos migratórios internos, resiste por meio de seus agentes públicos de um modo geral e de uma grande parcela de sua população a compreender essa involuntária mobilidade humana na fronteira Venezuela-Brasil como um desafio a ser equacionado *com* e não *contra* os imigrantes venezuelanos. E é frente a esse desafio que situamos a proposta do *Somos Migrantes* inserido na fronteira simbólica da solidariedade, um lugar que deve ser a base da vida e de todo saber.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Gersika. **Mídia e diáspora venezuelana: Recepção dos leitores sobre a migração no G1 Roraima**. Março de 2020, 189f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Pará. Belém, 2020.

BEZERRA, Gersika; MORAIS, Vângela M. I. Valores notícia e critérios de noticiabilidade: a cobertura jornalística do G1 RR sobre a imigração venezuelana na pandemia de covid-19. In: COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel; OLIVEIRA, Márcia Maria de; BAENINGER, Rosana; Geraldo Castro; COTINGUIBA, RODRIGUES, Francilene dos Santos; SILVA, Sidney Antonio da; DIAS, Weidila Nink. (Orgs). **Mobilidade humana na Pan-Amazônia**: implicações teóricas e experiências empíricas, Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

BRAIGHI, Antônio; CÂMARA, Marco. O que é Midiativismo? Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, Antônio; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco (Orgs). **Interfaces do Midiativismo**: do conceito à prática. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018, p. 25-42.

COGO, Denise. **Latino-americanos em diáspora**: usos de mídias e cidadania das migrações transnacionais. Rio de Janeiro: Tríbia, 2012.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, el rechazo al pobre**: Um desafio para la democracia. Paidós Estado y Sociedad, 2017.

FERNANDEZ, Ádrian Padilla. Venezuela entre la hegemonía y la contra-hegemonía (una lectura contextual para comprender una complejidad socio-histórica). **Textos e Debates**: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima, v. 1, n. 32, Boa Vista, 2019.

LOPEZ MAYA, Margarita. La crisis des chavismo en la Venezuela actual: A crise do chavismo na Venezuela atual. **Revista Estudios Latinoamericanos**. Nueva Época, n. 38, Julho-Dezembro, Cidade do México, 2016.

PERUZZO, Cicília. Cidadania comunicacional e tecnopolítica: feições do midiativismo no âmbito dos movimentos sociais populares. In: BRAIGHI, Antônio; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco (org). **Interfaces do midiativismo**: do conceito à prática. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. p. 43-61.

PERUZZO, Cícilia. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. Repositório **Lumina**. Vol 1, n. 1, Juiz de Fora, junho 2007.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Adrián Padilla Fernández**

Docente-investigador do Centro de Experimentação para a Aprendizagem Permanente (CEPAP) da Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez (UNESR-Venezuela). Professor Visitante Sênior na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado em Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

### **Alessandro Mateus Fellipe**

Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre em Design de Vestuário e Moda (UDESC), graduado em Publicidade e Propaganda (UNIPAMPA).

### **André Pasti**

Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).

### **Cristóvão Domingos Almeida**

Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

### **Daniela Cristiane Ota**

Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado na mesma instituição.

### **Eunice Ramos**

Jornalista e mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).



**Evandro Rodrigues Higa**

Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Música pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

**Gersika do Nascimento Bezerra**

Jornalista da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

**Gesiel Rocha de Araújo**

Doutorando em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

**Jandré Corrêa Batista**

Jornalista da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**José Luiz Pereira de Moraes**

Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

**Karla Maria Müller**

Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

**Marcos Paulo da Silva**

Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Pesquisador visitante na Michigan State University (Estados Unidos) com bolsa de pós-doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Paulo Celso da Silva**

Professor da Universidade de Sorocaba (UNISO). Doutor em Ciências – Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).

**Raúl Fuentes Navarro**

Professor do Centro Universitário de Ciências Sociais e Humanidades/ITESO da Universidade de Guadalajara (México). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Guadalajara (México).

**Reginaldo Gomes de Oliveira**

Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

**Roberta Brandalise**

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Jornalista pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

**Wagner Nabarro**

Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).

**Vângela Maria Isidoro de Morais**

Professora da Universidade Federal de Roraima. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

**Vera Lucia Spacil Raddatz**

Pesquisadora do Unbral Fronteiras/UFRGS e do Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio-Girafa/CNPq/UFSC. Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Montserrat.  
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>

ISBN 978-65-86943-89-4



9 786586 943894

Apoio



**CAPES**



**CNPq**



**editora  
UFMS**